SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SOLICITAÇÃO

Folha nº 01
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
Nesta.

Senhor Prefeito,

Venho pelo presente, na qualidade da Secretária Municipal de Assistência Social, solicitar à abertura de Processo Licitatório tendo por objeto registro de Preços para eventual contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme justificativa e especificações constantes no Termo de Referência, em Anexo.

São João do Paraiso - MA, 12 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SOLICITAÇÃO

Folha nº 02
Processo nº 111-2022
Rubrica

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
Nesta.

Senhor Prefeito,

Venho pelo presente, na qualidade de Secretária Municipal de Educação, solicitar à abertura de Processo Licitatório tendo por objeto registro de Preços para eventual Registro de Preço para eventual contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme justificativa e especificações constantes no Termo de Referência, em Anexo.

São João do Paraiso - MA, 12 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Folha nº 03
Processo nº 111-2022
Rubrica

SOLICITAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
Nesta.

Senhor Prefeito,

Venho pelo presente, na qualidade de Secretário Municipal de Esportes, solicitar à abertura de Processo Licitatório tendo por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, conforme justificativa e especificações constantes no Termo de Referência, em Anexo.

São João do Paraiso - MA, 12 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes

Folha nº 04
Processo nº 111-2022
Rubrica

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 A contratação se faz necessária para atender as necessidades das Secretarias do Município de São João do Paraiso – MA.

1.2 A contratação deverá obedecer ao procedimento da licitação imposta pela Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI e regulamenta nacionalmente pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais legislações aplicadas à matéria.

1.3 A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 disciplina a licitação na modalidade Pregão. Essa modalidade é utilizada para a contratação de bens e serviços comuns. O Decreto Municipal nº 029/2020 de 23 de julho de 2000 que regulamenta essa modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.

1.4 Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal 032/2020, aplicada a reserva de cota de 25% nos itens de natureza divisível, serão reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ou;

1.5 Por se tratar de licitação com participação exclusiva de Mês / EPPs, não haverá a reserva de cota de 25% para as empresas preferenciais prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO:

2.1. Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

3. ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS EXIGÊNCIAS:

MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS								
ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	EDUC	ASSIST.	ESPORTE	UNIT	TOTAL
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO	UND	300	50	50	200	R$184,94	R$ 55.482,00

2	BOLA DE SALÃO OFICIAL	UND	250	60	35	155	R$180,51	R$	45.127,50
3	BOLA VÔLEI	UND	100	20	20	60	R$149,71	R$	14.971,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL	UND	20			20	R$703,09	R$	14.061,80
5	REDE DE FUTSAL	UND	20	5	5	10	R$451,99	R$	9.039,80
6	BOLA SOCIETY	UND	250	50	50	150	R$172,03	R$	43.007,50
7	APITO OFICIAL	UND	10	3	3	4	R$57,60	R$	576,00
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8			8	R$250,82	R$	2.006,56
9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$250,63	R$	12.531,50
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$197,93	R$	9.896,50
11	MEDALHAS	UND	300	50	50	200	R$10,00	R$	3.000,00
12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	25	25	100	R$14,95	R$	2.242,50
13	Bambolês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	Unid	100	40	40	20	R$19,05	R$	1.905,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Und	100	25	25	50	R$80,92	R$	8.092,00
15	Bola Ping Pong	Und	120	40	40	40	R$6,06	R$	727,20
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	Und	120			120	R$69,41	R$	8.329,20
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	Unid	20	5	10	5	R$79,22	R$	1.584,40
18	Cordas para pular de nylon, infantil reichel	Unid	15			15	R$28,21	R$	423,15
								R$ 233.003,61	

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

4.1 Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, no horário das 08:00 às 13:00hs;

4.2 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja fornecido de acordo com o solicitado;

4.3 O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento/serviços ou documento equivalente;

4.4 Fornecer o objeto conforme especificação, modelo e preço;

4.5 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

4.6 As embalagens e rótulos devem estar íntegros, sem manchas ou outras inadequações e devidamente lacrados. Devem possuir as seguintes informações: lote de fabricação, e descrição em português; tamanho, identificação de marca e modelo; quantidade; conteúdo, especificações do material.

4.7 Os materiais devem ser entregues na embalagem original do fabricante. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos produtos. Se importado, deve conter a etiqueta em português.

4.8 A embalagem deverá informar as condições de armazenagem como: temperatura, limite de empilhamento etc.

4.9 Nota fiscal de venda: além das informações obrigatórias previstas em lei, deverá constar na nota fiscal o número e o item da Ordem de Fornecimento.

4.10 Os produtos devem ser entregues na embalagem original do fornecedor. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos materiais.

4.11 Para composição dos preços deverá ser considerado as despesas com entrega dos produtos de forma parcelada conforme solicitações da secretaria pois o mesmo será por conta da contratada. Todas as demais despesas serão de inteira responsabilidade do proponente, não sendo aceito qualquer acréscimo no valor da proposta sob alegação de despesas não previstas.

5. FASES DO RECEBIMENTO:

5.1 O recebimento ocorrerá em três momentos: ato, recebimento provisório e recebimento definitivo;

5.2 O recebimento dos produtos ocorrerá de acordo com a programação de entregas. Será aceito o recebimento de parcelas programadas com até cinco dias de antecedência, salvo se previamente aprovado;

5.3 Os produtos/serviço entregue deverá ser obrigatoriamente da marca e modelo conforme consta na Ordem de Fornecimento/Serviços (OF/S);

5.4 No ato do recebimento serão conferidas as informações especificadas na Nota Fiscal (NF), a Ordem de Fornecimento/Serviço (OF/S) e o material/serviço entregue. No caso de divergência de qualquer tipo (ex: quantidade, integridade, validade ou embalagem) SERÁ

RECUSADO O RECEBIMENTO parcial (até 50% da NF) ou total, com a devida justificativa no verso da NF, ou será emitida Nota Fiscal de Devolução parcial (DF).

5.5 É responsabilidade do fornecedor, firmar contratos com seus prestadores de serviço de transporte prevendo a espera durante o processo de recebimento/conferência, assim como prever o retorno com o material devolvido/recusado na mesma ocasião.

5.6 Após esta fase de recebimento, o material passa a ser considerado em recebimento provisório.

5.7 No recebimento provisório a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, terá até 5 dias consecutivos para conferência e recebimento definitivo. Os volumes serão abertos para verificar se os materiais estão de acordo com a solicitação, OF/S, marca/modelo e quaisquer outras verificações julgar necessárias.

5.8 No caso de divergência relevante o fornecedor será notificado para manifestação e solução no prazo máximo de 2 dias úteis. Passado este prazo, estará sujeito a sanções administrativas previstas no Termo de Referência e Edital.

5.9 As despesas para destinação dos materiais entregues com inadequações (ocorrências) serão de inteira responsabilidade do fornecedor, seja por transporte ou descarte, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

7.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos

com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

7.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

7.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

7.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

7.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 A **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações deste Termo de Referência;

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

8.1.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. DA FISCALIZAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 A fiscalização do objeto será exercida pela Secretaria Municipal, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

9.2 À Secretaria Municipal é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

9.3 A supervisão por parte da Secretaria Municipal, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

9.4 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratado.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Pela inexecução total ou parcial de obrigações assumidas em decorrência da presente licitação, sujeitará a FORNECEDORA às seguintes sanções, mediante notificação prévia e escrita e exercício da ampla defesa e do contraditório:

11.2 Advertência.

11.3 Multa.

11.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, por até 5 (cinco) anos.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

12.2 Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado.

13. DAS AMOSTRAS:

13.1 É facultado a solicitação de amostras à(s) licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente ao(s) item(ns) do objeto desta licitação e/ou, sempre que possível, para verificação das características conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada, no período de 03 (três) dias úteis a contar da data da solicitação.

13.2 Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, as referidas amostras deverão ser substituídas por outras que satisfaçam plenamente a todas as especificações contidas no Termo de Referência do respectivo edital. Para tanto será concedido o prazo máximo 2 (dois) dias úteis após a análise.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1 Integram este Termo de Referência as Pesquisas de Preços de Mercado.

São João do Paraiso - MA, 12 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal Assistência Social

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes

S. P. MARTINS COMÉRCIO
CNPJ 12.396.276/0001-10

Folha nº 11
Processo nº 111-2012
Rubrica

COTAÇÃO DE PREÇOS

À
SÃO JOÃO DO PARAÍSO

PROPONENTE:
S.P. MARTINS COMÉRCIO
CNPJ: 12.396.276/0001-10
ENDEREÇO: Rua D, Quadra 14. Nº19 Conjunto Vitória – Imperatriz –MA
TELEFONE:
EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR. UNIT	VLR TOTAL
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO iX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	UND	300	R$ 179,27	R$ 53.781,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 176,13	R$ 44.032,50
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	UND	100	R$ 144,64	R$ 14.464,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 688,28	R$ 13.765,60

5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futeboi de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,80 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 442,46	R$ 8.849,20
6	BOLA SOCIETY: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 168,95	R$ 42.237,50
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	UND	10	R$ 61,65	R$ 616,50
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8	R$ 264,97	R$ 2.119,76
9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	R$ 244,39	R$ 12.219,50
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	R$ 191,86	R$ 9.593,00
11	MEDALHAS	UND	300	R$ 9,69	R$ 2.907,00
12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	R$ 14,39	R$ 2.158,50
13	Bamboliês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	UND	100	R$ 18,59	R$ 1.859,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	UND	100	R$ 78,34	R$ 7.834,00
15	Bola Ping Pong	UND	120	R$ 6,49	R$ 778,80
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	UND	120	R$ 68,17	R$ 8.180,40
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	UND	20	R$ 77,30	R$ 1.546,00
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	UND	15	R$ 29,44	R$ 441,60
				VALOR TOTAL	R$ 227.383,86

S. P. MARTINS COMÉRCIO

CNPJ 12.396.276/0001-10

Folha nº 13
Processo nº MM - 20 22
Rubrica

Imperatriz - MA, 02 de Dezembro de 2022.

12.396.276/0001-10
S.P. MARTINS COMERCIO
Cl. Nova Vitória I Nº 19 Quadra D
Conjunto Nova Vitória I
CEP: 65.915-000
IMPERATRIZ MARANHÃO

S. P. MARTINS COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA

FELTEC
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Folha nº 04
Processo nº 111-2022
Rubrica RT

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO -MA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR. UNIT	VLR TOTAL
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	UND	300	R$ 190,55	R$ 57.165,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 185,40	R$ 46.350,00
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	UND	100	R$ 154,50	R$ 15.450,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 721,00	R$ 14.420,00
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 463,50	R$ 9.270,00
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 176,13	R$ 44.032,50
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	UND	10	R$ 54,15	R$ 541,50
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8	R$ 237,50	R$ 1.900,00
9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	R$ 257,50	R$ 12.875,00
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	R$ 203,94	R$ 10.197,00
11	MEDALHAS	UND	300	R$ 10,30	R$ 3.090,00

RUA CEARÁ 1427-A / CEP: 65907-090 - IMPERATRIZ-MA, CENTRO
CNPJ: 27.240.015/0001-83 Inscrição Estadual: 12.518.231-7
E-mail: feltec402@gmail.com Fone: (99) 98508-6240

FELTEC
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Folha nº 15
Processo nº 111-2022
Rubrica

12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	R$ 15,45	R$ 2.317,50
13	Bambolês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	UND	100	R$ 19,57	R$ 1.957,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	UND	100	R$ 83,43	R$ 8.343,00
15	Bola Ping Pong	UND	120	R$ 5,70	R$ 684,00
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	UND	120	R$ 71,07	R$ 8.528,40
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	UND	20	R$ 81,37	R$ 1.627,40
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	UND	15	R$ 26,89	R$ 403,35
			VALOR TOTAL		**R$ 239.151,65**

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social: J I DA S ALMEIDA		CNPJ: 27.240.015/0001-83
Endereço: Rua Ceara, 1427 a - Centro.		Tel/Fax: (99)98522-8934
CEP: 65907-090	Cidade: Imperatriz	UF: Maranhão
Banco: BANCO DO NUBANK	Agência: 0001	C/C: 10209379-9
E-mail: feltec402@gmail.com	Pix:27.240.015/0001-83	

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social: J I DA S ALMEIDA		CNPJ: 27.240.015/0001-83
Endereço: Rua Ceara, 1427 a - Centro.		Tel/Fax: (99)98522-8934
CEP: 65907-090	Cidade: Imperatriz	UF: Maranhão
Banco: BANCO DO NUBANK	Agência: 0001	C/C: 10209379-9
E-mail: feltec402@gmail.com	Pix:27.240.015/0001-83	

J I DA S ALMEIDA:27240015000183

Assinado de forma digital por J I DA S ALMEIDA:27240015000183
Dados: 2022.12.01 16:27:02 -03'00'

Imperatriz –MA, 01 de dezembro de 2022

FELTEC SOLUÇÕES TECNOLOGICAS
CNPJ nº 27.240.015/0001-83

Folha nº 16
Processo nº 111-2022
Rubrica

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO –MA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR. UNIT	VLR TOTAL
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	UND	300	R$ 190,55	R$ 57.165,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 185,40	R$ 46.350,00
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	UND	100	R$ 154,50	R$ 15.450,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 721,00	R$ 14.420,00
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	UND	20	R$ 463,50	R$ 9.270,00
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	R$ 176,13	R$ 44.032,50
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	UND	10	R$ 54,15	R$ 541,50
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8	R$ 237,50	R$ 1.900,00
9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	R$ 257,50	R$ 12.875,00
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	R$ 203,94	R$ 10.197,00
11	MEDALHAS	UND	300	R$ 10,30	R$ 3.090,00
12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	R$ 15,45	R$ 2.317,50

13	Bambolês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	UND	100	R$ 19,57	R$ 1.957,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	UND	100	R$ 83,43	R$ 8.343,00
15	Bola Ping Pong	UND	120	R$ 5,70	R$ 684,00
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	UND	120	R$ 71,07	R$ 8.528,40
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	UND	20	R$ 81,37	R$ 1.627,40
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	UND	15	R$ 26,89	R$ 403,35
				VALOR TOTAL	**R$ 239.151,65**

Porto Franco – MA, 02 de dezembro de 2022.

E F P DE OLIVEIRA EIRELI
Rua Joaquim Pereira , N.° 266 – Loja 01, Centro - Porto Franco - MA
CNPJ (MF) N.° 06.635.609/0001-13
Matheus Bezerra Rodrigues
Representante Credenciado
CPF (MF) N.° 062.117.343-29
RG N.° 1232245990-SSP/MA

AUTOMATECH
IMPRESSORAS

Folha nº 18
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

COTAÇÃO DE PREÇOS

A empresa Eduardo de Lima Zavarize Serviços, registrada sob o CNPJ: 24.850.817/0001-17 Inscrição estadual nº 12493288-6, através de seu representante Eduardo de Lima Zavarize, brasileiro, casado, CPF nº 881.499.602-44, RG: 21650042002-7, submete a Prefeitura Municipal De São João do Paraíso CNPJ nº: 01.597.629/0001-23 a cotação de preços dos itens abaixo:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	CARTUCHO TONER BROTHER 1060/1000	BROTHER	UNID	70	R$ 91,00	R$ 6.370,00
2	CARTUCHO TONER BROTHER 660/3392	BROTHER	UNID	60	R$ 146,00	R$ 8.760,00
3	FOTOCONDUTOR BROTHER dr 660/2370	BROTHER	UNID	65	R$ 336,00	R$ 21.840,00
4	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM COMPUTADOR: CONSISTE EM REALIZAÇÃO DE REPAROS EM COMPONENTES COM SUBSTITUIÇÃO DE PEQUENAS PEÇAS QUANDO FOR O CASO (EXCETO PLACA-MÃE) COM DIAGNÓSTICOS E REPAROS DE HARD DISK; FONTES; E MEMÓRIAS.	SERVIÇO	SERVIÇO	60	R$ 366,00	R$ 21.960,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER LASER	SERVIÇO	SERVIÇO	60	R$ 366,00	R$ 21.960,00
6	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASER CONSISTE EM LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DOA IMPRESSORA; SUBSTITUIÇÃO DE PEQUENAS PEÇAS QUANDO FOR O CASO; GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇO	75	R$ 361,00	R$ 27.075,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
CNPJ: 01.612.629/0001-23

	MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS						S P MARTINS		E T P DE OLIVEIRA		FELTEC		MÉDIA	
ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	EDUC	ASSIST.	ESPORT	V. UNIT	V. TOTAL	V. UNIT	V. TOTAL	V. UNIT	V. TOTAL	UNIT	MEDIA
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO Especificação: Modelo 3x3 PRO IX COM 8 GOMOS A PEÇA É FABRICADA COM PU CIRCUNFERENCIA APROXIMADA 72C - 74 CM, CAMARA 100 % BORRACHA BUTILICA PESO APROXIMADO 570G - 580 G MIOLO REMOVIVEL	UND	300	50	50	200	R$ 179,17	R$ 53.751,00	R$ 260,33	R$ 57.265,00	R$ 185,00	R$ 55.000,00	R$184,83	R$ 55.482,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL Especificação: OFICIAL MAX 1000 MIOLO CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	60	35	155	R$ 176,13	R$ 44.032,50	R$ 186,40	R$ 46.600,00	R$ 180,00	R$ 45.000,00	R$180,51	R$ 45.127,50
3	BOLA VÔLEI Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MS 3500 FUSION CONFECCIONADA # EM AMORTADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 8,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL PESO ENTRE 260 - 280G CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	UND	100	20	20	60	R$ 144,66	R$ 14.466,00	R$ 194,50	R$ 19.450,00	R$ 140,00	R$ 14.000,00	R$146,72	R$ 14.972,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,300kg. Contém: 01 par.	UND	20			20	R$ 688,28	R$ 13.765,60	R$ 723,00	R$ 14.460,00	R$ 700,00	R$ 14.000,00	R$703,76	R$ 14.071,80
5	REDE DE FUTSAL Especificação: Rede oficial de futenol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	UND	40	5	5	10	R$ 442,46	R$ 8.849,20	R$ 460,50	R$ 9.210,00	R$ 450,00	R$ 9.000,00	R$451,99	R$ 9.039,80
6	BOLA SOCIETY Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	350	50	50	150	R$ 168,53	R$ 42.707,50	R$ 176,13	R$ 44.032,50	R$ 171,00	R$ 42.750,00	R$172,05	R$ 43.007,50
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 118 decibéis. Composição: plástico	UND	10	3	3	4	R$ 61,65	R$ 616,50	R$ 54,15	R$ 541,50	R$ 57,00	R$ 570,00	R$57,60	R$ 576,00
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8			8	R$ 265,57	R$ 2.119,76	R$ 787,50	R$ 1.600,00	R$ 250,00	R$ 2.000,00	R$250,69	R$ 2.006,56
9	TROFEU 1º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$ 266,39	R$ 12.219,50	R$ 257,50	R$ 12.875,00	R$ 250,00	R$ 12.500,00	R$258,03	R$ 12.531,50
10	TROFEU 2º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$ 191,46	R$ 9.503,70	R$ 203,04	R$ 10.157,00	R$ 198,00	R$ 9.900,00	R$197,83	R$ 9.853,90
11	MEDALHAS	UND	300	50	50	200	R$ 9,09	R$ 2.907,00	R$ 10,32	R$ 3.090,00	R$ 10,00	R$ 3.000,00	R$10,00	R$ 3.001,00
12	Balões Coloridos e resistentes	Sacos	150	25	25	100	R$ 14,39	R$ 2.158,50	R$ 15,45	R$ 2.317,50	R$ 15,00	R$ 2.250,00	R$14,95	R$ 2.242,50
13	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	Unid	100	40	40	20	R$ 18,54	R$ 1.856,00	R$ 19,57	R$ 1.957,00	R$ 19,00	R$ 1.900,00	R$18,03	R$ 1.805,00
14	Bola (indicação nº 12 matrizada de borracha sendo slip system removível e lubrificado circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Und	100	25	25	50	R$ 78,34	R$ 7.834,00	R$ 88,03	R$ 8.803,00	R$	R$ 8.100,00	R$80,97	R$ 8.092,00
15	Bola Ping Pong	Und	120	40	40	40	R$ 6,49	R$ 778,80	R$ 5,70	R$ 684,00	R$ 6,00	R$ 720,00	R$6,06	R$ 727,20
16	Bombas de ar para bolas, Materia: Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	Und	120			120	R$ 68,17	R$ 8.180,40	R$ 71,07	R$ 8.528,40	R$ 69,00	R$ 8.280,00	R$69,41	R$ 8.329,30
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	Unid	20	5	10	5	R$ 77,30	R$ 1.546,00	R$ 81,37	R$ 1.627,40	R$ 79,00	R$ 1.580,00	R$79,22	R$ 1.584,40
18	cordas para pular de nylon, infantil roichel	Unid	15			15	R$ 29,64	R$ 444,60	R$ 26,89	R$ 403,35	R$ 28,30	R$ 424,50	R$28,61	R$ 429,15
								R$ 227.383,86		R$ 239.151,69		R$ 232.474,50	TOTAL	R$ 233.003,61

CLEUDIANE RODRIGUES DOS SANTOS
DIRETORA DEP. DE COMPRAS
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA 09/12/2022

Folha nº 19
Processo nº 444-2022
Rubrica

GABINETE DO PREFEITO

Folha nº 20
Processo nº 111-2022
Rubrica

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a deflagração do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, por Item, pelo Sistema de Registro de Preços, tendo por objeto a eventual contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 029/2020, Decreto Municipal 031/2020, Lei 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas atinentes à espécie.

São João do Paraiso - MA, 14 de dezembro de 2023.

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Folha nº 24
Processo nº 111-2022
Rubrica

PORTARIA N. 109/2021

Dispõe sobre a nomeação do cargo em comissão de ILTON RODRIGUES DE SOUSA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de Pregoeiro Municipal, responsável pela condução das licitações na modalidade pregão presencial e eletrônico, o senhor **ILTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 972.296.283-34.

Parágrafo Único – Os membros da CPL serão os auxiliares direto do pregoeiro, nas execuções dos processos licitatórios, nas modalidades supramencionadas.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 28 DE MAIO DE 2021.

Roberto Regis de Albuquerque
ROBERTO REGIS DE ALBUQUEQUE
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 109/2021 SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, AOS 28 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2021. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PÚBLICAÇÃO RM

CERTIFICADO

Em 03 de julho de 2020, certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Pregão Eletrônico em Prefeituras: formação e atualização de Pregoeiros**, na modalidade EAD, realizado de 29 de junho a 03 de julho de 2020, com carga horária de 16 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto CERTAME

A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

Folha nº 22
Processo nº 211-2022
Rubrica

Código do Certificado: 62368A09A7D8E14412420 · Verifique autenticidade em: www.e-certificado.com

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet)**, na modalidade presencial, realizado nos dias 13 a 17 de dezembro de 2021, em São Luís/MA com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 17 de dezembro de 2021.

instituto CERTAME

Arianne B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

Folha nº 24
Processo nº 11. 2022
Rubrica

Código do Certificado: 1165470A3469F6474412420 · Verifique autenticidade em: www.e-certificado.com

CERTIFICADO

Instituto Brasileiro de Licitações

CERTIFICAMOS QUE

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

Detentor(a) do CPF sob nº 972.296.283-34 participou do **Curso de Capacitação em Licitações e Formação de Pregoeiro**, realizado na cidade de IMPERATRIZ-MA, nos dias 19 e 20 de Outubro de 2017, com carga horária de 16 horas.

Certificamos ainda que o (a) aluno (a) está capacitado (a) à desempenhar suas funções profissionais, inclusive a de pregoeiro, com base na Lei nº 8.666/1993 (atualizada), Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 147/2014 (atualizada), e legislação complementar vigente.

Folha nº 26
Processo nº 111-2017
Rubrica

IMPERATRIZ-MA
20/10/2017

DIRETOR PRESIDENTE
Marcos Muniz Matos

IBL
Instituto Brasileiro de Licitações

Folha nº 28
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIFICADO

Certificamos que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

Participou da **SEMANA ESPECIALISTA NOVA LEI DE LICITAÇÕES** com carga horária total de 8 (oito) horas, nos dias 24 a 26 de maio de 2021.

Professor Matheus Carvalho

ESPECIALISTA RECONHECIDO

eLicita

forseti
TECNOLOGIA EM LICITAÇÃO

CERTIFICADO

Certificamos que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou do evento **9ª Edição do Fórum Virtual de Licitações**, realizado no período de 08 a 10 de novembro de 2021, na plataforma via YouTube com carga horária de 12 horas.

São Paulo, 10 de novembro de 2021

Marcelo Valle
Diretor

Ricardo Dantas
Palestrante

Nelson Silva
Diretor

Folha nº 29
Processo nº 111-2022
Rubrica

Código do Certificado: 1129153A6645031A4412420 · Verifique autenticidade em: www.e-certificado.com

CERTIFICADO DE TREINAMENTO

Conferimos este certificado à

Ilton Rodrigues De Sousa

por sua participação no treinamento da plataforma
Licitanet Licitações Eletrônicas na data do dia **28/07/2021**
com carga horário de **5 horas**.

PAULO GUSTAVO DE OLIVEIRA LOURENÇO
Fundador e CEO

Folha nº 30
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certificamos que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou do Treinamento A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS e FORMAÇÃO DE PREGOEIROS, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2022, realizado pela Licitanet Licitações Eletrônicas 4.0 e ministrado pelo Prof. Saulo David, com 12 horas de duração.

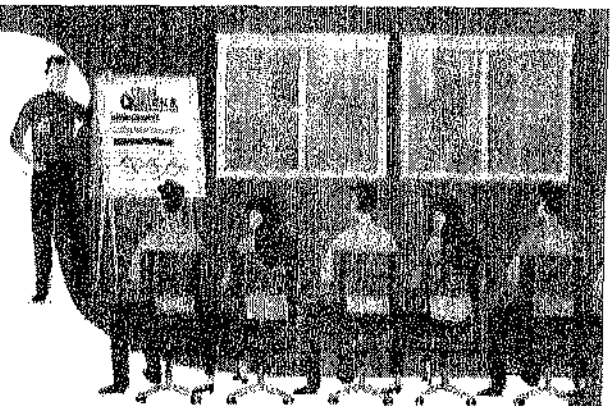
SAULO ALVES DAVID:04811904494

Assinado de forma digital por SAULO ALVES DAVID:04811904494
Dados: 2022.01.25 14:42:27 -03'00'

LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Folha nº 24
Processo nº MM-2022
Rubrica

CNM QUALIFICA
SEMINÁRIOS DE QUALIFICAÇÃO



CERTIFICADO

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com Instituto Paulo Ziulkoski - IPZ, certificam que

Ilton Rodrigues de Sousa

participou do **08/07 - CNM Qualifica EaD: Pregão Eletrônico a Luz do Decreto 10.024/2019**, realizado nos dias 08/07, 09/07, com carga horária de 6 horas, em Porto Alegre/RS.

Brasília/DF, 10 de Julho de 2020.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM (CNM 2018)

Cledemir Arioldi
Presidente da CNM 2018-2022

IPZ

Folha nº 32
Processo nº 111-2022
Rubrica

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Folha nº 33
Processo nº 111-2022
Rubrica

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão Permanente de Licitação, AUTUO o Processo Administrativo nº 111/2022, com solicitação datada do dia 12 de dezembro de 2022, que deu origem ao presente processo licitatório que adiante se vê, para constar, lavrei este termo. Eu, Ilton Rodrigues de Sousa, Pregoeiro Municipal, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico

Requisitantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Descrição: Registro de Preços para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA..

ESTIMATIVA DO VALOR

O valor estimado para o objeto da licitação é **R$ 233.003,61 (duzentos e trinta e três mil, três reais e sessenta e um centavos).**

PEÇAS PRÉ-EXISTENTES

São consideradas peças pré-existentes: Solicitação da Secretaria Requisitante, Termo de Referência, Justificativa da contratação, Pesquisa de Preços de Mercado, e Autorização para Deflagração de Procedimento Licitatório, constantes dos autos.

São João do Paraiso - MA, 19 de dezembro de 2022.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Folha nº 34
Processo nº 111-2022
Rubrica

A
Procuradoria do Município
Sr. Rawlison Lopes Bezerra de Sá
Procurador Adjunto Geral
Nesta.

ASSUNTO: Análise e Parecer sobre a Minuta de Edital e Anexos.

Para análise e parecer sobre a minuta do edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 002/2023 e processo administrativo n° 111/2022, do tipo MENOR PREÇO, por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

São João do Paraiso - MA, 21 de dezembro de 2022.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

DADOS DO CERTAME

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023 - SRP

TIPO: Menor Preço

PROCESSO Nº: 111/2022

Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PUBLICA
Endereço Eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Endereço para retirada do Edital: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br

☐ LICITAÇÃO COM ITENS EXLUSIVOS PARA MEs / EPPs

☒ LICITAÇÃO EXLUSIVA PARA MEs / EPPs

☐ LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
☒MENOR PREÇO: Intervalo de R$ 0,01
☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %

OBJETO: Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

Órgão Solicitante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 13h:00min do 16/01/2023

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 13h:00min do 16/01/2023

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 07h:30min do 19/01/2023

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h:00min do 19/01/2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h:20min do 19/01/2023

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° XXX/2023

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, **na forma ELETRONICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 030/2020, Decreto Municipal nº 031/2020 - SRP, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito Municipal para a homologação.

1.5. O Edital estará disponível gratuitamente na página - https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I deste edital).

2.2. O valor total estimado para execução do objeto desta licitação é de **R$ 233.003,61 (duzentos e trinta e três mil, três reais e sessenta e um centavos),** tendo por referência os preços constantes das pesquisas de preços realizadas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar valores e dotações orçamentárias futuras, somente de acordo com as necessidades.

18.2. A presente licitação de registro de preços será somente para registrar preços de mercado sem a necessidade de Reserva Orçamentária, em casos que a Administração resolver fazer uma possível contratação dos preços registrados, terá que ter nº. de Dotação no contrato na nota de empenho ou na ordem de fornecimento, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

4.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

4.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

4.11. alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

5.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Que estejam cadastradas no SICAF ou na Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, nos termos do Decreto Municipal nº 030/2020 - CRC; ou

5.3. Que não estejam cadastradas ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências de **HABILITAÇÃO**, deste edital.

5.4. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

6.1.1. Empresas que não atenderem às condições deste edital;

6.1.2. Pessoas físicas não empresárias;

6.1.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

6.1.4. As sociedades empresárias que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.1.5. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);

6.1.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA;

6.1.7. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos

materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.1.8. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.1.9. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

6.1.10. Estrangeiras que não funcionem no país;

6.1.11. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA;

6.1.12. Empresas [incluindo empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável(eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação] que estão respondendo processo judicialmente com sentença definitiva ou trânsito em julgado, em quaisquer esferas governamentais, relativamente a fraudes em licitações públicas, danos ao erário público e/ou formação de quadrilha;

7. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso – MA, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

8. DA COTA RESERVADA:

8.1. Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006, o item será reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço citado, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

9.2. O licitante não poderá ofertar bens em quantidades inferiores ao total do objeto, observado o limite mínimo de quantitativos previstos no Anexo I deste Edital.

9.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.4. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.4.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.4.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

9.4.3. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

9.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

9.8.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 45, quando for o caso;

9.8.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, caso que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.8.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

9.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão o licitante às sanções previstas neste Edital.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

10.11. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.12. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

10.16. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas

MINUTA

http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11. DO EMPATE:

11.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

11.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **11.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

11.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando o prosseguimento ao certame na forma do **item 10** e seguintes;

11.1.3. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020'.

11.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do **item** Erro! Fonte de referência não encontrada. e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

11.1.7. O disposto nos subitens **11.1** a **11.1.5**, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

11.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

11.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

11.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

11.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

11.2.5. Sorteio.

11.3. Caso não exista proposta apresentada para os itens reservados à participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, o licitante classificado em primeiro lugar para o item de mesmo objeto será dada a oportunidade de, querendo, ampliar a sua cotação para atender a totalidade da demanda, atendendo o último lance ofertado.

11.4. A proposta declarada vencedora será inserida na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

12. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

12.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

13.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de **2 horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

13.2.1. A proposta deve conter:

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item (ou lote) ofertado (conforme especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A **descrição** mínima **do** objeto de forma a demonstrar que o produto atenda as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

d) Marca, modelo, tipo, fabricante e procedência;

e) O prazo de garantia do bem, contados do recebimento definitivo do objeto;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

g) Prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente;

h) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

13.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá requisitar catálogos, folhetos, folders, fotos ou outra forma de comprovação de que os produtos ofertados atendem a especificação, que deverão ser encaminhados na forma e prazo definidos no item **13.2.**

13.3.1. A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;

13.4. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem **13.2.1**, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

13.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preços, especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

13.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

13.6.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

MINUTA

13.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

13.8. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no **item 13.1**.

13.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 12 e 13**.

13.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 032/2020, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 11** deste edital, se for o caso.

13.12. A proposta original, com todos os requisitos do **item 13.2.**, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA localizada Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraiso/MA | E-mail: cplsjp@outlook.com, aos cuidados do Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº XXX/2023 - PMSJP.

14. DA AMOSTRA:

14.1. O detentor da melhor proposta poderá ser instado a apresentar amostra do produto ofertado na forma estabelecida no Termo de Referência, contados a partir da requisição do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no material.

14.1.1. A amostra será requisitada somente da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, na fase de aceitação de propostas.

14.2. Será rejeitada a amostra, e consequentemente a proposta, que:

14.2.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas ou resultados nos testes previstos no Termo de Referência;

14.2.2. Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso; ou

14.2.3. Apresentar indícios de produto usado, recondicionado ou adaptado;

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

14.3. A avaliação da amostra será realizada pelo responsável da Secretaria requisitante, cujo resultado será reproduzido em Laudo, acessível aos licitantes, consignando as razões que levaram à aceitação ou à rejeição da amostra.

14.4. O Laudo previsto deste Instrumento será acompanhado de fotografias digitais, sempre que possível, que servirão como meio de provas e suporte das razões de aprovação e/ou reprovação da amostra.

14.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e conter os respectivos prospectos e manuais exigidos no Termo de Referência, se for o caso, acompanhada das informações quanto às suas características.

14.6. A amostra aprovada será considerada uma unidade do item fornecido e ficará retida até a entrega do material pela adjudicatária para verificação de conformidade do lote entregue com a amostra apresentada, que poderá ser considerada para fins dedução do quantitativo de recebimento.

14.7. Após a análise das amostras, o licitante poderá recolher a amostra que não foi retida em até 15 (quinze) dias úteis da data de emissão do Laudo de Verificação de Conformidade da Amostra.

14.8. Após esse prazo, não havendo a retirada da amostra, essa será descartada.

14.9. A análise da amostra poderá ser acompanhada pelos licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerido pelo interessado.

14.10. O ônus do envio da amostra e de sua retirada nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA, será de total responsabilidade do licitante.

14.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) arrematante(s) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda as especificações constantes no Termo de Referência; ou

14.12. Se o Termo de Referência não exigir apresentação de amostra, substituir os itens 12.1 a 12.11 pelo seguinte texto:

14.13. Não será exigida amostra do objeto do presente certame, estando as licitantes cientificadas de que os produtos ofertados devem atender as exigências e especificações mínimas constantes no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital, sob pena de recusa de recebimento do(s) bem(ns), sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

MINUTA

15.1.1. SICAF;

15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

15.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php/);

15.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br);

15.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

15.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

15.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação consistente em **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis com o objeto desta licitação.

II – Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101 de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

III – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do **SICAF**, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**.

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo **subitem 15.3.3** deste edital.

MINUTA

IV – Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.2.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

15.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

15.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII –Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; (**Quando autorizada a participação de cooperativa no termo de referência**)

VIII – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012; (**Quando autorizada a participação de agricultor familiar no termo de referência**)

MINUTA

IX – Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); (**Quando autorizada a participação de produtor rural no termo de referência**).

15.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

15.3.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

15.3.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

15.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem

MINUTA

a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) constante(s) do Anexo I deste edital.

15.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis com o objeto desta licitação;

15.3.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

15.3.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.4. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

15.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de

MINUTA

pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.4.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.4.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

15.4.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.5. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

15.5.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 2 (duas horas), exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema.

15.5.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 13.11** deste Edital.

15.5.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

15.5.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (**itens 15.2, II, e 15.3.3, I**).Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

15.5.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e no Decreto Municipal 032/2020, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.5.8. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração da proposta que melhor atenda a este edital.

15.5.9. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

16. DOS RECURSOS:

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer na Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA localizada na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de segunda à sexta-feira, das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

16.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo,

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.6. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

16.7. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito de São João do Paraiso/MA, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será feita, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Prefeito de São João do Paraiso/MA.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 21** deste Edital.

18.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso e devidamente aceito pela Administração.

18.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4. DO CADASTRO RESERVA:

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

18.4.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, respeitada a ordem de classificação.

18.4.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.4.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18.4.4. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor e os documentos de habilitação, quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.

18.4.5. A convocação dos componentes do cadastro reserva ocorrerá, respeitada a ordem de classificação, quando o beneficiário da Ata de Registro de Preços tiver seu registro cancelado.

18.5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.5.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, na forma do Decreto Municipal nº 031/2020 - SRP, mediante prévia consulta ao órgão que promove a licitação, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5.3. A adesão a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do total registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 - SRP.

18.5.4. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder a exceder ao dobro do quantitativo do volume registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 – SRP'.

18.6. DOS ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.6.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.7. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

18.7.1. Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o

acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

18.7.2. Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

18.7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18.7.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

18.7.5. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

18.7.6. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

18.7.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.7.8. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

18.7.9. Na hipótese do parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

18.7.10. Quando o preço de mercado tornar - se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes da Ordem de Fornecimento;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

c) Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.8. DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA

18.8.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação e assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

19.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e observará os termos contidos na minuta Anexo VII deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

19.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do e-mail de convocação.

19.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria requisitante.

19.5. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

19.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19.8. O prazo de vigência do contrato será a partir da sua assinatura, prorrogável na ocorrência de uma das hipóteses dispostas no art. 57, 1º da Lei nº 8.666/1993.

19.9. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VII deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:

I – as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;

II – critérios para o recebimento do objeto;

III – prazos e condições de pagamento;

IV – atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;

V – hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

MINUTA

19.10. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

19.11. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições de acompanhamento e fiscalização.

19.12. É permitida a subcontratação parcial do objeto observadas as condições reguladas no Contrato e Termo de Referência, deste Edital, ou instrumento equivalente.

19.13. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VII, ou instrumento equivalente.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar o fornecimento do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VII deste Edital, ou no instrumento equivalente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, não aceitar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais.

21.2. A Administração poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao licitante subsidiariamente Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

21.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções definidas na minuta do contrato, anexo VII deste edital ou dispostas em instrumento equivalente.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente nas normas internas da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, observado o princípio da proporcionalidade.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e cadastro Municipal.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.2. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.3. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.4. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

22.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

22.10. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

22.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

MINUTA

22.13. O foro da cidade de Porto Franco/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

22.14. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico mencionado neste Edital.

22.15. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br.

22.17. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

23.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

23.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

23.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

23.1.5. ANEXO V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

23.1.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;

23.1.7. ANEXO VII – Minuta de Contrato.

São João do Paraiso/MA, 03 de janeiro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
PREGOEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 A contratação se faz necessária para atender as necessidades das Secretarias do Município de São João do Paraiso – MA.

1.2 A contratação deverá obedecer ao procedimento da licitação imposta pela Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI e regulamenta nacionalmente pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais legislações aplicadas à matéria.

1.3 A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 disciplina a licitação na modalidade Pregão. Essa modalidade é utilizada para a contratação de bens e serviços comuns. O Decreto Municipal nº 029/2020 de 23 de julho de 2000 que regulamenta essa modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.

1.4 Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal 032/2020, aplicada a reserva de cota de 25% nos itens de natureza divisível, serão reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ou;

1.5 Por se tratar de licitação com participação exclusiva de Mês / EPPs, não haverá a reserva de cota de 25% para as empresas preferenciais prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO:

2.1. Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

3. ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS EXIGÊNCIAS:

	MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS								
ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	EDUC	ASSIST.	ESPORTE	UNIT	TOTAL	
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO	UND	300	50	50	200	R$184,94	R$	55.482,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL	UND	250	60	35	155	R$180,51	R$	45.127,50
3	BOLA VÔLEI	UND	100	20	20	60	R$149,71	R$	14.971,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL	UND	20			20	R$703,09	R$	14.061,80
5	REDE DE FUTSAL	UND	20	5	5	10	R$451,99	R$	9.039,80
6	BOLA SOCIETY	UND	250	50	50	150	R$172,03	R$	43.007,50
7	APITO OFICIAL	UND	10	3	3	4	R$57,60	R$	576,00
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8			8	R$250,82	R$	2.006,56

9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$250,63	R$	12.531,50
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$197,93	R$	9.896,50
11	MEDALHAS	UND	300	50	50	200	R$10,00	R$	3.000,00
12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	25	25	100	R$14,95	R$	2.242,50
13	Bambolês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	Unid	100	40	40	20	R$19,05	R$	1.905,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removivel e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Und	100	25	25	50	R$80,92	R$	8.092,00
15	Bola Ping Pong	Und	120	40	40	40	R$6,06	R$	727,20
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	Und	120			120	R$6[illegible]	R$	8.329,20
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	Unid	20	5	10	5	R$79,22	R$	1.584,40
18	Cordas para pular de nylon, infantil reichel	Unid	15			15	R$28,21	R$	423,15
								R$ 233.003,61	

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

4.1 Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, no horário das 08:00 às 13:00h;

4.2 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas a fim de que o objeto seja fornecido de acordo com o pedido;

4.3 O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento, serviços ou documento equivalente;

4.4 Fornecer o objeto conforme especificação, modelo e preço;

4.5 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições pactuadas;

4.6 As embalagens e rótulos devem estar íntegros, sem manchas ou outras inadequações e devidamente lacrados. Devem possuir as seguintes informações: lote de fabricação, e descrição em português; tamanho, identificação de marca e modelo; quantidade; conteúdo, especificações do material.

4.7 Os materiais devem ser entregues na embalagem original do fabricante. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos produtos. Se importado, deve conter a etiqueta em português.

4.8 A embalagem deverá informar as condições de armazenagem como: temperatura, limite de empilhamento etc.

MINUTA

4.9 Nota fiscal de venda: além das informações obrigatórias previstas em lei, deverá constar na nota fiscal o número e o item da Ordem de Fornecimento.

4.10 Os produtos devem ser entregues na embalagem original do fornecedor. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos materiais.

4.11 Para composição dos preços deverá ser considerado as despesas com entrega dos produtos de forma parcelada conforme solicitações da secretaria pois o mesmo será por conta da contratada. Todas as demais despesas serão de inteira responsabilidade da proponente, não sendo aceito qualquer acréscimo no valor da proposta sob alegação de despesas não previstas.

5. FASES DO RECEBIMENTO:

5.1 O recebimento ocorrerá em três momentos: ato, recebimento provisório e recebimento definitivo;

5.2 O recebimento dos produtos ocorrerá de acordo com a programação de entregas. Será aceito o recebimento de parcelas programadas com até cinco dias de antecedência, salvo se previamente aprovado;

5.3 Os produtos/serviço entregue deverá ser obrigatoriamente da marca e modelo conforme consta na Ordem de Fornecimento/Serviços (OF/S);

5.4 No ato do recebimento serão conferidas as informações especificadas na Nota Fiscal (NF), a Ordem de Fornecimento/Serviço (OF/S) e o material/serviço entregue. No caso de divergência de qualquer tipo (ex: quantidade, integridade, validade ou embalagem) SERÁ RECUSADO O RECEBIMENTO parcial (até 50% da NF) ou total, com a devida justificativa no verso da NF, ou será emitida Nota Fiscal de Devolução parcial (DF).

5.5 É responsabilidade do fornecedor, firmar contratos com seus prestadores de serviço de transporte prevendo a espera durante o processo de recebimento/conferência, assim como prever o retorno com o material devolvido/recusado na mesma ocasião.

5.6 Após esta fase de recebimento, o material passa a ser considerado em recebimento provisório.

5.7 No recebimento provisório a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, terá até 5 dias consecutivos para conferência e recebimento definitivo. Os volumes serão abertos para verificar se os materiais estão de acordo com a solicitação, OF/S, marca/modelo e quaisquer outras verificações julgar necessárias.

5.8 No caso de divergência relevante o fornecedor será notificado para manifestação e solução no prazo máximo de 2 dias úteis. Passado este prazo, estará sujeito a sanções administrativas previstas no Termo de Referência e Edital.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

5.9 As despesas para destinação dos materiais entregues com inadequações (ocorrências) serão de inteira responsabilidade do fornecedor, seja por transporte ou descarte, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

7.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro horas) prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

7.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

7.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

7.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

MINUTA

7.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 A **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações deste Termo de Referência;

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

8.1.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. DA FISCALIZAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 A fiscalização do objeto será exercida pela Secretaria Municipal, por meio de unidade competente da forma que lhe convier;

9.2 À Secretaria Municipal é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

9.3 A supervisão por parte da Secretaria Municipal, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

9.4 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratado.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Pela inexecução total ou parcial de obrigações assumidas em decorrência da presente licitação, sujeitará a FORNECEDORA às seguintes sanções, mediante notificação prévia e escrita e exercício da ampla defesa e do contraditório:

11.2 Advertência.

11.3 Multa.

11.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, por até 5 (cinco) anos.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

12.2 Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado.

13. DAS AMOSTRAS:

13.1 É facultado a solicitação de amostras ao(s) licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente ao(s) item(ns) do objeto desta licitação, sempre que possível, para verificação das características conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada, no período de 03 (três) dias úteis a contar da data da solicitação.

13.2 Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, as referidas amostras deverão ser substituídas por outras que satisfaçam plenamente a todas as especificações contidas no Termo de Referência e no respectivo edital. Para tanto será concedido o prazo máximo 2 (dois) dias úteis após a análise.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1 Integram este Termo de Referência as Pesquisas de Preços de Mercado.

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO II
"MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezado senhor,

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
   Razão Social:
   CNPJ:
   Endereço:
   E-mail:
   Fone:

2. Representante legal que assinará a Ata e Contrato:
   Nome:
   Cédula de identidade/órgão emissor:
   CPF:
   Cargo/Função:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Proposta de Preços Valor Total: R$ ..... (.....).
Prazo de validade da proposta: .....
Prazo de entrega: .....
Dados Bancários (Banco/Agência / Conta - corrente): .....

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

.....(.....), ... de ..... de .....

Representante Legal

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO III

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão nº XXX/2023

Prezado Senhor,

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos de mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão nº XXX/2023

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

MODELO

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO V

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão nº XXX/2023

Prezado Senhor,

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

MINUTA

....., (.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 111/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2023

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de ____, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA**, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.597.629/0001-23, através da Secretaria Municipal _____, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, RESOLVE registrar os preços da licitante signatária, vencedora do Pregão Eletrônico nº XXX/2023, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para _____, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, no Decreto Municipal nº 031/2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie:

LICITANTE:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:						
TELEFONE:						
EMAIL:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QTD.**	**MARCA**	**P. UNITÁRIO REGISTRADO (R$)**	**P. TOTAL REGISTRADO (R$)**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS,** pelo período de 12 (doze) meses, para _____, conforme especificações do Anexo I do edital (Termo de Referência) e proposta apresentada.

Parágrafo Primeiro - A quantidade prevista no Termo de Referência- ANEXO i, é estimada para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de adquirir, em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item específico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao detentor da ata de Registro de Preços, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de execução em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços a licitante assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto n.º 031/2020.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, para que este indique os possíveis Contratadas e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta execução não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: Os produtos adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação do setor competente a emitir a Ordem de Fornecimento, que serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A cada solicitação será formalizada a emissão da Ordem de Fornecimento onde serão detalhados os produtos, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho, a ser encaminhada à Empresa detentora do Registro de Preços (contratada) por meio eficaz.

Parágrafo primeiro: Os produtos serão fornecidos de forma parcelada, devendo o mesmo ser efetuado conforme as necessidades da Secretaria solicitante e conforme a Ordem de Fornecimento, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

MINUTA

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

Parágrafo primeiro: O pagamento será feito em favor da empresa(s) registrada(s) na Ata de Registro de Preços, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo segundo: A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria que emitir a ordem de fornecimento, acompanhada das Certidões listadas na Cláusula Quinta desta ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro: A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pela fiscalização dos produtos.

Parágrafo quatro: O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto: Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que lhe assista direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

Parágrafo sexto: A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da Secretaria Requisitante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

Parágrafo primeiro: Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

Parágrafo segundo: Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo terceiro: A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato. Junto com o

MINUTA

requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

Parágrafo quarto: A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo quinto: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. Na hipótese deste paragrafo, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA convocará os demais Licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorreu antes do pedido de fornecimento dos produtos;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente Ata de Registro de Preços, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da detentora dos preços registrados na Ata estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

MINUTA

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata e dos contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I deste parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- A pedido, quando:

  a) Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

  b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado;

- Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, quando a empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s):

  a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

  b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

  c) Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;

MINUTA

d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

- **Automaticamente:**

a) Por decurso de prazo de vigência da Ata;

b) quando não restarem licitantes registrados;

Parágrafo primeiro: Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os licitantes remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

Parágrafo segundo: O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

CLÁUSULA NONA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Parágrafo Único: A contratação com as licitantes vencedoras registradas será formalizada pela Secretaria que aderir a ata de registro de preços, por intermédio de contrato ou instrumento equivalente, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

Durante o período de vigência da presente Ata, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação – com elevação ou redução de seus respectivos valores – em função da dinâmica do mercado, obedecida às disposições constantes no **Decreto Municipal nº 031/2022** e comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Primeiro: Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA promoverá o aditamento do compromisso de execução do objeto, conforme o artigo 65, II da Lei Federal n.º 8.666/93, ou formalmente desonerará a licitante em relação ao item.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- Caberá à **CONTRATANTE**:

a) prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

b) atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo e na Minuta da Ata de SRP ou Contrato;

MINUTA

c) efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

- Caberá à **CONTRATADA**:

a) respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências das unidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

b) fornecer os produtos cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no termo de referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXX/2023 e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedoras do Certame Licitatório.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93, 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 031/2020, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São João do Paraiso/MA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São João do Paraiso/MA, ___de _____ de 2023.

XXXXXXXXX
Secretária Municipal .....
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

_____
CPF Nº

_____
CPF Nº

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023
ANEXO VII

"MINUTA DO CONTRATO"

CONTRATO Nº _____.
PROC. ADM. Nº ____/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., situada na ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de _____, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ _____ (...).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, classificada conforme abaixo especificado:

.....
.....
.....

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração dos respectivos créditos orçamentários, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até _____ de _____ de ____

5.2. A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar, conforme **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 39 DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.**

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1. O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, II, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

6.2. O recebimento e aceitação do fornecimento dos produtos dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Secretaria Municipal de _____, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a qualidade, assiduidade, pontualidade e quantidades solicitadas na ordem de fornecimento/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. 1.1 Banco: .....

7. 1.2 Agência: .....

7. 1.3 Conta: .....

7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.3. A fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.4. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1 desta cláusula.

7.6 Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

9.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

10.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.3 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

11.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

11.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da qualidade dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

14.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com a apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

14.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

14.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

14.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

14.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

14.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

14.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

14.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações do Termo de Referência;

14.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

14.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

14.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

15.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital; na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS:

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

MINUTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

19.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

20.1 Em conformidade com o Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

São João do Paraiso, ... de ..... de .....

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Secretaria Municipal de xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxx
Contratante

.....
Sr. .....
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Pregão Eletrônico nº 02/2023. Processo nº 111/2022. Objeto: contratação de empresas para fornecimento de artigos esportivos.

Trata- se de manifestação do Procuradoria Geral do Município acerca o Pregão Eletrônico nº 02/2023. Processo nº 111/2022. Objeto: contratação de empresas para fornecimento de artigos esportivos.

O Processo veio instruído com toda a documentação exigida, tanto pela lei 8666/93 quanto pela lei 10.520/02 e pelo DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. Ficou estabelecido no edital o menor preço por item como critério de julgamento, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93. Consta nos autos ainda, pesquisa de preços ,bem como declaração com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal - a saber, indicação da fonte de custeio para arcar com o dispêndio e adequação da despesa com a Lei Orçamentária.

Ainda em análise, consta no processo cópia, do, ato ,de designação do pregoeiro, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato instruído de .edital ,de licitação especificações do objeto, modelo de proposta de preços, modelo de procuração/credenciamento para a prática de atos-concernentes ao certame e demais modelos de declarações, cumprimento aos requisitos de habilitação, etc. Relatado o pleito e apontado os documentos juntados, passamos ao parecer.

ANÁLISE JURÍDICA

Prefeitura de SÃO JOÃO DO PARAISO-MA, A lei nº 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais (art. 1°, Parágrafo único), com as seguintes caracteristicas:

A licitação na modalidade pregão eletrônica características:
I - Definição do objeto de forma clara e sucinta;
II - Local a ser retirado o edital;
III - Local, data e horário para abertura da sessão;
IV - Condições para participação;
V - Critérios para julgamerito;
VI - Condições de pàgamento;
VII - Prazo e condições para assinatura do contrato;
VIII - Sanções para o caso de inadimplemento;
IX - Especificações e peculiaridades da licitação.

Ademais, propicia à Administração os seguintes benefícios.

Economia, a busca de melhor preço gera economia financeira;
Desburocratização do procedimento licitatório;
Rapidez - licitação mais rápida e dinâmica para as contratações.

Acerca das minutas do edital e do contrato, verifica-se que as disposições estão em harmonia com as determinações das leis 8.666/93 e 10.520/02, bem como com as orientações do Tribunal de Contas do Estado.

Fase preparatória

Inicialmente é importante mencionar o art. 3° da Lei nº 10.520/2002 que relaciona os atos que devem ser seguidos pela administração durante a fase preparatória, in verbis: Art. 3° A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes limitem a competição;
III-dos autos do procedimento constarão a justificativas referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
IV - autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o, pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

§ 1° A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, a minuta do edital e do contrato. Nesse sentido deverá ser considerado todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas, sendo respeitados a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes (desde a solicitação, ,autorização até a disponibilidade orçamentária); se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação);definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.
Pesquisa de Preço Processo

O processo possui em seu conteúdo as pesquisas de preços, que permite a mensuração da estimativa de preço e do valor da despesa a ser contratada, a qual deve ser mais ampla possível, envolvendo orçamentos de fornecedores, e/ ou utilizar-se de quaisquer outros meios de para aferir tais valores. Para a obtenção dos valores apurados, foram considerados os preços praticados no mercado local, apurados através de pesquisas entre fornecedores diversos, pesquisas estas que estão acostados nos autos do processo.

Da minuta do contrato
No que concerne a minuta do contrato, esta deve seguir as regras previstas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93. O edital em análise, prevê as cláusulas contratuais relacionadas no corpo da minuta da seguinte forma: cláusula referente ao objeto, preços, vigência, prazo e local de entrega do objeto licitado, dotação orçamentária, reajustamento de preço, obrigações das partes, fiscalização e acompanhamento, pagamento, alteração do contrato, rescisão contratual, penalidades, norma aplicada e foro. Desta forma, entendemos que a minuta do contrato contém as exigências previstas no artigo supracitado.

CONCLUSÃO

Após análise circunstanciada do processo que versa a respeito do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, e ainda, considerando o que dispõe o§ único, do art. 38, da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, é a seguinte manifestação: Considerando que o Edital do Pregão eletrônico consta o objeto da licitação, as condições de participação, critério de julgamento, com ,disposições claras e 1 objetivas, o nome da repartição interessada, sua modalidade, o tipo, a menção à lei 10.520/02 e a lei 8.666/93 e DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. o local o dia e horário para o recebimento das propostas de preços e da documentação, bem como atender as disposições de que trata o art. 40 da Lei 8.666/93; Considerando que até então, o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame; Considerando o disposto no Parágrafo Único do Art. 38 da Lei 8.666/93, a Procuradoria Geral do Município SÃO JOÃO DO PARAISO- MA, resolve aprovar a minuta do edital por estar ao abrigo dos preceitos legais que regem a matéria. Portanto, somos pelo seguimento do processo.

É O PARECER

Este é nosso entendimento, salvo melhor juízo.

São João do Paraiso/MA 26 de dezembro de 2022

Rawlison Lopes Bezerra de Sá
Procurador municipal adjunto
OAB/MA 14578

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Processo Administrativo n° 111/2022

Aos 28 dias do mês de dezembro de 2022, lavrei o presente TERMO de ABERTURA deste Processo Administrativo para a realização de licitação e contratação, que tem como primeira folha a de nº 01, para constar, eu, Ilton Rodrigues de Sousa, Pregoeiro Municipal, subscrevo e assino.

DADOS DO PROCESSO	
ÓRGÃO(S) SOLICITANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO.	**Valor Total R$ 233.003,61 (duzentos e trinta e três mil, três reais e sessenta e um centavos).** ☒Estimado ☐Máximo ☐Referência ☐ Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	☒AQUISIÇÃO ☐SERVIÇO ☐OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☐ Licitação Exclusiva para ME/EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06. ☒ Licitação com itens/lotes exclusivos para ME/EPP e Ampla Participação – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06. ☐ Ampla Participação
MODO DE DISPUTA	☒ ABERTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

	☐ABERTO E FECHADO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒MENOR PREÇO: Intervalo de R$ 0,01 ☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	**Órgão:** ☒SRP:
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA	Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado. **Autorização de Funcionamento (AFE)** da empresa proponente, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária - ANVISA; **Alvara Sanitário ou Licença Sanitária** / Licença de Funcionamento devidamente atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso;
QUALIFICAÇÃO TECNICA	Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	☐NÃO ☒SIM – Prazo para entrega da amostra: ___ dias úteis, a contar da convocação, conforme item _do Termo de Referência.
VISITA TÉCNICA:	☒NÃO ☐SIM, na forma do item _____ do Termo de Referência

São João do Paraiso - MA, 28 de dezembro de 2023.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

DADOS DO CERTAME

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SRP

TIPO: Menor Preço

PROCESSO Nº: 111/2022

Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PUBLICA
Endereço Eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Endereço para retirada do Edital: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br

☐ LICITAÇÃO COM ITENS EXLUSIVOS PARA MEs / EPPs

☒ LICITAÇÃO EXLUSIVA PARA MEs / EPPs

☐ LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
☒MENOR PREÇO: Intervalo de R$ 0,01
☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %

OBJETO: Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

Órgão Solicitante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 13h:00min do 16/01/2023

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 13h:00min do 16/01/2023

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 07h:30min do 19/01/2023

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h:00min do 19/01/2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h:20min do 19/01/2023

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° 002/2023

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRONICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, Decreto e Municipal nº 031/2020 - SRP, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito e propor a homologação.

1.5. O Edital estará disponível gratuitamente na página - https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I deste edital).

2.2. O valor total estimado para execução do objeto desta licitação é de **R$ 233.304,67 (duzentos e trinta e três mil, trezentos e quatro reais e sessenta e sete centavos),** tendo por referência os preços constantes das pesquisas de preços realizadas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar valores e dotações orçamentárias futuras, somente de acordo com as necessidades.

18.2. A presente licitação de registro de preços será somente para registrar preços de mercado sem a necessidade de Reserva Orçamentária, em casos que a Administração resolver fazer uma possível contratação dos preços registrados, terá que ter nº. de Dotação no contrato na nota de empenho ou na ordem de fornecimento, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

4.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

4.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

4.11. alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

5.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Que estejam cadastradas no SICAF ou na Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, nos termos do Decreto Municipal nº 030/2020 - CRC; ou

5.3. Que não estejam cadastradas ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências de **HABILITAÇÃO**, deste edital.

5.4. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

6.1.1. Empresas que não atenderem às condições deste edital;

6.1.2. Pessoas físicas não empresárias;

6.1.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

6.1.4. As sociedades empresárias que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.1.5. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);

6.1.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA;

6.1.7. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos

materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.1.8. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.1.9. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

6.1.10. Estrangeiras que não funcionem no país;

6.1.11. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA;

6.1.12. Empresas [incluindo empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável(eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação] que estão respondendo processo judicialmente com sentença definitiva ou trânsito em julgado, em quaisquer esferas governamentais, relativamente a fraudes em licitações públicas, danos ao erário público e/ou formação de quadrilha;

7. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso – MA, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

8. DA COTA RESERVADA:

8.1. Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006, o item será reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

9.2. O licitante não poderá cotar bens em quantidades inferiores ao total do objeto, observado o limite mínimo de quantitativos previstos no Anexo I deste Edital.

9.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.4. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.4.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.4.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;

9.4.3. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

9.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

9.8.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.8.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.8.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

9.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

10.11. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.12. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

10.16. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas

http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11. DO EMPATE:

11.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

11.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **11.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

11.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do **item 10** e seguintes;

11.1.3. Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020'.

11.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do **item** Erro! Fonte de referência não encontrada. e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

11.1.7. O disposto nos subitens **11.1** a **11.1.5**, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

11.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

11.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

11.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

11.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

11.2.5. Sorteio.

11.3. Caso não exista proposta apresentada para os itens reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ao licitante classificado em primeiro lugar para o item de mesmo objeto será dada a oportunidade de, querendo, ampliar a sua cotação para atender a totalidade da demanda, mantendo o último lance ofertado.

11.4. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

12. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

12.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

13.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de **2 horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

13.2.1. A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item (ou lote) ofertado (conforme especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A **descrição** minima **do** objeto de forma a demonstrar que o produto atenda as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

d) Marca, modelo, tipo, fabricante e procedência;

e) O prazo de garantia do bem, contados do recebimento definitivo do objeto;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

g) Prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente;

h) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

13.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá requisitar catálogos, folhetos, folders, fotos ou outra forma de comprovação de que os produtos ofertados atendem a especificação, que deverão ser encaminhados na forma e prazo definidos no item **13.2.**

13.3.1. A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;

13.4. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem **13.2.1**, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

13.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

13.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

13.6.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

13.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

13.8. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no **item 13.1**.

13.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 12 e 13**.

13.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 032/2020, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 11** deste edital, se for o caso.

13.12. A proposta original, com todos os requisitos do **item 13.2.**, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA loca lizada Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA | E-mail: cplsjp@outlook.com, aos cuidados do Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº 002/2023 - PMSJP.

14. DA AMOSTRA:

14.1. O detentor da melhor proposta poderá ser instado a apresentar amostra do produto ofertado na forma estabelecida no Termo de Referência, contados a partir da requisição do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no material.

14.1.1. A amostra será requisitada somente da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, na fase de aceitação de propostas.

14.2. Será rejeitada a amostra, e consequentemente a proposta, que:

14.2.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas ou resultados nos testes previstos no Termo de Referência;

14.2.2. Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso; ou
14.2.3. Apresentar indícios de produto usado, recondicionado ou adaptado;

14.3. A avaliação da amostra será realizada pelo responsável da Secretaria requisitante, cujo resultado será reproduzido em Laudo, acessível aos licitantes, consignando as razões que levaram à aceitação ou à rejeição da amostra.

14.4. O Laudo previsto deste Instrumento será acompanhado de fotografias digitais, sempre que possível, que servirão como meio de provas e suporte das razões de aprovação e/ou reprovação da amostra.

14.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e conter os respectivos prospectos e manuais exigidos no Termo de Referência, se for o caso, acompanhada das informações quanto às suas características.

14.6. A amostra aprovada será considerada uma unidade do item fornecido e ficará retida até a entrega do material pela adjudicatária para verificação de conformidade do lote entregue com a amostra apresentada, que poderá ser considerado para fins dedução do quantitativo de recebimento.

14.7. Após a análise das amostras, o licitante poderá recolher a amostra que não foi retida em até 15 (quinze) dias úteis da data de emissão do Laudo de Verificação de Conformidade da Amostra.

14.8. Após esse prazo, não havendo a retirada da amostra, essa será descartada.

14.9. A análise da amostra poderá ser acompanhada pelos licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerida pelo interessado.

14.10. O ônus do envio da amostra e de sua retirada nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA, será de total responsabilidade do licitante.

14.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) arrematante(s) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência; ou

14.12. Se o Termo de Referência não exigir apresentação de amostra, substituir os itens 12.1 a 12.10 pelo seguinte texto:

14.13. Não será exigida amostra do objeto do presente certame, estando as licitantes cientificadas de que os produtos ofertados devem atender as exigências e especificações mínimas constantes no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital, sob pena de recusa de recebimento do(s) bem(ns), sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1. SICAF;

15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

15.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php/);

15.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br);

15.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

15.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

15.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação consistente em **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis com o objeto desta licitação.

II – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

III – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do **SICAF**, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**.
a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo **subitem 15.3.3** deste edital.

IV – Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.2.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

15.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

15.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
VII –Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; (**Quando autorizada a participação de cooperativa no termo de referência**)

VIII – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012; (**Quando autorizada a participação de agricultor familiar no termo de referência**)

IX – Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); (**Quando autorizada a participação de produtor rural no termo de referência**).

15.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

15.3.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

15.3.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

15.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem

a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) constante(s) do Anexo I deste edital.

15.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis como o objeto desta licitação;

15.3.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

15.3.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.4. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

15.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de

pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.4.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.4.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

15.4.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.5. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

15.5.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 02 (duas horas), exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema.

15.5.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 13.11** deste Edital.

15.5.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

15.5.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (**itens 15.2, II, e 15.3.3, I**).Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

15.5.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e no Decreto Municipal 032/2020, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.5.8. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.5.9. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

16. DOS RECURSOS:

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer na Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA localizada na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de segunda à sexta-feira, das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

16.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo,

intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.6. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

16.7. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito de São João do Paraiso/MA. para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Prefeito de São João do Paraiso/MA.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 21** deste Edital.

18.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso e devidamente aceito pela Administração.

18.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4. DO CADASTRO RESERVA:

18.4.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, respeitada a ordem de classificação.

18.4.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.4.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18.4.4. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor e os documentos de habilitação, quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.

18.4.5. A convocação dos componentes do cadastro reserva ocorrerá, respeitada a ordem de classificação, quando o beneficiário da Ata de Registro de Preços tiver seu registro cancelado.

18.5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.5.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, na forma do Decreto Municipal nº 031/2020 - SRP, mediante prévia consulta ao órgão que promove a licitação, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5.3. A adesão a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do total registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 - SRP.

18.5.4. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder a exceder ao dobro do quantitativo do volume registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 – SRP.

18.6. DOS ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.6.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.7. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

18.7.1. Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o

acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

18.7.2. Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

18.7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18.7.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

18.7.5. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

18.7.6. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

18.7.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.7.8. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

18.7.9. Na hipótese do parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

18.7.10. Quando o preço de mercado tornar - se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes da Ordem de Fornecimento;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

c) Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.8. DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.8.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação e assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

19.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e observará os termos contidos na minuta Anexo VII deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

19.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do e-mail de convocação.

19.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria requisitante.

19.5. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

19.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19.8. O prazo de vigência do contrato será a partir da sua assinatura, prorrogável na ocorrência de uma das hipóteses dispostas no art. 57, 1º da Lei nº 8.666/1993.

19.9. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VII deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:

I – as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;

II – critérios para o recebimento do objeto;

III – prazos e condições de pagamento;

IV – atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;

V – hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

19.10. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

19.11. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições de acompanhamento e fiscalização.

19.12. É permitida a subcontratação parcial do objeto observadas as condições reguladas no Contrato e Termo de Referência, deste Edital, ou instrumento equivalente.

19.13. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VII, ou instrumento equivalente.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar o fornecimento do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VII deste Edital, ou no instrumento equivalente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, não aceitar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais.

21.2. A Administração poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

21.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções definidas na minuta do contrato, anexo VII deste edital ou dispostas em instrumento equivalente.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente nas normas internas da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e cadastro Municipal.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.2. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.3. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.4. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

22.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

22.10. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

22.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

22.13. O foro da cidade de Porto Franco/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

22.14. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico mencionado neste Edital.

22.15. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 4°, da Lei nº 10.520/2002.

22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br.

22.17. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

23.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

23.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

23.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

23.1.5. ANEXO V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

23.1.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;

23.1.7. ANEXO VII – Minuta de Contrato.

São João do Paraiso/MA, 03 de janeiro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
PREGOEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 A contratação se faz necessária para atender as necessidades das Secretarias do Município de São João do Paraiso – MA.

1.2 A contratação deverá obedecer ao procedimento da licitação imposta pela Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI e regulamenta nacionalmente pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais legislações aplicadas à matéria.

1.3 A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 disciplina a licitação na modalidade Pregão. Essa modalidade é utilizada para a contratação de bens e serviços comuns. O Decreto Municipal nº 029/2020 de 23 de julho de 2000 que regulamenta essa modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.

1.4 Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal 032/2020, aplicada a reserva de cota de 25% nos itens de natureza divisível, serão reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ou;

1.5 Por se tratar de licitação com participação exclusiva de Mês / EPPs, não haverá a reserva de cota de 25% para as empresas preferenciais prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO:

2.1. Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

3. ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS EXIGÊNCIAS:

	MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	UNIT	MEDIA	
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO	UND	300	R$184,94	R$	55.482,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL	UND	250	R$180,51	R$	45.127,50
3	BOLA VÔLEI	UND	100	R$149,71	R$	14.971,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL	UND	20	R$703,09	R$	14.061,80
5	REDE DE FUTSAL	UND	20	R$451,99	R$	9.039,80
6	BOLA SOCIETY	UND	250	R$172,03	R$	43.007,50
7	APITO OFICIAL	UND	10	R$57,60	R$	576,00
9	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8	R$250,82	R$	2.006,56

11	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	R$250,63	R$	12.531,50
12	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	R$197,93	R$	9.896,50
13	MEDALHAS	UND	300	R$10,00	R$	3.000,00
14	Balões Coloridos e resistentes	Sacos	150	R$14,95	R$	2.242,50
15	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	Unid.	100	R$19,05	R$	1.905,00
17	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Unid.	100	R$80,92	R$	8.092,00
18	Bola Ping Pong	Unid.	120	R$6,06	R$	727,20
19	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	Unid.	120	R$69,41	R$	8.329,20
20	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	Unid.	20	R$79,22	R$	1.584,40
22	Cordas para pular de nylon, infantil reichel	Unid.	15	R$28,21	R$	423,15
						R$ 233.304,67

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

4.1 Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, no horário das 08:00 às 13:00hs;

4.2 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja fornecido de acordo com o solicitado;

4.3 O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento/serviços ou documento equivalente;

4.4 Fornecer o objeto conforme especificação, modelo e preço;

4.5 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

4.6 As embalagens e rótulos devem estar íntegros, sem manchas ou outras inadequações e devidamente lacrados. Devem possuir as seguintes informações: lote de fabricação, e descrição em português; tamanho, identificação de marca e modelo; quantidade; conteúdo, especificações do material.

4.7 Os materiais devem ser entregues na embalagem original do fabricante. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos produtos. Se importado, deve conter a etiqueta em português.

4.8 A embalagem deverá informar as condições de armazenagem como: temperatura, limite de empilhamento etc.

4.9 Nota fiscal de venda: além das informações obrigatórias previstas em lei, deverá constar na nota fiscal o número e o item da Ordem de Fornecimento.

4.10 Os produtos devem ser entregues na embalagem original do fornecedor. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos materiais.

4.11 Para composição dos preços deverá ser considerado as despesas com entrega dos produtos de forma parcelada conforme solicitações da secretaria pois o mesmo será por conta da contratada. Todas as demais despesas serão de inteira responsabilidade do proponente, não sendo aceito qualquer acréscimo no valor da proposta sob alegação de despesas não previstas.

5. FASES DO RECEBIMENTO:

5.1 O recebimento ocorrerá em três momentos: ato, recebimento provisório e recebimento definitivo;

5.2 O recebimento dos produtos ocorrerá de acordo com a programação de entregas. Será aceito o recebimento de parcelas programadas com até cinco dias de antecedência, salvo se previamente aprovado;

5.3 Os produtos/serviço entregue deverá ser obrigatoriamente da marca e modelo conforme consta na Ordem de Fornecimento/Serviços (OF/S);

5.4 No ato do recebimento serão conferidas as informações especificadas na Nota Fiscal (NF), a Ordem de Fornecimento/Serviço (OF/S) e o material/serviço entregue. No caso de divergência de qualquer tipo (ex: quantidade, integridade, validade ou embalagem) SERÁ RECUSADO O RECEBIMENTO parcial (até 50% da NF) ou total, com a devida justificativa no verso da NF, ou será emitida Nota Fiscal de Devolução parcial (DF).

5.5 É responsabilidade do fornecedor, firmar contratos com seus prestadores de serviço de transporte prevendo a espera durante o processo de recebimento/conferência, assim como prever o retorno com o material devolvido/recusado na mesma ocasião.

5.6 Após esta fase de recebimento, o material passa a ser considerado em recebimento provisório.

5.7 No recebimento provisório a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, terá até 5 dias consecutivos para conferência e recebimento definitivo. Os volumes serão abertos para verificar se os materiais estão de acordo com a solicitação, OF/S, marca/modelo e quaisquer outras verificações julgar necessárias.

5.8 No caso de divergência relevante o fornecedor será notificado para manifestação e solução no prazo máximo de 2 dias úteis. Passado este prazo, estará sujeito a sanções administrativas previstas no Termo de Referência e Edital.

5.9 As despesas para destinação dos materiais entregues com inadequações (ocorrências) serão de inteira responsabilidade do fornecedor, seja por transporte ou descarte, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

7.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

7.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

7.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

7.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

7.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 A **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações deste Termo de Referência;

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

8.1.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. DA FISCALIZAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 A fiscalização do objeto será exercida pela Secretaria Municipal, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

9.2 À Secretaria Municipal é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

9.3 A supervisão por parte da Secretaria Municipal, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

9.4 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratado.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Pela inexecução total ou parcial de obrigações assumidas em decorrência da presente licitação, sujeitará a FORNECEDORA às seguintes sanções, mediante notificação prévia e escrita e exercício da ampla defesa e do contraditório:

11.2 Advertência.

11.3 Multa.

11.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, por até 5 (cinco) anos.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

12.2 Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado.

13. DAS AMOSTRAS:

13.1 É facultado a solicitação de amostras à(s) licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente ao(s) item(ns) do objeto desta licitação e/ou, sempre que possível, para verificação das características conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada, no período de 03 (três) dias úteis a contar da data da solicitação.

13.2 Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, as referidas amostras deverão ser substituídas por outras que satisfaçam plenamente a todas as especificações contidas no Termo de Referência do respectivo edital. Para tanto será concedido o prazo máximo 2 (dois) dias úteis após a análise.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1 Integram este Termo de Referência as Pesquisas de Preços de Mercado.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO II
"MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezado senhor,

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
   Razão Social:
   CNPJ:
   Endereço:
   E-mail:
   Fone:

2. Representante legal que assinará a Ata e Contrato:
   Nome:
   Cédula de identidade/órgão emissor:
   CPF:
   Cargo/Função:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Proposta de Preços: Valor total: R$ .... (.....)
Prazo de validade da proposta: .....
Prazo de entrega: .....
Dados Bancários (Banco/Agência / Conta - corrente): .....

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

.....(.....), ... de ..... de .....

Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO III

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO V

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 111/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2023

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de ____, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA**, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.597.629/0001-23, através da Secretaria Municipal _____, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, RESOLVE registrar os preços da licitante signatária, vencedora do Pregão Eletrônico nº 002/2023, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para _____, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, no Decreto Municipal nº 031/2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie:

LICITANTE:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:						
TELEFONE:						
EMAIL:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QTD.**	**MARCA**	**P. UNITÁRIO REGISTRADO (R$)**	**P. TOTAL REGISTRADO (R$)**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, pelo período de 12 (doze) meses, para _____, conforme especificações do Anexo I do edital (Termo de Referência) e proposta apresentada.

Parágrafo Primeiro - A quantidade prevista no Termo de Referência- ANEXO I, é estimada para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de adquirir, em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item específico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao detentor da ata de Registro de Preços, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de execução em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o licitante assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto n.º 031/2020.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, para que este indique os possíveis Contratadas e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta execução não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: Os produtos adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação do setor competente a emitir a Ordem de Fornecimento, que serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A cada solicitação será formalizada a emissão da Ordem de Fornecimento onde serão detalhados os produtos, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho, a ser encaminhada à Empresa detentora do Registro de Preços (contratada) por meio eficaz.

Parágrafo primeiro: Os produtos serão fornecidos de forma parcelada, devendo o mesmo ser efetuado conforme as necessidades da Secretaria solicitante e conforme a Ordem de Fornecimento, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

Parágrafo primeiro: O pagamento será feito em favor da empresa(s) registrada(s) na Ata de Registro de Preços, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo segundo: A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria que emitir a ordem de fornecimento, acompanhada das Certidões listadas na Cláusula Quinta desta ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro: A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pela fiscalização dos produtos.

Parágrafo quatro: O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto: Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

Parágrafo sexto: A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, através da Secretaria Requisitante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

Parágrafo primeiro: Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

Parágrafo segundo: Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo terceiro: A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato. Junto com o

requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

Parágrafo quarto: A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo quinto: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. Na hipótese deste paragrafo, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA convocará os demais Licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido de fornecimento dos produtos;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente Ata de Registro de Preços, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da detentora dos preços registrados na Ata estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata e dos contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- A pedido, quando:

  a) Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

  b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado;

- Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, quando a empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s):

  a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

  b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

  c) Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;

d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

- **Automaticamente:**

a) Por decurso de prazo de vigência da Ata;

b) quando não restarem licitantes registrados;

Parágrafo primeiro: Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos licitantes remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

Parágrafo segundo: O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

CLÁUSULA NONA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Parágrafo Único: A contratação com as licitantes ora registradas será formalizada pela Secretaria que aderir a ata de registro de preços, por intermédio de contrato ou instrumento equivalente, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

Durante o período de vigência da presente Ata, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação – com elevação ou redução de seus respectivos valores – em função da dinâmica do mercado, obedecida às disposições constantes no **Decreto Municipal nº 031/2020** e comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Primeiro: Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, promoverá o aditamento do compromisso de execução do objeto, conforme o artigo 65, II da Lei Federal n.º 8.666/93, ou formalmente desonerará a licitante em relação ao item.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- Caberá à **CONTRATANTE**:

a) prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

b) atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo e na Minuta da Ata de SRP ou Contrato;

c) efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

- Caberá à **CONTRATADA**:

a) respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências das unidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

b) fornecer os produtos cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no termo de referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 002/2023 e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedoras do Certame Licitatório.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 031/2020, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São João do Paraiso/MA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São João do Paraiso/MA, ___de _____ de 2023.

XXXXXXXXX
Secretária Municipal .....
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

_____ CPF Nº

_____ CPF Nº

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO VII

"MINUTA DO CONTRATO"

CONTRATO Nº _____.
PROC. ADM. Nº ____/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) municipal de _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., situada na ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de _____, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ _____ (...).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, classificada conforme abaixo especificado:

.....
.....
.....

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração dos respectivos créditos orçamentários, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até _____ de _____ de ____

5.2. A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar, conforme **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 39 DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.**

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1. O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, II, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

6.2. O recebimento e atestado do fornecimento dos produtos dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Secretaria Municipal de _____, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a qualidade, assiduidade, pontualidade e quantidades solicitadas na ordem de fornecimento/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. 1.1 Banco: .....

7. 1.2 Agência: .....

7. 1.3 Conta: .....

7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.3. A fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.4. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1 desta cláusula.

7.6 Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

9.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

10.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.3 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF$$ onde:

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

11.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

11.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da qualidade dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

14.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

14.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

14.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

14.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

14.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

14.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

14.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

14.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações do Termo de Referência;

14.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

14.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

14.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

15.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS:

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

19.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

20.1 Em conformidade com o Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

São João do Paraíso/MA, ... de ..... de .....

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Secretaria Municipal de xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxx
Contratante

.....
Sr. .....
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bef123380384064ee20bc0ff16521595

AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva - CEP: 65973-000 - Centro - São João do Paraiso - MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará às **08;00 oito horas do dia 19 de janeiro de 2023**, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA. DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA. Este Edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultado gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. São João do Paraiso - MA, em 03 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bf13f4e1129b29d94c4cc4b38681b6c7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

AVISO DE EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS Nº 051001/2022. **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022. CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de São João dos Patos - MA, através da Secretaria Municipal de Administração. CONTRATADO **REALIZA ENGENHARIA E IMOBILIÁRIA LTDA - ME, CNPJ Nº 41.768.172/0001-97,** com sede na Av. Presidente Medici, Nº 2511. Sala II, Centro - São João Dos Patos/MA, CEP 65.665-000. **REPRESENTANTE:** Dario Rodrigues Ribeiro Guimarães Noleto, portador do CPF nº 031.141.683-70. **OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de empresa para a prestação de serviços de Urbanização de parte da Avenida Presidente Médici, na sede do Município. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogar a vigência do prazo de execução, passando o mesmo a ter vigência até o dia 04 de abril de 2023. **DATA DA ASSINATURA:** 04/01/2023. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Thuany Costa de Sá Gomes, Secretária Municipal de Administração. São João dos Patos/MA, 04 de janeiro de 2023.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 616f1a4dd29e9be2509a345010a5d3d3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

EXTRATO DE CONTRATO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022

EXTRATO DE CONTRATO

Folha nº 142
Processo nº 111-2011
Rubrica

REFERÊNCIA: CONTRATO Nº 323/2022
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, CNPJ 06.651.616/0001-09.
CONTRATADA: NATUS SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF sob nº 30.962.822/0001-14.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação do gramado e iluminação do estádio de são Raimundo das Mangabeiras- MA, com fornecimento de material, equipamento e mão de obra necessária visando atender as necessidades do município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2022.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993, suas alterações e pela Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.
VALOR DO CONTRATO: R$ 300.429,40 (trezentos mil e quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 90 (noventa) dias, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: PREFEITURA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
Unidade: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Ação: 27.812.0035.2-073 - Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer;
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa jurídica;
Fonte de Recursos:
500 Recursos não Vinculados de Impostos.
DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2022.

ASSINATURA: ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA, Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras e ARCENIO PEREIRA DE SÁ NETO, representante legal da empresa NATUS SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 1173ebf1d1f8fc8718e12e8f973bff677

EXTRATO DE CONTRATO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022

EXTRATO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: CONTRATO Nº 324/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, através da Secretaria Municipal de Educação, CNPJ: 06.079.583/0001-74.
CONTRATADA: NATUS SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF sob nº 30.962.822/0001-14.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Unidade Integrada Dom João Bosco, neste município, com fornecimento de material, equipamento e mão de obra necessária visando atender as necessidades do município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2022.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993, suas alterações e pela Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

VAGAS DISPONÍVEIS NO SINE
Currículos para: agsinetz.curriculum@bol.com.br
Fone: (99) 9954-2090

1 auxiliar de açougueiro
1 cozinheiro
2 domésticas
1 operador de caixa PDV
1 operador de caixa
1 técnico em segurança do trabalho
1 almoxarifado
1 cuidador de idoso
1 vaqueiro
*todas com experiência em CTPS

Os interessados devem procurar o SINE munidos de documentos pessoais e Carteira de trabalho assinada com a referida área pleiteada a partir das 7h até as 13h na rua Maranhão nº 538, Centro, esquina com a Rua Luis Domingues.

PRF apreende 1.465 munições, 500 maços de cigarros e 50 cartuchos no bagageiro de ônibus

Ônibus seguia para Imperatriz, no Maranhão

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu cerca de 500 maços de cigarros, 1.465 munições e 50 cartuchos para recarga que eram transportados ilegalmente no município de Guaraí (TO) na manhã desta quarta-feira (04).

Os produtos estavam em caixas no compartimento de bagagens de um ônibus que saiu de Goiânia (GO) e seguia para Imperatriz (MA). Não foi apresentada nenhuma nota fiscal referente às mercadorias.

A PRF disse que foram constatados, a princípio, os crimes de descaminho e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Todos os itens foram encaminhados à Polícia Civil de Guaraí para as medidas legais cabíveis. *(Assessoria)*

Divulgação/PRF



Munições apreendidas

Mais de 700 municípios devem ter redução no FPM após queda no número de habitantes

Coeficientes para 2023 foram definidos com base na prévia do Censo 2022

Divulgação



Coeficiente do FPM é definido com base no número de habitantes

Em 2023, 702 municípios brasileiros poderão receber menos recursos públicos em razão da redução de coeficiente no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), causada pela perda de habitantes, segundo a prévia do Censo 2022, divulgada recentemente pelo IBGE.

O levantamento foi feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade ressalta que a Lei Complementar 165/2019 impede a perda imediata de coeficiente de distribuição do FPM até que seja finalizado o Censo Demográfico. Porém, no dia 29 de dezembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou a Decisão Normativa 201/2022 que aprova, para o exercício de 2023, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição do FPM sem considerar o que dispõe a referida lei.

Caso o TCU não mude a decisão, 702 municípios serão afetados e terão perdas que somam cerca de R$ 3 bilhões (estimativa com base em publicação do Tesouro com a previsão do FPM para 2023).

No Tocantins, conforme a CNM, ao menos três municípios serão prejudicados e terão perda anual bruta de R$ 12 milhões (exatos R$ 12.094.059,44). Por outro lado, 7 municípios tocantinenses aumentaram sua população e devem receber mais recursos do FPM.

Os novos coeficientes do FPM levam em consideração a prévia da população nos municípios pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nos dados coletados até 25 de dezembro pelo Censo Demográfico 2022.

Com a estimativa do IBGE que prevê que o Brasil tenha 207,7 milhões de habitantes, o levantamento da CNM estima que, comparado ao mesmo período do ano anterior, mais de 65% dos Municípios, ou seja, 3.361 localidades do país tiveram redução de população. Sendo assim, a entidade reforça que, parte destes Municípios podem ter diminuição no coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Porém, a CNM ressalte que a aprovação da Lei 165/2019, garante aos Municípios que não tenham alteração até a finalização do Censo 2022.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirmou que o resultado parcial não atende as demandas municipais. "Um dos motivos para a demanda municipalista é a discrepância que pode ocorrer, neste momento, ao alterar o coeficiente com base em estimativas de um Censo parcial, uma vez que a coleta não é proporcional em todo território nacional, sendo mais avançada em algumas localidades do que em outras", disse.

Na última semana de dezembro, o IBGE informou que "frente aos atrasos ocorridos no Censo Demográfico de 2022, não foi possível finalizar a coleta em todos os Municípios do país a tempo de se fazer essa divulgação prévia dos resultados da pesquisa".

Diante da situação, a CNM oficializou o TCU e notificou os mais de 700 municípios que podem ser afetados com a medida. *(Assessoria)*

Foragido da Justiça por praticar furto qualificado em Dianópolis em 2016 é preso na capital

Teve a prisão decretada após não comparecer em audiências

Um homem de 29 anos foragido da Comarca de Dianópolis, onde responde pelo crime de furto qualificado praticado no ano de 2016, foi preso pela Polícia Civil em Palmas na manhã desta quarta-feira (04).

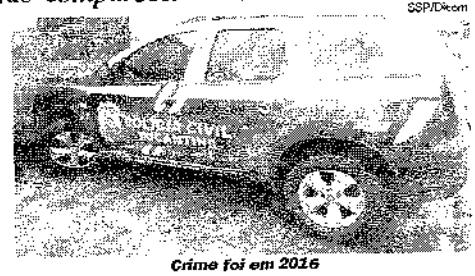
De acordo com o delegado Gilberto Augusto Oliveira Silva, as equipes receberam informações de que um homem foragido da Justiça por furto qualificado possivelmente estaria na região de Taquaralto.

As equipes foram mobilizadas imediatamente e localizaram o homem em uma das quadras do setor Eco Industrial, em Palmas.

Ainda segundo o delegado, o homem teve a prisão decretada pela Vara Criminal da Comarca de Dianópolis após descumprir os requisitos de comparecer às audiências sobre o processo ao qual responde por furto qualificado, juntamente com mais duas pessoas.

O homem foi encaminhado na Unidade Penal de Palmas, onde permanecerá à disposição do Poder Judiciário da Comarca de Dianópolis, cidade para onde deve ser recambiado. *(Assessoria)*

SSP/Dicom



Crime foi em 2016

CENTRO DE TERAPIAS ORIENTAIS - CTO
Medicina Tradicional Chinesa
Pós-Graduação Acupuntura
Capacitação de Profissionais da Área de Saúde

É uma terapia milenar chinesa com mais de 3 mil anos de existência, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde - OMS e pelos Conselhos Federais de Saúde.

Biomedicina • Enfermagem • Farmácia
Fisioterapia • Medicina • Odontologia
Psicologia • Terapia Ocupacional

Contato: (99) 98110-0575 • (99) 96174-2961

EDGAR SABINO DE SÁ
CPF Nº 127.243.433-87

EDGAR SABINO DE SÁ CPF Nº 127.243.433-87 Torna público que requereu à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMARH, em São Luís – MA, a Licença Ambiental de Regularização (LIAR) [illegible] do empreendimento denominado Fazenda Bacuri, sede do município de São João do Paraíso, zona rural [illegible] Latitude 6°16'19.92"S e Longitude 46°18'29.22"O – Fuso 23M – SIRGAS 2000 – MA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.367.829/0001-23

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO
Nº 001/2023 – SRP-PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, com sede na rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraíso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 106/2021 de 3 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará as 08:00hs(oito horas) do dia 17 de janeiro de 2023, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA. DO TIPO Menor Preço, por item objetivando o Registro de Preços para eventual aquisição de peças e acessorios automotivos originais genuinos e novos, para veiculos categorizados como leves, pesados e máquinas em geral conforme fabricantes e modelos definidos nos anexos, pertencentes a frota de veiculos da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pelo internet, através do nosso endereço eletrônico no site: http://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou ao site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, em 30 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO
Nº 002/2023/SRP – PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, com sede na rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraíso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 106/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará as 08:00 oito horas do dia 19 de janeiro de 2023, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA. DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA. Este Edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) as 12:00hs (treze horas), onde poderão ser consultado gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. São João do Paraíso - MA, em 03 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa Pregoeiro.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA – MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2023 – CPL (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP) OBJETO: Aquisição de comrais de ar condicionado ABERTURA: 20 de janeiro de 2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília – DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br Código UASG: 980136 OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital esta disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, http://buritirana.ma.gov.br, Mural de Licitações – TCE – MA, podendo ainda ser obtido por meio de e-mail: prefeitura@buritirana.ma.gov.br e, por fim, consultado em sua versão impressa mediante o recolhimento de R$ [illegible] (cinco reais) através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), na sede da Comissão Permanente de Licitações com endereço na sede da Prefeitura Municipal de Buritirana (MA) sito na Av. Senador La Rocque, s/n Centro, nos dias úteis, no horario das 08:00 horas as 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. MURILO SANTOS NOGUEIRA – PREGOEIRO OFICIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

[illegible]

São João do Paraíso/MA 04 de janeiro de 2023

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP – PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraiso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará às **08;00 oito horas do dia 25 de janeiro de 2023,** a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA. Este Edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultado gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

São João do Paraiso - MA, em 10 de janeiro de 2023.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

DADOS DO CERTAME

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP

TIPO: Menor Preço

PROCESSO Nº: 111/2022

Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PUBLICA
Endereço Eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Endereço para retirada do Edital: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br

☐ LICITAÇÃO COM ITENS EXLUSIVOS PARA MEs / EPPs

☒ LICITAÇÃO EXLUSIVA PARA MEs / EPPs

☐ LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
☒MENOR PREÇO: Intervalo de R$ 0,01
☐MAIOR DESCONTO: Intervalo de %

OBJETO: Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

Órgão Solicitante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 13h:00min do 19/01/2023

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 13h:00min do 19/01/2023

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 07h:30min do 24/01/2023

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h:00min do 24/01/2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h:20min do 24/01/2023

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° 002/2023

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, **na forma ELETRONICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, Decreto e Municipal nº 031/2020 - SRP, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito e propor a homologação.

1.5. O Edital estará disponível gratuitamente na página - https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I deste edital).

2.2. O valor total estimado para execução do objeto desta licitação é de **R$ 233.003,61 (duzentos e trinta e três mil, três reais e sessenta e um centavos),** tendo por referência os preços constantes das pesquisas de preços realizadas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar valores e dotações orçamentárias futuras, somente de acordo com as necessidades.

18.2. A presente licitação de registro de preços será somente para registrar preços de mercado sem a necessidade de Reserva Orçamentária, em casos que a Administração resolver fazer uma possível contratação dos preços registrados, terá que ter nº. de Dotação no contrato na nota de empenho ou na ordem de fornecimento, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

4.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

4.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

4.11. alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Que estejam cadastradas no SICAF ou na Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, nos termos do Decreto Municipal nº 030/2020 - CRC; ou

5.3. Que não estejam cadastradas ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências de **HABILITAÇÃO**, deste edital.

5.4. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

6.1.1. Empresas que não atenderem às condições deste edital;

6.1.2. Pessoas físicas não empresárias;

6.1.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

6.1.4. As sociedades empresárias que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.1.5. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);

6.1.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA;

6.1.7. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.1.8. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.1.9. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

6.1.10. Estrangeiras que não funcionem no país;

6.1.11. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA;

6.1.12. Empresas [incluindo empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável(eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação] que estão respondendo processo judicialmente com sentença definitiva ou trânsito em julgado, em quaisquer esferas governamentais, relativamente a fraudes em licitações públicas, danos ao erário público e/ou formação de quadrilha;

7. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

7.8. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso – MA, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

8. DA COTA RESERVADA:

8.1. Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006, o item será reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

9.2. O licitante não poderá cotar bens em quantidades inferiores ao total do objeto, observado o limite mínimo de quantitativos previstos no Anexo I deste Edital.

9.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.4. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.4.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.4.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;

9.4.3. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

9.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

9.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

9.8.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.8.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.8.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

9.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

10.11. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.12. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

10.16. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 75%.

10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11. DO EMPATE:

11.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

11.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **11.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

11.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do **item 10** e seguintes;

11.1.3. Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 032/2020'.

11.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do **item** Erro! A origem da referência não foi encontrada. e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

11.1.7. O disposto nos subitens **11.1** a **11.1.5**, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

11.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

11.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

11.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

11.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

11.2.5. Sorteio.

11.3. Caso não exista proposta apresentada para os itens reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ao licitante classificado em primeiro lugar para o item de mesmo objeto será dada a oportunidade de, querendo, ampliar a sua cotação para atender a totalidade da demanda, mantendo o último lance ofertado.

11.4. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

12. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

12.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

13.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de **2 horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

13.2.1. A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item (ou lote) ofertado (conforme especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A **descrição** mínima do objeto de forma a demonstrar que o produto atenda as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

d) Marca, modelo, tipo, fabricante e procedência;

e) O prazo de garantia do bem, contados do recebimento definitivo do objeto;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

g) Prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente;

h) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

13.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá requisitar catálogos, folhetos, folders, fotos ou outra forma de comprovação de que os produtos ofertados atendem a especificação, que deverão ser encaminhados na forma e prazo definidos no item **13.2.**

13.3.1. A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;

13.4. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem **13.2.1**, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

13.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

13.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

13.6.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

13.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

13.8. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no **item 13.1**.

13.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 12 e 13**.

13.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 032/2020, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 11** deste edital, se for o caso.

13.12. A proposta original, com todos os requisitos do **item 13.2.**, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA loca lizada Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA | E-mail: cplsjp@outlook.com, aos cuidados do Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº 002/2023 - PMSJP.

14. DA AMOSTRA:

14.1. O detentor da melhor proposta poderá ser instado a apresentar amostra do produto ofertado na forma estabelecida no Termo de Referência, contados a partir da requisição do Pregoeiro,

sob pena de desclassificação, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no material.

14.1.1. A amostra será requisitada somente da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, na fase de aceitação de propostas.

14.2. Será rejeitada a amostra, e consequentemente a proposta, que:

14.2.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas ou resultados nos testes previstos no Termo de Referência;

14.2.2. Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso; ou

14.2.3. Apresentar indícios de produto usado, recondicionado ou adaptado;

14.3. A avaliação da amostra será realizada pelo responsável da Secretaria requisitante, cujo resultado será reproduzido em Laudo, acessível aos licitantes, consignando as razões que levaram à aceitação ou à rejeição da amostra.

14.4. O Laudo previsto deste Instrumento será acompanhado de fotografias digitais, sempre que possível, que servirão como meio de provas e suporte das razões de aprovação e/ou reprovação da amostra.

14.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e conter os respectivos prospectos e manuais exigidos no Termo de Referência, se for o caso, acompanhada das informações quanto às suas características.

14.6. A amostra aprovada será considerada uma unidade do item fornecido e ficará retida até a entrega do material pela adjudicatária para verificação de conformidade do lote entregue com a amostra apresentada, que poderá ser considerado para fins dedução do quantitativo de recebimento.

14.7. Após a análise das amostras, o licitante poderá recolher a amostra que não foi retida em até 15 (quinze) dias úteis da data de emissão do Laudo de Verificação de Conformidade da Amostra.

14.8. Após esse prazo, não havendo a retirada da amostra, essa será descartada.

14.9. A análise da amostra poderá ser acompanhada pelos licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerida pelo interessado.

14.10. O ônus do envio da amostra e de sua retirada nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA, será de total responsabilidade do licitante.

14.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) arrematante(s) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência; ou

14.12. Se o Termo de Referência não exigir apresentação de amostra, substituir os itens 12.1 a 12.10 pelo seguinte texto:

14.13. Não será exigida amostra do objeto do presente certame, estando as licitantes cientificadas de que os produtos ofertados devem atender as exigências e especificações mínimas constantes no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital, sob pena de recusa de recebimento do(s) bem(ns), sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1. SICAF;

15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

15.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php/);

15.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br);

15.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

15.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

15.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação consistente em **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis com o objeto desta licitação.

II – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

III – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do **SICAF**, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**.

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo **subitem 15.3.3** deste edital.

IV – Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.2.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

15.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

15.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII –Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que

trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; (**Quando autorizada a participação de cooperativa no termo de referência**)

VIII – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012; (**Quando autorizada a participação de agricultor familiar no termo de referência**)

IX – Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); (**Quando autorizada a participação de produtor rural no termo de referência**).

15.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

15.3.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

15.3.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

15.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) constante(s) do Anexo I deste edital.

15.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis como o objeto desta licitação;

15.3.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

15.3.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

15.4. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

15.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à

habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.4.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.4.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

15.4.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.5. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

15.5.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 02 (duas horas), exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema.

15.5.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 13.11** deste Edital.

15.5.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que

comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

15.5.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (**itens 15.2, II, e 15.3.3, I**).Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

15.5.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e no Decreto Municipal 032/2020, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.5.8. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.5.9. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

16. DOS RECURSOS:

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer na Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA localizada na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de segunda à sexta-feira, das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

16.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.6. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

16.7. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito de São João do Paraiso/MA, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Prefeito de São João do Paraiso/MA.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 21** deste Edital.

18.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso e devidamente aceito pela Administração.

18.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4. DO CADASTRO RESERVA:

18.4.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, respeitada a ordem de classificação.

18.4.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.4.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18.4.4. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor e os documentos de habilitação, quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.

18.4.5. A convocação dos componentes do cadastro reserva ocorrerá, respeitada a ordem de classificação, quando o beneficiário da Ata de Registro de Preços tiver seu registro cancelado.

18.5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.5.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, na forma do Decreto Municipal nº 031/2020 - SRP, mediante prévia consulta ao órgão que promove a licitação, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5.3. A adesão a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do total registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 - SRP.

18.5.4. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder a exceder ao dobro do quantitativo do volume registrado, conforme previsto no Decreto Municipal 031/2020 – SRP'.

18.6. DOS ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.6.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.7. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

18.7.1. Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

18.7.2. Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

18.7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18.7.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

18.7.5. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

18.7.6. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

18.7.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.7.8. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

18.7.9. Na hipótese do parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

18.7.10. Quando o preço de mercado tornar - se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes da Ordem de Fornecimento;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

c) Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.8. DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.8.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

19.1. Após a homologação da licitação e assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

19.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e observará os termos contidos na minuta Anexo VII deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

19.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do e-mail de convocação.

19.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria requisitante.

19.5. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

19.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19.8. O prazo de vigência do contrato será a partir da sua assinatura, prorrogável na ocorrência de uma das hipóteses dispostas no art. 57, 1º da Lei nº 8.666/1993.

19.9. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VII deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:

I – as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;

II – critérios para o recebimento do objeto;

III – prazos e condições de pagamento;

IV – atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;

V – hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

19.10. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

19.11. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições de acompanhamento e fiscalização.

19.12. É permitida a subcontratação parcial do objeto observadas as condições reguladas no Contrato e Termo de Referência, deste Edital, ou instrumento equivalente.

19.13. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VII, ou instrumento equivalente.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar o fornecimento do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VII deste Edital, ou no instrumento equivalente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, não aceitar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais.

21.2. A Administração poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

21.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções definidas na minuta do contrato, anexo VII deste edital ou dispostas em instrumento equivalente.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente nas normas internas da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e cadastro Municipal.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo

quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.2. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.3. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.4. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

22.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

22.10. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

22.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.13. O foro da cidade de Porto Franco/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

22.14. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico mencionado neste Edital.

22.15. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br.

22.17. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) as 13:00hs (treze horas).

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

23.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

23.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

23.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

23.1.5. ANEXO V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

23.1.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;

23.1.7. ANEXO VII – Minuta de Contrato.

São João do Paraiso/MA, 10 de janeiro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
PREGOEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 A contratação se faz necessária para atender as necessidades das Secretarias do Município de São João do Paraiso – MA.

1.2 A contratação deverá obedecer ao procedimento da licitação imposta pela Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI e regulamenta nacionalmente pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais legislações aplicadas à matéria.

1.3 A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 disciplina a licitação na modalidade Pregão. Essa modalidade é utilizada para a contratação de bens e serviços comuns. O Decreto Municipal nº 029/2020 de 23 de julho de 2000 que regulamenta essa modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.

1.4 Nos termos do artigo 47 e 48, III, da lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal 032/2020, aplicada a reserva de cota de 25% nos itens de natureza divisível, serão reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ou;

1.5 Por se tratar de licitação com participação exclusiva de Mês / EPPs, não haverá a reserva de cota de 25% para as empresas preferenciais prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO:

2.1. Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

3. ESPECIFICAÇÕES RETIFICADAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	EDUC	ASSIST.	ESPORT	UNIT	MEDIA
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	UND	300	50	50	200	R$184,94	R$ 55.482,00
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	60	35	155	R$180,51	R$ 45.127,50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	UND	100	20	20	60	R$149,71	R$	14.971,00
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	UND	20			20	R$703,09	R$	14.061,80
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	UND	20	5	5	10	R$451,99	R$	9.039,80
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	UND	250	50	50	150	R$172,03	R$	43.007,50
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	UND	10	3	3	4	R$57,60	R$	576,00
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	UND	8			8	R$250,82	R$	2.006,56
9	TROFÉU 1º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$250,63	R$	12.531,50
10	TROFÉU 2º COLOCADO	UND	50	10	10	30	R$197,93	R$	9.896,50
11	MEDALHAS	UND	300	50	50	200	R$10,00	R$	3.000,00

12	Balões Coloridos e resistentes	sacos	150	25	25	100	R$14,95	R$	2.242,50
13	Bambolês Plasticos, tamanho adulto, coloridos	Unid	100	40	40	20	R$19,05	R$	1.905,00
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Und	100	25	25	50	R$80,92	R$	8.092,00
15	Bola Ping Pong	Und	120	40	40	40	R$6,06	R$	727,20
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	Und	120			120	R$69,41	R$	8.329,20
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	Unid	20	5	10	5	R$79,22	R$	1.584,40
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	Unid	15			15	R$28,21	R$	423,15
							TOTAL	R$	233.003,61

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

4.1 Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, no horário das 08:00 às 13:00hs;

4.2 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja fornecido de acordo com o solicitado;

4.3 O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento/serviços ou documento equivalente;

4.4 Fornecer o objeto conforme especificação, modelo e preço;

4.5 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

4.6 As embalagens e rótulos devem estar íntegros, sem manchas ou outras inadequações e devidamente lacrados. Devem possuir as seguintes informações: lote de fabricação, e descrição em português; tamanho, identificação de marca e modelo; quantidade; conteúdo, especificações do material.

4.7 Os materiais devem ser entregues na embalagem original do fabricante. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos produtos. Se importado, deve conter a etiqueta em português.

4.8 A embalagem deverá informar as condições de armazenagem como: temperatura, limite de empilhamento etc.

4.9 Nota fiscal de venda: além das informações obrigatórias previstas em lei, deverá constar na nota fiscal o número e o item da Ordem de Fornecimento.

4.10 Os produtos devem ser entregues na embalagem original do fornecedor. Não serão aceitos produtos que forem abertos e reembalados ou acondicionados em embalagem frágil que não garantam a integridade dos materiais.

4.11 Para composição dos preços deverá ser considerado as despesas com entrega dos produtos de forma parcelada conforme solicitações da secretaria pois o mesmo será por conta da contratada. Todas as demais despesas serão de inteira responsabilidade do proponente, não sendo aceito qualquer acréscimo no valor da proposta sob alegação de despesas não previstas.

5. FASES DO RECEBIMENTO:

5.1 O recebimento ocorrerá em três momentos: ato, recebimento provisório e recebimento definitivo;

5.2 O recebimento dos produtos ocorrerá de acordo com a programação de entregas. Será aceito o recebimento de parcelas programadas com até cinco dias de antecedência, salvo se previamente aprovado;

5.3 Os produtos/serviço entregue deverá ser obrigatoriamente da marca e modelo conforme consta na Ordem de Fornecimento/Serviços (OF/S);

5.4 No ato do recebimento serão conferidas as informações especificadas na Nota Fiscal (NF), a Ordem de Fornecimento/Serviço (OF/S) e o material/serviço entregue. No caso de divergência de qualquer tipo (ex: quantidade, integridade, validade ou embalagem) SERÁ RECUSADO O RECEBIMENTO parcial (até 50% da NF) ou total, com a devida justificativa no verso da NF, ou será emitida Nota Fiscal de Devolução parcial (DF).

5.5 É responsabilidade do fornecedor, firmar contratos com seus prestadores de serviço de transporte prevendo a espera durante o processo de recebimento/conferência, assim como prever o retorno com o material devolvido/recusado na mesma ocasião.

5.6 Após esta fase de recebimento, o material passa a ser considerado em recebimento provisório.

5.7 No recebimento provisório a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, terá até 5 dias consecutivos para conferência e recebimento definitivo. Os volumes serão abertos para verificar se os materiais estão de acordo com a solicitação, OF/S, marca/modelo e quaisquer outras verificações julgar necessárias.

5.8 No caso de divergência relevante o fornecedor será notificado para manifestação e solução no prazo máximo de 2 dias úteis. Passado este prazo, estará sujeito a sanções administrativas previstas no Termo de Referência e Edital.

5.9 As despesas para destinação dos materiais entregues com inadequações (ocorrências) serão de inteira responsabilidade do fornecedor, seja por transporte ou descarte, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

7.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

7.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

7.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

7.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

7.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 A **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações deste Termo de Referência;

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

8.1.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. DA FISCALIZAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 A fiscalização do objeto será exercida pela Secretaria Municipal, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

9.2 À Secretaria Municipal é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

9.3 A supervisão por parte da Secretaria Municipal, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

9.4 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratado.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Pela inexecução total ou parcial de obrigações assumidas em decorrência da presente licitação, sujeitará a FORNECEDORA às seguintes sanções, mediante notificação prévia e escrita e exercício da ampla defesa e do contraditório:

11.2 Advertência.

11.3 Multa.

11.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, por até 5 (cinco) anos.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação;

12.2 Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado.

13. DAS AMOSTRAS:

13.1 É facultado a solicitação de amostras à(s) licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente ao(s) item(ns) do objeto desta licitação e/ou, sempre que possível, para verificação das características conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada, no periodo de 03 (três) dias úteis a contar da data da solicitação.

13.2 Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, as referidas amostras deverão ser substituídas por outras que satisfaçam plenamente a todas as especificações contidas no Termo de Referência do respectivo edital. Para tanto será concedido o prazo máximo 2 (dois) dias úteis após a análise.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1 Integram este Termo de Referência as Pesquisas de Preços de Mercado.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO II
"MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezado senhor,

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
   Razão Social:
   CNPJ:
   Endereço:
   E-mail:
   Fone:

2. Representante legal que assinará a Ata e Contrato:
   Nome:
   Cédula de identidade/órgão emissor:
   CPF:
   Cargo/Função:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Proposta de Preços: Valor total: R$ ..... (.....).
Prazo de validade da proposta: .....
Prazo de entrega: .....
Dados Bancários (Banco/Agência / Conta - corrente): .....

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO III

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....(.....), ... de ..... de .....

Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

.....(.....), ... de ..... de .....

Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO V

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 111/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2023

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de ____, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA**, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.597.629/0001-23, através da Secretaria Municipal _____, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, RESOLVE registrar os preços da licitante signatária, vencedora do Pregão Eletrônico nº 002/2023, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para _____, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, no Decreto Municipal nº 031/2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020 e demais normas pertinentes à espécie:

LICITANTE:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:						
TELEFONE:						
EMAIL:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QTD.**	**MARCA**	**P. UNITÁRIO REGISTRADO (R$)**	**P. TOTAL REGISTRADO (R$)**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, pelo período de 12 (doze) meses, para _____, conforme especificações do Anexo I do edital (Termo de Referência) e proposta apresentada.

Parágrafo Primeiro - A quantidade prevista no Termo de Referência- ANEXO I, é estimada para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de adquirir, em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item específico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao detentor da ata de Registro de Preços, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de execução em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o licitante assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto n.º 031/2020.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, para que este indique os possíveis Contratadas e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta execução não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: Os produtos adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação do setor competente a emitir a Ordem de Fornecimento, que serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A cada solicitação será formalizada a emissão da Ordem de Fornecimento onde serão detalhados os produtos, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho, a ser encaminhada à Empresa detentora do Registro de Preços (contratada) por meio eficaz.

Parágrafo primeiro: Os produtos serão fornecidos de forma parcelada, devendo o mesmo ser efetuado conforme as necessidades da Secretaria solicitante e conforme a Ordem de Fornecimento, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato

da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

Parágrafo primeiro: O pagamento será feito em favor da empresa(s) registrada(s) na Ata de Registro de Preços, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo segundo: A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria que emitir a ordem de fornecimento, acompanhada das Certidões listadas na Cláusula Quinta desta ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro: A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pela fiscalização dos produtos.

Parágrafo quatro: O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto: Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

Parágrafo sexto: A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, através da Secretaria Requisitante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para o objeto registrado, nas mesmas condições de execução.

Parágrafo primeiro: Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

Parágrafo segundo: Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo terceiro: A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

Parágrafo quarto: A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Contratante poderá convocar o licitante, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo quinto: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. Na hipótese deste paragrafo, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA convocará os demais Licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o licitante, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

a) Liberar o licitante do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido de fornecimento dos produtos;

b) Convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente Ata de Registro de Preços, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da detentora dos preços registrados na Ata estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata e dos

contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- A pedido, quando:

  a) Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

  b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado;

- Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, quando a empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s):

  a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

  b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

  c) Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
  d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

  e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

  f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

- **Automaticamente:**

a) Por decurso de prazo de vigência da Ata;

b) quando não restarem licitantes registrados;

Parágrafo primeiro: Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos licitantes remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

Parágrafo segundo: O Licitante terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

CLÁUSULA NONA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Parágrafo Único: A contratação com as licitantes ora registradas será formalizada pela Secretaria que aderir a ata de registro de preços, por intermédio de contrato ou instrumento equivalente, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

Durante o período de vigência da presente Ata, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação – com elevação ou redução de seus respectivos valores – em função da dinâmica do mercado, obedecida às disposições constantes no **Decreto Municipal nº 031/2020** e comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Primeiro: Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, promoverá o aditamento do compromisso de execução do objeto, conforme o artigo 65, II da Lei Federal n.º 8.666/93, ou formalmente desonerará a licitante em relação ao item.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- Caberá à **CONTRATANTE**:

a) prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

b) atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo e na Minuta da Ata de SRP ou Contrato;

c) efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

- Caberá à **CONTRATADA**:

a) respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências das unidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA.

b) fornecer os produtos cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no termo de referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 002/2023 e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedoras do Certame Licitatório.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 031/2020, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de São João do Paraiso/MA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São João do Paraiso/MA, ___de _____ de 2023.

XXXXXXXXX
Secretária Municipal .....
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

_____
CPF Nº

_____
CPF Nº

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
ANEXO VII

"MINUTA DO CONTRATO"

CONTRATO Nº _____.
PROC. ADM. Nº ____/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) municipal de _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., situada na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de _____, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ _____ (...).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, classificada conforme abaixo especificado:

.....

.....
.....

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração dos respectivos créditos orçamentários, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até _____ de _____ de ____

5.2. A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar, conforme **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 39 DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.**

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1. O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, II, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

6.2. O recebimento e atestado do fornecimento dos produtos dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Secretaria Municipal de _____, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a qualidade, assiduidade, pontualidade e quantidades solicitadas na ordem de fornecimento/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

7. 1.1 Banco: .....

7. 1.2 Agência: .....

7. 1.3 Conta: .....

7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.3. A fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.4. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1 desta cláusula.

7.6 Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

9.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

10.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.3 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

11.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor

originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

11.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da qualidade dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

14.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

14.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

14.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

14.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

14.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

14.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

14.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

14.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações do Termo de Referência;

14.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

14.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

14.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

15.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS:

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

20.1 Em conformidade com o Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de quaiquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

São João do Paraiso/MA, ... de ..... de .....

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Secretaria Municipal de xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxx
Contratante

.....
Sr. .....
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____

Fora da Pauta

William Viegas
williamviegas@gmail.com

Alimentação

Iniciada a partir dos 6 meses de vida - antes disso o aleitamento materno é o único alimento indicado - a introdução alimentar é uma fase chave para os primeiros contatos do bebê com as comidas e deve ser feita com muita paciência e estratégia para atingir o paladar da criança.

Difícil

A introdução alimentar pode ser uma fase difícil, principalmente entre os tutores que buscam soluções em meio à agitação de rotina. Preparar cada comida diariamente tem sido a dificuldade de muitas famílias envoltas em trabalho e demais ocupações. Para ajudar na praticidade, a nutricionista e professora do curso de Nutrição da Facump Wyden, Thaina Almeida, nos ajuda com algumas dicas valiosas.

TCU

O governador do Maranhão, Carlos Brandão, acompanhado pelo deputado federal Rubens Pereira Jr (PT) e pelo presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ivo Rezende, participou de audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. O encontro teve como objetivo garantir que os recursos destinados ao Fundo de Participação Municipal (FPM) não sejam retidos.

Erro

O fato de a projeção estar 12 anos distante do último Censo e de não ter sido realizada uma contagem populacional prevista para 2015 também contribuiu para o erro no repasse das informações relativas aos números. Na prática, o FPM é composto por parte da arrecadação da União com o Imposto de Renda (IRL mais o imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).E para que distribuição aconteça, cabe ao IBGE encaminhar os dados populacionais ao TCU, que por sua vez fixa o coeficiente de cada município, aplicando a metodologia definida em lei, que também leva em conta a renda per capita.

Sensível

O presidente do TCU Bruno Dantas se mostrou sensível ao tema e disse estar disposto a discutir um possível acordo judicial entre a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Advocacia Geral da União (AGU) e IBGE.

Perda

No Maranhão são vários municípios que deverão perder arrecadação oriundo do FPM e isso poderá provocar grave crise nas administrações que terão perdes nos repasses de recursos que eles hoje recebem

Imperatriz

Imperatriz está fora destes prejuízos com o possível destaque por conta da redução da população do município pelo IBGE e o censo que ainda não terminou e já assusta os prefeitos.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 0022023SRP - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, com sede na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraíso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas aplicáveis a espécie. Onde se lê: realizará as 08:00 oito horas do dia 19 de janeiro de 2023. Leia - se: realizará as 08:00 oito horas do dia 24 de janeiro de 2023, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira no horário das 08:30hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. São João do Paraíso - MA, em 10 de janeiro de 2023. Elos Rodrigues de Sousa Pregoeiro.

o progresso
- 27 DE MAIO DE 1970 -
Editado por Jornal O PROGRESSO Ltda.
Periódico nº 828143937

Balcão virtual segue em atendimento durante suspensão de prazos processuais

Embora os prazos processuais estejam suspensos até 20 de janeiro, período no qual não são realizadas audiências e sessões de julgamento, como previsto no artigo 220 do Código de Processo Civil, advogados, advogadas, partes e interessados(as) podem contar com o atendimento de informações relativas a processos judiciais por meio da plataforma de videoconferência Balcão Virtual, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde segunda-feira, dia 9, com a retomada do expediente normal, após o recesso forense do Poder Judiciário, o sistema retomou sua atividade, por meio do qual as secretarias e diretorias judiciais de primeiro e de segundo graus prestam atendimento ao público em geral de forma similar ao atendimento pelo balcão comum, com acesso remoto e imediato dos usuários aos serviços da Justiça.

O acesso à plataforma está disponível ao público das 8h às 18h, na página inicial do TJMA na internet, em ícone próprio e destacado na parte inferior, com a denominação "Balcão Virtual", e ainda por meio do menu superior "Serviços".

Basta o(a) interessado(a) clicar no link Balcão Virtual, a fim de localizar a secretaria ou diretoria judicial do primeiro ou segundo grau a que deseja se dirigir, preencher(de em seguida os dados solicitados, para, na sequência, aguardar a liberação a fim de ingressar na sala virtual, em ordem cronológica de acesso na plataforma.

No Judiciário maranhense, o Balcão Virtual foi regulamentado pela Portaria-Conjunta nº 102021, assinada pelo então presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e pelo então corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten – atual presidente do Tribunal –, para ampliar e facilitar os meios de acesso à Justiça em observância à Constituição Federal.

O diretor judiciário do TJMA, Laércio Amaral, recorda que o Balcão Virtual foi lançado em 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para todos os tribunais do país, como uma modalidade de atendimento telepresencial.

"No Tribunal de Justiça do Maranhão, nós podemos considerar como uma experiência exitosa em vários aspectos, dentro de uma política de proximidade do Tribunal de Justiça com o cidadão, com o operador do Direito advogados e advogadas – partes interessadas. É uma videochamada, uma humanização do atendimento, porque, diferentemente da modalidade de telefone, o Balcão Virtual possibilita a visualização de quem está buscando informações processuais com aquele que está atendendo, com aquele que está prestando as informações, servindo ao público. Então há uma humanização do atendimento", avalia.

Outro critério de êxito, segundo o diretor, é na questão da sustentabilidade, porque reduz o número de pessoas que se deslocam até o Tribunal de Justiça, até as unidades, para serem atendidas.

"Essas pessoas podem ser atendidas de qualquer lugar do mundo, através dessa chamada de vídeo pelo Balcão Virtual, evitando, assim, custos maiores para o cidadão e evitando também a poluição, com menos emissão de gás carbônico, são menos pessoas se deslocando, utilizando automóveis, enfim, consumindo os recursos naturais do planeta", acrescentou.

OPÇÕES

Em caso de indisponibilidade temporária da plataforma Balcão Virtual, por razões técnicas, o atendimento remoto deverá ser realizado por outros meios eletrônicos disponíveis, tais como e-mail e telefone, descritos no link "Telefones e e-mails", na página inicial do TJMA na internet.

Havendo indisponibilidade de equipamentos periféricos, tais como câmera e microfone, o atendimento seguirá por meio da ferramenta chat (bate-papo), uma vez que a sala do Balcão Virtual permite essa interação.

NOVAS TECNOLOGIAS

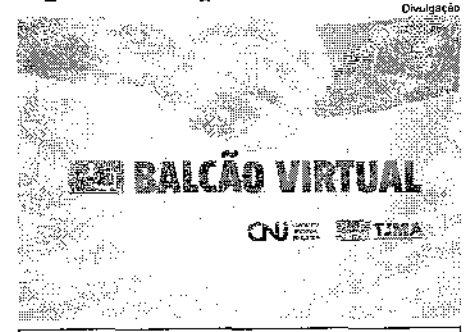
O Balcão Virtual faz parte do programa de inovação Justiça 4.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O atendimento pelo Balcão Virtual tem o objetivo de prestar informações relativas a processo judicial em tramitação na unidade, observados os regramentos inerentes ao segredo de justiça e ao sigilo processual.

A plataforma não substitui o peticionamento por meio dos sistemas disponibilizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, sendo vedado o seu uso para o protocolo de petições e para atendimento pelos gabinetes dos magistrados.

O "Balcão Virtual" normatizado pela Portaria Conjunta nº 102021 e Resolução CNJ nº 372 – deve ser incentivado por magistrados, magistradas, servidoras e servidores.

Aforamente também considera a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 372/2021, que regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual nos tribunais do país. *(Agência TJMA de Notícias)*



Divulgação



"Pé na areia, a caipirinha, água de coco, a cervejinha..."

Ludmila Pereira

Como canta o grande sambista Diogo Nogueira, "pé na areia, a caipirinha, água de coco, a cervejinha ...". Assim, segue esse fluxo na vida de muitas pessoas, já que continuamos em um período de férias.

Alguns ainda viajam, curtem as praias e regam esse lazer com muita bebida alcoólica. Mas quem dera que a presença exagerada de álcool na vida das pessoas fosse somente nessas ocasiões.

A verdade é que o álcool é "convidado VIP" no cotidiano de grande parte da população, pra festejar e pra socializar. Tá ali no *happy hour*, nas festas e confraternizações, no barzinho ou até mesmo em casa entre amigos.

Mas além da alegria momentânea que a bebida alcoólica proporciona, gostaria de falar também sobre seus contras, que não são poucos.

No processo de emagrecimento, costumo dizer que o álcool é um dos maiores inimigos, já que ele consegue fornecer mais calorias do que o próprio açúcar. Isso mesmo que você leu, caro leitor.

E o que é ainda pior é que são as chamadas "calorias vazias". Ou seja, não oferece nenhum nutriente, somente energia, que em excesso, faz com que você engorde, sem se nutrir.

Outro agravante é que quem é adepto do consumo de álcool, dificilmente controla pouco, principalmente quando se está festejando.

Para você ter uma ideia, uma lata de 350ml de cerveja fornece em torno de 150 kcal; 200ml de caipirinha pode chegar a 500kcal, a depender da quantidade de açúcar e de cachaça adicionados. E aí, quem bebe só uma dose?

E isso sem contar os petiscos, não é?! É tile com fritas, queijinho gordo, presunto, amendoim, salame... E tudo isso vai virando uma bomba calórica, que não gera saciedade, que não nutre, que propicia o ganho de peso, que intoxica o organismo e rouba sua saúde.

Nossa conversa sobre o álcool se torna ainda mais longa quando vamos falar do seu grande poder de desidratar quem o consome, fazendo com que o indivíduo urine muito mais e não reponha (bebendo água) adequadamente, gerando aquela ressaca sem fim no dia seguinte. Seu cérebro foi lesado, meu nobre leitor.

O fígado é responsável pelo processo de desintoxicação do nosso corpo, de tudo que consumimos. E o álcool é quem dá um "trabalho do brabo" para esse órgão. Por isso que é tão comum entre pessoas que bebem frequentemente, apresentar problemas hepáticos diversos, como a esteatose hepática (a tão famosa "gordura no fígado") e até a cirrose, que é o enrijecimento do órgão, que o impede de funcionar e consequentemente, leva-o à falência.

Apesar de eu não consumir bebida alcoólica, a não ser raríssimas vezes uma taça de vinho, gostaria de dizer que não estou aqui para condenar e julgar a ingestão de álcool de ninguém.

Reconheço que o seu consumo gera prazer e bem estar social na vida das pessoas.

Sempre digo que tudo na vida é equilíbrio. É é possível continuar tomando seus bons – e poucos – drinques e vivendo bem. Saibamos otimizar.

Reverze o consumo de álcool com um copo d'água, assim ajuda a manter o corpo hidratado.

Escolhamos petiscos mais leves e menos calóricos, como patinho de legumes, ovo de codorna cozido, azeitona e tomate cereja.

Com consumo de bebida alcoólica ajustado e moderado, dá sim para festejar, viver com saúde e como manda a canção ... "Pé na areia, a caipirinha, água de coco, a cervejinha. ...".

Ludmila Pereira de Araujo Souza
Nutricionista, especialista em Nutrição Clínica com ênfase nas enfermidades renais
Instagram: @ludmilaaraujonutri
Email: ludmilaraujo@hotmail.com

As demais cláusulas e parágrafos permanecem inalterados.

Assim, por estarem justos e acertados, assinam as partes o presente TERMO ADITIVO, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais imediatamente.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, 16 de dezembro de 2022.

Folha nº 196
Processo nº 11-2022
Rubrica

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação
002/2022

GENESISISTECH SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA
CNPJ sob o nº 12.506.781/0001-70
Sr. Ivo Silva Oliveira
Contratada

Testemunhas:
1ª_____
2º_____

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código Identificador: 86cf895036167734fe05cffd6ebfa203

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva - CEP: 65973-000 - Centro - São João do Paraiso - MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, **Onde se lê:** realizará às **08;00 oito horas do dia 19 de janeiro de 2023. Leia - se:** realizará às **08;00 oito horas do dia 24 de janeiro de 2023,** a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA. Este Edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultado gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. São João do Paraiso - MA, em 10 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 8c721d84ddf7c584acf2db77ea470a45

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023, assinado em 04/01/2023. Objeto: Contrato para aquisição de combustíveis para o abastecimento e manutenção de veículos visando atender Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 0077/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0009/2022. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: QUEIROZ & QUEIROZ NETO LTDA. CNPJ nº 13.400.306/0001-87. Valor Global: R$ 248.813,09 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e treze reais e nove centavos). Vigência Inicial: 4 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraiso - MA, 4 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 44081ff937ae4f28790f3e4dd2a9d704

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2023, assinado em 04/01/2023. Objeto: Contrato para aquisição de combustíveis para o abastecimento e manutenção de veículos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 0077/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0009/2022. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: QUEIROZ & QUEIROZ NETO LTDA. CNPJ nº 13.400.306/0001-87. Valor Global: R$ 2.639.888,47 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos). Vigência Inicial: 4 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Abimael Brito Ribeiro. São João do Paraíso - MA, 4 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 501a7078ce984986c569365a53a69d8c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023, assinado em 04/01/2023. Objeto: Contrato para aquisição de combustíveis para o abastecimento e manutenção de veículos visando atender a Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 0077/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0009/2022. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: QUEIROZ & QUEIROZ NETO LTDA, CNPJ nº 13.400.306/0001-87. Valor Global: R$ 310.220,75 (trezentos e dez mil, duzentos e vinte reais e setenta e cinco centavos). Vigência Inicial: 4 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Germana Torres Araújo. São João do Paraiso - MA, 4 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 9c064c97b3b1408f26d38c4efc2cc014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2023

Luzia do Paruá MA, para abertura dos envelopes nº 2 de propostas de preços. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na C.P.L. no endereço mencionado anteriormente, e/ou por e-mail:cplprefeiturasljp@gmail.com. Santa Luzia do Paruá – MA, 03 de janeiro de 2023. João Pinheiro de Melo – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2023 – SRP-PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva (CEP: 65973-000) - Centro - São João do Paraiso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes a espécie, realizará às 08:00hs(**oito horas**) **do dia 17 de janeiro de 2023**, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preços para eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados e máquinas em geral conforme fabricantes e modelos definidos nos anexos, pertencentes à frota de veículos da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso – MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: http:// www.sãojoãodoparaiso.ma.gov.br na no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. São João do Paraiso - MA, em 03 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/ SRP – PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva (CEP: 65973-000) - Centro - São João do Paraiso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 032/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará às 08:00 **oito horas do dia 19 de janeiro de 2023**, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, DO TIPO Menor Preço, por item, objetivando o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA. Este Edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultado gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. São João do Paraiso - MA, em 03 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA - MA

Aviso de licitação. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, processo administrativo nº **151201/2022**, OBJETO: **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa para prestação dos serviços na realização e animação das festividades constantes no calendário cultural deste Município, conforme Termo de Referência, o edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos sitios **https://comprasbr.com.br** ou **www.saoraimundododocabezerra.ma.gov.br** e podendo, em caso de problemas nos sites acima, ser adquirido gratuitamente na sala da CPL, ou através do e-mail: cplsaordb@hotmail.com durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas, Data da Abertura: 18/01/2023, às 10:00hs (dez) (horário de Brasília); Local: Site **https://comprasbr.com.br** maiores Informações e-mail: cplsaordb@hotmail.com ou na – CPL, Rua Antônio Neto nº 249, centro, São Raimundo do Doca Bezerra – MA., 04 de Janeiro de 2023, Maria do Socorro Morais Lima, Secretária Municipal de Cultura.

Aviso de Correção de data, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022, processo administrativo nº **211201/2022**, OBJETO: **Registro de Preços** para futura e eventual Contratação de empresa para aquisição de 01 veículos (0) zero km de Interesse da Secretaria de Assistência social deste Município, o edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos sitios **https://comprasbr.com.br** ou **www.saoraimundododocabezerra.ma.gov.br** e podendo, em caso de problemas nos sites acima, ser adquirido gratuitamente na sala da CPL, ou através do e-mail: **cplsaordb@hotmail.com** durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas. Obs: o pregão acima Publicado no DOE, dia 27/12/2022, Publicações de Terceiros, Pag. 20, fica corrigido a data de Abertura para o dia **11 de Janeiro de 2023, às 09:00hs** (horário de Brasília); Local: Site **https://comprasbr.com.br** Informações pelo e-mail: **cplsaordb@hotmail.com** ou na sala da CPL, localizado na Rua Antônio Neto nº 249, Centro, São Raimundo do Doca Bezerra – MA., 03 de Janeiro de 2023. Ulda Melo Pereira – Secretária de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA - MA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2022 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL Objeto: eventuais aquisições de medicamentos e produtos hospitalares, laboratoriais e correlatos para o Município de Zé Doca-MA. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, torna público que decide SUSPENDER o certame referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 058/2022 - SRP para revisão e retificação de edital quanto ao termo de referência. **A nova data de reabertura será dia 19.01.2023 às 09:00** horas. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Central de Licitação, no horário de expediente ou por e-mail, no endereço eletrônico: cplzedoca@outlook.com. Zé Doca - Ma, 03 de Janeiro de 2023. Herbert Costa Penha Junior. Pregoeiro do município.

COMUNICAÇÕES

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Torna público que **REQUEREU** junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais SEMA, em 26/12/2022, OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA (ODU) de (1) um Poço Tubular Profundo localizado no bairro Tibiri, RODOVIA BR-135 KM 5 Município de SÃO LUIS/MA, com coordenadas: 2°37'21.32"S 44°15'33.0"W, com finalidade do uso da água para consumo humano. Conforme e-Processo nº 258735/2022, com expectativa de vazão de 4.5m³/h e período de bombeamento de 13h/dia.

RESIDENCIAL TORRES DOS HOLANDESES

Torna público que REQUEREU junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais SEMA, em 26/12/2022, a Autorização de Perfuração de Poço – PP, de um Poço Tubular Profundo, localizado na Rua Santo Inácio de Loiola número 6 em São Luís/MA, com coordenadas: 2°29'33.95"S E 44°14'9.04"O, com finalidade do uso da água para consumo humano, Conforme e-Processo nº 0263268/2022,

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

"BRUNA ALVES DE SOUZA-ME"
NIRE 52103710275
CNPJ 26.176.661/0001-66

Folha nº 198
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA, BRASILEIRA, EMPRESARIA, Solteira, natural da cidade de Morrinhos – GO, nascida em 08/01/1996, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 06688481662, expedida por DETRAN/GO em 05/10/2017 e CPF nº 035.389.051-00, Residente e domiciliada na AVENIDA CEL CIRILO LOPES DE MORAES, nº 2/5, QD 37, APT 403, Edifício COSTA RICA, Turista I, Caldas Novas – Go, CEP 75.690-000, titular da empresa **BRUNA ALVES DE SOUZA-ME,** com sede na RUA MASCARENHAS DE MORAIS, nº 20, Centro, Ipameri – GO, CEP 75.780-000, registrado na Junta Comercial de Goiás, sob o NIRE nº **52103710275,** CNPJ **26.176.661/0001-66,** resolve ALTERAR o INSTRUMENTO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O Empresário altera o objeto social de suas atividades para as seguinte atividades econômicas: COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como sede (Matriz) será (ão) exercida (s) a (s) atividade (s) de: COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO

ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAES:

CNAE Nº - 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados
CNAE Nº - 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
CNAE Nº - 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico

CNAE Nº - 4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
CNAE Nº - 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
CNAE Nº - 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
CNAE Nº - 4754-7/01 - Comércio varejista de móveis
CNAE Nº - 4754-7/02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
CNAE Nº - 4754-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
CNAE Nº - 4755-5/02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
CNAE Nº - 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
CNAE Nº - 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
CNAE Nº - 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos
CNAE Nº - 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
CNAE Nº - 4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos
CNAE Nº - 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

Folha nº 199
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL (art.968, III,CC) – O capital de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), passa a constituir um aumento de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), totalizando subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em moeda corrente do Pais, passando com um aumento para R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento de inscrição do Empresário Individual que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLÁUSULA QUARTA: DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO: Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

"BRUNA ALVES DE SOUZA-ME"
CNPJ 26.176.661/0001-66

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, CC): A Empresa gira com o nome empresarial, **BRUNA ALVES DE SOUZA-ME**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL (ART. 968, III, CC): O capital é de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SEDE (ART. 968, IV, CC): A Empresa tem sua sede à RUA MASCARENHAS DE MORAIS, nº 20, Centro, Ipameri – GO, CEP 75.780-000.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO (ART. 968, IV, CC): A Empresa tem por objeto o seguinte: COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E

EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como sede (Matriz) será (ão) exercida (s) a (s) atividade (s) de: COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO

ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAES:

CNAE Nº - 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados
CNAE Nº - 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
CNAE Nº - 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
CNAE Nº - 4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
CNAE Nº - 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
CNAE Nº - 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
CNAE Nº - 4754-7/01 - Comércio varejista de móveis
CNAE Nº - 4754-7/02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
CNAE Nº - 4754-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
CNAE Nº - 4755-5/02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
CNAE Nº - 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
CNAE Nº - 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
CNAE Nº - 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos
CNAE Nº - 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
CNAE Nº - 4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos
CNAE Nº - 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CLÁUSULA QUINTA – A empresa iniciou suas atividades em 10/09/2016 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – O encerramento do exercício dar-se á em 31/12.

Folha nº 204
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA SETIMA – A administração da empresa será exercida pelo seu titular.

DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994) – O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividades empresária e não possui outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRO LABORE – O empresário poderá fixa uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA – PORTE EMPRESÁRIAL – Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, o enquadramento da empresa como Microempresa – ME, onde a receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4°do art. 3° da mencionada Lei. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar no 123/2006.

E por estar assim constituído, assino o presente instrumento particular que foi lavrado em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Ipameri – GO, 11 de Janeiro de 2023

BRUNA ALVES DE SOUZA
CPF: 035.389.051-00

Folha nº 202
Processo nº 111-2022
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BRUNA ALVES DE SOUZA-ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03538905100	BRUNA ALVES DE SOUZA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2023 15:40 SOB Nº 20222237996.
PROTOCOLO: 222237996 DE 11/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12300465038. CNPJ DA SEDE: 26176661000166.
NIRE: 52103710275. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/01/2023.
BRUNA ALVES DE SOUZA-ME

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 203

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 44-2022

Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
26.176.661/0001-66 MATRIZ		15/09/2016

NOME EMPRESARIAL
BRUNA ALVES DE SOUZA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MASCARENHAS DE MORAIS	20	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
75.780-000	CENTRO	IPAMERI	GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FISCALCONTABILAP@HOTMAIL.COM	(64) 3442-5221

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/09/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

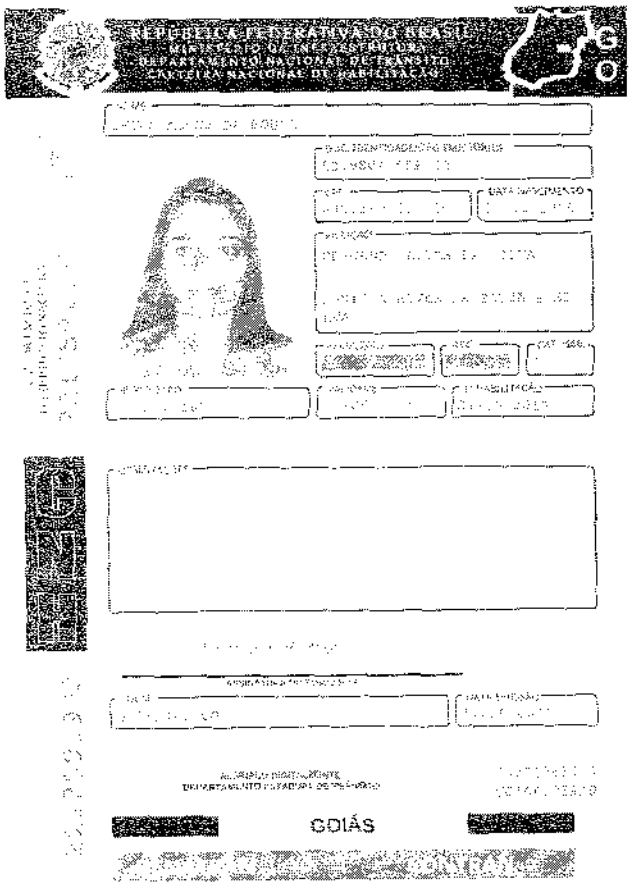
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/01/2023** às **17:45:03** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



Folha nº 204

Processo nº 111-2022

Rubrica

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



PREGÃO 02/2023

Folha nº 205
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A pessoa jurídica BRUNA ALVES DE SOUZA ME CNPJ nº 26176661/0001-66, sediada na RUA MASCARENHAS DE MORAIS Nº 20, CENTRO, IPAMERI, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Bruna Alves de Souza, portadora do RG nº 6079806 SSP/GO, do CPF nº 035.389.051-00, DECLARA;

DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2023 instaurada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz", a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei n. 8.666/93, com redação determinada pela Lei n. 9.854/99.

DECLARA não possuem em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei n. 8.666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar n. 04/90).

DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Pregão Eletrônico nº 02/2023, junto a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, que cumpre integralmente os requisitos para sua habilitação, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei n. º 10.520 de 17 de Julho de 2002, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

DECLARA (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 02/2023, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

DECLARA para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico nº 02/2023 da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, que a empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer serviços de qualidade e nos prazos e locais estabelecidos, sob as penas da Lei.

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2023, instaurada pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.



Para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
(f) e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
(g) IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL COM PODERES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- NOME: BRUNA ALVES DE SOUZA
- Nº RG 6079806 SSP/GO E CPF: 035.389.051-00
- ENDEREÇO COMPLETO: **AVENIDA CEL CIRILO LOPES DE MORAIS Q 37 LOTE 2/5 S/N APART 403 EDIFICIO COSTA RICA BAIRRO TURISTA 1 CEP 75680-001**

E-MAIL- 100sportscalcados@gmail.com

Por ser verdade, firmamos o presente.

Caldas Novas 20 de janeiro de 2023

BRUNA ALVES DE SOUZA ME
26.176.661/0001-66
BRUNA ALVES DE SOUZA
EMPRESÁRIA
CPF: 035.389.051-00
RG: 6079806 SSP/GO

BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Assinado de forma digital por BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Dados: 2023.01.20 16:05:20 -03'00'

ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)

Folha nº 207
Processo nº 111-2016
Rubrica

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás

O Empresário, BRUNA ALVES DE SOUZA estabelecido na (o) RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 11 bairro CENTRO, IPAMERI, GO, CEP 75.780-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e que não se acha incluído em nenhuma das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

IPAMERI - GO, 10 DE SETEMBRO DE 2016.

Bruna Alves de Souza
BRUNA ALVES DE SOUZA

Dr. Pedro Ferreira Borges
Advogado Técnico - JUCEG
09/09/16

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/09/2016
SOB O NÚMERO 20162901505
Protocolo: 16/280150-5
Empresa 52 1 0371027 5
BRUNA ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIA-GERAL - PAULA NUNES LOBO
F 228418

MÓDULO INTEGRADOR: GO12016600433972

Certifico que este documento da empresa BRUNA ALVES DE SOUZA, NIRE 52 1037102 7-5, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br e informe: Nº do protocolo 16/280150-5 e o código de segurança d5KMq. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/09/2016 14:56:33 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

ESTADO DO GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA

Folha nº 208
Processo nº 111-2022
Rubrica

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Inscrição Estadual: 106748890

Protocolo REDESIM GOP2224724618

Nome Empresarial: BRUNA ALVES DE SOUZA-ME

Nome Fantasia: 100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES

Natureza Jurídica:

CNPJ: 26.176.661/0001-66

Atividade Principal (CNAE): 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados

Atividade Sencundária (CNAE): 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico, 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, 4754-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação, 4754-7/01 - Comércio varejista de móveis, 4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, 4754-7/02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria, 4755-5/02 - Comercio varejista de artigos de armarinho, 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral, 4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas, 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação

Endereço DO Estabelecimento: RUA MASCARENHAS DE MORAIS, , CENTRO, CEP: 75780000

Muncípio: Ipameri

Observação:

Este documento foi emitido em : **quinta, 12 de janeiro de 2023**
Se impresso, verificar sua autenticidade em http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br utilizando o código **T3T7TDVJ**
DOCUMENTO EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO PORTAL DO EMPREENDEDOR GOIANO
Esse documento deverá permanecer exposto em local visivel no estabelecimento empresarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Folha nº 209

Processo nº 111-2022

Rubrica

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI, no uso de sua atribuições legais,

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, conforme processo protocolado nesta Secretaria, que o contribuinte 119378 - BRUNA ALVES DE SOUZA, empresa 100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES, CPF/CNPJ 26.176.661/0001-66, estabelecida à RUA GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS, Nº 11 null, Bairro CENTRO, com atividade de Comercio varejista de calcados. Está inscrita no município desde 30/09/2016 com inscrição municipal número 23073.

JUCEG
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS - SINREM

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Folha nº 210
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL BRUNA ALVES DE SOUZA-ME

NATUREZA JURÍDICA EMPRESÁRIO

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 10371027-5	26.176.661/0001-66	15/09/2016	10/09/2016

ENDEREÇO RUA MASCARENHAS DE MORAIS

NÚMERO 20 COMPLEMENTO BAIRRO CENTRO

MUNICÍPIO IPAMERI ESTADO GO CEP 75780-000

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO, EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS

CAPITAL R$ 30.000,00
TRINTA MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)
Microempresa

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 14/01/2022	NÚMERO 20220053502
ATO ALTERAÇÃO	SITUAÇÃO REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	STATUS XXXXXXXXXXXXX

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

- NIRE: 52 90103278-9 CNPJ: 26.176.661/0002-47

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA CEL JOAO RINCON, 17, SETOR CENTRO, PIRES DO RIO, GO, 75200-000, Brasil

NOME DO EMPRESÁRIO: BRUNA ALVES DE SOUZA
IDENTIDADE: 06688481662,
CPF: 035.389.051-00
ESTADO CIVIL: Solteiro
REGIME DE BENS: Não informado

Signature Not Verified
Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI:90178854134
Date: 2022.11.16 15:21:49 GRT
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: Goiania - GO

Protocolo: 229907349 Chave de segurança : LpwdR
A autenticidade deste documento pode ser verificada, através do endereço: http://servicos.juceg.go.gov.br/

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida
BRUNA ALVES DE SOUSA, 03538905100
Goiânia, 16 de Novembro de 2022

Folha nº 211
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **BRUNA ALVES DE SOUZA**

CPF/CNPJ: **26.176.661/0001-66**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:52:16 do dia 03/01/2023 , com validade até o dia 02/02/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: c6DPPDzmpdMkNQm7D8Cf

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI
Av. Pandiá Calógeras Nº84 - Centro
CNPJ: 01.763.606-0001/41 - CEP: 75780-000
Fone/Fax: (64) 3491-6004
e-mail: EMAIL@IPAMERI.COM.BR

Folha nº 212
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA

CERTIDÃO NÚMERO 92868

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CCP/RAZÃO SOCIAL: 119378 - BRUNA ALVES DE SOUZA
CNPJ: 26.176.661/0001-66
ENDEREÇO GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS, 11,
BAIRRO: CENTRO
CIDADE: IPAMERI - GO - CEP: 75.780-000

CERTIDÃO E FUNDAMENTO

Certifica-se, nos termos da Lei Municipal nº 32/2014, para os fins de direito, que o sujeito passivo **não possui pendência em seu nome acima citado**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI - GO, até a presente data.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal lançar e cobrar quaisquer dívidas tributárias de responsabilidade do sujeito passivo acima epigrafado, que vierem a ser apuradas e constituídas.

Finalidade:

SEGURANÇA: Site para validação **www.ipameri.go.gov.br**

VALIDADE ATÉ: Quinta-feira 02 Fevereiro 2023.

EMITIDA: Terça-feira 03 Janeiro 2023 às 10:49:20

Código de Validação: 1088792868

Digitally signed by PRODATA INFORMATICA LTDA:02744987000184
Date: 2023.01.03 10:49:20 GMT-03:00
Reason: SIG - PRODATA INFORMÁTICA LTDA
Location: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

Folha nº 213
Processo nº 11-2022
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
COMARCA DE IPAMERI

Nº : **104612002296**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE IPAMERI, NADA CONSTA contra:

Requerente : Bruna Alves de Souza ME

CNPJ : 26176661000166

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a **informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104612002296**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 14 de dezembro de 2022, às 15:12:29
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 196 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 14 de dezembro de 2022

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 14/12/2022 15:12:29
Validação pelo código 104612002296, no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

Folha nº 214
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 35575256

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
BRUNA ALVES DE SOUZA-ME

CNPJ
26.176.661/0001-66

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinca 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
http://www.sefaz.go.gov.br.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.485.386.166

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 3 JANEIRO DE 2023

HORA: 10:46:47:4

Ministério Público
do Estado de Goiás

Folha nº 215
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO

NEGATIVA – PESSOA JURÍDICA

O Ministério Público do Estado de Goiás **CERTIFICA** que, consultando os registros eletrônicos de autos extrajudiciais instaurados mediante portaria, até a presente data, **NADA CONSTA** em relação ao CNPJ nº 26.176.661/0001-66, em tramitação na Instituição.

Observações:

a) Conforme disposto no Ato Conjunto PGJ-CGMP n. 2/2019, o parâmetro utilizado para a expedição desta certidão foi a inscrição da pessoa jurídica junto ao cadastro do Ministério da Fazenda, nos exatos termos constantes nos autos extrajudiciais registrados no sistema eletrônico do Ministério Público do Estado de Goiás que se encontram em tramitação, excluídos os sigilosos, em segredo de justiça, arquivados, judiciais e inquéritos policiais;

b) Esta certidão abrange apenas os autos extrajudiciais instaurados mediante portaria (procedimento administrativo, procedimento preparatório, procedimento preparatório eleitoral, inquérito civil e procedimento investigatório criminal), não contemplando, portanto, a notícia de fato, seja de natureza cível ou criminal;

c) O número de inscrição junto ao cadastro do Ministério da Fazenda é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade da inscrição ser conferida pelo interessado e pelo destinatário;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado no endereço http://www.mpgo.mp.br/certidao, até 30 dias de sua expedição, informando-se o código de validação impresso.

Certidão expedida gratuitamente pela Internet, conforme Ato Conjunto PGJ-CGMP n. 2/2019, em 03/01/2023 às 10:50:27 (Válida até 02/02/2023)

Código de validação: 2e83690785d6a140ba6a4f6360d66515

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Folha nº 216
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRUNA ALVES DE SOUZA
CNPJ: 26.176.661/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:47:35 do dia 03/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/07/2023.
Código de controle da certidão: **C05C.4F14.95D3.DAD9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Folha nº 217
Processo nº 111-9022
Rubrica

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **BRUNA ALVES DE SOUZA**

CPF/CNPJ: **26.176.661/0001-66**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:52:16 do dia 03/01/2023 , com validade até o dia 02/02/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: c6DPPDzmpdMkNQm7D8Cf

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

JUCEG
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS - SINREM

Folha nº 218
Processo nº 111-2022

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL BRUNA ALVES DE SOUZA-ME

NATUREZA JURÍDICA EMPRESÁRIO

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 10371027-5	26.176.661/0001-66	15/09/2016	10/09/2016

ENDEREÇO RUA MASCARENHAS DE MORAIS

NÚMERO 20 COMPLEMENTO BAIRRO CENTRO

MUNICÍPIO IPAMERI ESTADO GO CEP 75780-000

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO, EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS

CAPITAL R$ 30.000,00
TRINTA MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)
Microempresa

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 14/01/2022	NÚMERO 20220053502
ATO ALTERAÇÃO	SITUAÇÃO REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	STATUS XXXXXXXXXXXXX

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

- NIRE. 52 90103278-9 CNPJ: 26.176.661/0002-47

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA CEL JOAO RINCON, 17, SETOR CENTRO, PIRES DO RIO, GO, 75200-000, Brasil

NOME DO EMPRESÁRIO: BRUNA ALVES DE SOUZA
IDENTIDADE: 06688481662,
CPF: 035.389.051-00
ESTADO CIVIL: Solteiro
REGIME DE BENS: Não informado

Signature Not Verified
Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI:90075864104
Date: 2022.11.16 15:21:48 BRT
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: Goiânia - GO

Protocolo: 229907349 Chave de segurança : LpwdR
A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço: http://servicos.juceg.go.gov.br/

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida
BRUNA ALVES DE SOUSA, 03538905100
Goiânia, 16 de Novembro de 2022

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Folha nº 219
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRUNA ALVES DE SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.176.661/0001-66
Certidão nº: 35515026/2022
Expedição: 20/10/2022, às 07:50:31
Validade: 18/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BRUNA ALVES DE SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.176.661/0001-66, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folha nº 220
Processo nº 111-2022
Rubrica

RESIDENCIAL NORMAL - CONVENCIONAL

BRASIL

BRUNA ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 26.XXX.XXX/XXXX-66
RUA MASCARENHAS DE MORAIS N 21 - SETOR CENTRO - CEP 75760-000 - PARANAIGUA

580106100

111190390

11/2022	01/12/2022	R$ 473,08

Utilize o QR CODE acima para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site
https://www.[illegible].com.br e informe o número
[illegible]
CHAVE DE ACESSO: [illegible]
DATA E HORA DA EMISSÃO: 11/12/2022 12:51:58
DATA DA PRÓXIMA LEITURA: [illegible]
CFOP: 5253 - Venda de energia elétrica para estabelecimento comercial

Em cumprimento à [illegible] HERCE. Maiores informações em www.[illegible].com.br
INFORMAMOS QUE A TARIFA DA ENEL PARANÁ FOI REAJUSTADA EM MÉDIA DE 7,22% POR MEIO DA RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA ANEEL Nº 3.[illegible] DE 22/11/2022 A PARTIR DE 23/11/2022.
O PERÍODO DE REFERÊNCIA DA BANDEIRA AMARELA QUE CORRESPONDE A 9,492 KWH = R$ 1,905,78

11/10/2022	11/11/2022	31	14/12/2022

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R$) com tributos	Valor (R$)	Alíq. ICMS (%)	Base Calc. ICMS (R$)	Alíquota ICMS (%)	ICMS (R$)	Tarifa unit (R$)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Consumo	kWh	1[illegible]	[illegible]	440,16	[illegible]	[illegible]	17,00	75,44	[illegible]
TOTAL				473,08	17,00	443,78		75,44	

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO
IPAMERI
GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
EXERCÍCIO 2022

Folha nº 221
Processo nº 111-2022
Rubrica

Nº ALVARÁ: 2022001320

CCP	119378	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	23073
CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66	INÍCIO DA ATIVIDADE:	30/09/2016
Razao Social:	BRUNA ALVES DE SOUZA		
Nome Fantasia:	100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES		
ENDEREÇO:	GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS, Qd. - Lt. - nº 11 Complemento: - Bairro: CENTRO		
TIPO DO ALVARA:	Definitivo	DATA DE EXPEDIÇÃO:	31/08/2022
AREA OCUPADA:	Não informada	DATA DE VALIDADE:	31/12/2022
		NÚMERO DO DUAM:	929242

Nos termos do artigo 354 da lei complementar nº 32 de 30/12/2014, fica CONCEDIDO O ALVARÁ DA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO da empresa/profissional autônomo, citado acima, para exercer suas atividades empresariais neste Municipio.

Obs.:ALVARÁ DA VIGILANCIA SANIT RIA N°2022001318

Atividade econômica principal:

4782201 Comercio varejista de calcados

Certificado dos Bombeiros

Número: 118479/22

Validade: 31/8/2023

Horário de funcionamento

08:00 às 18:00

Priscilla Oliveira Dias
Coordenadora
Matrícula: 103985

Responsável pela Emissão do Alvará

Folha nº 222
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ALVARÁ DE VIGILANCIA SANITÁRIA

Nº ALVARÁ: 2023000147

CEP: 113378 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 23073

CNPJ: 34.[illegible]/0001-43 INÍCIO DE ATIVIDADE: 30/09/2016

Razão social: BRUNA ALVES DE SOUZA

Nome Fantasia: 100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES

ENDEREÇO: GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS, Qd. - Lt. - nº 11 Complemento: - Bairro: CENTRO

TIPO DO ALVARÁ: Definitivo DATA DE EXPEDIÇÃO: 19/01/2023

NÚMERO DO DoAlv: 963503 DATA DE VALIDADE: 31/12/2023

RESP. TECNICA/RESP. LEGAL: BRUNA ALVES DE SOUZA

Nos termos do artigo 8º da lei complementar nº 018 de 30/12/2010, fica CONCEDIDO O ALVARÁ SANITÁRIO da empresa/profissional autônomo, citado acima, para exercer suas atividades empresariais neste Município.

Manter o Alvará em local visível. Alvará poderá ser cassado a qualquer tempo, se constatado qualquer irregularidade no estabelecimento

Obs. ALVARÁ LIBERADO CONFORME CERTIFICADO CBM-GO 118479/22. VALIDO ATE 31/08/2023

Atividade econômica principal:

4782201 Comercio varejista de calcados

Horário de funcionamento: Não informado

Cleunilda Ana Pereira Costa
Fiscal da Vigilância Sanitária
Matrícula: 101861

Responsável pela Emissão do Alvará

Folha nº 223
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.176.661/0001-66
Razão Social: BRUNA ALVES DE SOUZA ME
Endereço: RUA MASCARENHAS DE MORAIS 11 / CENTRO / IPAMERI / GO / 75780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/12/2022 a 25/01/2023

Certificação Número: 2022122704035554397882

Informação obtida em 03/01/2023 10:44:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

PROTOCOLO: 118479/22

PROCEDIMENTO

EDIFICAÇÃO PREVIAMENTE CERTIFICADA 224

Folha nº
Processo nº 111-2022

Razão Social
BRUNA ALVES DE SOUZA

CNPJ/CPF
CNPJ: 26.176.68[illegible]/0001-66

Nome Fantasia
100 SPORTS CALCADOS E CONFECCOES

Fone
(64)34425221

Finalidade	**Número CBMGO**	**CNAE**
CERTIFICAÇÃO PRÉVIA	35242447493	4782201

Endereço
RUA MASCARENHAS DE MORAIS, QD.:* LT.:*, Nº 20, SETOR CENTRAL, IPAMERI, 75780000

Ocupação/Uso	**Divisão**	**Descrição**
Comercial	C-2	comércio varejista de calçados

CNAE	**Divisão**	**Descrição Cnae Secundário**
NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO

Carga de Incêndio	**Área**	**Altura**	**Risco**
500.0 MJ/m²	100.0 m²	*terreo*	MÉDIO

Quartel Responsável	**Data de emissão**	**Data de validade**
23ª COMPANHIA INDEPENDENTE BOMBEIRO	31/08/2022	31/08/2023

Este Certificado deve permanecer na edificação e ser afixado em local visível ao público.
O Corpo de Bombeiros Militar pode, a qualquer tempo, verificar as informações e declarações prestadas, por meio de inspeções e de solicitação de documentos para conferir as condições listadas no Anexo G da Norma

A manutenção das medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico ficará a cargo do responsável, a qualquer título, pela edificação ou área de risco

Estará sujeito às sanções previstas na Lei 15.802/2006 (cassação, multa, interdição, embargo e outras) o responsável, a qualquer título, que:
- utilizar ou destinar, de forma diversa de sua finalidade, quaisquer equipamentos de segurança contra incêndio e pânico instalados ou que fazem parte das edificações;
- manter qualquer uso, atividade ou ocupação em edificação sem o Certificado de Conformidade e de Credenciamento ou estando este vencido.

Código de controle do CERCON: d78330bdf54a
A autencidade deste Certificado deverá ser confirmada na página do
http://www.bombeiros.go.gov.br

Unidade de Atendimento: 23ª companhia independente

IPAMERI, 31 de agosto de 2022.

cmbgo.ipameri@gmail.com
rua 11, 12, 14 com go-330, 01, vila carvalho, ipameri, 75780-000
Telefone para dúvidas e consultas:64-34911371

Termo de Abertura

Folha nº 295
Processo nº 111-2022
Rubrica

Nome do Livro: LIVRO DIARIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo LIVRO DIARIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 183, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa BRUNA ALVES DE SOUZA ME, município Caldas Novas, CNPJ nº 26.176.661/0001-66, Número de Registro (NIRE) 52103710275.

Data do arquivamento dos atos constitutivos:
15/09/2016Ato constitutivo: 52103710275

Caldas Novas, 01/01/2021

BRUNA ALVES DE SOUZA
TITULAR PESSOA FÍSICA,
Administrador CPF 035.389.051-00

FERNANDO BENEDITO GANDIN
CONTADOR CRC/GO 250500
CPF: 260.105.528-69

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 Folha: 2

Conta		Débito	Crédito
01 de janeiro de 2021			
(353)	ESTOQUE INICIAL		771.534,94
(345)	ESTOQUE INICIAL	771.534,94	

Folha nº 226
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

	Total do Dia:	**771.534,94**	
			771.534,94
02 de janeiro de 2021			
(6)	EMPRESTIMOS COM TERCEIROS	324.425,20	
(6)	PGTO		156.112,60
(6)	NOTA FISCAL Nº 000039	150,60	
(1391)	PGTO	156.112,60	
(781)	EMPRESTIMOS COM TERCEIROS		324.425,20
(354)	NOTA FISCAL Nº 000039		150,60
	Total do Dia:	**480.688,40**	
			480.688,40

04 de janeiro de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de janeiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Folha: 3

(6)	CHEQ COMP	347,80	
(6)	CHEQ COMP	753,00	
(6)	Pagamento	1.090,81	
(6)	Pagamento	790,00	
(6)	Pagamento	1.206,58	
(6)	Pagamento	870,46	
(6)	Pagamento	1.042,16	
(6)	Pagamento	1.912,88	
(6)	Pagamento	1.072,10	
(6)	Pagamento	1.139,67	
(6)	Pagamento	1.517,40	
(6)	Pagamento	865,55	
(6)	Pagamento	11,50	
(6)	Pagamento	15,50	
(6)	DEPOSITO		1.684,32
(6)	DEPOSITO		33,46
(6)	DEPOSITO		2.362,86
(6)	DEPOSITO		842,23
(6)	DEPOSITO		609,66
(6)	DEPOSITO		1.035,70
(6)	TRANSF		450,00
(6)	TRANSF		1.521,83
(6)	TRANSF		191,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(6)	DEPOSITO		50,00
(6)	DEPOSITO		650,00
(6)	Pagamento	38,90	
(6)	DEPOSITO		600,00
(6)	DEPOSITO		50,00
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	CHEQ COMP		753,00
(9)	Pagamento		1.090,81
(9)	Pagamento		790,00

Folha nº 197
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 Folha: 4

Folha nº 228
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		1.266,78
(9)	Pagamento		2.571,46
(9)	Pagamento		1.042,16
(9)	Pagamento		1.912,88
(9)	Pagamento		1.072,10
(9)	Pagamento		1.139,67
(9)	Pagamento		1.517,40
(9)	Pagamento		865,55
(9)	Pagamento		11,50
(9)	Pagamento		15,50
(9)	DEPOSITO	1.684,32	
(9)	DEPOSITO	33,46	
(9)	DEPOSITO	2.362,86	
(9)	DEPOSITO	842,23	
(9)	DEPOSITO	609,66	
(9)	DEPOSITO	1.035,70	
(9)	TRANSF	450,00	
(9)	TRANSF	1.521,83	
(9)	TRANSF	191,00	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(9)	TARIFA IOF		1,74
(9)	Pagamento		38,90
(9)	DEPOSITO	600,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(425)	TARIFA IOF	1,74	
	Total do Dia:	**24.968,31**	
			24.968,31

05 de janeiro de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		1.550,00
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		100,00
(6)	CHEQ COMP	1.185,00	
(6)	DEVOLUÇ CHEQUE DEPOSITADO	1.550,00	
(6)	Pagamento	311,77	
(6)	Pagamento	1.002,24	
(6)	Pagamento	2.001,62	
(6)	Pagamento	190,76	
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	DEPOSITO		674,33
(6)	DEPOSITO		193,41
(6)	DEPOSITO		1.030,75
(6)	DEPOSITO		1.422,23
(6)	DEPOSITO		40,73
(6)	TRANSF		255,00
(6)	TRANSF		1.156,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	1.550,00	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	100,00	
(9)	CHEQ COMP		1.185,00
(9)	DEVOLUÇ CHEQUE DEPOSITADO		1.550,00
(9)	Pagamento		311,77

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 5

Folha nº 229
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		1.002,24
(9)	Pagamento		2.001,62
(9)	Pagamento		190,76
(9)	Pagamento		558,35
(9)	DEPOSITO	674,33	
(9)	DEPOSITO	193,41	
(9)	DEPOSITO	1.030,75	
(9)	DEPOSITO	1.422,23	
(9)	DEPOSITO	40,73	
(9)	TRANSF	255,00	
(9)	TRANSF	1.156,00	
	Total do Dia:	**13.222,19**	
			13.222,19

06 de janeiro de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000056	299,00	
(6)	TRANSF	1.941,78	
(6)	Pagamento	900,00	
(6)	Pagamento	992,39	
(6)	Pagamento	508,78	
(6)	TRANSF	299,83	
(6)	DEPOSITO		242,80
(6)	DEPOSITO		355,39
(6)	DEPOSITO		569,78
(6)	DEPOSITO		624,71
(6)	DEPOSITO		257,69
(6)	TRANSF		120,00
(6)	TRANSF		2.564,71
(9)	TRANSF		1.941,78
(9)	Pagamento		900,00
(9)	Pagamento		992,39
(9)	Pagamento		508,78
(9)	TRANSF		299,83
(9)	DEPOSITO	242,80	
(9)	DEPOSITO	355,39	
(9)	DEPOSITO	569,78	
(9)	DEPOSITO	624,71	
(9)	DEPOSITO	257,69	
(9)	TRANSF	120,00	
(9)	TRANSF	2.564,71	
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000056		299,00
	Total do Dia:	**9.676,86**	
			9.676,86

07 de janeiro de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000057	109,90	
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		1.550,00
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		100,00
(6)	Pagamento	2.072,74	
(6)	Pagamento	1.650,00	
(6)	Pagamento	2.100,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 Folha. 6

Folha nº 930
Processo nº 11.2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	665,73	
(6)	Pagamento	574,84	
(6)	Pagamento	567,60	
(6)	Pagamento	715,63	
(6)	Pagamento	1.594,31	
(6)	Pagamento	406,61	
(6)	Pagamento	1.948,76	
(6)	TRANSF	83,27	
(6)	Pagamento	10,94	
(6)	Pagamento	8,17	
(6)	Pagamento	232,00	
(6)	Pagamento		226,12
(6)	Pagamento		275,46
(6)	Pagamento		173,44
(6)	TRANSF		879,29
(6)	TRANSF		877,02
(6)	TRANSF		470,00
(6)	DEPOSITO		4.950,00
(6)	DEPOSITO		5.000,00
(6)	DEPOSITO		800,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	1.550,00	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	100,00	
(9)	Pagamento		2.072,74
(9)	Pagamento		1.650,00
(9)	Pagamento		2.100,00
(9)	Pagamento		665,73
(9)	Pagamento		574,84
(9)	Pagamento		567,60
(9)	Pagamento		715,63
(9)	Pagamento		1.594,31
(9)	Pagamento		406,61
(9)	Pagamento		1.948,76
(9)	TRANSF		83,27
(9)	Pagamento		10,94
(9)	Pagamento		8,17
(9)	Pagamento		232,00
(9)	Pagamento	226,12	
(9)	Pagamento	275,46	
(9)	Pagamento	173,44	
(9)	TRANSF	879,29	
(9)	TRANSF	877,02	
(9)	TRANSF	470,00	
(9)	DEPOSITO	4.950,00	
(9)	DEPOSITO	5.000,00	
(9)	DEPOSITO	800,00	
42953	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000057		109,90
	Total do Dia:	**28.041,83**	
			28.041,83

08 de janeiro de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 7

Folha nº 934
Processo nº 11 - 2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	PAGTO	349,74	
(6)	Pagamento	1.350,00	
(6)	Pagamento	1.199,94	
(6)	Pagamento	461,06	
(6)	DEPOSITO		332,26
(6)	DEPOSITO		235,51
(6)	DEPOSITO		624,62
(6)	DEPOSITO		196,24
(6)	DEPOSITO		198,12
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		870,00
(6)	DEPOSITO		800,00
(9)	PAGTO		349,74
(9)	Pagamento		1.350,00
(9)	Pagamento		1.199,94
(9)	Pagamento		461,06
(9)	DEPOSITO	332,26	
(9)	DEPOSITO	235,51	
(9)	DEPOSITO	624,62	
(9)	DEPOSITO	196,24	
(9)	DEPOSITO	198,12	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	870,00	
(9)	DEPOSITO	800,00	
	Total do Dia:	**6.817,49**	
			6.817,49

11 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento	354,75	
(6)	Pagamento	616,08	
(6)	Pagamento	256,81	
(6)	Pagamento	374,70	
(6)	Pagamento	3.465,72	
(6)	Pagamento	466,30	
(6)	Pagamento	894,60	
(6)	Pagamento	340,89	
(6)	Pagamento	456,14	
(6)	Pagamento	941,34	
(6)	Pagamento	308,08	
(6)	Pagamento	342,31	
(6)	Pagamento	468,83	
(6)	Pagamento	450,00	
(6)	Pagamento	495,00	
(6)	Pagamento	595,00	
(6)	Pagamento	439,34	
(6)	TRANSF	50,00	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	DEPOSITO		767,63
(6)	DEPOSITO		451,20
(6)	DEPOSITO		1.783,98
(6)	DEPOSITO		217,94
(6)	DEPOSITO		368,83

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha 8

Folha nº 232
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		756,00
(6)	TRANSF		2.311,00
(6)	TRANSF		5.000,00
(6)	TRANSF		1.149,47
(6)	DEPOSITO		10,00
(6)	DEPOSITO		1.390,00
(6)	DEPOSITO		1.200,00
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		582,46
(9)	Pagamento		354,75
(9)	Pagamento		616,08
(9)	Pagamento		256,81
(9)	Pagamento		374,70
(9)	Pagamento		3.465,72
(9)	Pagamento		466,30
(9)	Pagamento		894,60
(9)	Pagamento		340,89
(9)	Pagamento		456,14
(9)	Pagamento		941,34
(9)	Pagamento		308,08
(9)	Pagamento		342,31
(9)	Pagamento		468,83
(9)	Pagamento		450,00
(9)	Pagamento		495,00
(9)	Pagamento		595,00
(9)	Pagamento		439,34
(9)	Energia Eletrica		409,25
(9)	IMPOSTOS		1.311,87
(9)	TRANSF		50,00
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	DEPOSITO	767,63	
(9)	DEPOSITO	451,20	
(9)	DEPOSITO	1.783,98	
(9)	DEPOSITO	217,94	
(9)	DEPOSITO	368,83	
(9)	TRANSF	756,00	
(9)	TRANSF	2.311,00	
(9)	TRANSF	5.000,00	
(9)	TRANSF	1.149,47	
(9)	DEPOSITO	10,00	
(9)	DEPOSITO	1.390,00	
(9)	DEPOSITO	1.200,00	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.529,17
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.529,17	
(6160)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	582,46	
(387)	IMPOSTOS	1.311,87	
(496)	Energia Eletrica	409,25	
	Total do Dia.	**33.554,69**	
			33.554,69

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diario de janeiro de 2021 Folha. 9

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		1.400,00
(6)	TRANSF	1.716,16	
(6)	DEPOSITO		626,72
(6)	DEPOSITO		1.110,73
(6)	DEPOSITO		49,36
(6)	TRANSF		1.193,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	1.400,00	
(9)	TRANSF		1.716,16
(9)	DEPOSITO	626,72	
(9)	DEPOSITO	1.110,73	
(9)	DEPOSITO	49,36	
(9)	TRANSF	1.193,00	
	Total do Dia:	**6.095,97**	
			6.095,97

Folha nº 233
Processo nº 111-2022
Rubrica

13 de janeiro de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		259,80
(6)	Pagamento	641,25	
(6)	Pagamento	646,20	
(6)	Pagamento	1.072,10	
(6)	Pagamento	456,67	
(6)	Pagamento	1.016,00	
(6)	Pagamento	653,93	
(6)	Pagamento	126,63	
(6)	DEPOSITO		408,57
(6)	DEPOSITO		76,45
(6)	DEPOSITO		504,96
(6)	DEPOSITO		74,33
(6)	DEPOSITO		309,70
(6)	TRANSF		282,00
(6)	TRANSF		600,89
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	259,80	
(9)	Pagamento		641,25
(9)	Pagamento		646,20
(9)	Pagamento		1.072,10
(9)	Pagamento		456,67
(9)	Pagamento		1.016,00
(9)	Pagamento		653,93
(9)	Pagamento		126,63
(9)	DEPOSITO	408,57	
(9)	DEPOSITO	76,45	
(9)	DEPOSITO	504,96	
(9)	DEPOSITO	74,33	
(9)	DEPOSITO	309,70	
(9)	TRANSF	282,00	
(9)	TRANSF	600,89	
	Total do Dia:	**7.129,48**	
			7.129,48

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 10

Conta	Histórico	Débito	Crédito
14 de janeiro de 2021			
(6)	Pagamento	201,12	
(6)	Pagamento	1.266,78	
(6)	Pagamento	190,76	
(6)	DEPOSITO		151,88
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	TRANSF		753,00
(9)	Pagamento		201,12
(9)	Pagamento		1.266,78
(9)	Pagamento		190,76
(9)	DEPOSITO	151,88	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	TRANSF	753,00	
	Total do Dia:	**2.662,65**	
			2.662,65

Folha nº 234
Processo nº 111-2022
Rubrica

15 de janeiro de 2021			
(6)	DEPOSITO		147,68
(6)	DEPOSITO		74,33
(6)	DEPOSITO		437,79
(6)	DEPOSITO		79,29
(6)	TRANSF		1.000,00
(6)	TRANSF		42,00
(6)	TRANSF		1.267,00
(6)	DEPOSITO		820,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		2.904,59
(9)	DEPOSITO	147,68	
(9)	DEPOSITO	74,33	
(9)	DEPOSITO	437,79	
(9)	DEPOSITO	79,29	
(9)	TRANSF	1.000,00	
(9)	TRANSF	42,00	
(9)	TRANSF	1.207,00	
(9)	DEPOSITO	820,00	
6111	EMPRESTIMO BB GIRO	2.904,59	
	Total do Dia:	**6.712,68**	
			6.712,68

18 de janeiro de 2021			
(6)	PAGTO CARTÃO CREDITO	422,13	
(6)	Pagamento	450,00	
(6)	Pagamento	481,80	
(6)	Pagamento	330,19	
(6)	Pagamento	676,83	
(6)	Pagamento	100,00	
(6)	Pagamento	1.145,30	
(6)	Pagamento	784,28	
(6)	Pagamento	550,76	
(6)	Pagamento	941,34	
(6)	Pagamento	1.007,97	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 10

Folha nº 235
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	573,89	
(6)	Pagamento	678,30	
(6)	DEPOSITO		2.458,12
(6)	DEPOSITO		544,82
(6)	DEPOSITO		83,25
(6)	DEPOSITO		381,57
(6)	DEPOSITO		78,61
(6)	TRANSF		657,00
(6)	TRANSF		1.274,94
(6)	DEPOSITO		1.200,00
(6)	DEPOSITO		500,00
(6)	DEPOSITO		800,00
(9)	PAGTO CARTÃO CREDITO		422,13
(9)	Pagamento		450,00
(9)	Pagamento		481,80
(9)	IMPOSTOS		415,80
(9)	IMPOSTOS		114,95
(9)	Pagamento		330,19
(9)	Pagamento		676,83
(9)	Pagamento		100,00
(9)	Pagamento		1.145,30
(9)	Pagamento		784,28
(9)	Pagamento		550,76
(9)	Pagamento		941,34
(9)	Pagamento		1.007,97
(9)	Pagamento		573,89
(9)	Pagamento		678,30
(9)	DEPOSITO	2.458,12	
(9)	DEPOSITO	544,82	
(9)	DEPOSITO	83,25	
(9)	DEPOSITO	381,57	
(9)	DEPOSITO	78,61	
(9)	TRANSF	657,00	
(9)	TRANSF	1.274,94	
(9)	DEPOSITO	1.200,00	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(9)	DEPOSITO	800,00	
(387)	IMPOSTOS	415,80	
(387)	IMPOSTOS	114,95	
	Total do Dia:	**16.651,85**	
			16.651,85

19 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento	71,00	
(6)	Pagamento	1.404,48	
(6)	Pagamento	2.112,52	
(6)	Pagamento	22,00	
(6)	Pagamento	188,00	
(6)	Pagamento	45,45	
(6)	DEPOSITO		418,98
(6)	DEPOSITO		614,85
(6)	DEPOSITO		161,29

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de janeiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha. 11

Folha nº 236
Processo nº MA - 2020
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		961,37
(6)	DEPOSITO		133,80
(6)	DEPOSITO		406,06
(6)	TRANSF		292,00
(6)	TRANSF		538,14
(6)	TRANSF		367,76
(6)	DEPOSITO		50,00
(6)	DEPOSITO		700,00
(6)	DEPOSITO		71,00
(9)	Pagamento		378,80
(9)	Energia Eletrica		468,36
(9)	IMPOSTOS		1.404,48
(9)	Pagamento		2.112,52
(9)	Pagamento		22,00
(9)	Pagamento		188,00
(9)	Pagamento		45,45
(9)	DEPOSITO	418,98	
(9)	DEPOSITO	614,85	
(9)	DEPOSITO	161,29	
(9)	DEPOSITO	961,37	
(9)	DEPOSITO	133,80	
(9)	DEPOSITO	406,06	
(9)	TRANSF	292,00	
(9)	TRANSF	538,14	
(9)	TRANSF	367,76	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(9)	DEPOSITO	700,00	
(387)	IMPOSTOS	468,36	
(496)	Energia Eletrica	378,80	
	Total do Dia:	9.334,86	
			9.334,86

20 de janeiro de 2021

(6)	PAGTO CARTÃO CREDITO	813,16	
(6)	Pagamento	895,50	
(6)	Pagamento	1.948,75	
(6)	Pagamento	2.517,75	
(6)	Pagamento	671,01	
(6)	Pagamento	426,59	
(6)	Pagamento	475,40	
(6)	Pagamento	1.433,25	
(6)	Pagamento	1.885,66	
(6)	Pagamento	465,60	
(6)	Pagamento	1.452,00	
(6)	DEPOSITO		118,0
(6)	DEPOSITO		89,2
(6)	TRANSF		1.134,4
(6)	TRANSF		631,6
(6)	TRANSF		1.000,0
(6)	DEPOSITO		150,0
(6)	DEPOSITO		5.000,0
(6)	DEPOSITO		4.850,0

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 Folha: 12

Folha nº 237
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	PAGTO CARTÃO CREDITO		813,16
(9)	Pagamento		895,50
(9)	Pagamento		1.948,75
(9)	Pagamento		2.517,75
(9)	Pagamento		671,01
(9)	Pagamento		426,59
(9)	Pagamento		475,40
(9)	Pagamento		1.433,25
(9)	Pagamento		1.885,66
(9)	Pagamento		465,60
(9)	Pagamento		1.452,00
(9)	DEPOSITO	118,06	
(9)	DEPOSITO	89,20	
(9)	TRANSF	1.134,42	
(9)	TRANSF	631,68	
(9)	TRANSF	1.000,00	
(9)	DEPOSITO	150,00	
(9)	DEPOSITO	5.000,00	
(9)	DEPOSITO	4.850,00	
	Total do Dia:	**25.958,03**	
			25.958,03

21 de janeiro de 2021

(9)	Pagamento	556,91	
(6)	Pagamento	528,91	
(6)	Pagamento	639,23	
(6)	Pagamento	618,75	
(6)	Pagamento	571,60	
(6)	DEPOSITO		157,78
(6)	DEPOSITO		452,36
(6)	DEPOSITO		277,31
(6)	DEPOSITO		35,68
(6)	TRANSF		337,00
(6)	TRANSF		1.785,25
(9)	Pagamento		556,91
(9)	Pagamento		528,91
(9)	Pagamento		639,23
(9)	Pagamento		618,75
(9)	Pagamento		571,60
(9)	DEPOSITO	157,78	
(9)	DEPOSITO	452,36	
(9)	DEPOSITO	277,31	
(9)	DEPOSITO	35,68	
(9)	TRANSF	337,00	
(9)	TRANSF	1.785,25	
	Total do Dia:	**5.960,78**	
			5.960,78

22 de janeiro de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 13

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	826,38	
(6)	TRANSF	2.500,00	
(6)	DEPOSITO		328,88
(6)	DEPOSITO		77,19
(6)	DEPOSITO		137,54
(6)	DEPOSITO		322,01
(6)	TRANSF		1.640,00
(6)	TRANSF		1.211,00
(9)	Pagamento		826,38
(9)	TRANSF		2.500,00
(9)	DEPOSITO	328,88	
(9)	DEPOSITO	77,19	
(9)	DEPOSITO	137,54	
(9)	DEPOSITO	322,01	
(9)	TRANSF	1.640,00	
(9)	TRANSF	1.211,00	
	Total do Dia:	**7.043,00**	
			7.043,00

Folha nº 938
Processo nº 111-2022
Rubrica

23 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento Nr: 867015 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		1.374,80
(1160)	Pagamento Nr: 867015 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	1.374,80	
(1160)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 867015 Fornecedor: TESS		1.374,80
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 867015 Fornecedor: TESS	1.374,80	
	Total do Dia:	**2.749,60**	
			2.749,60

25 de janeiro de 2021

(6)	OUROCAP	129,16
(6)	CHEQ COMP	1.188,00
(6)	Pagamento	721,36
(6)	Pagamento	970,11
(6)	Pagamento	1.249,95
(6)	Pagamento	1.012,82
(6)	Pagamento	585,00
(6)	Pagamento	1.509,98
(6)	Pagamento	890,70
(6)	Pagamento	2.986,09
(6)	Pagamento	481,80
(6)	Pagamento	215,76
(6)	Pagamento	587,31
(6)	Pagamento	450,00
(6)	Pagamento	495,00
(6)	Pagamento	625,28
(6)	Pagamento	100,00
(6)	Pagamento	293,18
(6)	Pagamento	546,66
(6)	Pagamento	715,63
(6)	Pagamento	940,47
(6)	Pagamento	560,66
(6)	Pagamento	1.011,28

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de janeiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 14

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	2.072,74	
(6)	Pagamento	50,00	
(6)	Pagamento	25,00	
(6)	DEPOSITO		1.783,31
(6)	DEPOSITO		2.203,74
(6)	DEPOSITO		327,06
(6)	DEPOSITO		93,46
(6)	DEPOSITO		227,85
(6)	TRANSF		6.390,00
(6)	TRANSF		1.242,74
(6)	DEPOSITO		250,00
(6)	DEPOSITO		4.750,00
(6)	DEPOSITO		2.900,00
(6)	DEPOSITO		350,00
(6)	OUROCAP		129,16
(9)	CHEQ COMP		1.188,00
(9)	TARIFA RENOVAÇÃO DE CADASTRO		52,35
(9)	TARIFA PACOTES DE SERVIÇOS		141,00
(9)	TARIFA MODULO		20,00
(9)	Pagamento		721,36
(9)	Pagamento		970,11
(9)	Pagamento		1.249,95
(9)	Pagamento		1.012,82
(9)	Pagamento		585,00
(9)	Pagamento		1.509,98
(9)	Pagamento		890,70
(9)	Pagamento		2.986,09
(9)	Pagamento		481,80
(9)	Pagamento		215,76
(9)	Pagamento		587,31
(9)	Pagamento		450,00
(9)	Pagamento		495,00
(9)	Pagamento		625,28
(9)	Pagamento		100,00
(9)	Pagamento		293,18
(9)	Pagamento		546,66
(9)	Pagamento		715,63
(9)	Pagamento		940,47
(9)	Pagamento		560,66
(9)	Pagamento		1.011,28
(9)	Pagamento		2.072,74
(9)	Pagamento		50,00
(9)	Pagamento		25,00
(9)	DEPOSITO	1.783,31	
(9)	DEPOSITO	2.203,74	
(9)	DEPOSITO	327,06	
(9)	DEPOSITO	93,46	
(9)	DEPOSITO	227,85	
(9)	TRANSF	6.390,00	
(9)	TRANSF	1.242,74	
(9)	DEPOSITO	250,00	
(9)	DEPOSITO	4.750,00	
(9)	DEPOSITO	2.900,00	

Folha nº 239
Processo nº 1111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 Folha. 15

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	350,00	
(425)	TARIFA RENOVAÇÃO DE CADASTRO	52,35	
(425)	TARIFA PACOTES DE SERVIÇOS	141,00	
(425)	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**41.145,45**	
			41.145,45

Folha nº 240
Processo nº 11-2022
Rubrica

26 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento Nr: 868286 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		2.579,15
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000058	299,90	
(6)	CHEQ COMP	216,33	
(6)	Pagamento	113,90	
(6)	Pagamento	22,00	
(6)	Pagamento	32,00	
(6)	Pagamento	25,02	
(6)	Pagamento	127,00	
(6)	Pagamento	135,74	
(6)	Pagamento	20,00	
(6)	Pagamento	18,90	
(6)	Pagamento	47,60	
(6)	DEPOSITO		268,01
(6)	DEPOSITO		509,16
(6)	DEPOSITO		130,82
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	TRANSF		257,00
(6)	TRANSF		256,79
(6)	TRANSF		724,38
(6)	DEPOSITO		900,00
(9)	CHEQ COMP		216,33
(9)	Pagamento		113,90
(9)	Pagamento		22,00
(9)	Pagamento		32,00
(9)	Pagamento		25,02
(9)	Pagamento		127,00
(9)	Pagamento		135,74
(9)	Pagamento		20,00
(9)	Pagamento		18,90
(9)	Pagamento		47,60
(9)	DEPOSITO	268,01	
(9)	DEPOSITO	509,16	
(9)	DEPOSITO	130,82	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	TRANSF	257,00	
(9)	TRANSF	256,79	
(9)	TRANSF	724,38	
(9)	DEPOSITO	900,00	
(1160)	Pagamento Nr: 868286 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	2.579,15	
(1160)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 868286 Fornecedor: TESS		2.579,15
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000058		299,90
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 868286 Fornecedor: TESS	2.579,15	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME.
Diário de janeiro de 2021 — Folha. 16

Conta	Histórico		Débito	Crédito
		Total do Dia:	**9.361,96**	
				9.361,96

Folha nº 244
Processo nº 111-2022
Rubrica 111.83

27 de janeiro de 2021

(6)	NOTA FISCAL Nº 000042		
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000059	879,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000060	269,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000061	379,80	
(6)	Pagamento	344,70	
(6)	Pagamento	340,89	
(6)	Pagamento	986,76	
(6)	Pagamento	7,00	
(6)	Pagamento	25,00	
(6)	Pagamento	120,00	
(6)	Pagamento	133,00	
(6)	Pagamento	127,05	
(6)	Pagamento	31,00	
(6)	DEPOSITO		367,92
(6)	DEPOSITO		33,75
(6)	DEPOSITO		19,58
(6)	DEPOSITO		143,71
(6)	TRANSF		1.132,00
(6)	TRANSF		304,05
(9)	Pagamento		344,70
(9)	Pagamento		340,89
(9)	Pagamento		986,76
(9)	Pagamento		7,00
(9)	Pagamento		25,00
(9)	Pagamento		120,00
(9)	Pagamento		133,00
(9)	Pagamento		127,05
(9)	Pagamento		31,00
(9)	DEPOSITO	367,92	
(9)	DEPOSITO	33,75	
(9)	DEPOSITO	19,58	
(9)	DEPOSITO	143,71	
(9)	TRANSF	1.132,00	
(9)	TRANSF	304,05	
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000059		879,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000060		269,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000061		379,80
(354)	NOTA FISCAL Nº 000042		111,83
	Total do Dia:	**5.756,94**	
			5.756,94

28 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento	557,83	
(6)	Pagamento	625,29	
(6)	Pagamento	1.939,62	
(6)	Pagamento	2.301,46	
(6)	DEPOSITO		152,95

BRENA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 17

Folha nº 242
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		491,41
(6)	DEPOSITO		13,67
(6)	TRANSF		2.431,00
(6)	TRANSF		332,82
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.229,50
(9)	Pagamento		557,83
(9)	Pagamento		625,29
(9)	Pagamento		1.939,62
(9)	Pagamento		2.301,46
(9)	DEPOSITO	152,95	
(9)	DEPOSITO	491,41	
(9)	DEPOSITO	13,67	
(9)	TRANSF	2.431,00	
(9)	TRANSF	332,82	
(6211)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.229,50	
	Total do Dia:	**10.075,55**	
			10.075,55

29 de janeiro de 2021

(6)	Pagamento Nr: 255963 Fornecedor: KANXA INDUSTRIAL		5.123,59
(6)	NOTA FISCAL Nº 000043	66,66	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000062	99,90	
(9)	Pagamento	571,39	
(6)	TRANSF	540,00	
(6)	DEPOSITO		28,89
(6)	DEPOSITO		297,33
(6)	DEPOSITO		98,38
(6)	TRANSF		392,43
(6)	TRANSF		191,00
(6)	TRANSF		315,27
(9)	COBRANÇA DE JUROS		1,51
(9)	Pagamento		571,39
(9)	TRANSF		540,00
(9)	DEPOSITO	28,89	
(9)	DEPOSITO	297,33	
(9)	DEPOSITO	98,38	
(9)	TRANSF	392,43	
(9)	TRANSF	191,00	
(9)	TRANSF	315,27	
(11867)	Pagamento Nr: 255963 Fornecedor: KANXA INDUSTRIAL	5.123,59	
(11867)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 255963 Fornecedor: KANXA		5.123,59
(2951)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000062		99,90
(3477)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 255963 Fornecedor: KANXA	5.123,59	
(3541)	NOTA FISCAL Nº 000043		66,66
(4251)	COBRANÇA DE JUROS	1,51	
	Total do Dia:	**12.849,94**	
			12.849,94

30 de janeiro de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de janeiro de 2021 — Folha: 18

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(239)	HONORARIO 01-2021		260,00
(915)	HONORARIO 01-2021	260,00	
	Total do Dia:	**260,00**	
			260,00

Folha nº 243
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

31 de janeiro de 2021

(204)	SIMPLES NACIONAL 01-2021		132,20
(204)	INSS 01/2021		182,40
(205)	FGTS 01/2021		191,48
(219)	SALARIO MENSAL 01-2021		2.393,52
(219)	INSS 01/2021	182,40	
(364)	SIMPLES NACIONAL 01-2021	132,20	
(517)	SALARIO MENSAL 01-2021	2.393,52	
(615)	FGTS 01/2021	191,48	
	Total do Dia:	**2.899,60**	
			2.899,60

****
**********(XXXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha 19

Folha nº 994
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
01 de fevereiro de 2021			
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000063	129,75	
(6)	CHEQ COMP	1.067,00	
(6)	Pagamento	347,80	
(6)	Pagamento	422,07	
(6)	Pagamento	337,11	
(6)	TRANSF	410,00	
(6)	TRANSF	1.658,00	
(6)	DEPOSITO		113,91
(6)	DEPOSITO		293,82
(6)	DEPOSITO		845,97
(6)	DEPOSITO		59,37
(6)	DEPOSITO		346,88
(6)	DEPOSITO		442,31
(6)	DEPOSITO		1.000,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(9)	COBRANÇA IOF		1,33
(9)	CHEQ COMP		1.067,00
(9)	Pagamento		347,80
(9)	Pagamento		422,07
(9)	Pagamento		337,11
(9)	TRANSF		410,00
(9)	TRANSF		1.658,00
(9)	DEPOSITO	113,91	
(9)	DEPOSITO	293,82	
(9)	DEPOSITO	845,97	
(9)	DEPOSITO	59,37	
(9)	DEPOSITO	346,88	
(9)	DEPOSITO	442,31	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(9)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000063		129,75
(425)	COBRANÇA IOF	1,33	
	Total do Dia	**7.925,32**	
			7.925,32
02 de fevereiro de 2021			
(6)	Pagamento	1.527,52	
(6)	Pagamento	1.467,78	
(6)	DEPOSITO		224,84
(6)	DEPOSITO		1.126,91
(6)	DEPOSITO		277,78
(6)	DEPOSITO		68,87
(6)	DEPOSITO		427,46
(6)	DEPOSITO		160,56
(6)	TRANSF		868,00
(6)	TRANSF		292,65
(9)	Pagamento		1.527,52
(9)	Pagamento		1.467,78
(9)	DEPOSITO	224,84	
(9)	DEPOSITO	1.126,91	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 29

Folha nº 245
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
-	DEPOSITO	277.78	
-	DEPOSITO	68.87	
(9)	DEPOSITO	497.46	
(9)	DEPOSITO	160.56	
(9)	TRANSF	868.00	
(9)	TRANSF	292,65	
	Total do Dia:	**6.442,37**	
			6.442,37

03 de fevereiro de 2021

(6)	Pagamento	357,48	
(6)	Pagamento	562,07	
(6)	Pagamento	781,62	
(6)	Pagamento	1.593,70	
(6)	DEPOSITO		1.198,25
(6)	DEPOSITO		36,67
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		812,00
(6)	TRANSF		479,45
(6)	DEPOSITO		550,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	Pagamento		357,48
(9)	Pagamento		562,07
(9)	Pagamento		781,62
(9)	Pagamento		1.593,70
(9)	DEPOSITO	1.198,25	
(9)	DEPOSITO	36,67	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	812,00	
(9)	TRANSF	479,45	
(9)	DEPOSITO	550,00	
(9)	DEPOSITO	600,00	
	Total do Dia:	**7.171,24**	
			7.171,24

04 de fevereiro de 2021

(6)	Pagamento	1.225,94
(6)	Pagamento	191,40
(6)	Pagamento	825,00
(6)	Pagamento	450,75
(6)	Pagamento	202,14
(6)	Pagamento	1.273,11
(6)	Pagamento	299,08
(6)	Pagamento	406,61
(6)	Pagamento	215,76
(6)	Pagamento	756,86
(6)	Pagamento	1.092,54
(6)	Pagamento	356,77
(6)	Pagamento	419,78
(6)	Pagamento	336,00
(6)	Pagamento	621,05

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA. ME
Folha: 21

Folha nº 946
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	2.020,23	
(6)	Pagamento	1.024,56	
(6)	TRANSF	50,00	
(6)	Pagamento	8,69	
(6)	DEPOSITO		120,88
(6)	DEPOSITO		143,38
(6)	DEPOSITO		173,44
(6)	DEPOSITO		98,38
(6)	TRANSF		283,00
(6)	TRANSF		121,14
(6)	DEPOSITO		200,00
(6)	DEPOSITO		5.000,00
(6)	DEPOSITO		4.850,00
(6)	DEPOSITO		500,00
(9)	Pagamento		1.225,94
(9)	Pagamento		191,40
(9)	Pagamento		825,00
(9)	Pagamento		450,75
(9)	Pagamento		202,14
(9)	Pagamento		1.273,11
(9)	Pagamento		299,68
(9)	Pagamento		406,61
(9)	Pagamento		215,76
(9)	Pagamento		756,86
(9)	Pagamento		1.092,54
(9)	Pagamento		356,77
(9)	Pagamento		419,78
(9)	Pagamento		336,00
(9)	Pagamento		621,05
(9)	Pagamento		2.020,23
(9)	Pagamento		1.024,56
(9)	TRANSF		50,00
(9)	Pagamento		8,69
(9)	DEPOSITO	120,88	
(9)	DEPOSITO	143,38	
(9)	DEPOSITO	173,44	
(9)	DEPOSITO	98,38	
(9)	TRANSF	283,00	
(9)	TRANSF	121,14	
(9)	DEPOSITO	200,00	
(9)	DEPOSITO	5.000,00	
(9)	DEPOSITO	4.850,00	
(9)	DEPOSITO	500,00	
	Total do Dia:	**23.266,49**	
			23.266,49

05 de fevereiro de 2021

(6)	SALARIO MENSAL 01-2021		2.393,52
(6)	COMISSÃO FLAT	480,00	
(6)	Pagamento	2.152,50	
(6)	Pagamento	2.103,50	
(6)	Pagamento	513,51	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha 22

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	1.350,00	
(6)	Pagamento	1.199,94	
(6)	Pagamento	461,06	
(6)	Pagamento	335,77	
(6)	Pagamento	216,19	
(6)	Pagamento	1.688,50	
(6)	Pagamento	1.381,50	
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	Pagamento	260,84	
(6)	Pagamento	191,48	
(6)	SEG CRED PROTEG EMPRESA	41,90	
(6)	TRANSF	2.767,36	
(6)	SAQUE NO TAA	830,00	
(6)	DEPOSITO		1.294,35
(6)	DEPOSITO		540,15
(6)	DEPOSITO		74,33
(6)	DEPOSITO		29,42
(6)	TRANSF		681,78
(6)	DEPOSITO		1.000,00
(9)	TARIFA CAP GIRO DIGITAL		720,00
(9)	COMISSÃO FLAT		480,00
(9)	Pagamento		2.152,50
(9)	Pagamento		2.103,50
(9)	Energia Elétrica		393,68
(9)	Pagamento		513,51
(9)	Pagamento		1.350,00
(9)	Pagamento		1.199,94
(9)	Pagamento		461,06
(9)	Pagamento		335,77
(9)	Pagamento		216,19
(9)	Pagamento		1.688,50
(9)	Pagamento		1.381,50
(9)	Pagamento		558,35
(9)	Pagamento		260,84
(9)	Pagamento		191,48
(9)	SEG CRED PROTEG EMPRESA		41,90
(9)	EMPRESTIMO CAP GIRO AMORTIZAÇÃO		320,23
(9)	TRANSF		2.767,36
(9)	SAQUE NO TAA		830,00
(9)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIGIT LIBERAÇÃO	24.000,00	
(9)	DEPOSITO	1.294,35	
(9)	DEPOSITO	540,15	
(9)	DEPOSITO	74,33	
(9)	DEPOSITO	29,42	
(9)	TRANSF	681,78	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
(611)	EMPRESTIMO CAP GIRO AMORTIZAÇÃO	320,23	
(611)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIGIT LIBERAÇÃO		24.000,00
(219)	SALARIO MENSAL 01-2021	2.393,52	
(333)	Energia Elétrica	393,68	
(425)	TARIFA CAP GIRO DIGITAL	720,00	

Folha nº 247
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha: 23

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	47.979,86	
			47.979,86

Folha nº 248
Processo nº 111-2022
Rubrica

07 de fevereiro de 2021

(61)	FGTS 01/2021		191,48
(2065)	FGTS 01/2021	191,48	
	Total do Dia:	191,48	
			191,48

08 de fevereiro de 2021

(6)	Pagamento Nr: 000181 Fornecedor: NETTO BOOTS EIRELI		1.812,00
(6)	CHEQ COMP	480,00	
(6)	Pagamento	495,00	
(6)	Pagamento	450,00	
(6)	Pagamento	1.594,32	
(6)	Pagamento	1.190,87	
(6)	TRANSF	1.602,00	
(6)	Pagamento	964,49	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	Pagamento	29,98	
(6)	Pagamento	15,00	
(6)	Pagamento	18,00	
(6)	Pagamento	35,00	
(6)	Pagamento	66,00	
(6)	DEPOSITO		1.130,98
(6)	DEPOSITO		496,34
(6)	DEPOSITO		703,68
(6)	DEPOSITO		621,76
(6)	TRANSF		2.295,00
(6)	DEPOSITO		800,00
(6)	CHEQ COMP		480,00
(9)	Pagamento		495,00
(9)	Pagamento		450,00
(9)	Pagamento		1.594,32
(9)	Pagamento		1.190,87
(9)	TRANSF		1.602,00
(9)	Pagamento		964,49
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	Pagamento		29,98
(9)	Pagamento		15,00
(9)	Pagamento		18,00
(9)	Pagamento		35,00
(9)	Pagamento		66,00
(9)	DEPOSITO	1.130,98	
(9)	DEPOSITO	496,34	
(9)	DEPOSITO	703,68	
(9)	DEPOSITO	621,76	
(9)	TRANSF	2.295,00	
(9)	DEPOSITO	800,00	
(1174)	Pagamento Nr: 000181 Fornecedor: NETTO BOOTS EIRELI	1.812,00	
(1174)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr: 000181 Fornecedor: NETTO		1.812,00

BRUNA ALVES DE SOUZA (06145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA. ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha: 24

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(317)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr. 000181 Fornecedor: NETTO	1.812,00	
	Total do Dia:	**19.612,42**	**19.612,42**

Folha nº 949
Processo nº 111-2022
Rubrica

09 de fevereiro de 2021

(6)	DEPOSITO		400,00
(6)	TRANSF	1.512,19	
(6)	Pagamento	406,61	
(6)	Pagamento	422,30	
(6)	Pagamento	358,90	
(6)	Pagamento	358,90	
(6)	Pagamento	428,55	
(6)	Pagamento	519,75	
(6)	Pagamento	619,10	
(6)	Pagamento	1.011,28	
(6)	TRANSF	1.072,48	
(6)	Pagamento	30,00	
(6)	DEPOSITO		2,90
(6)	DEPOSITO		85,39
(6)	DEPOSITO		108,12
(6)	DEPOSITO		160,46
(6)	DEPOSITO		158,58
(6)	TRANSF		500,00
(6)	TRANSF		314,90
(6)	TRANSF		1.749,00
(6)	TRANSF		382,00
(6)	DEPOSITO		1.000,00
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		100,00
(9)	DEPOSITO	400,00	
(9)	TRANSF		1.512,19
(9)	Pagamento		406,61
(9)	Pagamento		422,30
(9)	Pagamento		358,90
(9)	Pagamento		358,90
(9)	Pagamento		428,55
(9)	Pagamento		519,75
(9)	Pagamento		619,10
(9)	Pagamento		1.011,28
(9)	TRANSF		1.072,48
(9)	Pagamento		30,00
(9)	DEPOSITO	2,90	
(9)	DEPOSITO	85,39	
(9)	DEPOSITO	108,12	
(9)	DEPOSITO	160,46	
(9)	DEPOSITO	158,58	
(9)	TRANSF	500,00	
(9)	TRANSF	314,90	
(9)	TRANSF	1.749,00	
(9)	TRANSF	382,00	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	100,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha: 25

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	**11.701,41**	
			11.701,41

Folha nº 250
Processo nº 111-2020
Rubrica

10 de fevereiro de 2021

(6)	HONORARIO 01-2021		260,00
(6)	Pagamento	565,64	
(6)	Pagamento	565,46	
(6)	Pagamento	419,97	
(6)	Pagamento	340,89	
(6)	Pagamento	595,00	
(6)	DEPOSITO		46,48
(6)	TRANSF		823,00
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		278,47
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.504,86
(9)	Pagamento		565,64
(9)	Pagamento		565,46
(9)	Pagamento		419,97
(9)	Pagamento		340,89
(9)	Pagamento		595,00
(9)	DEPOSITO	46,48	
(9)	TRANSF	823,00	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.504,86	
(610)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	278,47	
(239)	HONORARIO 01-2021	260,00	
	Total do Dia:	**5.399,77**	
			5.399,77

11 de fevereiro de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000064	55,92	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF 000065	179,04	
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		259,80
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		161,80
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		80,00
(9)	TRANSF	261,03	
(6)	TRANSF	1.077,00	
(6)	DEPOSITO		33,75
(6)	DEPOSITO		238,40
(6)	DEPOSITO		208,13
(6)	DEPOSITO		334,20
(6)	TRANSF		218,00
(6)	TRANSF		384,71
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	259,80	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	161,80	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	80,00	
(9)	TRANSF		261,03
(9)	TRANSF		1.077,00
(9)	DEPOSITO	33,75	
(9)	DEPOSITO	238,40	
(9)	DEPOSITO	208,13	
(9)	DEPOSITO	334,20	
(9)	TRANSF	218,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha: 26

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	384.71	
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000064		55.92
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000065		179.64
	Total do Dia:	**3.491,78**	
			3.491,78

Folha nº 251
Processo nº AM - 2022
Rubrica

12 de fevereiro de 2021

(-)	Pagamento	815.80	
(62)	Pagamento	616.08	
(61)	TRANSF	780.00	
(61)	DEPOSITO		206.69
(61)	DEPOSITO		469.41
(61)	DEPOSITO		138,36
(61)	DEPOSITO		131.73
(61)	DEPOSITO		29,63
(61)	TRANSF		29.80
(61)	TRANSF		286.00
(61)	TRANSF		255.99
(9)	Pagamento		815.80
(9)	Pagamento		616,08
(9)	TRANSF		780.00
(9)	DEPOSITO	206,69	
(9)	DEPOSITO	469,41	
(9)	DEPOSITO	138.36	
(9)	DEPOSITO	131,73	
(9)	DEPOSITO	29.63	
(9)	TRANSF	29,80	
(9)	TRANSF	286.00	
(9)	TRANSF	255,99	
	Total do Dia:	**3.759,49**	
			3.759,49

17 de fevereiro de 2021

(61)	CHEQ COMP	1.067,00	
(61)	CHEQ COMP	650.00	
(61)	Pagamento	567.00	
(61)	Pagamento	541,12	
(61)	Pagamento	1.016,00	
(61)	TRANSF	1.800.00	
(61)	DEPOSITO		769,49
(61)	DEPOSITO		977.43
(61)	DEPOSITO		389,73
(61)	DEPOSITO		483.84
(61)	DEPOSITO		929,45
(61)	DEPOSITO		182.36
(61)	TRANSF		260,00
(61)	TRANSF		530,00
(61)	TRANSF		89,70
(61)	TRANSF		380.00
(61)	TRANSF		825,42
(61)	TRANSF		727,99

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 27

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		600,00
(6)	DEPOSITO		400,00
(9)	CHEQ COMP		1.067,00
(9)	CHEQ COMP		650,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		2.862,67
(9)	Pagamento		567,00
(9)	Pagamento		541,12
(9)	Pagamento		1.016,00
(9)	TRANSF		1.800,00
(9)	DEPOSITO	769,49	
(9)	DEPOSITO	977,43	
(9)	DEPOSITO	389,73	
(9)	DEPOSITO	483,84	
(9)	DEPOSITO	929,45	
(9)	DEPOSITO	182,36	
(9)	TRANSF	260,00	
(9)	TRANSF	530,00	
(9)	TRANSF	89,70	
(9)	TRANSF	380,00	
(9)	TRANSF	825,42	
(9)	TRANSF	727,99	
(9)	DEPOSITO	600,00	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(611)	EMPRESTIMO BB GIRO	2.862,67	
	Total do Dia:	**16.049,20**	
			16.049,20

Folha nº 252
Processo nº 111-2022
Rubrica

18 de fevereiro de 2021

(6)	Pagamento	443,03	
(6)	Pagamento	191,06	
(6)	Pagamento	469,52	
(6)	Pagamento	496,23	
(6)	Pagamento	418,94	
(6)	Pagamento	308,95	
(6)	Pagamento	335,77	
(6)	Pagamento	358,19	
(6)	Pagamento	1.074,81	
(6)	Pagamento	678,30	
(6)	Pagamento	573,89	
(6)	Pagamento	643,82	
(6)	Pagamento	1.577,34	
(6)	Pagamento	1.625,20	
(6)	DEPOSITO		2.857,30
(6)	DEPOSITO		65,72
(6)	DEPOSITO		89,00
(6)	TRANSF		5.458,00
(6)	TRANSF		1.624,50
(6)	TRANSF		3.619,00
(9)	Pagamento		443,03
(9)	Pagamento		191,06
(9)	Pagamento		469,52
(9)	Pagamento		496,23

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 28

Folha nº 253
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		418.94
(9)	Pagamento		308.95
(9)	Pagamento		335.77
(9)	Pagamento		358.19
(9)	Pagamento		1.074.81
(9)	Pagamento		678.30
(9)	Pagamento		573.89
(9)	Pagamento		643.82
(9)	Pagamento		1.577,34
(9)	Pagamento		1.625,20
(9)	DEPOSITO	2.857.30	
(9)	DEPOSITO	65.72	
(9)	DEPOSITO	89.00	
(9)	TRANSF	1.458,00	
(9)	TRANSF	1.624,50	
(9)	TRANSF	3.619.00	
	Total do Dia:	**18.908,57**	
			18.908,57

19 de fevereiro de 2021

(9)	Pagamento	182,40	
(9)	Pagamento	397.10	
(9)	TRANSF	1.755.50	
(9)	Pagamento	87,53	
(9)	DEPOSITO		4.134,59
(9)	DEPOSITO		118.93
(9)	DEPOSITO		10.27
(9)	DEPOSITO		1.100,00
(9)	Pagamento		182,40
(9)	Pagamento		397.10
(9)	TRANSF		1.755.50
(9)	Pagamento		87.53
(9)	DEPOSITO	4 134.59	
(9)	DEPOSITO	118,93	
(9)	DEPOSITO	10,27	
(9)	DEPOSITO	1.100.00	
	Total do Dia:	**7.786,32**	
			7.786,32

20 de fevereiro de 2021

(9)	SIMPLES NACIONAL 01-2021		132.20
(9)	INSS 01-2021		182.40
(2040)	SIMPLES NACIONAL 01-2021	132.20	
(2040)	INSS 01/2021	182.40	
	Total do Dia:	**314,60**	
			314,60

22 de fevereiro de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de fevereiro de 2021 — Folha: 29

Conta	Histórico	Débito	Crédito
[illegible]	Pagamento	1.870,88	
[illegible]	Pagamento	578,69	
(61)	Pagamento	888,88	
(61)	Pagamento	1.433,25	
(61)	Pagamento	465,60	
(61)	Pagamento	185,93	
(61)	Pagamento	644,45	
(61)	Pagamento	1.452,00	
(61)	Pagamento	132,20	
(61)	Pagamento	199,06	
(61)	Pagamento	357,27	
(61)	TRANSF	470,00	
(61)	Pagamento	27,50	
(61)	DEPOSITO		288,37
(61)	DEPOSITO		471,36
(61)	DEPOSITO		155,90
(61)	DEPOSITO		1.703,50
(61)	TRANSF		294,24
(61)	TRANSF		90,00
(61)	TRANSF		920,00
(61)	TRANSF		265,00
(61)	TRANSF		600,00
(61)	TRANSF		124,00
(61)	TRANSF		1.414,00
(61)	DEPOSITO		500,00
(61)	DEPOSITO		550,00
(91)	Pagamento		1.870,88
(91)	Energia Elétrica		201,70
(91)	Pagamento		28,99
(91)	Pagamento		39,00
(91)	Pagamento		857,09
(91)	PAGTO CONTA TELEFONE		149,69
(91)	PAGTO CONTA TELEFONE		111,14
(91)	Pagamento		578,69
(91)	Pagamento		888,88
(91)	Pagamento		1.433,25
(91)	Pagamento		465,60
(91)	PAGTO CONTA TELEFONE		125,06
(91)	Pagamento		185,93
(91)	Pagamento		644,45
(91)	Pagamento		1.452,00
(91)	Pagamento		132,20
(91)	Pagamento		199,06
(91)	Pagamento		357,27
(91)	TRANSF		470,00
(91)	Pagamento		27,50
(91)	DEPOSITO	288,37	
(91)	DEPOSITO	471,36	
(91)	DEPOSITO	155,90	
(91)	DEPOSITO	1.703,50	
(91)	TRANSF	294,24	
(91)	TRANSF	90,00	
(91)	TRANSF	920,00	

Folha nº 054
Processo nº 11-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diario de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 30

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	265.00	
(9)	TRANSF	600.00	
(9)	TRANSF	124,00	
(9)	TRANSF	111.00	
(9)	DEPOSITO	500.00	
(9)	DEPOSITO	550.00	
(332)	Pagamento	28.09	
(332)	Pagamento	39.00	
(332)	Pagamento	857,09	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	149,69	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	111,14	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	125,06	
(333)	Energia Elétrica	201,70	
	Total do Dia.	**17.594,75**	
			17.594,75

Folha nº 255
Processo nº 111-2022
Rubrica

23 de fevereiro de 2021

(9)	Pagamento	467,64	
(9)	Pagamento	285,14	
(9)	Pagamento	216,19	
(9)	Pagamento	495,83	
(9)	Pagamento	450,75	
(9)	Pagamento	454,50	
(9)	Pagamento	2.117,50	
(9)	Pagamento	794,35	
(9)	Pagamento	284,57	
(9)	Pagamento	2.392,95	
(9)	Pagamento	2.480,90	
(9)	Pagamento	1.603,04	
(9)	Pagamento	625,27	
(9)	Pagamento	894,26	
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	24,13	
(9)	TRANSF	1.750,00	
(9)	DEPOSITO		313,78
(9)	DEPOSITO		235,21
(9)	DEPOSITO		160,46
(9)	DEPOSITO		192,66
(9)	TRANSF		158,46
(9)	TRANSF		110,00
(9)	DEPOSITO		200,00
(9)	Pagamento		467,64
(9)	Pagamento		285,14
(9)	Pagamento		216,19
(9)	Pagamento		495,83
(9)	Pagamento		450,75
(9)	Pagamento		454,50
(9)	Pagamento		2.117,50
(9)	Pagamento		794,35
(9)	Pagamento		284,57
(9)	Pagamento		2.392,95
(9)	Pagamento		2.480,90
(9)	Pagamento		1.603,04

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 31

Folha nº 256
Processo nº 111. 2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		625,27
(9)	Pagamento		894,26
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		24,13
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		200,68
(9)	TRANSF		1.750,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	~~14.291,00~~	
(9)	DEPOSITO	313,78	
(9)	DEPOSITO	235,21	
(9)	DEPOSITO	160,46	
(9)	DEPOSITO	192,00	
(9)	TRANSF	158,40	
(9)	TRANSF	110,00	
(9)	DEPOSITO	200,00	
(611)	EMPRESTIMO BB GIRO	200,68	
(611)	EMPRESTIMO BB GIRO		14.291,00
	Total do Dia	**31.198,55**	
			31.198,55

24 de fevereiro de 2021

(6)	Pagamento	419,97	
(6)	Pagamento	949,22	
(6)	Pagamento	1.011,28	
(6)	Pagamento	762,64	
(6)	DEPOSITO		212,56
(6)	DEPOSITO		59,03
(6)	DEPOSITO		239,45
(6)	DEPOSITO		976,23
(6)	TRANSF		647,99
(6)	TRANSF		1.874,42
(6)	DEPOSITO		1.050,00
(9)	Pagamento		419,97
(9)	Pagamento		949,22
(9)	Pagamento		1.011,28
(9)	Pagamento		762,64
(9)	DEPOSITO	212,56	
(9)	DEPOSITO	59,03	
(9)	DEPOSITO	239,45	
(9)	DEPOSITO	976,23	
(9)	TRANSF	647,99	
(9)	TRANSF	1.874,42	
(9)	DEPOSITO	1.050,00	
	Total do Dia:	**8.202,79**	
			8.202,79

25 de fevereiro de 2021

(6)	NOTA FISCAL Nº 000044	111,50	
(6)	OUROCAP	129,16	
(6)	Pagamento	100,00	
(6)	Pagamento	2.138,83	
(6)	Pagamento	587,31	
(6)	TRANSF	300,00	

Folha nº 257
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		344,20
(6)	DEPOSITO		35,59
(6)	DEPOSITO		143,61
(6)	DEPOSITO		227,95
(6)	TRANSF		639,00
(6)	TRANSF		528,55
(9)	OUROCAP		129,16
(9)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS		141,00
(9)	TARIFA MODULO		20,00
(9)	Pagamento		100,00
(9)	Pagamento		2.138,83
(9)	Pagamento		587,31
(9)	TRANSF		300,00
(9)	DEPOSITO	344,20	
(9)	DEPOSITO	35,59	
(9)	DEPOSITO	143,61	
(9)	DEPOSITO	227,95	
(9)	TRANSF	639,00	
(9)	TRANSF	528,55	
(354)	NOTA FISCAL Nº 000044		111,50
(425)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	141,00	
(425)	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**5.446,70**	
			5.446,70

26 de fevereiro de 2021

(6)	CHEQ COMP	216,33	
(6)	Pagamento	1.561,34	
(6)	TRANSF	2.563,00	
(6)	Pagamento	18,40	
(6)	DEPOSITO		2.646,70
(6)	DEPOSITO		89,10
(6)	DEPOSITO		115,10
(6)	TRANSF		600,00
(6)	TRANSF		247,59
(6)	COBRANÇA DE JUROS		9,81
(9)	CHEQ COMP		216,33
(9)	Pagamento		1.561,34
(9)	TRANSF		2.563,00
(9)	Pagamento		18,40
(9)	DEPOSITO	2.646,70	
(9)	DEPOSITO	89,10	
(9)	DEPOSITO	115,10	
(9)	TRANSF	600,00	
(9)	TRANSF	247,59	
(425)	COBRANÇA DE JUROS	9,81	
	Total do Dia:	**8.067,37**	
			8.067,37

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de fevereiro de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha 33

Conta	Histórico	Débito	Crédito
28 de fevereiro de 2021			
(204)	SIMPLES NACIONAL 02-2021		43,37
(206)	INSS 02/2021		149,32
(205)	FGTS 02/2021		95,74
(219)	SALARIO MENSAL 02-2021		1.196,76
(219)	INSS 02/2021	149,32	
(239)	HONORARIO 02-2021		260,00
(304)	SIMPLES NACIONAL 02-2021	43,37	
(312)	SALARIO MENSAL 02-2021	1.196,76	
(318)	FGTS 02/2021	95,74	
(315)	HONORARIO 02-2021	260,00	
	Total do Dia:	1.745,19	
			1.745,19

Folha nº 258
Processo nº 111-2021
Rubrica

****
**********(XXXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA. ME
Folha. 34

Conta	Histórico	Débito	Crédito
01 de março de 2021			
(0)	CHEQ COMP	1.067,00	
(6)	CHEQ COMP	347,80	
(0)	Pagamento	840,18	
(6)	Pagamento	1.460,76	
(0)	Pagamento	1.028,69	
(0)	TRANSF	500,00	
(0)	DEPOSITO		254,80
(9)	DEPOSITO		143,62
(9)	DEPOSITO		677,81
(9)	DEPOSITO		376,62
(6)	DEPOSITO		88,54
(8)	TRANSF		327,85
(0)	TRANSF		279,00
(8)	TRANSF		235,00
(0)	TRANSF		1.090,00
(9)	TRANSF		1.261,34
(8)	TRANSF		250,00
(0)	DEPOSITO		400,00
(9)	DEPOSITO		700,00
(0)	DEPOSITO		550,00
(9)	COBRANÇA DE IOF		5,22
(9)	CHEQ COMP		1.067,00
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.208,41
(9)	Pagamento		840,18
(9)	Pagamento		1.460,76
(9)	Pagamento		1.028,69
(9)	TRANSF		500,00
(9)	DEPOSITO	254,80	
(9)	DEPOSITO	143,62	
(0)	DEPOSITO	677,81	
(9)	DEPOSITO	376,62	
(9)	DEPOSITO	88,54	
(8)	TRANSF	327,85	
(0)	TRANSF	279,00	
(8)	TRANSF	235,00	
(9)	TRANSF	1.090,00	
(8)	TRANSF	1.261,34	
(8)	TRANSF	250,00	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(9)	DEPOSITO	700,00	
(9)	DEPOSITO	550,00	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.208,41	
(4251)	COBRANÇA DE IOF	5,22	
	Total do Dia	**13.092,64**	
			13.092,64

02 de março de 2021

Folha 259
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 35

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	2.019,28	
(6)	TRANSF	1.577,00	
(5)	DEPOSITO		260,92
(6)	DEPOSITO		950,84
(6)	DEPOSITO		257,39
(6)	TRANSF		1.998,72
(6)	DEPOSITO		10,00
(6)	Pagamento		2.019,28
(6)	TRANSF		1.577,00
(6)	DEPOSITO	260,92	
(6)	DEPOSITO	950,84	
(6)	DEPOSITO	257,39	
(6)	TRANSF	1.998,72	
(6)	DEPOSITO	10,00	
	Total do Dia:	**7.074,15**	
			7.074,15

Folha nº 260
Processo nº 111-2022
Rubrica

03 de março de 2021

(6)	Pagamento	450,00	
(6)	Pagamento	406,61	
(6)	Pagamento	611,80	
(6)	Pagamento	652,20	
(6)	TRANSF	110,00	
(5)	DEPOSITO		608,77
(6)	DEPOSITO		644,22
(6)	DEPOSITO		421,07
(6)	TRANSF		180,00
(6)	TRANSF		60,00
(6)	TRANSF		490,00
(6)	DEPOSITO		1.200,00
(6)	DEPOSITO		650,00
(9)	Pagamento		450,00
(9)	Pagamento		406,61
(9)	Pagamento		611,80
(9)	Pagamento		652,20
(9)	TRANSF		110,00
(9)	DEPOSITO	608,77	
(9)	DEPOSITO	644,22	
(9)	DEPOSITO	421,07	
(9)	TRANSF	180,00	
(9)	TRANSF	60,00	
(9)	TRANSF	490,00	
(9)	DEPOSITO	1.200,00	
(9)	DEPOSITO	650,00	
	Total do Dia:	**6.484,67**	
			6.484,67

04 de março de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 36

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	95,74	
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	Pagamento	215,76	
(6)	Pagamento	325,23	
(6)	Pagamento	215,76	
(6)	Pagamento	509,80	
(6)	Pagamento	1.588,20	
(6)	Pagamento	825,00	
(6)	Pagamento	993,91	
(6)	DEPOSITO		305,81
(6)	DEPOSITO		15,86
(6)	DEPOSITO		28,43
(6)	TRANSF		350,00
(6)	TRANSF		250,00
(6)	TRANSF		396,00
(6)	TRANSF		1.162,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	Pagamento		95,74
(9)	Pagamento		558,35
(9)	Pagamento		215,76
(9)	Pagamento		325,23
(9)	Pagamento		215,76
(9)	Pagamento		509,80
(9)	Pagamento		1.588,20
(9)	Pagamento		825,00
(9)	Pagamento		993,91
(9)	DEPOSITO	305,81	
(9)	DEPOSITO	15,86	
(9)	DEPOSITO	28,43	
(9)	TRANSF	350,00	
(9)	TRANSF	250,00	
(9)	TRANSF	396,00	
(9)	TRANSF	1.162,00	
(9)	DEPOSITO	600,00	
(9)	DEPOSITO	600,00	
	Total do Dia:	**9.035,85**	
			9.035,85

05 de março de 2021

(6)	SALARIO MENSAL 02-2021		1.196,76
(6)	CHEQ COMP	480,00	
(6)	Pagamento	345,59	
(6)	Pagamento	345,59	
(6)	Pagamento	406,61	
(6)	Pagamento	1.090,80	
(6)	Pagamento	344,59	
(6)	Pagamento	781,62	
(6)	Pagamento	263,66	
(6)	DEPOSITO		301,20
(6)	DEPOSITO		245,85
(6)	TRANSF		70,00

Folha nº 261
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 37

Folha nº 962
Processo nº AAA-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		70,00
(6)	TRANSF		110,00
(6)	TRANSF		119,90
(6)	TRANSF		119,00
(6)	TRANSF		1.067,00
(6)	DEPOSITO		350,00
(6)	DEPOSITO		750,00
(6)	DEPOSITO		100,00
(6)	DEPOSITO		300,00
(6)	CHEQ COMP		480,00
(6)	EMPRESTIMO BB GIRO		80,53
(9)	Pagamento		345,59
(9)	Pagamento		345,59
(9)	Pagamento		406,61
(9)	Pagamento		1.090,80
(9)	Pagamento		344,59
(9)	Pagamento		781,62
(9)	Pagamento		263,66
(9)	DEPOSITO	301,20	
(9)	DEPOSITO	245,85	
(9)	TRANSF	70,00	
(9)	TRANSF	70,00	
(9)	TRANSF	110,00	
(9)	TRANSF	119,90	
(9)	TRANSF	119,00	
(9)	TRANSF	1.067,00	
(9)	DEPOSITO	350,00	
(9)	DEPOSITO	750,00	
(9)	DEPOSITO	100,00	
(9)	DEPOSITO	300,00	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	80,53	
(205)	SALARIO MENSAL 02-2021	1.196,76	
	Total do Dia:	**8.938,70**	
			8.938,70

07 de março de 2021

(6)	FGTS 02/2021		95,74
(205)	FGTS 02/2021	95,74	
	Total do Dia:	**95,74**	
			95,74

08 de março de 2021

(6)	Pagamento	629,01	
(6)	Pagamento	1.043,40	
(6)	Pagamento	1.313,57	
(6)	Pagamento	560,66	
(6)	Pagamento	1.712,39	
(6)	Pagamento	518,44	
(6)	Pagamento	665,73	
(6)	Pagamento	28,00	
(6)	DEPOSITO		76,55

Folha nº 963
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(8)	DEPOSITO		336,39
(8)	DEPOSITO		589,70
(8)	DEPOSITO		109,02
(6)	TRANSF		1.120,00
(6)	TRANSF		180,00
(6)	TRANSF		140,00
(6)	TRANSF		500,00
(6)	TRANSF		1.066,00
(6)	TRANSF		2.501,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(6)	DEPOSITO		490,00
(9)	Pagamento		629,01
(9)	Pagamento		1.043,40
(9)	Pagamento		1.313,57
(9)	Pagamento		560,66
(9)	Pagamento		1.712,39
(9)	Pagamento		518,44
(9)	Pagamento		665,73
(9)	Pagamento		28,00
(8)	DEPOSITO	76,55	
(8)	DEPOSITO	336,39	
(8)	DEPOSITO	589,70	
(8)	DEPOSITO	109,02	
(6)	TRANSF	1.120,00	
(6)	TRANSF	180,00	
(6)	TRANSF	140,00	
(6)	TRANSF	500,00	
(6)	TRANSF	1.066,00	
(6)	TRANSF	2.501,00	
(6)	DEPOSITO	600,00	
(6)	DEPOSITO	490,00	
	Total do Dia:	**14.179,86**	
			14.179,86

09 de março de 2021

(8)	Pagamento	567,60	
(6)	TRANSF	1.072,70	
(6)	TRANSF	1.153,17	
(6)	TRANSF	1.429,82	
(8)	Pagamento	26,00	
(8)	Pagamento	12,25	
(6)	DEPOSITO		145,90
(6)	DEPOSITO		122,44
(6)	DEPOSITO		284,42
(6)	DEPOSITO		278,32
(6)	DEPOSITO		128,74
(6)	DEPOSITO		706,39
(6)	TRANSF		111,83
(6)	TRANSF		270,00
(6)	TRANSF		160,00
(6)	TRANSF		423,00
(6)	TRANSF		585,49

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 39

Folha nº 264
Processo nº 111 - 2026
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		650,00
(6)	DEPOSITO		50,00
(9)	Pagamento		567,60
(9)	TRANSF		1.072,70
(9)	TRANSF		1.153,17
(9)	TRANSF		1.429,82
(9)	Pagamento		26,00
(9)	Pagamento		12,25
(9)	DEPOSITO	145,90	
(9)	DEPOSITO	122,44	
(9)	DEPOSITO	284,42	
(9)	DEPOSITO	278,32	
(9)	DEPOSITO	128,74	
(9)	DEPOSITO	706,39	
(9)	TRANSF	111,83	
(9)	TRANSF	270,00	
(9)	TRANSF	160,00	
(9)	TRANSF	423,00	
(9)	TRANSF	585,49	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
	Total do Dia:	**8.178,07**	
			8.178,07

10 de março de 2021

(6)	HONORARIO 02-2021		260,00
(6)	Pagamento	175,93	
(6)	Pagamento	333,97	
(6)	Pagamento	1.214,45	
(6)	TRANSF	1.120,00	
(6)	TRANSF	980,00	
(6)	DEPOSITO		3.654,53
(6)	DEPOSITO		3.586,93
(6)	TRANSF		127,89
(6)	TRANSF		173,26
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		272,34
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.473,60
(9)	Pagamento		175,93
(9)	Pagamento		333,97
(9)	Pagamento		1.214,45
(9)	TRANSF		1.120,00
(9)	TRANSF		980,00
(9)	DEPOSITO	3.654,53	
(9)	DEPOSITO	3.586,93	
(9)	TRANSF	127,89	
(9)	TRANSF	173,26	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.473,60	
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	272,34	
(9)	HONORARIO 02-2021	260,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 — Folha: 40

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	**13.372,90**	
			13.372,90

Folha nº 265
Processo nº 111-2022
Rubrica

11 de março de 2021

(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		203,00
(6)	Pagamento	4.039,73	
(6)	TRANSF	1.332,19	
(6)	TRANSF	130,80	
(6)	DEPOSITO		368,63
(6)	DEPOSITO		16,75
(6)	TRANSF		75,00
(6)	TRANSF		105,00
(6)	TRANSF		530,00
(6)	TRANSF		2.083,81
(6)	DEPOSITO		1.500,00
(6)	DEPOSITO		360,00
(6)	DEPOSITO		350,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	203,00	
(9)	Pagamento		4.039,73
(9)	TRANSF		1.332,19
(9)	TRANSF		130,80
(9)	DEPOSITO	368,63	
(9)	DEPOSITO	16,75	
(9)	TRANSF	75,00	
(9)	TRANSF	105,00	
(9)	TRANSF	530,00	
(9)	TRANSF	2.083,81	
(9)	DEPOSITO	1.500,00	
(9)	DEPOSITO	360,00	
(9)	DEPOSITO	350,00	
	Total do Dia:	**11.094,91**	
			11.094,91

12 de março de 2021

(6)	DEPOSITO		4.600,00
(6)	Pagamento	344,59	
(6)	Pagamento	2.222,12	
(6)	TRANSF	4.600,00	
(6)	TRANSF	400,00	
(6)	SAQUE NO TAA	1.000,00	
(6)	SAQUE NO TAA	1.500,00	
(6)	SAQUE NO TAA	3.000,00	
(6)	DEPOSITO		265,58
(6)	TRANSF		72,00
(6)	TRANSF		5.750,00
(6)	TRANSF		2.242,50
(6)	TRANSF		303,54
(6)	DEPOSITO		520,00
(9)	DEPOSITO	4.600,00	
(9)	Pagamento		344,59
(9)	Pagamento		2.222,12

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 — Folha: 41

Folha nº 266
Processo nº 11-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		4.600,00
(9)	TRANSF		400,00
(9)	SAQUE NO TAA		1.000,00
(9)	SAQUE NO TAA		1.500,00
(9)	SAQUE NO TAA		3.000,00
(9)	DEPOSITO	265,58	
(9)	TRANSF	72,00	
(9)	TRANSF	5.750,00	
(9)	TRANSF	2.242,50	
(9)	TRANSF	303,54	
(9)	DEPOSITO	520,00	
	Total do Dia:	**26.820,33**	
			26.820,33

15 de março de 2021

(6)	ESTORNO DE DEBITO		36,62
(6)	CH DEVOLVIDO IMPED PGTO		1.067,00
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	36,62	
(6)	CHEQ COMP	1.067,00	
(6)	TRANSF	20,00	
(6)	TRANSF	1.342,00	
(6)	Pagamento	30,00	
(6)	DEPOSITO		38,23
(6)	DEPOSITO		211,10
(6)	DEPOSITO		89,20
(6)	DEPOSITO		14,66
(6)	TRANSF		72,00
(6)	TRANSF		284,00
(6)	TRANSF		543,70
(9)	ESTORNO DE DEBITO	36,62	
(9)	CH DEVOLVIDO IMPED PGTO	1.067,00	
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		36,62
(9)	CHEQ COMP		1.067,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		2.759,39
(9)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIF AMORTIZAÇÃO		518,96
(9)	TRANSF		20,00
(9)	TRANSF		1.342,00
(9)	Pagamento		30,00
(9)	DEPOSITO	38,23	
(9)	DEPOSITO	211,10	
(9)	DEPOSITO	89,20	
(9)	DEPOSITO	14,66	
(9)	TRANSF	72,00	
(9)	TRANSF	284,00	
(9)	TRANSF	543,70	
(611)	EMPRESTIMO BB GIRO	2.759,39	
(611)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIF AMORTIZAÇÃO	518,96	
	Total do Dia:	**8.130,48**	
			8.130,48

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 42

Folha nº 36.62 267
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
16 de março de 2021			
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		36.62
(6)	SUSTENTAÇÃO/REVOGAÇÃO		13.95
(9)	TRANSF		200.00
(6)	TRANSF		1.614.00
(6)	DEPOSITO		412.34
(6)	DEPOSITO		168.49
(6)	DEPOSITO		555.02
(6)	DEPOSITO		70.83
(6)	DEPOSITO		200.00
(6)	TRANSF		305.80
(9)	TRANSF		36.62
(9)	SUSTENTAÇÃO/REVOGAÇÃO		13.95
(9)	TAXA BACEN DEVOLUÇ DOCUM		0,35
(9)	TRANSF		200.00
(9)	TRANSF		1.614.00
(9)	DEPOSITO	412,34	
(9)	DEPOSITO	168,49	
(9)	DEPOSITO	555.02	
(9)	DEPOSITO	70.83	
(9)	TRANSF	200.00	
(9)	TRANSF	305.80	
(9)	TAXA BACEN DEVOLUÇ DOCUM	0.35	
(4253)	Total do Dia:	**3.577,40**	
			3.577,40
17 de março de 2021			
(6)	TRANSF	1.024.64	
(6)	Pagamento	929,69	
(6)	TRANSF	3.000.00	
(6)	DEPOSITO		29.42
(6)	TRANSF		1.952.00
(6)	TRANSF		3.029.00
(6)	DEPOSITO		300,00
(6)	TRANSF		1.024,64
(9)	Pagamento		929,69
(9)	TRANSF		3.000.00
(9)	DEPOSITO	29,42	
(9)	TRANSF	1.952.00	
(9)	TRANSF	3.029.00	
(9)	DEPOSITO	300,00	
(9)	Total do Dia:	**10.264,75**	
			10.264,75
18 de março de 2021			
(6)	Pagamento	697,82	
(6)	Pagamento	676.83	
(6)	DEPOSITO		63.43
(6)	TRANSF		957,46
(6)	TRANSF		150.00

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de março de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 43

Folha nº 268
Processo nº 11-2021
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		150,00
(9)	Pagamento		697,82
(9)	Pagamento		676,83
(9)	DEPOSITO	63,43	
(9)	TRANSF	957,46	
(9)	TRANSF	150,00	
(9)	DEPOSITO	150,00	
	Total do Dia:	**2.695,54**	
			2.695,54

19 de março de 2021

(6)	Pagamento	149,32	
(6)	Pagamento	384,61	
(6)	DEPOSITO		13,43
(6)	DEPOSITO		205,16
(6)	DEPOSITO		19,82
(6)	TRANSF		215,00
(6)	TRANSF		224,41
(6)	DEPOSITO		300,00
(9)	Pagamento		149,32
(9)	Pagamento		384,61
(9)	DEPOSITO	13,43	
(9)	DEPOSITO	205,16	
(9)	DEPOSITO	19,82	
(9)	TRANSF	215,00	
(9)	TRANSF	224,41	
(9)	DEPOSITO	300,00	
	Total do Dia:	**1.511,75**	
			1.511,75

20 de março de 2021

(6)	SIMPLES NACIONAL 02-2021		43,37
(6)	INSS 02/2021		149,32
(2941)	SIMPLES NACIONAL 02-2021	43,37	
(2954)	INSS 02/2021	149,32	
	Total do Dia:	**192,69**	
			192,69

22 de março de 2021

(6)	Pagamento	1.447,79	
(6)	TRANSF	481,00	
(6)	TRANSF	280,00	
(6)	Pagamento	10,88	
(6)	DEPOSITO		39,64
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	TRANSF		1.095,00
(6)	DEPOSITO		280,00
(9)	Pagamento		1.447,79
(9)	TRANSF		481,00
(9)	TRANSF		280,00

BRENA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 — Folha: 44

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		10,88
(9)	DEPOSITO	39,64	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	TRANSF	1.095,00	
(9)	DEPOSITO	280,00	
	Total do Dia:	**3.733,42**	
			3.733,42

Folha nº 269
Processo nº 111-2022
Rubrica

24 de março de 2021

(6)	TRANSF	1.834,00	
(6)	DEPOSITO		475,45
(6)	DEPOSITO		134,68
(6)	DEPOSITO		227,85
(6)	DEPOSITO		59,47
(6)	TRANSF		948,00
(9)	TRANSF		1.834,00
(9)	DEPOSITO	475,45	
(9)	DEPOSITO	134,68	
(9)	DEPOSITO	227,85	
(9)	DEPOSITO	59,47	
(9)	TRANSF	948,00	
	Total do Dia:	**3.679,45**	
			3.679,45

25 de março de 2021

(6)	OUROCAP	129,16	
(6)	Pagamento	587,31	
(6)	DEPOSITO		38,59
(6)	DEPOSITO		71,36
(6)	DEPOSITO		341,93
(9)	OUROCAP		129,16
(9)	TARIFA PACOTES DE SERVIÇOS		141,00
(9)	TARIFA MODULO		20,00
(9)	Pagamento		587,31
(9)	DEPOSITO	38,59	
(9)	DEPOSITO	71,36	
(9)	DEPOSITO	341,93	
(425)	TARIFA PACOTES DE SERVIÇOS	141,00	
(425)	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**1.329,35**	
			1.329,35

26 de março de 2021

(9)	CHLQCOMP	216,33	
(9)	TRANSF	451,27	
(6)	TRANSF	4.000,00	
(6)	DEPOSITO		138,75
(6)	DEPOSITO		93,16
(6)	TRANSF		60,00
(6)	TRANSF		5.000,00

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 Folha: 45

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		76,45
(9)	CHEQ COMP		216,33
(9)	TRANSF		451,27
(9)	TRANSF		4.000,00
(9)	DEPOSITO	138,75	
(9)	DEPOSITO	93,16	
(9)	TRANSF	60,00	
(9)	TRANSF	5.000,00	
(9)	TRANSF	76,45	
	Total do Dia:	**10.035,96**	
			10.035,96

Folha nº 270
Processo nº 111-2022
Rubrica

29 de março de 2021

(6)	TRANSF	2.200,00	
(6)	TRANSF	2.800,00	
(6)	DEPOSITO		105,27
(6)	DEPOSITO		209,09
(6)	DEPOSITO		174,43
(6)	DEPOSITO		70,83
(6)	TRANSF		175,00
(6)	TRANSF		5.000,00
(6)	TRANSF		860,00
(6)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.179,09
(6)	TRANSF		2.200,00
(6)	TRANSF		2.800,00
(9)	DEPOSITO	105,27	
(9)	DEPOSITO	209,09	
(9)	DEPOSITO	174,43	
(9)	DEPOSITO	70,83	
(9)	TRANSF	175,00	
(9)	TRANSF	5.000,00	
(9)	TRANSF	860,00	
16[11]	EMPRESTIMO BB GIRO	1.179,09	
	Total do Dia:	**12.773,71**	
			12.773,71

30 de março de 2021

(6)	TRANSF	110,00	
(6)	DEPOSITO		37,16
(6)	DEPOSITO		268,68
(6)	DEPOSITO		104,07
(6)	TRANSF		490,00
(6)	TRANSF		5.000,00
(6)	TRANSF		111,50
(6)	TRANSF		110,00
(9)	DEPOSITO	37,16	
(9)	DEPOSITO	268,68	
(9)	DEPOSITO	104,07	
(9)	TRANSF	490,00	
(9)	TRANSF	5.000,00	
(9)	TRANSF	111,50	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 — Folha: 46

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	6.121,41	
			6.121,41

31 de março de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000066	80,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000067	49,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF 000068	359,90	
(6)	CHEQ COMP	90,90	
(6)	Pagamento	289,12	
(6)	Pagamento	626,43	
(6)	Pagamento	417,14	
(6)	Pagamento	416,33	
(6)	TRANSF	129,00	
(6)	Pagamento	334,33	
(6)	Pagamento	481,73	
(6)	Pagamento	424,43	
(6)	TRANSF	15,00	
(6)	TRANSF	1.067,00	
(6)	DEPOSITO		19,24
(6)	DEPOSITO		722,47
(6)	DEPOSITO		49,19
(6)	TRANSF		950,00
(6)	TRANSF		90,00
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		3.480,00
(6)	TRANSF		587,54
(6)	TRANSF		596,78
(6)	DEPOSITO		350,00
(6)	DEPOSITO		850,00
(9)	COBRANÇA DE JUROS		4,43
(9)	CHEQ COMP		90,90
(9)	Pagamento		289,12
(9)	Pagamento		626,43
(9)	Pagamento		417,14
(9)	Pagamento		416,33
(9)	TRANSF		129,00
(9)	Pagamento		334,33
(9)	Pagamento		481,73
(9)	Pagamento		424,43
(9)	TRANSF		15,00
(9)	TRANSF		1.067,00
(9)	DEPOSITO	19,24	
(9)	DEPOSITO	722,47	
(9)	DEPOSITO	49,19	
(9)	TRANSF	950,00	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	3.480,00	
(9)	TRANSF	587,54	
(9)	TRANSF	596,78	
(9)	DEPOSITO	350,00	
(9)	DEPOSITO	850,00	

Folha 971
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de março de 2021 — Folha: 47

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(2[illegible])	SIMPLES NACIONAL 03-2021		39,42
(2[illegible])	INSS 03/2021		91,20
(2[illegible])	FGTS 03/2021		95,74
(219)	SALARIO MENSAL 03-2021		1.196,76
(219)	INSS 03/2021	91,20	
(239)	HONORARIO 03-2021		260,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000066		120,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000067		49,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000068		359,90
(301)	SIMPLES NACIONAL 03-2021	39,42	
(312)	SALARIO MENSAL 03-2021	1.196,76	
(318)	FGTS 03/2021	95,74	
(915)	HONORARIO 03-2021	260,00	
(425)	COBRANÇA DE JUROS	4,43	
	Total do Dia:	**14.303,98**	
			14.303,98

Folha nº 972
Processo nº 111-2022
Rubrica

****
**********(XXXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Período de abril de 2021 — Folha: 48

Conta	Histórico	Débito	Crédito
01 de abril de 2021			
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	21,88	
(6)	CHEQ COMP	347,80	
(6)	Pagamento	347,65	
(6)	Pagamento	329,13	
(6)	Pagamento	290,26	
(6)	Pagamento	896,92	
(6)	Pagamento	95,74	
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	DEPOSITO		16,34
(6)	DEPOSITO		445,00
(6)	TRANSF		628,00
(6)	TRANSF		824,64
(6)	DEPOSITO		950,00
(6)	COBRANÇA DE IOF		2,34
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		21,88
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	Pagamento		347,65
(9)	Pagamento		329,13
(9)	Pagamento		290,26
(9)	Pagamento		329,13
(9)	Pagamento		896,92
(9)	Pagamento		95,74
(9)	Pagamento		558,35
(9)	DEPOSITO	16,34	
(9)	DEPOSITO	445,00	
(9)	TRANSF	628,00	
(9)	TRANSF	824,64	
(9)	DEPOSITO	950,00	
(4254)	COBRANÇA DE IOF	2,34	
	Total do Dia:	**6.083,18**	
			6.083,18
05 de abril de 2021			
(6)	SALARIO MENSAL 03-2021		1.196,76
(6)	Pagamento	328,05	
(6)	Pagamento	1.708,56	
(6)	Pagamento	428,37	
(6)	Pagamento	410,66	
(6)	Pagamento	599,74	
(6)	Pagamento	349,03	
(6)	Pagamento	1.535,40	
(6)	Pagamento	1.311,42	
(6)	Pagamento	1.712,39	
(6)	Pagamento	1.621,77	
(6)	Pagamento	2.222,12	
(6)	TRANSF	40,00	
(6)	TRANSF	1.872,96	
(6)	DEPOSITO		1.307,92
(6)	DEPOSITO		362,41

Folha 273
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de abril de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 49

Folha nº 274
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		429,15
(6)	DEPOSITO		86,58
(6)	DEPOSITO		108,92
(6)	TRANSF		115,00
(6)	TRANSF		150,00
(6)	TRANSF		1.453,47
(6)	DEPOSITO		300,00
(6)	DEPOSITO		900,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		251,12
(9)	Pagamento		328,05
(9)	Pagamento		1.708,56
(9)	Pagamento		428,37
(9)	Pagamento		410,66
(9)	Pagamento		599,74
(9)	Pagamento		349,03
(9)	Pagamento		1.535,30
(9)	Pagamento		1.311,42
(9)	Pagamento		1.712,39
(9)	Pagamento		1.621,77
(9)	Pagamento		2.222,12
(9)	TRANSF		40,00
(9)	TRANSF		1.872,96
(9)	DEPOSITO	1.307,92	
(9)	DEPOSITO	362,41	
(6)	DEPOSITO	429,15	
(6)	DEPOSITO	86,58	
(6)	DEPOSITO	108,92	
(9)	TRANSF	115,00	
(6)	TRANSF	150,00	
(6)	TRANSF	1.453,47	
(9)	DEPOSITO	300,00	
(9)	DEPOSITO	900,00	
(6411)	EMPRESTIMO BB GIRO	251,12	
(219)	SALARIO MENSAL 03-2021	1.196,76	
	Total do Dia:	**20.801,80**	
			20.801,80

06 de abril de 2021

(6)	TRANSF	2.800,00	
(6)	DEPOSITO		382,00
(6)	DEPOSITO		58,93
(6)	DEPOSITO		252,63
(6)	TRANSF		5.000,00
(6)	TRANSF		1.192,55
(6)	TRANSF		2.800,00
(9)	DEPOSITO	382,00	
(9)	DEPOSITO	58,93	
(9)	DEPOSITO	252,63	
(9)	TRANSF	5.000,00	
(9)	TRANSF	1.192,55	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de abril de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 50

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	**9.686,11**	
			9.686,11

Folha nº 275
Processo nº 111-2022
Rubrica

07 de abril de 2021

(6)	Pagamento Nr: 631358 Fornecedor: DASS NORDESTE		1.150,80
(6)	FGTS 03/2021		95,74
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		500,00
(6)	DEVOLUÇ CHEQUE DEPOSITADO	500,00	
(6)	SAQUE NO TAA	1.500,00	
(6)	DEPOSITO		77,17
(6)	DEPOSITO		196,76
(6)	TRANSF		85,00
(6)	TRANSF		60,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	500,00	
(9)	DEVOLUÇ CHEQUE DEPOSITADO		500,00
(9)	SAQUE NO TAA		1.500,00
(9)	DEPOSITO	77,17	
(9)	DEPOSITO	196,76	
(9)	TRANSF	85,00	
(9)	TRANSF	60,00	
(1181)	Pagamento Nr: 631358 Fornecedor: DASS NORDESTE	1.150,80	
(1181)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr: 631358 Fornecedor: DASS		1.150,80
(2053)	FGTS 03/2021	95,74	
(3471)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr: 631358 Fornecedor: DASS	1.150,80	
	Total do Dia:	**5.316,27**	
			5.316,27

08 de abril de 2021

(6)	Pagamento	1.555,59	
(6)	Pagamento	600,49	
(6)	Pagamento	1.238,50	
(6)	Pagamento	2.670,40	
(6)	Pagamento	477,00	
(6)	Pagamento	665,73	
(6)	TRANSF	250,00	
(6)	SAQUE NO TAA	450,00	
(6)	DEPOSITO		1.178,31
(6)	DEPOSITO		220,39
(6)	TRANSF		189,90
(6)	TRANSF		2.341,00
(6)	TRANSF		518,27
(9)	Pagamento		1.555,59
(9)	Pagamento		600,49
(9)	Pagamento		1.238,50
(9)	PGTO CONTA AGUA		32,45
(9)	PGTO CONTA AGUA		36,40
(9)	PGTO CONTA AGUA		33,89
(9)	Pagamento		2.670,40
(9)	Pagamento		477,00
(9)	Pagamento		665,73
(9)	TRANSF		250,00

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	SAQUE NO DIA		450.00
(9)	DEPOSITO	1.178,31	
(9)	DEPOSITO	220,39	
(9)	TRANSF	189,90	
(9)	TRANSF	2.341,00	
(9)	TRANSF	5.882,27	
(334)	PGTO CONTA AGUA	32,45	
(334)	PGTO CONTA AGUA	36,40	
(334)	PGTO CONTA AGUA	33,89	
	Total do Dia:	**12.458,32**	
			12.458,32

Folha: 276
Processo nº 111-2022
Rubrica

09 de abril de 2021

(6)	Pagamento	673,15	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	DEPOSITO		708,14
(6)	DEPOSITO		69,28
(6)	TRANSF		69,80
(6)	TRANSF		106,70
(9)	TRANSF		79,99
(9)	TRANSF		436,62
(9)	TRANSF		122,90
(6)	TRANSF		9.000,00
(6)	DEPOSITO		650,00
(9)	Pagamento		673,15
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	DEPOSITO	708,14	
(9)	DEPOSITO	69,28	
(9)	TRANSF	69,80	
(9)	TRANSF	106,70	
(9)	TRANSF	79,99	
(9)	TRANSF	436,62	
(9)	TRANSF	122,90	
(9)	TRANSF	9.000,00	
(9)	DEPOSITO	650,00	
	Total do Dia:	**14.916,58**	
			14.916,58

10 de abril de 2021

(9)	HONORARIO 03-2021		260,00
(239)	HONORARIO 03-2021	260,00	
	Total do Dia:	**260,00**	
			260,00

12 de abril de 2021

(9)	Pagamento	819,92
(9)	Pagamento	414,71
(9)	Pagamento	352,49
(9)	Pagamento	352,49
(6)	Pagamento	332,38

BRENA ALVES DE SOUZA (00145)
Março de abril de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 52

Data	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	345,59	
(6)	Pagamento	296,90	
(6)	Pagamento	1.561,34	
(6)	Pagamento	453,00	
(6)	TRANSF	18,85	
(6)	Pagamento	11,99	
(6)	Pagamento	125,00	
(6)	Pagamento	10,00	
(5)	DEPOSITO		94,99
(6)	DEPOSITO		110,98
(5)	DEPOSITO		1.249,43
(6)	DEPOSITO		714,50
(8)	DEPOSITO		13,78
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		133,80
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		1.339,00
(6)	TRANSF		935,00
(6)	TRANSF		4.400,00
(6)	DEPOSITO		300,00
(8)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO BB GIRO		271,40
(6)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.456,46
(9)	Pagamento		819,92
(9)	Pagamento		414,71
(9)	Pagamento		352,49
(9)	Pagamento		352,49
(9)	Pagamento		332,38
(9)	Pagamento		345,59
(9)	Pagamento		296,90
(9)	Pagamento		1.561,34
(9)	Pagamento		453,00
(9)	TRANSF		18,85
(9)	Pagamento		11,99
(9)	Pagamento		125,00
(9)	Pagamento		10,00
(9)	DEPOSITO	94,99	
(9)	DEPOSITO	110,98	
(9)	DEPOSITO	1.249,43	
(9)	DEPOSITO	714,50	
(9)	DEPOSITO	13,78	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	133,80	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	1.339,00	
(9)	TRANSF	935,00	
(9)	TRANSF	4.400,00	
(9)	DEPOSITO	300,00	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.456,46	
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO BB GIRO	271,40	
	Total do Dia:	**16.414,00**	
			16.414,00

Folha nº 977
Processo nº 411-202
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de abril de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 53

Folha nº 278
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
13 de abril de 2021			
(6)	CHEQ COMP	90,90	
(6)	TRANSF	1.000,00	
(6)	Pagamento	9,40	
(6)	Pagamento	36,40	
(6)	DEPOSITO		257,49
(6)	DEPOSITO		242,90
(6)	TRANSF		137,00
(6)	TRANSF		348,00
(6)	TRANSF		565,00
(6)	TRANSF		449,15
(6)	DEPOSITO		250,00
(6)	DEPOSITO		250,00
(6)	CHEQ COMP		90,90
(6)	TRANSF		1.000,00
(6)	Pagamento		9,40
(6)	Pagamento		36,40
(6)	DEPOSITO	257,49	
(6)	DEPOSITO	242,90	
(6)	TRANSF	137,00	
(6)	TRANSF	348,00	
(6)	TRANSF	565,00	
(6)	TRANSF	449,15	
(6)	DEPOSITO	250,00	
(6)	DEPOSITO	250,00	
	Total do Dia	3.636,24	
			3.636,24
14 de abril de 2021			
(6)	Pagamento	669,20	
(6)	Pagamento	512,41	
(6)	Pagamento	512,32	
(6)	Pagamento	890,37	
(6)	Pagamento	1.016,00	
(6)	TRANSF	990,00	
(6)	TRANSF	2.000,00	
(6)	DEPOSITO		176,36
(6)	DEPOSITO		21,95
(6)	TRANSF		69,80
(6)	TRANSF		962,00
(6)	TRANSF		679,65
(6)	DEPOSITO		450,00
(6)	DEPOSITO		50,00
(6)	Pagamento		669,20
(6)	Pagamento		512,41
(6)	Pagamento		512,32
(6)	Pagamento		890,37
(6)	Pagamento		1.016,00
(6)	TRANSF		990,00
(6)	TRANSF		2.000,00
(6)	DEPOSITO	176,36	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de abril de 2021 — Folha 54

Doc.	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	21,95	
(9)	TRANSF	69,80	
(9)	TRANSF	962,00	
(9)	TRANSF	679,65	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
	Total do Dia:	**9.000,06**	
			9.000,06

Folha nº 279
Processo nº 111-2022
Rubrica

15 de abril de 2021

(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	36,62	
(6)	TRANSF	495,68	
(6)	TRANSF	1.900,00	
(9)	DEPOSITO		173,44
(9)	DEPOSITO		206,60
(9)	TRANSF		14,90
(9)	TRANSF		327,90
(9)	TRANSF		701,00
(9)	TRANSF		105,00
(9)	DEPOSITO		50,00
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		36,62
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		2.778,84
(9)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIG AMORTIZAÇÃO		2.421,60
(9)	TRANSF		495,68
(9)	TRANSF		1.900,00
(9)	DEPOSITO	173,44	
(9)	DEPOSITO	206,60	
(9)	TRANSF	14,90	
(9)	TRANSF	327,90	
(9)	TRANSF	701,00	
(9)	TRANSF	105,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	2.778,84	
(9)	EMPRESTIMO CAP GIRO DIG AMORTIZAÇÃO	2.421,60	
	Total do Dia:	**9.211,58**	
			9.211,58

16 de abril de 2021

(6)	Pagamento	351,80	
(6)	Pagamento	486,21	
(6)	Pagamento	483,34	
(6)	TRANSF	642,00	
(6)	TRANSF	1.625,00	
(9)	DEPOSITO		344,26
(9)	DEPOSITO		98,38
(9)	TRANSF		280,00
(9)	TRANSF		1.508,52
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		127,77
(9)	Pagamento		351,80
(9)	Pagamento		486,21
(9)	Pagamento		483,34

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		642,00
(9)	TRANSF		1.625,00
(9)	DEPOSITO	344,26	
(9)	DEPOSITO	98,38	
(9)	TRANSF	280,00	
(9)	TRANSF	1.508,52	
(3321)	PAGTO CONTA TELEFONE	127,77	
	Total do Dia:	**5.947,28**	

Folha nº 280
Processo nº 111.2022
Rubrica

5.947,28

19 de abril de 2021

(1)	PAGTO CARTAO CREDITO	1.283,46	
(9)	Pagamento	358,48	
(9)	Pagamento	39,42	
(9)	Pagamento	20,38	
(9)	Pagamento	888,88	
(6)	Pagamento	562,50	
(6)	Pagamento	740,32	
(6)	Pagamento	328,48	
(6)	Pagamento	409,85	
(9)	Pagamento	409,04	
(6)	Pagamento	597,37	
(6)	Pagamento	2.357,01	
(6)	DEPOSITO		190,07
(6)	DEPOSITO		866,49
(6)	DEPOSITO		322,11
(6)	DEPOSITO		516,76
(6)	TRANSF		4.000,00
(6)	TRANSF		544,00
(6)	TRANSF		355,27
(6)	DEPOSITO		600,60
(6)	DEPOSITO		400,00
(6)	DEPOSITO		400,00
(1)	PAGTO CARTAO CREDITO		1.283,46
(9)	Pagamento		358,48
(9)	Pagamento		39,42
(9)	Pagamento		20,38
(9)	Pagamento		888,88
(9)	Pagamento		562,50
(9)	Pagamento		740,32
(9)	Pagamento		328,48
(9)	Pagamento		409,85
(9)	Pagamento		409,04
(9)	Pagamento		597,37
(9)	Pagamento		2.357,01
(9)	DEPOSITO	190,07	
(9)	DEPOSITO	866,49	
(9)	DEPOSITO	322,11	
(9)	DEPOSITO	516,76	
(9)	TRANSF	4.000,00	
(9)	TRANSF	544,00	
(9)	TRANSF	355,27	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de abril de 2021 — Folha: 56

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(2)	DEPOSITO	600.00	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(9)	DEPOSITO	400.00	
	Total do Dia:	**16.189,89**	
			16.189,89

Folha nº 284
Processo nº 44-2022
Rubrica

20 de abril de 2021

(5)	SIMPLES NACIONAL 03-2021		39.42
(5)	INSS 03/2021		91,20
(6)	PAGTO CARTAO CREDITO	1.371,51	
(6)	Pagamento	1.355,46	
(6)	DEPOSITO		28,92
(6)	DEPOSITO		318,65
(6)	TRANSF		420,00
(6)	TRANSF		140,00
(6)	TRANSF		700,00
(6)	TRANSF		52,00
(9)	TRANSF		695,64
(9)	DEPOSITO		500,00
(9)	PAGTO CARTAO CREDITO		1.371,51
(9)	Pagamento		1.355,46
(9)	DEPOSITO	28,92	
(0)	DEPOSITO	318,65	
(9)	TRANSF	420,00	
(9)	TRANSF	140,00	
(9)	TRANSF	700,00	
(9)	TRANSF	52,00	
(9)	TRANSF	695,64	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(2044)	SIMPLES NACIONAL 03-2021	39,42	
(2044)	INSS 03/2021	91,20	
	Total do Dia:	**5.712,80**	
			5.712,80

22 de abril de 2021

(6)	Pagamento	888,88	
(6)	Pagamento	952,56	
(6)	Pagamento	698,90	
(6)	TRANSF	311,00	
(6)	DEPOSITO		77,27
(6)	DEPOSITO		376,52
(6)	TRANSF		488,00
(6)	TRANSF		1.164,90
(6)	DEPOSITO		500,00
(9)	Pagamento		888,88
(9)	Pagamento		952,56
(9)	Pagamento		698,90
(9)	TRANSF		311,00
(9)	DEPOSITO	77,27	
(9)	DEPOSITO	376,52	
(9)	TRANSF	488,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diario de abril de 2021 — Folha: 57

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	1.164,90	
(9)	DEPOSITO	500,00	
	Total do Dia:	**5.458,03**	
			5.458,03

Folha nº 982
Processo nº 111-2022
Rubrica

23 de abril de 2021

(6)	Pagamento Nr: 026526 Fornecedor: SCALIBU SPORTS LTDA		1.330,70
(6)	MOVIMENTO DO DIA	388,05	
(6)	Pagamento	1.570,39	
(6)	Pagamento	587,31	
(6)	Pagamento	477,00	
(6)	TRANSF	510,00	
(9)	DEPOSITO		1.770,84
(9)	DEPOSITO		242,82
(9)	DEPOSITO		148,20
(9)	TRANSF		200,00
(9)	TRANSF		150,23
(9)	DEPOSITO		550,00
(6)	DEP CHEQUE BB LIQUIDADO		425,00
(9)	MOVIMENTO DO DIA		388,05
(9)	Pagamento		1.570,39
(9)	Pagamento		587,31
(9)	Pagamento		477,00
(9)	TRANSF		510,00
(9)	DEPOSITO	1.770,84	
(9)	DEPOSITO	242,82	
(9)	DEPOSITO	148,20	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	150,23	
(9)	DEPOSITO	550,00	
(9)	DEP CHEQUE BB LIQUIDADO	425,00	
(1188)	Pagamento Nr: 026526 Fornecedor: SCALIBU SPORTS LTDA	1.330,70	
(1188)	COMPRA DE MERC CF. NF Nr: 026526 Fornecedor:		1.330,70
(1317)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 026526 Fornecedor:	1.330,70	
	Total do Dia:	**9.681,24**	
			9.681,24

26 de abril de 2021

(6)	OUROCAP	129,16	
(6)	Pagamento	100,00	
(6)	TRANSF	250,00	
(6)	TRANSF	1.030,00	
(6)	TRANSF	902,00	
(6)	Pagamento	19,00	
(6)	DEPOSITO		181,90
(6)	DEPOSITO		258,16
(6)	DEPOSITO		59,47
(6)	TRANSF		670,00
(6)	TRANSF		137,92
(6)	DEPOSITO		250,00
(6)	DEPOSITO		950,06

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de abril de 2021 — Folha: 58

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		50,00
(9)	OUROCAP		129,16
(9)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS		141,00
(9)	TARIFA MODULO		20,00
(9)	Pagamento		100,00
(9)	TRANSF		250,00
(9)	TRANSF		1.030,00
(9)	TRANSF		902,00
(9)	Pagamento		19,00
(9)	DEPOSITO	181,90	
(9)	DEPOSITO	258,16	
(9)	DEPOSITO	59,47	
(9)	TRANSF	670,00	
(9)	TRANSF	137,92	
(9)	DEPOSITO	250,00	
(9)	DEPOSITO	950,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(4251)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	141,00	
(4251)	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**5.148,61**	
			5.148,61

Folha nº 983
Processo nº 111-2022
Rubrica

27 de abril de 2021

(9)	Pagamento Nº 628982 Fornecedor: CAMBUCI SA - BA30		996,78
(6)	COMISSAO FLAT	1.468,99	
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	76,49	
(6)	TRANSF	232,00	
(6)	DEPOSITO		96,71
(6)	DEPOSITO		29,01
(6)	DEPOSITO		118,83
(9)	COMISSAO FLAT		1.468,99
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		76,49
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		281,39
(9)	CAP GIRO DIG AMORTIZAÇÃO		22.149,60
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		14.468,76
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		3.370,35
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		28.706,03
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.421,33
(9)	TRANSF		232,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	73.449,92	
(9)	DEPOSITO	96,71	
(9)	DEPOSITO	29,01	
(9)	DEPOSITO	118,83	
(1125)	Pagamento Nr: 628982 Fornecedor: CAMBUCI SA - BA30	996,78	
(1125)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 628982 Fornecedor:		996,78
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	281,39	
(6111)	CAP GIRO DIG AMORTIZAÇÃO	22.149,60	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	14.468,76	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	3.370,35	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	28.706,03	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.421,33	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO		73.449,92

BRUNA NEVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de abril de 2021 — Folha: 59

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(3473)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 628982 Fornecedor:	996,78	
	Total do Dia:	**147.862,97**	
			147.862,97

Folha nº 984
Processo nº 111-2022
Rubrica

28 de abril de 2021

(6)	Pagamento	1.270,73	
(6)	Pagamento	45,00	
(6)	Pagamento	45,00	
(6)	TRANSF	766,00	
(6)	TRANSF	100,00	
(6)	DEPOSITO		48,26
(6)	DEPOSITO		39,64
(6)	TRANSF		90,00
(6)	TRANSF		260,00
(6)	TRANSF		357,44
(6)	DEPOSITO		650,00
(9)	Pagamento		428,55
(9)	Energia Eletrica		297,03
(9)	Pagamento		1.270,73
(9)	Pagamento		45,00
(9)	Pagamento		45,00
(9)	TRANSF		766,00
(9)	TRANSF		100,00
(9)	DEPOSITO	48,26	
(9)	DEPOSITO	39,64	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	260,00	
(9)	TRANSF	357,44	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(4966)	Pagamento	428,55	
(4966)	Energia Eletrica	297,03	
	Total do Dia:	**4.397,65**	
			4.397,65

29 de abril de 2021

(6)	Pagamento Nr: 629214 Fornecedor: CAMBUCI SA - BA30		1.224,60
(6)	Pagamento Nr: 152755 Fornecedor: Cauduro Ind Com do		4.088,38
(6)	TRANSF	350,00	
(6)	TRANSF	2.608,00	
(6)	DEPOSITO		2.242,60
(6)	DEPOSITO		30,75
(6)	DEPOSITO		62,44
(6)	DEPOSITO		272,45
(6)	DEPOSITO		350,00
(9)	TRANSF		350,00
(9)	TRANSF		2.608,00
(9)	DEPOSITO	2.242,60	
(9)	DEPOSITO	30,75	
(9)	DEPOSITO	62,44	
(9)	DEPOSITO	272,45	
(9)	DEPOSITO	350,00	
(9)	DEPOSITO		

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de abril de 2021 — Folha: 60

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(1195)	Pagamento Nr. 629214 Fornecedor: CAMBUCI SA - BA30	1.224,60	
(1195)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr. 629214 Fornecedor:		1.224,60
(1202)	Pagamento Nr. 152755 Fornecedor: Cauduro Ind Com do	4.088,38	
(1202)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr. 152755 Fornecedor: Cauduro		4.088,38
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr. 152755 Fornecedor: Cauduro	4.088,38	
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr. 629214 Fornecedor:	1.224,60	
	Total do Dia:	**16.542,20**	**16.542,20**

Folha nº 285
Processo nº 111-2022
Rubrica

30 de abril de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000070	220,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000071	109,70	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000045	209,70	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000072	239,80	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000073	150,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000074	116,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000069	339,90	
(6)	Pagamento	990,00	
(6)	Pagamento	2.393,59	
(6)	TRANSF	50,00	
(6)	SAQUE NO TAA	200,00	
(6)	DEPOSITO		442,17
(6)	DEPOSITO		59,47
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		150,00
(6)	TRANSF		87,86
(6)	TRANSF		265,00
(6)	TRANSF		1.251,00
(6)	DEPOSITO		550,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(6)	COBRANÇA DE JUROS		0,26
(9)	Pagamento		990,00
(9)	Pagamento		2.393,59
(9)	TRANSF		50,00
(9)	SAQUE NO TAA		200,00
(9)	DEPOSITO	442,17	
(9)	DEPOSITO	59,47	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	150,00	
(9)	TRANSF	87,86	
(9)	TRANSF	265,00	
(9)	TRANSF	1.251,00	
(9)	DEPOSITO	550,00	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(2011)	SIMPLES NACIONAL 04-2021		77,41
(2064)	INSS 04/2021		91,20
(2065)	FGTS 04/2021		95,74
(2134)	SALARIO MENSAL 04-2021		1.196,76
(2150)	INSS 04/2021	91,20	
(2254)	HONORARIO 04-2021		260,00
(2951)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000070		220,00
(2951)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000071		109,70

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de abril de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 61

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(29	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000045		209,70
(295	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000072		239,80
(295	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000073		150,00
(295	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000074		116,00
(295	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000069		339,90
(304	SIMPLES NACIONAL 04-2021	77,41	
(312	SALARIO MENSAL 04-2021	1.196,76	
(318	FGTS 04/2021	95,74	
(915	HONORARIO 04-2021	260,00	
(425	COBRANÇA DE JUROS	0,26	
	Total do Dia.	**10.095,56**	
		10.095,56	

Folha nº 286
Processo nº 111-2022
Rubrica

****
**********(XXXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 — Folha. 62

Conta	Histórico	Débito	Crédito
03 de maio de 2021			
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	21,88	
(6)	CHEQ COMP	347,80	
(6)	Pagamento	670,20	
(6)	Pagamento	424,87	
(6)	TRANSF	1.380,00	
(6)	TRANSF	1.091,00	
(6)	DEPOSITO		405,00
(6)	DEPOSITO		183,21
(6)	DEPOSITO		161,16
(6)	DEPOSITO		677,84
(6)	TRANSF		730,00
(6)	TRANSF		27,00
(6)	TRANSF		210,00
(6)	TRANSF		180,00
(6)	TRANSF		20,00
(6)	DEPOSITO		350,00
(6)	DEPOSITO		500,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(9)	COBRANÇA DE IOF		1,17
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		21,88
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	Pagamento		670,20
(9)	Pagamento		424,87
(9)	TRANSF		1.380,00
(9)	TRANSF		1.091,00

Folha nº 987
Processo nº 44 - 202
Rubrica

Data	Histórico	Débito	Crédito
03 de maio de 2021			
	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	21,88	
	CHEQ COMP	347,80	
	Pagamento	670,20	
	Pagamento	424,87	
	TRANSF	1.380,00	
	TRANSF	1.091,00	
	DEPOSITO		405,00
	DEPOSITO		183,21
	DEPOSITO		161,16
	DEPOSITO		677,84
	TRANSF		730,00
	TRANSF		27,00
	TRANSF		210,00
	TRANSF		180,00
	TRANSF		20,00
	DEPOSITO		350,00
	DEPOSITO		500,00
	DEPOSITO		450,00
	COBRANÇA DE IOF		1,17
	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		21,88
	CHEQ COMP		347,80
	Pagamento		670,20
	Pagamento		424,87
	TRANSF		1.380,00
	TRANSF		1.091,00
	DEPOSITO	405,00	
	DEPOSITO	183,21	
	DEPOSITO	161,16	
	DEPOSITO	677,84	
	TRANSF	730,00	
	TRANSF	27,00	
	TRANSF	210,00	
	TRANSF	180,00	
	TRANSF	20,00	
	DEPOSITO	350,00	
	DEPOSITO	500,00	
	DEPOSITO	450,00	
	COBRANÇA DE IOF	1,17	
	Total do Dia:	**7.831,13**	
			7.831,13
04 de maio de 2021			
	CHEQ COMP	200,00	
	Pagamento	557,95	
	Pagamento	583,91	
	Pagamento	846,95	
	Pagamento	1.023,33	
	Pagamento	499,75	
	Pagamento	600,94	
	Pagamento	1.255,00	

Folha nº 987
Processo nº 411-20.
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 63

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		538,00
(6)	DEPOSITO		316,51
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	DEPOSITO		1.475,70
(6)	DEPOSITO		673,85
(6)	TRANSF		450,00
(6)	TRANSF		120,00
(6)	SEGUROS		21,88
(6)	TRANSF		108,00
(6)	TRANSF		605,00
(6)	TRANSF		832,11
(6)	DEPOSITO		750,00
(9)	CHEQ COMP		200,00
(9)	Pagamento		557,95
(9)	Pagamento		583,91
(9)	Pagamento		846,95
(9)	Pagamento		1.023,33
(9)	Pagamento		499,75
(9)	Pagamento		600,94
(9)	Pagamento		1.255,00
(9)	DEPOSITO	538,00	
(9)	DEPOSITO	316,51	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	DEPOSITO	1.475,70	
(9)	DEPOSITO	673,85	
(9)	TRANSF	450,00	
(9)	TRANSF	120,00	
(9)	SEGUROS	21,88	
(9)	TRANSF	108,00	
(9)	TRANSF	605,00	
(9)	TRANSF	832,11	
(9)	DEPOSITO	750,00	
	Total do Dia:	**11.557,99**	
			11.557,99

Folha nº 288
Processo nº 111-2022
Rubrica

05 de maio de 2021

(6)	SALARIO MENSAL 04-2021		1.196,76
(9)	Pagamento	636,05	
(9)	Pagamento	782,37	
(9)	Pagamento	95,74	
(9)	Pagamento	242,48	
(9)	Pagamento	558,35	
(9)	TRANSF	274,52	
(9)	TRANSF	166,00	
(6)	DEPOSITO		1.115,49
(6)	DEPOSITO		39,54
(6)	DEPOSITO		84,24
(6)	TRANSF		181,00
(6)	TRANSF		46,32
(6)	DEPOSITO		1.240,00
(9)	Pagamento		636,05
(9)	Pagamento		782,37

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha. 64

Folha nº 289
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		95,74
(9)	Pagamento		242,48
(9)	Pagamento		558,35
(9)	TRANSF		274,52
(9)	TRANSF		166,00
(9)	DEPOSITO	115,49	
(9)	DEPOSITO	39,54	
(9)	DEPOSITO	84,24	
(9)	TRANSF	181,00	
(9)	TRANSF	46,32	
(9)	DEPOSITO	1.240,00	
(2150)	SALARIO MENSAL 04-2021	1.196,76	
	Total do Dia:	**6.658,86**	
			6.658,86

06 de maio de 2021

(6)	Pagamento Nr: 697856 Fornecedor: GAZIN ATACADO		1.971,01
(6)	Pagamento	346,27	
(6)	TRANSF	140,00	
(6)	TRANSF	1.250,00	
(6)	TRANSF	350,00	
(6)	DEPOSITO		441,71
(6)	DEPOSITO		158,58
(6)	DEPOSITO		396,44
(6)	TRANSF		133,80
(6)	TRANSF		315,00
(6)	TRANSF		200,72
(6)	DEPOSITO		650,00
(9)	Pagamento		346,27
(9)	TRANSF		140,00
(9)	TRANSF		1.250,00
(9)	TRANSF		350,00
(9)	DEPOSITO	441,71	
(9)	DEPOSITO	158,58	
(9)	DEPOSITO	396,44	
(9)	TRANSF	133,80	
(9)	TRANSF	315,00	
(9)	TRANSF	200,72	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(12050)	Pagamento Nr: 697856 Fornecedor: GAZIN ATACADO	1.971,01	
(13000)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr: 697856 Fornecedor: GAZIN		1.971,01
(13471)	COMPRA DE MERC. CF. NF. Nr: 697856 Fornecedor: GAZIN	1.971,01	
	Total do Dia:	**8.324,54**	
			8.324,54

07 de maio de 2021

(6)	FGTS 04/2021		95,74
(6)	TRANSF	1.185,00	
(6)	DEPOSITO		602,71
(6)	TRANSF		86,80
(6)	TRANSF		320,60

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 65

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		1.185,00
(9)	DEPOSITO	602,71	
(9)	TRANSF	86,80	
(9)	TRANSF	320,00	
(2051)	FGTS 04/2021	95,74	
	Total do Dia:	**2.290,25**	
			2.290,25

Folha nº 990
Processo nº 111-2022
Rubrica

31 de maio de 2021

-	HONORARIO 04-2021		260,00
(9)	Pagamento	1.050,08	
(6)	Pagamento	334,06	
(6)	Pagamento	1.377,19	
(6)	Pagamento	665,73	
(6)	Pagamento	769,17	
(6)	TRANSF	459,00	
(6)	TRANSF	1.170,00	
(6)	TRANSF	1.150,00	
(6)	DEPOSITO		840,83
(6)	DEPOSITO		94,21
(6)	DEPOSITO		405,26
(6)	DEPOSITO		812,62
(6)	DEPOSITO		188,31
(6)	TRANSF		170,00
(6)	TRANSF		760,00
(6)	TRANSF		43,00
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		400,30
(6)	TRANSF		1.167,80
-	TRANSF		618,00
(6)	TRANSF		661,92
(6)	DEPOSITO		450,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		271,51
(9)	Pagamento		1.050,08
(9)	PGTO CONTA AGUA		52,71
(9)	Pagamento		334,06
(9)	Pagamento		1.377,19
(9)	Pagamento		665,73
(9)	Pagamento		769,17
(9)	TRANSF		459,00
(9)	TRANSF		1.170,00
(9)	TRANSF		1.150,00
(9)	DEPOSITO	840,83	
(9)	DEPOSITO	94,21	
(9)	DEPOSITO	405,26	
(9)	DEPOSITO	812,62	
(9)	DEPOSITO	188,31	
(9)	TRANSF	170,00	
-	TRANSF	760,00	
(9)	TRANSF	43,00	
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	400,30	
(9)	TRANSF	1.167,80	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 66

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	618,00	
(9)	TRANSF	661,92	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(9)	DEPOSITO	600,00	
(610)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	279,50	
(239)	HONORARIO 04-2021	200,00	
(334)	PGTO CONTA AGUA	52,71	
	Total do Dia:	**14.771,70**	
			14.771,70

Folha nº 99
Processo nº 11-2022
Rubrica

11 de maio de 2021

(6)	TRANSF	1.352,66	
(6)	TRANSF	1.126,75	
(6)	TRANSF	455,00	
(6)	TRANSF	455,00	
(6)	Pagamento	3,50	
(6)	COBRANÇA		1.150,00
(6)	DEPOSITO		250,33
(6)	DEPOSITO		178,81
(6)	DEPOSITO		29,63
(6)	DEPOSITO		340,54
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		80,00
(6)	TRANSF		370,61
(6)	DEPOSITO		1.150,00
(9)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA		4,49
(9)	TRANSF		1.352,66
(9)	TRANSF		1.126,75
(9)	TRANSF		455,00
(9)	TRANSF		455,00
(9)	Pagamento		3,50
(9)	COBRANÇA	1.150,00	
(9)	DEPOSITO	250,33	
(9)	DEPOSITO	178,81	
(9)	DEPOSITO	29,63	
(9)	DEPOSITO	340,54	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	80,00	
(9)	TRANSF	370,61	
(9)	DEPOSITO	1.150,00	
(425)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA	4,49	
	Total do Dia:	**7.147,32**	
			7.147,32

12 de maio de 2021

(6)	Pagamento	582,94	
(6)	Pagamento	923,00	
(6)	Pagamento	668,00	
(6)	TRANSF	1.265,34	
(6)	TRANSF		75,88
(6)	TRANSF		38,59

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 — Folha: 67

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		807.75
(6)	TRANSF		55.00
(6)	TRANSF		510.00
(6)	TRANSF		255.00
(6)	TRANSF		692.26
(6)	DEPOSITO		400.00
(6)	DEPOSITO		1.000.00
(9)	Pagamento		582.94
(9)	Pagamento		923.00
(9)	Pagamento		668.00
(9)	TRANSF		1.265.34
(9)	TRANSF	75,88	
(9)	TRANSF	38,59	
(9)	TRANSF	807.75	
(9)	TRANSF	55.00	
(9)	TRANSF	510.00	
(9)	TRANSF	255.00	
(9)	TRANSF	692,26	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
	Total do Dia:	**7.273,76**	
			7.273,76

Folha nº 292
Processo nº 111. 2022
Rubrica

13 de maio de 2021

(9)	CHEQ COMP	90,90	
(9)	Pagamento	634,81	
(6)	Pagamento	453,00	
(6)	Pagamento	247,05	
(6)	Pagamento	495,68	
(6)	TRANSF	3.571,43	
(6)	DEPOSITO		526.63
(6)	DEPOSITO		157.41
(6)	DEPOSITO		937.58
(6)	DEPOSITO		108.92
(6)	TRANSF		1.571.43
(6)	TRANSF		689,70
(6)	TRANSF		205.00
(6)	TRANSF		257,00
(6)	DEPOSITO		780.00
(6)	DEPOSITO		700,00
(9)	CHEQ COMP		90.90
(9)	Pagamento		634.81
(9)	Pagamento		453.00
(9)	Pagamento		247.05
(9)	Pagamento		495.68
(9)	TRANSF		3.571.43
(9)	DEPOSITO	526,63	
(9)	DEPOSITO	157,41	
(9)	DEPOSITO	937,58	
(9)	DEPOSITO	108,92	
(9)	TRANSF	1.571,43	
(9)	TRANSF	689,70	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 — Folha: 68

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(91)	TRANSF	205,00	
(91)	TRANSF	257,00	
(-)	DEPOSITO	780,00	
(-)	DEPOSITO	700,00	
	Total do Dia:	**11.426,54**	
			11.426,54

14 de maio de 2021

(61)	TRANSF	327,98	
(61)	TRANSF	183,06	
(61)	TRANSF	623,00	
(61)	TRANSF	1.313,10	
(61)	DEPOSITO		67,53
(61)	DEPOSITO		398,34
(61)	TRANSF		135,00
(61)	TRANSF		120,00
(61)	TRANSF		50,00
(61)	DEPOSITO		650,00
(91)	TRANSF		327,98
(91)	TRANSF		183,06
(91)	TRANSF		623,00
(91)	TRANSF		1.313,10
(-)	DEPOSITO	67,53	
(-)	DEPOSITO	398,34	
(91)	TRANSF	135,00	
(91)	TRANSF	120,00	
(91)	TRANSF	50,00	
(91)	DEPOSITO	650,00	
	Total do Dia:	**3.868,01**	
			3.868,01

17 de maio de 2021

(61)	Pagamento Nr. 062821 Fornecedor: TOPSHOES INDUSTRIA DE		2.124,00
(61)	Pagamento	755,36	
(61)	Pagamento	512,41	
(61)	Pagamento	512,32	
(61)	Pagamento	597,36	
(61)	TRANSF	965,00	
(91)	DEPOSITO		366,71
(91)	DEPOSITO		432,87
(-)	DEPOSITO		29,63
(-)	DEPOSITO		105,81
(91)	DEPOSITO		287,04
(61)	DEPOSITO		787,39
(61)	TRANSF		90,00
(61)	TRANSF		140,00
(61)	TRANSF		75,00
(61)	TRANSF		250,00
(61)	TRANSF		90,00
(61)	TRANSF		100,00
(61)	TRANSF		90,00

Folha nº 993
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 — Folha: 69

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		337,77
(9)	Pagamento		755,36
(9)	Pagamento		512,41
(9)	Pagamento		512,32
(9)	Pagamento		597,36
(9)	PGTO CONTA AGUA		114,22
(9)	TRANSF		965,00
(9)	DEPOSITO	366,71	
(9)	DEPOSITO	432,87	
(9)	DEPOSITO	29,63	
(9)	DEPOSITO	25,00	
(9)	DEPOSITO	287,04	
(9)	DEPOSITO	787,39	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	140,00	
(9)	TRANSF	75,00	
(9)	TRANSF	250,00	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	337,77	
(1216)	Pagamento Nr. 062821 Fornecedor: TOPSHOES INDUSTRIA DE	2.124,00	
(1216)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 062821 Fornecedor:		2.124,00
(3471)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 062821 Fornecedor:	2.124,00	
(3534)	PGTO CONTA AGUA	114,22	
	Total do Dia:	**10.886,89**	
			10.886,89

Folha nº 994
Processo nº 111-2022
Rubrica

18 de maio de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		66.542,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P		3.939,60
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P		8.624,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P		17.052,00
(6)	PAGTO CARTAO CREDITO	1.142,40	
(6)	TRANSF	2.100,00	
(6)	DEPOSITO		792,88
(6)	DEPOSITO		165,08
(6)	DEPOSITO		290,12
(6)	TRANSF		199,00
(6)	DEPOSITO		1.150,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	66.542,00	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P	3.939,60	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P	8.624,00	
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO P	17.052,00	
(9)	PAGTO CARTAO CREDITO		1.142,40
(9)	TRANSF		2.100,00
(9)	DEPOSITO	792,88	
(9)	DEPOSITO	165,08	
(9)	DEPOSITO	290,12	
(9)	TRANSF	199,00	
(9)	DEPOSITO	1.150,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 70

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	**101.997,08**	
			101.997,08

19 de maio de 2021

Folha nº 995
Processo nº 111-2022
Rubrica

(6)	Pagamento	698,90	
(6)	Pagamento	1.074,81	
(6)	Pagamento	1.074,81	
(6)	Pagamento	593,36	
(6)	Pagamento	676,83	
(6)	Pagamento	945,00	
(6)	Pagamento	483,55	
(6)	Pagamento	77,41	
(6)	Pagamento	63,74	
(6)	Pagamento	698,02	
(6)	Pagamento	1.535,40	
(6)	Pagamento	91,20	
(6)	Pagamento	1.355,88	
(6)	Pagamento	2.670,40	
(6)	Pagamento	1.762,62	
(6)	Pagamento	360,78	
(6)	Pagamento	1.577,34	
(6)	Pagamento	759,89	
(6)	Pagamento	2.317,62	
(6)	Pagamento	4.862,82	
(6)	TRANSF	1.490,00	
(6)	TRANSF	1.390,00	
(6)	SAQUE NO TAA	1.900,00	
(6)	SAQUE NO TAA	100,00	
(6)	SAQUE NO TAA	3.000,00	
(6)	Pagamento	30,33	
(6)	COBRANÇA		1.284,00
(6)	DEPOSITO		82,44
(6)	DEPOSITO		219,43
(6)	DEPOSITO		188,31
(6)	DEPOSITO		492,32
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	TRANSF		129,90
(6)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA		4,49
(9)	Pagamento		698,90
(9)	Pagamento		1.074,81
(9)	Pagamento		1.074,81
(9)	Pagamento		593,36
(9)	Pagamento		676,83
(9)	Pagamento		945,00
(9)	Pagamento		483,55
(9)	Pagamento		77,41
(9)	Pagamento		63,74
(9)	Pagamento		698,02
(9)	Energia Elétrica		344,26
(9)	Energia Elétrica		174,35
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		767,96
(9)	Pagamento		1.535,40

BRENA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 71

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		91,20
(9)	Pagamento		1.355,88
(9)	Pagamento		2.670,40
(9)	Pagamento		1.762,62
(9)	Pagamento		360,78
(9)	Pagamento		1.577,34
(9)	Pagamento		759,89
(9)	Pagamento		2.317,62
(9)	Pagamento		4.862,82
(9)	TRANSF		1.490,00
(9)	TRANSF		1.390,00
(9)	SAQUE NO TAA		1.900,00
(9)	SAQUE NO TAA		100,00
(9)	SAQUE NO TAA		3.000,00
(9)	Pagamento		30,33
(9)	COBRANÇA	1.284,00	
(9)	DEPOSITO	82,44	
(9)	DEPOSITO	219,43	
(9)	DEPOSITO	188,31	
(9)	DEPOSITO	492,32	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	TRANSF	129,90	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	767,96	
(333)	Energia Elétrica	344,26	
(333)	Energia Elétrica	174,35	
(425)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA	4,49	
	Total do Dia	**35.377,28**	
			35.377,28

Folha nº 296
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

20 de maio de 2021

(6)	SIMPLES NACIONAL 04-2021		77,41
(6)	INSS 04/2021		91,20
(9)	PAGTO CARTAO CREDITO	1.533,58	
(9)	TRANSF	2.893,94	
(9)	Pagamento	579,24	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	176,62	
(9)	TRANSF	434,14	
(9)	TRANSF	2.540,00	
(6)	Pagamento	22,33	
(6)	DEPOSITO		177,08
(6)	DEPOSITO		79,29
(6)	TRANSF		27,00
(6)	TRANSF		1.422,00
(9)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA		4,00
(9)	PAGTO CARTAO CREDITO		1.533,58
(9)	TRANSF		2.893,94
(9)	Pagamento		579,24
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		137,85
(9)	TRANSF		100,00
(9)	TRANSF		176,62
(9)	TRANSF		434,14

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 72

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		2.540,00
(9)	Pagamento		22,33
(9)	DEPOSITO	177,08	
(9)	DEPOSITO	79,29	
(9)	TRANSF	27,00	
(9)	TRANSF	1.422,00	
(2044)	SIMPLES NACIONAL 04-2021	77,41	
(2044)	INSS 04/2021	91,20	
(3321)	PAGTO CONTA TELEFONE	137,85	
(4251)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA	4,00	
	Total do Dia:	**10.295,68**	
			10.295,68

Folha 297
Processo nº 111-2022
Rubrica

21 de maio de 2021

(6)	Pagamento Nr: 002951 Fornecedor: FARO IND. E COM. DE		6.860,00
(6)	Pagamento	2.367,15	
(6)	TRANSF	300,00	
(6)	TRANSF	2.720,34	
(6)	Pagamento	120,00	
(6)	DEPOSITO		259,73
(6)	DEPOSITO		372,64
(6)	DEPOSITO		86,02
(6)	DEPOSITO		272,55
(6)	TRANSF		369,00
(6)	TRANSF		1.000,00
(6)	TRANSF		358,60
(6)	TRANSF		1.628,34
(9)	Pagamento		2.367,15
(9)	TRANSF		300,00
(9)	TRANSF		2.720,34
(9)	Pagamento		120,00
(9)	DEPOSITO	259,73	
(9)	DEPOSITO	372,64	
(9)	DEPOSITO	86,02	
(9)	DEPOSITO	272,55	
(9)	TRANSF	369,00	
(9)	TRANSF	1.000,00	
(9)	TRANSF	358,60	
(9)	TRANSF	1.628,34	
(1223)	Pagamento Nr. 002951 Fornecedor: FARO IND. E COM. DE	6.860,00	
(1223)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 002951 Fornecedor: FARO		6.860,00
(3473)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr. 002951 Fornecedor: FARO	6.860,00	
	Total do Dia:	**23.574,37**	
			23.574,37

24 de maio de 2021

(6)	CHEQ COMP	182,10
(6)	MOVIMENTO DO DIA	389,18
(6)	MOVIMENTO DO DIA	386,94
(6)	Pagamento	443,57
(6)	Pagamento	680,45

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 — Folha. 73

Folha 998
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	623.50	
(6)	Pagamento	1.040.84	
(6)	Pagamento	477.00	
(6)	Pagamento	2.225.10	
(6)	SAQUE NO TAA	1.800.00	
(6)	SAQUE NO TAA	3.000.00	
(6)	DEPOSITO		249.79
(6)	DEPOSITO		545,36
(6)	DEPOSITO		328.95
(6)	DEPOSITO		567.16
(6)	DEPOSITO		317.15
(6)	TRANSF		500.00
(6)	DEPOSITO		700.00
(9)	CHEQ COMP		182.10
(9)	MOVIMENTO DO DIA		389.18
(9)	MOVIMENTO DO DIA		386.94
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		142,18
(9)	Pagamento		443,57
(9)	Pagamento		680,45
(9)	Pagamento		623.50
(9)	Pagamento		1.040.84
(9)	Pagamento		477.00
(9)	Pagamento		2.225.10
(9)	SAQUE NO TAA		1.800,00
(9)	SAQUE NO TAA		3.000.00
(9)	DEPOSITO	249.79	
(9)	DEPOSITO	545,36	
(9)	DEPOSITO	328,95	
(9)	DEPOSITO	567.16	
(9)	DEPOSITO	317,15	
(9)	TRANSF	500,00	
(9)	DEPOSITO	700,00	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	142,18	
	Total do Dia:	**14.599,27**	
			14.599,27

25 de maio de 2021

(6)	OUROCAP	129,16	
(6)	CHEQ COMP	3.193,25	
(6)	Pagamento	587.31	
(6)	Pagamento	1.400.00	
(6)	SAQUE	2.000.00	
(6)	SAQUE	3.000.00	
(6)	DEPOSITO		29,42
(6)	DEPOSITO		15.38
(6)	DEPOSITO		326,86
(6)	DEPOSITO		269.42
(6)	DEPOSITO		99,01
(6)	TRANSF		620.00
(6)	TRANSF		1.935.17
(6)	DEPOSITO		400,00
(9)	OUROCAP		129.16

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de maio de 2021 Folha: 74

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	CHEQ COMP		3.193,25
(9)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS		141,00
(9)	TARIFA MODULO		20,00
(9)	Pagamento		587,31
(9)	Pagamento		1.400,00
(9)	SAQUE		2.000,00
(9)	SAQUE		3.000,00
(9)	DEPOSITO	29,42	
(9)	DEPOSITO	15,38	
(9)	DEPOSITO	336,86	
(9)	DEPOSITO	269,42	
(9)	DEPOSITO	99,01	
(9)	TRANSF	620,00	
(9)	TRANSF	1.935,17	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(4254)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	141,00	
(4254)	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**14.165,98**	
			14.165,98

Folha 299
Processo nº 111-2022
Rubrica

26 de maio de 2021

(6)	TRANSF	5.000,00	
(6)	TRANSF	1.251,00	
(6)	DEPOSITO		845,04
(6)	DEPOSITO		81,27
(6)	DEPOSITO		367,48
(6)	TRANSF		120,00
(6)	TRANSF		375,56
(6)	TRANSF		5.000,00
(6)	TRANSF		1.251,00
(9)	DEPOSITO	845,04	
(9)	DEPOSITO	81,27	
(9)	DEPOSITO	367,48	
(9)	TRANSF	120,00	
(9)	TRANSF	375,56	
	Total do Dia:	**8.040,35**	
			8.040,35

27 de maio de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		535,00
(6)	Pagamento	706,16	
(6)	DEPOSITO		307,24
(6)	TRANSF		282,40
(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	535,00	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.446,96
(9)	Pagamento		706,16
(9)	DEPOSITO	307,24	
(9)	TRANSF	282,40	
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.446,96	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Período de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 75

Conta	Histórico		Débito	Crédito
		Total do Dia:	3.277,76	
				3.277,76

Folha nº 300
Processo nº 111-2022
Rubrica

28 de maio de 2021

(6)	Pagamento			3.717,76
(6)	TRANSF			193,50
(6)	TRANSF			104,87
(6)	TRANSF			2.610,00
(6)	TRANSF			90,00
(6)	TRANSF			354,65
(9)	Pagamento		3.717,76	
(9)	TRANSF		193,50	
(9)	TRANSF		104,87	
(9)	TRANSF		2.610,00	
(9)	TRANSF		90,00	
(9)	TRANSF		354,65	
		Total do Dia:	7.070,78	
				7.070,78

31 de maio de 2021

(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000075	320,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000076	129,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000077	840,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000078	1.200,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000079	99,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF.	000080	309,80	
(6)	CHEQ COMP		7.160,00	
(6)	Pagamento		1.332,60	
(6)	Pagamento		2.388,81	
(6)	Pagamento		1.227,00	
(6)	Pagamento		990,00	
(6)	Pagamento		1.270,72	
(6)	Pagamento		1.166,58	
(6)	Pagamento		1.449,84	
(6)	SAQUE		2.000,00	
(6)	SAQUE		3.000,00	
(6)	DEPOSITO			177,08
(6)	DEPOSITO			345,73
(6)	DEPOSITO			212,57
(6)	DEPOSITO			437,58
(6)	DEPOSITO			1.397,86
(6)	DEPOSITO			458,56
(6)	TRANSF			16,25
(6)	TRANSF			350,00
(6)	TRANSF			259,90
(6)	TRANSF			170,86
(6)	TRANSF			865,06
(9)	COBRANÇA DE JUROS			5,57
(9)	CHEQ COMP			7.160,00
(9)	Pagamento			1.332,60
(9)	Pagamento			2.388,81

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diario de maio de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 76

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		1.227,00
(9)	Pagamento		990,00
(9)	Pagamento		1.270,72
(9)	Pagamento		1.166,58
(9)	Pagamento		1.449,84
(9)	SAQUE		2.000,00
(9)	SAQUE		3.000,00
(9)	DEPOSITO	177,08	
(9)	DEPOSITO	345,73	
(9)	DEPOSITO	212,57	
(9)	DEPOSITO	437,58	
(9)	DEPOSITO	390,86	
(9)	DEPOSITO	458,56	
(9)	TRANSF	16,25	
(9)	TRANSF	350,00	
(9)	TRANSF	259,90	
(9)	TRANSF	170,86	
(9)	TRANSF	865,06	
(204)	SIMPLES NACIONAL 05-2021		122,20
(204)	INSS 05/2021		177,30
(205)	FGTS 05/2021		186,94
(219)	SALARIO MENSAL 05-2021		2.336,78
(219)	INSS 05/2021	177,30	
(239)	HONORARIO 05-2021		260,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000075		320,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000076		129,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000077		840,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000078		1.200,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000079		99,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000080		309,80
(301)	SIMPLES NACIONAL 05-2021	122,20	
(312)	SALARIO MENSAL 05-2021	2.336,78	
(318)	FGTS 05/2021	186,94	
(321)	HONORARIO 05-2021	260,00	
(324)	COBRANÇA DE JUROS	5,57	
	Total do Dia	**32.665,39**	
			32.665,39

Folha nº 304
Processo nº 111-2022
Rubrica

****
**********(XXXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 — Folha: 77

Conta	Histórico	Débito	Crédito
01 de junho de 2021			
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	71,10	
(6)	CHEQ COMP	5.900,00	
(6)	CHEQ COMP	347,80	
(6)	Pagamento	2.568,08	
(6)	SAQUE	500,00	
(6)	SAQUE	3.000,00	
(6)	Pagamento	2,79	
(6)	DEPOSITO		18,15
(6)	TRANSF		110,00
(6)	TRANSF		165,00
(6)	TRANSF		532,00
(6)	TRANSF		101,87
(6)	DEPOSITO		500,00
(9)	COBRANÇA DE IOF		0,62
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		71,10
(9)	CHEQ COMP		5.900,00
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	TARIF ADIC CHEQUE COMPE		7,87
(9)	Pagamento		2.568,08
(9)	SAQUE		500,00
(9)	SAQUE		3.000,00
(9)	Pagamento		2,79
(6)	DEPOSITO	18,15	
(9)	TRANSF	110,00	
(9)	TRANSF	165,00	
(9)	TRANSF	532,00	
(9)	TRANSF	101,87	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(4251)	COBRANÇA DE IOF	0,62	
(4251)	TARIF ADIC CHEQUE COMPE	7,87	
	Total do Dia:	**13.825,28**	
			13.825,28
02 de junho de 2021			
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	Pagamento	307,13	
(6)	Pagamento	1.255,00	
(6)	TRANSF	500,00	
(6)	TRANSF	500,00	
(6)	DEPOSITO		429,98
(6)	DEPOSITO		105,56
(6)	DEPOSITO		191,39
(6)	DEPOSITO		498,47
(6)	DEPOSITO		113,98
(6)	TRANSF		412,55
(6)	TRANSF		739,00
(6)	TRANSF		1.944,77
(9)	TARIF ADIC CHEQUE COMPE		6,49
(9)	Energia Elétrica		344,57
(9)	Pagamento		558,35

Folha: 302
Processo nº 411-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		307,13
(9)	Pagamento		1.255,00
(9)	Energia Elétrica		332,39
(9)	TRANSF		500,00
(9)	TRANSF		500,00
(9)	DEPOSITO	429,98	
(9)	DEPOSITO	105,56	
(9)	DEPOSITO	91,39	
(9)	DEPOSITO	498,47	
(9)	DEPOSITO	113,98	
(9)	TRANSF	412,35	
(9)	TRANSF	739,00	
(9)	TRANSF	1.944,77	
(5333)	Energia Elétrica	344,57	
(3331)	Energia Elétrica	332,39	
(4251)	TARIF ADIC CHEQUE COMPE	6,49	
	Total do Dia:	**8.239,63**	
			8.239,63

Folha: 303
Processo nº 111-2022
Rubrica

04 de junho de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		33.712,00
(6)	Pagamento	583,40	
(6)	Pagamento	709,41	
(6)	Pagamento	728,06	
(6)	TRANSF	2.800,00	
(6)	TRANSF	1.857,15	
(6)	Pagamento	34,61	
(6)	DEPOSITO		142,55
(6)	DEPOSITO		79,17
(6)	DEPOSITO		161,44
(6)	DEPOSITO		309,83
(6)	DEPOSITO		2.235,60
(6)	DEPOSITO		783,71
(6)	TRANSF		75,00
(6)	TRANSF		430,00
(6)	TRANSF		1.565,00
(6)	TRANSF		320,95
(6)	TRANSF		137,83
(6)	DEPOSITO		500,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	33.712,00	
(9)	PGTO CONTA AGUA		32,45
(9)	Pagamento		583,40
(9)	Pagamento		709,41
(9)	Pagamento		728,06
(9)	TRANSF		2.800,00
(9)	TRANSF		1.857,15
(9)	Pagamento		34,61
(9)	DEPOSITO	142,55	
(9)	DEPOSITO	79,17	
(9)	DEPOSITO	161,44	
(9)	DEPOSITO	309,83	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha. 79

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	2.235,60	
(9)	DEPOSITO	783,71	
(9)	TRANSF	75,00	
(9)	TRANSF	430,00	
(9)	TRANSF	1.565,00	
(9)	TRANSF	320,95	
(9)	TRANSF	137,83	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(9)	DEPOSITO	800,00	
(2231)	PGTO CONTA AGUA	32,45	
	Total do Dia:	**47.798,16**	
			47.798,16

Folha nº 304
Processo nº 111-2022
Rubrica

05 de junho de 2021

(6)	SALARIO MENSAL 05-2021		2.336,78
(2191)	SALARIO MENSAL 05-2021	2.336,78	
	Total do Dia:	**2.336,78**	
			2.336,78

07 de junho de 2021

(6)	FGTS 05/2021		186,94
(9)	Pagamento	665,73	
(9)	Pagamento	522,54	
(9)	Pagamento	3.174,48	
(9)	Pagamento	1.289,61	
(9)	TRANSF	1.716,67	
(9)	SAQUE	3.000,00	
(9)	DEPOSITO		275,46
(9)	DEPOSITO		574,83
(9)	DEPOSITO		174,39
(9)	DEPOSITO		663,94
(9)	DEPOSITO		391,93
(9)	TRANSF		300,00
(9)	TRANSF		620,88
(9)	TRANSF		344,19
(9)	TRANSF		1.352,44
(9)	Pagamento		665,73
(9)	Pagamento		522,54
(9)	Pagamento		3.174,48
(9)	Pagamento		1.289,61
(9)	TRANSF		1.716,67
(9)	SAQUE		3.000,00
(9)	DEPOSITO	275,46	
(9)	DEPOSITO	574,83	
(9)	DEPOSITO	174,39	
(9)	DEPOSITO	663,94	
(9)	DEPOSITO	391,93	
(9)	TRANSF	300,00	
(9)	TRANSF	620,88	
(9)	TRANSF	344,19	
(9)	TRANSF	1.352,44	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 80

Conta	Histórico	Débito	Crédito
[illegible]	FGTS 05/2021	186,94	
	Total do Dia:	**15.254,03**	
			15.254,03

08 de junho de 2021

(6)	Pagamento	657,03	
(6)	Pagamento	1.166,58	
(6)	TRANSF	1.500,00	
(6)	TRANSF	350,00	
(6)	TRANSF	1.450,00	
(6)	SAQUE	500,00	
(6)	SAQUE	3.000,00	
(6)	Pagamento	8,00	
(6)	Pagamento	37,50	
(6)	DEPOSITO		359,09
(6)	DEPOSITO		277,51
(6)	DEPOSITO		413,62
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		2.920,00
(6)	DEPOSITO		1.000,00
(9)	Pagamento		657,03
(9)	Pagamento		1.166,58
(9)	TRANSF		1.500,00
(9)	TRANSF		350,00
(9)	TRANSF		1.450,00
(9)	SAQUE		500,00
(9)	SAQUE		3.000,00
(9)	Pagamento		8,00
(9)	Pagamento		37,50
(9)	DEPOSITO	359,09	
(9)	DEPOSITO	277,51	
(9)	DEPOSITO	413,62	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	2.920,00	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
	Total do Dia:	**13.739,33**	
			13.739,33

09 de junho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 4964509 Fornecedor: GRENDENE S/A -		3.702,60
(6)	TRANSF	1.406,03	
(6)	Pagamento	643,50	
(6)	TRANSF	117,34	
(6)	TRANSF	73,58	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	Pagamento	24,00	
(6)	DEPOSITO		19,58
(6)	DEPOSITO		157,58
(6)	DEPOSITO		729,56
(6)	DEPOSITO		118,73

Fornecedor 305
Processo nº AM-2021
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 81

Folha nº 306
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		168,07
(6)	TRANSF		180,00
(6)	TRANSF		300,00
(6)	TRANSF		1.545,00
(6)	TRANSF		2.498,46
(6)	DEPOSITO		850,00
(9)	TRANSF		1.406,03
(9)	Pagamento		643,50
(9)	TRANSF		117,34
(9)	TRANSF		73,58
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	Pagamento		24,00
(9)	DEPOSITO	19,58	
(9)	DEPOSITO	157,58	
(9)	DEPOSITO	729,56	
(9)	DEPOSITO	118,73	
(9)	DEPOSITO	168,07	
(9)	TRANSF	180,00	
(9)	TRANSF	300,00	
(9)	TRANSF	1.545,00	
(9)	TRANSF	2.498,46	
(9)	DEPOSITO	850,00	
(12441)	Pagamento Nr: 4964509 Fornecedor: GRENDENE S/A -	3.702,60	
(12441)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4964509 Fornecedor:		3.702,60
(1347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4964509 Fornecedor.	3.702,60	
	Total do Dia:	**22.236,63**	
			22.236,63

10 de junho de 2021

(6)	HONORARIO 05-2021		260,00
(6)	Pagamento	496,62	
(6)	TRANSF	300,00	
(6)	DEPOSITO		213,35
(6)	DEPOSITO		29,63
(6)	DEPOSITO		832,33
(6)	TRANSF		125,00
(6)	TRANSF		354,00
(6)	TRANSF		318,93
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		271,36
(9)	PAGTO CONTA AGUA		48,65
(9)	Pagamento		496,62
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		134,42
(9)	TRANSF		300,00
(9)	DEPOSITO	213,35	
(9)	DEPOSITO	29,63	
(9)	DEPOSITO	832,33	
(9)	TRANSF	125,00	
(9)	TRANSF	354,00	
(9)	TRANSF	318,93	
(6109)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	271,36	
(2391)	HONORARIO 05-2021	260,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 82

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	134.42	
(334)	PAGTO CONTA AGUA	48,65	
	Total do Dia:	**3.384,29**	
			3.384,29

Folha nº 307
Processo nº 111-2022
Rubrica

11 de junho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 879026 Fornecedor: HAF DISTRIBUIDOR		6.872,34
(6)	Pagamento	70,47	
(6)	Pagamento	3.189,22	
(6)	Pagamento	576,00	
(6)	Pagamento	846,00	
(6)	Pagamento	4.039,73	
(6)	DEPOSITO		118,06
(6)	DEPOSITO		315,27
(6)	DEPOSITO		206,15
(6)	DEPOSITO		543,67
(6)	DEPOSITO		291,98
(6)	TRANSF		205,00
(6)	TRANSF		259,00
(6)	TRANSF		263,45
(9)	Pagamento		70,47
(9)	Pagamento		3.189,22
(9)	Pagamento		576,00
(9)	Pagamento		846,00
(9)	Pagamento		4.039,73
(9)	DEPOSITO	118,06	
(9)	DEPOSITO	315,27	
(9)	DEPOSITO	206,15	
(9)	DEPOSITO	543,67	
(9)	DEPOSITO	291,98	
(9)	TRANSF	205,00	
(9)	TRANSF	259,00	
(9)	TRANSF	263,45	
(1251)	Pagamento Nr: 879026 Fornecedor: HAF DISTRIBUIDOR	6.872,34	
(1251)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 879026 Fornecedor: HAF		6.872,34
(5471)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 879026 Fornecedor: HAF	6.872,34	
	Total do Dia:	**24.668,68**	
			24.668,68

14 de junho de 2021

	Pagamento Nr: 1377062 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A		2.442,13
(6)	CHEQ COMP	420,00	
(6)	CHEQ COMP	90,90	
(6)	Pagamento	595,19	
(6)	Pagamento	1.093,78	
(6)	Pagamento	4.309,54	
(6)	TRANSF	5.790,00	
(6)	TRANSF	60,00	
(6)	TRANSF	1.302,45	
(6)	DEPOSITO		791,81
(6)	DEPOSITO		856,75

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 83

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		943.74
(61)	DEPOSITO		1.070,39
(6)	DEPOSITO		1.117,22
(61)	DEPOSITO		376,42
(61)	TRANSF		169,00
(61)	TRANSF		250,00
(61)	TRANSF		1.078,14
(61)	TRANSF		606,80
(61)	DEPOSITO		1.000,00
(61)	DEPOSITO		650,00
(9)	CHEQ COMP		420,00
(9)	CHEQ COMP		90,90
(9)	Pagamento		595,19
(9)	Pagamento		1.093,78
(9)	Pagamento		4.309,54
(9)	TRANSF		5.790,00
(9)	TRANSF		60,00
(9)	TRANSF		1.302,45
(9)	DEPOSITO	791,81	
(9)	DEPOSITO	856,75	
(9)	DEPOSITO	943.74	
(9)	DEPOSITO	1.070,39	
(9)	DEPOSITO	1.117,22	
(9)	DEPOSITO	376,42	
(9)	TRANSF	169,00	
(9)	TRANSF	250,00	
(9)	TRANSF	1.078,14	
(9)	TRANSF	606,80	
(9)	DEPOSITO	1.000,00	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(9258)	Pagamento Nr: 1377062 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A	2.442,13	
(9258)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1377062 Fornecedor:		2.442,13
(9258)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1377062 Fornecedor:	2.442,13	
	Total do Dia:	**27.456,39**	
			27.456,39

Folha nº 308
Processo nº 111-2022
Rubrica

15 de junho de 2021

(61)	Pagamento Nr: 011153 Fornecedor: DIVERAS INDUSTRIA E		1.763,00
(61)	Pagamento	451,27	
(61)	Pagamento	512,41	
(61)	Pagamento	512,32	
(61)	TRANSF	500,00	
(61)	DEPOSITO		423,03
(61)	DEPOSITO		255,96
(61)	DEPOSITO		79,29
(61)	DEPOSITO		923,58
(61)	DEPOSITO		315,07
(61)	TRANSF		619,32
(61)	TRANSF		269,94
(61)	DEPOSITO		100,00
(61)	DEPOSITO		450,00
(61)	DEPOSITO		500,00

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 84

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		451.27
(9)	Pagamento		512.41
(9)	Pagamento		512.32
(9)	TRANSF		500.00
(6)	DEPOSITO	423.03	
(6)	DEPOSITO	255,96	
(6)	DEPOSITO	79,29	
(6)	DEPOSITO	923,58	
(6)	DEPOSITO	345,07	
(6)	TRANSF	619,32	
(6)	TRANSF	269,94	
(6)	DEPOSITO	100,00	
(6)	DEPOSITO	450,00	
(6)	DEPOSITO	500,00	
(1265)	Pagamento Nr. 011153 Fornecedor: DEVIERAS INDUSTRIA E	1.763,00	
(1265)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 011153 Fornecedor:		1.763,00
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 011153 Fornecedor:	1.763,00	
	Total do Dia:	**9.438,19**	
			9.438,19

Folha nº 309
Proc. nº 111-2022
Rubrica

16 de junho de 2021

(6)	Pagamento Nr. 1377886 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A		1.325,93
(6)	Pagamento	23,21	
(6)	Pagamento	122,20	
(6)	Pagamento	1.891,76	
(6)	Pagamento	562,50	
(6)	TRANSF	77,55	
(6)	TRANSF	3.117,86	
(6)	DEPOSITO		34,43
(6)	DEPOSITO		69,28
(6)	DEPOSITO		307,03
(6)	TRANSF		134,85
(6)	TRANSF		500,00
(6)	TRANSF		933,42
(6)	DEPOSITO		800,00
(9)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA		5,00
(9)	PGTO CONTA AGUA		106,39
(9)	PGTO CONTA AGUA		102,90
(9)	PGTO CONTA AGUA		64,90
(9)	PGTO CONTA AGUA		64,90
(9)	PGTO CONTA AGUA		55,40
(9)	Pagamento		23,21
(9)	Pagamento		122,20
(9)	Pagamento		1.891,76
(9)	Pagamento		562,50
(9)	TRANSF		77,55
(9)	TRANSF		3.117,86
(9)	DEPOSITO	34,43	
(9)	DEPOSITO	69,28	
(9)	DEPOSITO	307,03	
(9)	TRANSF	134,85	
(9)	TRANSF	500,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 85

Vlr.	Histórico	Débito	Crédito
(7)	TRANSF	933.42	
(7)	DEPOSITO	800,00	
(1258)	Pagamento Nr: 1377886 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A	1.325,93	
(1258)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1377886 Fornecedor:		1.325,93
(1347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1377886 Fornecedor:	1.325,93	
(3341)	PGTO CONTA AGUA	106,39	
(3341)	PGTO CONTA AGUA	102,90	
(3341)	PGTO CONTA AGUA	64,90	
(3341)	PGTO CONTA AGUA	64.90	
(3341)	PGTO CONTA AGUA	55.40	
(1425)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA	5.00	
	Total do Dia:	**11.625,44**	
			11.625,44

Folha nº 310
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

17 de junho de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		140.00
(9)	CHEQ COMP	3.295,74	
(9)	Pagamento	6.545,96	
(7)	DEPOSITO		98.38
(7)	DEPOSITO		364,61
(7)	DEPOSITO		402,57
(6)	DEPOSITO		852.25
(6)	TRANSF		26.000,00
(6)	TRANSF		650.00
(6)	TRANSF		593,00
(6)	DEPOSITO		1.200.00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	140.00	
(9)	CHEQ COMP		3.295,74
(9)	Pagamento		6.545,96
(9)	DEPOSITO	98.38	
(9)	DEPOSITO	364.61	
(9)	DEPOSITO	402,57	
(9)	DEPOSITO	852.25	
(9)	TRANSF	26.000.00	
(9)	TRANSF	650.00	
(9)	TRANSF	593.00	
(9)	DEPOSITO	1.200.00	
	Total do Dia:	**40.142,51**	
			40.142,51

18 de junho de 2021

(9)	Pagamento Nr: 4973187 Fornecedor: GRENDENE S/A -		4.625,64
(6)	Pagamento Nr: 4972863 Fornecedor: GRENDENE S/A -		1.803,12
(6)	PAGTO CARTAO CREDITO	479.89	
(6)	TRANSF	334,63	
(6)	DEPOSITO		127.75
(6)	DEPOSITO		296,71
(6)	TRANSF		138.00
(9)	PAGTO CARTAO CREDITO		479.89
(9)	TRANSF		334.63
(9)	DEPOSITO	127.75	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 — Folha: 86

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	296,71	
(9)	TRANSF	138,00	
(1244)	Pagamento Nr: 4973187 Fornecedor: GRENDENE S/A -	4.625,64	
(1244)	Pagamento Nr: 4972863 Fornecedor: GRENDENE S/A -	1.803,12	
(1241)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4973187 Fornecedor:		4.625,64
(1244)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4972863 Fornecedor:		1.803,12
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4973187 Fornecedor:	4.625,64	
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4972863 Fornecedor:	1.803,12	
	Total do Dia:	**14.234,50**	
			14.234,50

Folha nº 311
Processo nº 111-2022
Rubrica

20 de junho de 2021

(61)	SIMPLES NACIONAL 05-2021		122,20
(61)	INSS 05/2021		177,30
(2604)	SIMPLES NACIONAL 05-2021	122,20	
(2604)	INSS 05/2021	177,30	
	Total do Dia:	**299,50**	
			299,50

21 de junho de 2021

(61)	Pagamento Nr: 4974175 Fornecedor: GRENDENE S/A -		2.110,32
(61)	PAGTO CARTAO CREDITO	1.652,89	
(61)	Pagamento	945,00	
(61)	Pagamento	1.741,00	
(61)	Pagamento	1.437,43	
(61)	TRANSF	270,00	
(61)	TRANSF	1.702,00	
(61)	TRANSF	2.720,34	
(61)	Pagamento	3,08	
(61)	Pagamento	35,50	
(61)	DEPOSITO		217,32
(61)	DEPOSITO		475,10
(61)	DEPOSITO		1.038,27
(61)	DEPOSITO		1.240,27
(61)	DEPOSITO		545,00
(61)	TRANSF		150,00
(61)	TRANSF		63,00
(61)	TRANSF		200,00
(61)	TRANSF		150,00
(61)	TRANSF		830,33
(61)	TRANSF		779,00
(61)	DEPOSITO		50,00
(61)	DEPOSITO		850,00
(61)	DEPOSITO		500,00
(61)	PAGTO CARTAO CREDITO		1.652,89
(61)	Pagamento		945,00
(61)	Pagamento		1.741,00
(61)	Pagamento		1.437,43
(61)	TRANSF		270,00
(61)	TRANSF		1.702,00
(61)	TRANSF		2.720,34

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 — Folha: 87

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		3,08
(9)	Pagamento		35,50
(9)	DEPOSITO	217,32	
(9)	DEPOSITO	475,10	
(9)	DEPOSITO	1.038,27	
(9)	DEPOSITO	1.240,27	
(9)	DEPOSITO	545,00	
(9)	TRANSF	150,00	
(9)	TRANSF	63,00	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	50,00	
(9)	TRANSF	830,33	
(9)	TRANSF	779,00	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(9)	DEPOSITO	850,00	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(1244)	Pagamento Nr: 4974175 Fornecedor: GRENDENE S/A -	2.110,32	
(1244)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4974175 Fornecedor:		2.110,32
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 4974175 Fornecedor:	2.110,32	
	Total do Dia:	**21.816,17**	
			21.816,17

Folha 312
Processo nº 111-2022
Rubrica

22 de junho de 2021

(9)	MOVIMENTO DO DIA	384,90	
(9)	Pagamento	443,57	
(9)	Pagamento	1.440,25	
(9)	Pagamento	2.568,08	
(9)	Pagamento	3.161,06	
(9)	DEPOSITO		321,61
(9)	DEPOSITO		39,54
(9)	TRANSF		59,90
(9)	TRANSF		1.130,00
(9)	TRANSF		281,51
(9)	TRANSF		1.735,85
(9)	DEPOSITO		700,00
(9)	MOVIMENTO DO DIA		384,90
(9)	Pagamento		443,57
(9)	Pagamento		1.440,25
(9)	Pagamento		2.568,08
(9)	Pagamento		3.161,06
(9)	DEPOSITO	321,61	
(9)	DEPOSITO	39,54	
(9)	TRANSF	59,90	
(9)	TRANSF	1.130,00	
(9)	TRANSF	281,51	
(9)	TRANSF	1.735,85	
(9)	DEPOSITO	700,00	
	Total do Dia:	**12.266,27**	
			12.266,27

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Folha: 88

Conta	Histórico	Débito	Crédito
23 de junho de 2021			
(6)	MOVIMENTO DO DIA	384,81	
(6)	Pagamento	100,00	
(6)	Pagamento	1.400,00	
(6)	Pagamento	2.225,10	
(6)	Pagamento	526,61	
(6)	Pagamento	587,31	
(6)	Pagamento	482,01	
(6)	TRANSF	150,00	
(6)	Pagamento	50,00	
(6)	DEPOSITO		212,03
(6)	DEPOSITO		399,12
(6)	DEPOSITO		79,24
(6)	DEPOSITO		123,89
(6)	TRANSF		88,21
(9)	MOVIMENTO DO DIA		384,81
(9)	Pagamento		100,00
(9)	Pagamento		1.400,00
(9)	Pagamento		2.225,10
(9)	Pagamento		526,61
(9)	Pagamento		587,31
(9)	Pagamento		482,01
(9)	TRANSF		150,00
(9)	Pagamento		50,00
(9)	DEPOSITO	212,03	
(9)	DEPOSITO	399,12	
(9)	DEPOSITO	79,24	
(9)	DEPOSITO	123,89	
(9)	TRANSF	88,21	
	Total do Dia:	**6.808,33**	
			6.808,33

Folha nº 313
Processo nº 111-2022
Rubrica

24 de junho de 2021

(6)	CHEQ COMP	1.410,48	
(6)	TRANSF	1.375,00	
(6)	DEPOSITO		156,13
(6)	DEPOSITO		247,78
(6)	DEPOSITO		849,16
(6)	DEPOSITO		34,69
(6)	TRANSF		220,00
(6)	TRANSF		526,37
(6)	DEPOSITO		750,00
(9)	CHEQ COMP		1.410,48
(9)	TRANSF		1.375,00
(9)	DEPOSITO	156,13	
(9)	DEPOSITO	247,78	
(9)	DEPOSITO	849,16	
(9)	DEPOSITO	34,69	
(9)	TRANSF	220,00	
(9)	TRANSF	526,37	
(9)	DEPOSITO	750,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 — Folha 89

Conta	Histórico	Débito	Crédito
	Total do Dia:	**5.569,61**	
			5.569,61

25 de junho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 906066 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		4.066,92
(6)	OUROCAP	129.16	
(6)	DEPOSITO		354.07
(6)	DEPOSITO		148,24
(6)	DEPOSITO		356.59
(6)	DEPOSITO		471.08
(6)	DEPOSITO		11.89
(6)	TRANSF		82.00
(6)	TRANSF		1.519,00
(6)	TRANSF		1.543,94
(6)	DEPOSITO		700,00
(9)	OUROCAP		129.16
(9)	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS		141.00
(9)	TARIFA MODULO		20.00
(9)	DEPOSITO	354.07	
(9)	DEPOSITO	148.24	
(9)	DEPOSITO	356.59	
(9)	DEPOSITO	471.08	
(9)	DEPOSITO	11,89	
(9)	TRANSF	82,00	
(9)	TRANSF	1.519,00	
(9)	TRANSF	1.543,94	
(9)	DEPOSITO	700.00	
11600	Pagamento Nr: 906066 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	4.066.92	
11600	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 906066 Fornecedor: TESS		4.066.92
3454	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 906066 Fornecedor: TESS	4.066.92	
4251	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	141,00	
4251	TARIFA MODULO	20,00	
	Total do Dia:	**13.610,81**	
			13.610,81

Folha nº 314
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

28 de junho de 2021

(6)	Pagamento	1.227,00	
(6)	Pagamento	2.077,00	
(6)	Pagamento	699,57	
(6)	Pagamento	326,60	
(6)	Pagamento	846,00	
(6)	TRANSF	1.400,00	
(6)	TRANSF	900,00	
(6)	TRANSF	1.251,00	
(6)	DEPOSITO		521,32
(6)	DEPOSITO		406,64
(6)	DEPOSITO		89,10
(6)	DEPOSITO		616,91
(6)	DEPOSITO		178,40
(6)	TRANSF		109,00
(6)	TRANSF		105,00

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de junho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Folha: 90

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		1.258,00
(6)	TRANSF		209,70
(6)	DEPOSITO		800,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO		1.495,68
(9)	Energia Elétrica		318,10
(9)	Pagamento		1.227,00
(9)	Pagamento		2.077,00
(9)	Pagamento		699,57
(9)	Pagamento		326,60
(9)	Pagamento		846,00
(9)	TRANSF		1.400,00
(9)	TRANSF		900,00
(9)	TRANSF		1.251,00
(9)	DEPOSITO	521,32	
(9)	DEPOSITO	406,64	
(9)	DEPOSITO	89,10	
(9)	DEPOSITO	616,91	
(9)	DEPOSITO	178,40	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	105,00	
(9)	TRANSF	1.258,00	
(9)	TRANSF	209,70	
(9)	DEPOSITO	800,00	
(6111)	EMPRESTIMO BB GIRO	1.495,68	
(3353)	Energia Elétrica	318,10	
	Total do Dia:	**14.826,02**	
			14.826,02

Folha nº 315
Processo nº 111-2022
Rubrica

29 de junho de 2021

(6)	Pagamento Nr. 907419 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		883,68
(6)	MOVIMENTO DO DIA	22,55	
(6)	Pagamento	310,15	
(6)	TRANSF	89,90	
(6)	TRANSF	429,00	
(6)	Pagamento	3,15	
(6)	DEPOSITO		16,63
(6)	DEPOSITO		516,67
(6)	DEPOSITO		122,17
(6)	DEPOSITO		39,54
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		325,00
(6)	TRANSF		300,00
(6)	TRANSF		918,00
(6)	DEPOSITO		350,00
(9)	MOVIMENTO DO DIA		22,55
(9)	Energia Elétrica		149,63
(9)	Pagamento		310,15
(9)	TRANSF		89,90
(9)	TRANSF		429,00
(9)	Pagamento		3,15
(9)	DEPOSITO	16,63	
(9)	DEPOSITO	516,67	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 — Folha: 91

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	122,17	
(9)	DEPOSITO	39,54	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	325,00	
(9)	TRANSF	300,00	
(9)	TRANSF	918,00	
(9)	DEPOSITO	380,00	
(1160)	Pagamento Nr: 907419 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	883,68	
(1160)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 907419 Fornecedor: TESS		883,68
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 907419 Fornecedor: TESS	883,68	
(333)	Energia Elétrica	149,63	
	Total do Dia:	**5.559,75**	
			5.559,75

Folha nº 316
Processo nº 111-2022
Rubrica

30 de junho de 2021

(6)	MOVIMENTO DO DIA		0,46
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000081	140,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000082	129,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000083	159,90	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000084	230,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000085	28,00	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000047	209,70	
(6)	NOTA FISCAL Nº 000048	35,98	
(6)	NOTA FISCAL Nº 000049	121,27	
(6)	NOTA FISCAL Nº 000050	175,47	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000086	199,80	
(6)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000087	449,90	
(6)	MOVIMENTO DO DIA	0,46	
(6)	Pagamento	203,15	
(6)	Pagamento	409,99	
(6)	Pagamento	388,84	
(6)	Pagamento	2.233,56	
(6)	TRANSF	89,00	
(6)	TRANSF	2.500,00	
(6)	Pagamento	10,00	
(6)	Pagamento	8,19	
(6)	DEPOSITO		137,57
(6)	DEPOSITO		262,64
(6)	TRANSF		124,00
(6)	TRANSF		330,00
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		490,00
(6)	TRANSF		491,50
(6)	DEPOSITO		850,00
(9)	MOVIMENTO DO DIA	0,46	
(9)	MOVIMENTO DO DIA		0,46
(9)	Pagamento		203,15
(9)	Pagamento		409,99
(9)	Pagamento		388,84
(9)	Pagamento		2.233,56
(9)	INSS		567,14
(9)	TRANSF		89,00

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de junho de 2021 Folha: 92

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		2.500,00
(9)	Pagamento		10,00
(9)	Pagamento		8,19
(9)	DEPOSITO	137,57	
(9)	DEPOSITO	262,64	
(9)	TRANSF	124,00	
(9)	TRANSF	330,00	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	490,00	
(9)	TRANSF	491,50	
(9)	DEPOSITO	850,00	
(204)	SIMPLES NACIONAL 06-2021		76,43
(204)	INSS 06/2021		210,36
(205)	FGTS 06/2021		216,32
(219)	SALARIO MENSAL 06-2021		2.704,00
(219)	INSS 06/2021	210,36	
(239)	HONORARIO 06-2021		260,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000081		140,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000082		129,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000083		159,90
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000084		230,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000085		28,00
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000047		209,70
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000086		199,80
(295)	VENDA DE MERCADORIAS CF. 000087		449,90
(304)	SIMPLES NACIONAL 06-2021	76,43	
(354)	NOTA FISCAL Nº 000048		35,98
(354)	NOTA FISCAL Nº 000049		121,27
(354)	NOTA FISCAL Nº 000050		175,47
(312)	SALARIO MENSAL 06-2021	2.704,00	
(318)	FGTS 06/2021	216,32	
(915)	HONORARIO 06-2021	260,00	
(929)	INSS	567,14	
	Total do Dia:	**14.643,53**	
			14.643,53

Folha nº 317
Processo nº 111-2022
Rubrica

****
**********(XXXX
)**********
****

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 Folha: 93

Folha nº 318
Processo nº 111-2022
Rubrica

Conta	Histórico	Débito	Crédito
01 de julho de 2021			
(6)	Pagamento Nr: 649397 Fornecedor: DASS NORDESTE		1.165,32
(6)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA	71,10	
(6)	CHEQ COMP	347,80	
(6)	DEPOSITO		1.691,94
(6)	DEPOSITO		131,45
(6)	DEPOSITO		533,21
(6)	TRANSF		1.500,00
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		1.535,00
(6)	TRANSF		165,55
(9)	SEGUROS CRED PROTEG EMPRESA		71,10
(9)	CHEQ COMP		347,80
(9)	DEPOSITO	1.691,94	
(9)	DEPOSITO	131,45	
(9)	DEPOSITO	533,21	
(9)	TRANSF	1.500,00	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	1.535,00	
(9)	TRANSF	165,55	
(1181)	Pagamento Nr: 649397 Fornecedor: DASS NORDESTE	1.165,32	
(1181)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 649397 Fornecedor: DASS		1.165,32
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 649397 Fornecedor: DASS	1.165,32	
	Total do Dia.	**8.406,69**	
			8.406,69
02 de julho de 2021			
(6)	Pagamento	558,35	
(6)	Pagamento	2.046,36	
(6)	TRANSF	5.750,00	
(6)	TRANSF	2.800,00	
(6)	SAQUE	1.500,00	
(6)	Pagamento	13,12	
(6)	DEPOSITO		83,62
(6)	DEPOSITO		228,62
(6)	DEPOSITO		648,97
(6)	DEPOSITO		259,99
(6)	DEPOSITO		17,84
(6)	TRANSF		560,00
(6)	TRANSF		119,90
(6)	TRANSF		92,00
(6)	TRANSF		145,00
(6)	TRANSF		750,00
(6)	TRANSF		351,00
(6)	TRANSF		1.574,80
(6)	DEPOSITO		600,00
(6)	DEPOSITO		1.400,00
(9)	Pagamento		558,35
(9)	Pagamento		2.046,36
(9)	TRANSF		5.750,00
(9)	TRANSF		2.800,00

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	SAQUE		1.500,00
(9)	Pagamento		13,12
(9)	DEPOSITO	83,62	
(9)	DEPOSITO	228,62	
(9)	DEPOSITO	648,97	
(9)	DEPOSITO	359,99	
(9)	DEPOSITO	17,84	
(9)	TRANSF	560,00	
(9)	TRANSF	119,90	
(9)	TRANSF	92,00	
(9)	TRANSF	145,00	
(9)	TRANSF	750,00	
(9)	TRANSF	351,00	
(9)	TRANSF	1.574,80	
(9)	DEPOSITO	600,00	
(9)	DEPOSITO	1.400,00	
	Total do Dia:	**19.499,57**	
			19.499,57

Folha 319
Processo 11 - 2022
Rubrica

05 de julho de 2021

(6)	SALARIO MENSAL 06-2021		2.704,00
(6)	Pagamento	1.437,43	
(6)	Pagamento	1.741,00	
(6)	Pagamento	1.072,50	
(6)	Pagamento	2.286,67	
(6)	Pagamento	1.257,40	
(6)	TRANSF	185,00	
(6)	Pagamento	45,90	
(6)	DEPOSITO		58,93
(6)	DEPOSITO		706,47
(6)	DEPOSITO		79,24
(6)	DEPOSITO		2.112,33
(6)	DEPOSITO		478,55
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		315,00
(6)	TRANSF		650,00
(6)	TRANSF		572,66
(6)	TRANSF		147,03
(6)	DEPOSITO		650,00
(6)	DEPOSITO		500,00
(9)	Pagamento		1.437,43
(9)	Pagamento		1.741,00
(9)	Pagamento		1.072,50
(9)	Pagamento		2.286,67
(9)	Pagamento		1.257,40
(9)	TRANSF		185,00
(9)	Pagamento		45,90
(9)	DEPOSITO	58,93	
(9)	DEPOSITO	706,47	
(9)	DEPOSITO	79,24	
(9)	DEPOSITO	2.112,33	
(9)	DEPOSITO	478,55	

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	315,00	
(9)	TRANSF	650,00	
(9)	TRANSF	572,66	
(9)	TRANSF	147,03	
(9)	DEPOSITO	650,00	
(9)	DEPOSITO	500,00	
(219)	SALARIO MENSAL 06-2021	2.704,00	
	Total do Dia:	**17.100,11**	
			17.100,11

Folha nº 320
Processo nº 111-2022
Rubrica

06 de julho de 2021

(6)	TRANSF	1.857,14	
(6)	Pagamento	65,93	
(6)	DEPOSITO		135,68
(6)	TRANSF		35,00
(6)	TRANSF		100,00
(6)	TRANSF		540,00
(6)	DEPOSITO		364,00
(6)	DEPOSITO		367,00
(6)	DEPOSITO		1.200,00
(6)	DEPOSITO		400,00
(9)	Energia Elétrica		381,65
(9)	TRANSF		1.857,14
(9)	Pagamento		65,93
(9)	DEPOSITO	135,68	
(9)	TRANSF	35,00	
(9)	TRANSF	100,00	
(9)	TRANSF	540,00	
(9)	DEPOSITO	364,00	
(9)	DEPOSITO	367,00	
(9)	DEPOSITO	1.200,00	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(333)	Energia Elétrica	381,65	
	Total do Dia:	**5.446,40**	
			5.446,40

07 de julho de 2021

(6)	FGTS 06/2021		216,32
(6)	CHEQ COMP	420,00	
(6)	Pagamento	656,99	
(6)	Pagamento	643,50	
(6)	Pagamento	216,32	
(6)	Pagamento	1.891,76	
(6)	Pagamento	482,01	
(6)	Pagamento	1.041,49	
(6)	TRANSF	425,00	
(6)	TRANSF	1.716,67	
(6)	DEPOSITO		108,12
(6)	DEPOSITO		168,39
(6)	DEPOSITO		639,94

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 — Folha: 96

Folha nº 324
Processo nº MM - 2022
Rubrica RJ

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		148,66
(6)	TRANSF		340,00
(6)	TRANSF		160,00
(6)	TRANSF		663,00
(6)	TRANSF		561,01
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	CHEQ COMP		420,00
(9)	Pagamento		656,99
(9)	Pagamento		643,50
(9)	Pagamento		216,32
(9)	Pagamento		1.891,76
(9)	Pagamento		482,01
(9)	Pagamento		1.041,49
(9)	TRANSF		425,00
(9)	TRANSF		1.716,67
(9)	DEPOSITO	108,12	
(9)	DEPOSITO	168,49	
(9)	DEPOSITO	639,94	
(9)	DEPOSITO	148,66	
(9)	TRANSF	340,00	
(9)	TRANSF	160,00	
(9)	TRANSF	663,00	
(9)	TRANSF	561,01	
(9)	DEPOSITO	600,00	
(205)	FGTS 06/2021	216,32	
	Total do Dia:	**11.099,28**	
			11.099,28

08 de julho de 2021

(6)	Pagamento	2.799,15	
(6)	Pagamento	63,00	
(6)	TRANSF	3.560,00	
(6)	TRANSF	1.450,00	
(6)	DEPOSITO		373,54
(6)	DEPOSITO		478,53
(6)	DEPOSITO		280,48
(6)	TRANSF		300,00
(6)	TRANSF		140,00
(6)	TRANSF		125,80
(6)	TRANSF		49,90
(6)	TRANSF		63,30
(6)	TRANSF		1.227,52
(9)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA		2,00
(9)	EMPRESTIMO BB GIRO PRONAMPE		1.465,11
(9)	Pagamento		2.799,15
(9)	Pagamento		63,00
(9)	TRANSF		3.560,00
(9)	TRANSF		1.450,00
(9)	DEPOSITO	373,54	
(9)	DEPOSITO	478,53	
(9)	DEPOSITO	280,48	
(9)	TRANSF	300,00	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 Folha: 97

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF	140,00	
(9)	TRANSF	125,80	
(9)	TRANSF	49,00	
(9)	TRANSF	63,30	
(9)	TRANSF	1.227,52	
(611)	EMPRESTIMO BB GIRO PRONAMPE	1.465,11	
(425)	DEBITO SERVIÇO COBRANÇA	2,00	
	Total do Dia:	**12.378,33**	
			12.378,33

Folha nº 322
Processo nº MM - 2022
Rubrica

09 de julho de 2021

(6)	Pagamento	4.039,73	
(6)	DEPOSITO		53,25
(6)	DEPOSITO		133,80
(6)	DEPOSITO		410,48
(6)	DEPOSITO		54,51
(6)	TRANSF		70,00
(6)	TRANSF		440,00
(6)	TRANSF		1.896,18
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	Pagamento		4.039,73
(9)	DEPOSITO	53,25	
(9)	DEPOSITO	133,80	
(9)	DEPOSITO	410,48	
(9)	DEPOSITO	54,51	
(9)	TRANSF	70,00	
(9)	TRANSF	440,00	
(9)	TRANSF	1.896,18	
(9)	DEPOSITO	600,00	
	Total do Dia:	**7.697,95**	
			7.697,95

10 de julho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 909918 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		1.060,56
(6)	HONORARIO 06-2021		260,00
(1160)	Pagamento Nr: 909918 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	1.060,56	
(1160)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 909918 Fornecedor: TESS		1.060,56
(239)	HONORARIO 06-2021	260,00	
(3471)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 909918 Fornecedor: TESS	1.060,56	
	Total do Dia:	**2.381,12**	
			2.381,12

12 de julho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 910086 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		2.476,08
(6)	Pagamento Nr: 3167144 Fornecedor: LUPO S/A		2.615,67
(6)	Pagamento	250,19	
(6)	Pagamento	310,14	
(6)	Pagamento	579,49	
(6)	Pagamento	179,16	
(6)	Pagamento	3.194,12	

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 — Folha: 98

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento	861,08	
(6)	Pagamento	2.290,78	
(6)	Pagamento	512,41	
(6)	Pagamento	512,32	
(6)	Pagamento	562,25	
(6)	Pagamento	325,54	
(6)	Pagamento	846,00	
(6)	Pagamento	344,13	
(6)	Pagamento	2.015,98	
(6)	TRANSF	1.490,00	
(6)	TRANSF	1.857,00	
(6)	TRANSF	3.000,00	
(6)	DEPOSITO		103,21
(6)	DEPOSITO		307,68
(6)	DEPOSITO		451,59
(6)	DEPOSITO		604,57
(6)	DEPOSITO		840,41
(6)	DEPOSITO		996,66
(6)	DEPOSITO		1.682,91
(6)	TRANSF		87,00
(6)	TRANSF		69,95
(6)	TRANSF		370,00
(6)	TRANSF		340,00
(6)	TRANSF		275,00
(6)	TRANSF		2.077,00
(6)	TRANSF		560,99
(6)	DEPOSITO		550,00
(6)	DEPOSITO		4.600,00
(6)	DEPOSITO		1.500,00
(6)	DEPOSITO		3.900,00
(9)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO		271,22
(9)	Pagamento		250,19
(9)	Pagamento		310,14
(9)	Pagamento		579,49
(9)	Pagamento		179,16
(9)	Pagamento		3.194,12
(9)	Pagamento		861,08
(9)	Pagamento		2.290,78
(9)	PGTO CONTA AGUA		69,91
(9)	Pagamento		512,41
(9)	Pagamento		512,32
(9)	Pagamento		562,25
(9)	Pagamento		325,54
(9)	Pagamento		846,00
(9)	Pagamento		344,13
(9)	Pagamento		2.015,98
(9)	TRANSF		1.490,00
(9)	TRANSF		1.857,00
(9)	TRANSF		3.000,00
(9)	DEPOSITO	103,21	
(9)	DEPOSITO	307,68	
(9)	DEPOSITO	451,59	
(9)	DEPOSITO	604,57	

Folha nº 323
Processo nº 111-2022
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) — SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 — Folha: 99

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	DEPOSITO	840,41	
(9)	DEPOSITO	996,66	
(9)	DEPOSITO	1.682,91	
(9)	TRANSF	87,00	
(9)	TRANSF	69,95	
(9)	TRANSF	370,00	
(9)	TRANSF	540,00	
(9)	TRANSF	275,00	
(9)	TRANSF	2.077,00	
(9)	TRANSF	560,99	
(9)	DEPOSITO	550,00	
(9)	DEPOSITO	4.600,00	
(9)	DEPOSITO	1.500,00	
(9)	DEPOSITO	3.900,00	
(1160)	Pagamento Nr: 910086 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E	2.476,08	
(1160)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 910086 Fornecedor: TESS		2.476,08
(1272)	Pagamento Nr: 3167144 Fornecedor: LUPO S/A	2.615,67	
(1272)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 3167144 Fornecedor: LUPO		2.615,67
(610)	BB CONSORCIO-PRESTAÇÃO	271,22	
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 910086 Fornecedor: TESS	2.476,08	
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 3167144 Fornecedor: LUPO	2.615,67	
(334)	PGTO CONTA AGUA	69,91	
	Total do Dia:	**48.972,19**	
			48.972,19

Folha nº 324
Processo nº 1M-2022
Rubrica

13 de julho de 2021

(9)	CHEQ COMP	957,00	
(6)	CHEQ COMP	90,90	
(6)	Pagamento	3.165,17	
(6)	Pagamento	2.568,08	
(6)	Pagamento	206,47	
(6)	Pagamento	451,27	
(6)	Pagamento	595,20	
(6)	TRANSF	50,00	
(6)	DEPOSITO		381,52
(6)	DEPOSITO		61,62
(6)	DEPOSITO		44,08
(6)	DEPOSITO		408,03
(6)	DEPOSITO		322,11
(6)	DEPOSITO		387,08
(6)	DEPOSITO		356,70
(6)	TRANSF		189,54
(6)	TRANSF		135,00
(6)	TRANSF		1.038,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(9)	CHEQ COMP		957,00
(9)	CHEQ COMP		90,90
(9)	Pagamento		3.165,17
(9)	Pagamento		2.568,08
(9)	Pagamento		206,47
(9)	Pagamento		451,27
(9)	Pagamento		595,20

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de julho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Folha: 100

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	TRANSF		50,00
(9)	DEPOSITO	381,52	
(9)	DEPOSITO	61,62	
(9)	DEPOSITO	44,08	
(9)	DEPOSITO	408,03	
(9)	DEPOSITO	322,11	
(9)	DEPOSITO	387,08	
(9)	DEPOSITO	356,70	
(9)	TRANSF	189,54	
(9)	TRANSF	135,00	
(9)	TRANSF	1.038,00	
(9)	DEPOSITO	450,00	
	Total do Dia:	**11.857,77**	
			11.857,77

Folha nº 325
Processo nº AM-2022
Rubrica

14 de julho de 2021

(6)	CHEQ COMP	919,80	
(6)	Pagamento	1.085,32	
(6)	TRANSF	189,20	
(6)	DEPOSITO		871,77
(6)	DEPOSITO		133,37
(6)	DEPOSITO		53,22
(6)	TRANSF		525,00
(6)	TRANSF		99,90
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		165,00
(6)	TRANSF		876,00
(6)	TRANSF		1.054,59
(9)	CHEQ COMP		919,80
(9)	Pagamento		1.085,32
(9)	TRANSF		189,20
(9)	DEPOSITO	871,77	
(9)	DEPOSITO	133,37	
(9)	DEPOSITO	53,22	
(9)	TRANSF	525,00	
(9)	TRANSF	99,90	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	165,00	
(9)	TRANSF	876,00	
(9)	TRANSF	1.054,59	
	Total do Dia:	**6.173,17**	
			6.173,17

15 de julho de 2021

(6)	MOVIMENTO DO DIA	0,03	
(6)	MOVIMENTO DO DIA	0,03	
(6)	Pagamento	2.233,56	
(6)	Pagamento	587,67	
(6)	DEPOSITO		328,98
(6)	DEPOSITO		70,44
(6)	DEPOSITO		963,67

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	DEPOSITO		17,80
(6)	DEPOSITO		142,72
(6)	TRANSF		12,90
(6)	TRANSF		200,00
(6)	TRANSF		662,67
(9)	MOVIMENTO DO DIA		0,03
(9)	MOVIMENTO DO DIA		0,03
(9)	PAGTO CONTA TELEFONE		706,25
(9)	Pagamento		2.233,56
(9)	Pagamento		587,67
(9)	DEPOSITO	328,98	
(9)	DEPOSITO	70,44	
(9)	DEPOSITO	963,67	
(9)	DEPOSITO	17,80	
(9)	DEPOSITO	142,72	
(9)	TRANSF	12,90	
(9)	TRANSF	200,00	
(9)	TRANSF	662,67	
(332)	PAGTO CONTA TELEFONE	706,25	
	Total do Dia	**5.926,72**	
			5.926,72

Folha nº 326
Processo nº 111-2022
Rubrica

16 de julho de 2021

(6)	CHEQ COMP	500,00	
(6)	Pagamento	1.094,08	
(6)	Pagamento	555,89	
(6)	TRANSF	495,68	
(6)	TRANSF	200,00	
(6)	DEPOSITO		26,66
(6)	DEPOSITO		174,66
(6)	DEPOSITO		292,37
(6)	TRANSF		800,00
(6)	TRANSF		998,26
(6)	DEPOSITO		1.400,00
(9)	CHEQ COMP		500,00
(9)	Pagamento		1.094,08
(9)	Pagamento		555,89
(9)	TRANSF		495,68
(9)	TRANSF		200,00
(9)	DEPOSITO	26,66	
(9)	DEPOSITO	174,66	
(9)	DEPOSITO	292,37	
(9)	TRANSF	800,00	
(9)	TRANSF	998,26	
(9)	DEPOSITO	1.400,00	
	Total do Dia	**6.537,60**	
			6.537,60

19 de julho de 2021

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 Folha: 102

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	Pagamento Nr: 5001643 Fornecedor: GRENDENE S/A -		2.040,48
(6)	CHEQ COMP	301,29	
(6)	Pagamento	532,78	
(6)	Pagamento	100,00	
(6)	Pagamento	1.269,08	
(6)	Pagamento	593,39	
(6)	Pagamento	1.741,00	
(6)	Pagamento	1.437,43	
(6)	Pagamento	676,83	
(6)	Pagamento	1.072,50	
(6)	TRANSF	3.650,00	
(6)	TRANSF	5.000,00	
(6)	DEPOSITO		299,96
(6)	DEPOSITO		871,56
(6)	DEPOSITO		956,41
(6)	DEPOSITO		1.332,90
(6)	DEPOSITO		182,66
(6)	TRANSF		340,00
(6)	TRANSF		400,00
(6)	TRANSF		90,00
(6)	TRANSF		16,11
(6)	TRANSF		49,90
(6)	TRANSF		69,90
(6)	TRANSF		170,00
(6)	TRANSF		607,00
(6)	TRANSF		2.093,25
(6)	DEPOSITO		850,00
(9)	CHEQ COMP		301,29
(9)	Pagamento		532,78
(9)	Pagamento		100,00
(9)	Pagamento		1.269,08
(9)	Pagamento		593,39
(9)	Pagamento		1.741,00
(9)	Pagamento		1.437,43
(9)	Pagamento		676,83
(9)	Pagamento		1.072,50
(9)	TRANSF		3.650,00
(9)	TRANSF		5.000,00
(9)	DEPOSITO	299,96	
(9)	DEPOSITO	871,56	
(9)	DEPOSITO	956,41	
(9)	DEPOSITO	1.332,90	
(9)	DEPOSITO	182,66	
(9)	TRANSF	340,00	
(9)	TRANSF	400,00	
(9)	TRANSF	90,00	
(9)	TRANSF	16,11	
(9)	TRANSF	49,90	
(9)	TRANSF	69,90	
(9)	TRANSF	170,00	
(9)	TRANSF	607,00	
(9)	TRANSF	2.093,25	
(9)	DEPOSITO	850,00	

Folha nº 327
Processo nº 11 - 2021
Rubrica

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145) SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Diário de julho de 2021 Folha: 103

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(1244)	Pagamento Nr: 5001643 Fornecedor: GRENDENE S/A -	2.040,48	
(1244)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 5001643 Fornecedor:		2.040,48
(3471)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 5001643 Fornecedor:	2.040,48	
	Total do Dia:	**28.784,91**	
			28.784,91

Folha nº 328
Processo nº 111-2022
Rubrica

20 de julho de 2021

(6)	SIMPLES NACIONAL 06-2021		76,43
(6)	INSS 06/2021		210,36
(6)	CHEQ COMP	518,76	
(6)	Pagamento	1.313,92	
(6)	Pagamento	845,00	
(6)	Pagamento	2.286,66	
(6)	Pagamento	1.312,08	
(6)	DEPOSITO		2.501,91
(6)	DEPOSITO		142,54
(6)	DEPOSITO		102,32
(6)	TRANSF		395,00
(6)	TRANSF		180,00
(6)	TRANSF		446,25
(6)	DEPOSITO		50,00
(6)	DEPOSITO		450,00
(6)	DEPOSITO		400,00
(9)	CHEQ COMP		518,76
(9)	Pagamento		1.313,92
(9)	Pagamento		845,00
(9)	Pagamento		2.286,66
(9)	Pagamento		1.312,08
(9)	DEPOSITO	2.501,91	
(9)	DEPOSITO	142,54	
(9)	DEPOSITO	102,32	
(9)	TRANSF	395,00	
(9)	TRANSF	180,00	
(9)	TRANSF	446,25	
(9)	DEPOSITO	50,00	
(9)	DEPOSITO	450,00	
(9)	DEPOSITO	400,00	
(204)	SIMPLES NACIONAL 06-2021	76,43	
(204)	INSS 06/2021	210,36	
	Total do Dia:	**11.231,23**	
			11.231,23

21 de julho de 2021

(6)	Pagamento	823,50	
(6)	Pagamento	1.442,65	
(6)	TRANSF	2.720,34	
(6)	DEPOSITO		306,78
(6)	DEPOSITO		87,95
(6)	DEPOSITO		99,11
(6)	DEPOSITO		396,06
(6)	DEPOSITO		115,78

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de julho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Folha: 104

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(6)	TRANSF		500,00
(6)	TRANSF		68,00
(6)	TRANSF		1.189,14
(6)	DEPOSITO		3.000,00
(6)	DEPOSITO		3.400,00
(6)	DEPOSITO		2.850,00
(6)	DEPOSITO		600,00
(9)	Pagamento		823,50
(9)	Pagamento		1.442,65
(9)	TRANSF		2.720,34
(9)	DEPOSITO	306,78	
(9)	DEPOSITO	87,95	
(9)	DEPOSITO	99,11	
(9)	DEPOSITO	396,06	
(9)	DEPOSITO	115,78	
(9)	TRANSF	500,00	
(9)	TRANSF	68,00	
(9)	TRANSF	1.189,14	
(9)	DEPOSITO	3.000,00	
(9)	DEPOSITO	3.400,00	
(9)	DEPOSITO	2.850,00	
(9)	DEPOSITO	600,00	
	Total do Dia:	**17.599,31**	
			17.599,31

Folha nº 399
Processo nº 11-2022
Rubrica

22 de julho de 2021

(6)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO		7.000,00
(6)	MOVIMENTO DO DIA	384,89	
(6)	Pagamento	1.400,00	
(6)	Pagamento	660,89	
(6)	Pagamento	1.191,58	
(6)	Pagamento	2.643,09	
(6)	Pagamento	2.046,36	
(6)	TRANSF	160,00	
(6)	DEPOSITO		14,76
(6)	DEPOSITO		182,36
(6)	DEPOSITO		421,36
(6)	DEPOSITO		79,19
(6)	DEPOSITO		908,86
(6)	DEPOSITO		63,23
(6)	TRANSF		155,00
(6)	TRANSF		585,00
(6)	TRANSF		25,00
(6)	TRANSF		271,87
(6)	TRANSF		493,83
(6)	DEPOSITO		1.500,00
(9)	DESBLOQUEIO DE DEPOSITO	7.000,00	
(9)	MOVIMENTO DO DIA		384,89
(9)	Pagamento		1.400,00
(9)	Pagamento		660,89
(9)	Pagamento		1.191,58
(9)	Pagamento		2.643,09

BRUNA ALVES DE SOUZA (00145)
Diário de julho de 2021

SERTCON SERVIÇOS CONTABEIS LTDA ME
Folha: 105

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(9)	Pagamento		2.046,36
(9)	TRANSF		160,00
(9)	DEPOSITO	14,76	
(9)	DEPOSITO	182,36	
(9)	DEPOSITO	421,36	
(9)	DEPOSITO	79,19	
(9)	DEPOSITO	908,86	
(9)	DEPOSITO	63,23	
(9)	TRANSF	155,00	
(9)	TRANSF	585,00	
(9)	TRANSF	25,00	
(9)	TRANSF	271,87	
(9)	TRANSF	493,83	
(9)	DEPOSITO	1.500,00	
	Total do Dia:	**20.187,27**	
			20.187,27

Folha nº 330
Processo nº 111-2022
Rubrica

23 de julho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 1391964 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A		552,78
(6)	MOVIMENTO DO DIA	383,75	
(6)	DEPOSITO		310,28
(6)	DEPOSITO		34,59
(6)	TRANSF		330,00
(6)	TRANSF		30,00
(6)	TRANSF		1.097,00
(9)	MOVIMENTO DO DIA		383,75
(9)	DEPOSITO	310,28	
(9)	DEPOSITO	34,59	
(9)	TRANSF	330,00	
(9)	TRANSF	30,00	
(9)	TRANSF	1.097,00	
(1238)	Pagamento Nr: 1391964 Fornecedor: METALURGICA MOR S.A	552,78	
(1238)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1391964 Fornecedor:		552,78
(347)	COMPRA DE MERC. CF. NF Nr: 1391964 Fornecedor:	552,78	
	Total do Dia:	**3.291,18**	
			3.291,18

26 de julho de 2021

(6)	Pagamento Nr: 913728 Fornecedor: TESS INDUSTRIA E		1.573,92
(6)	OUROCAP	129,16	
(6)	Pagamento	2.290,78	
(6)	Pagamento	2.077,00	
(6)	Pagamento	338,91	
(6)	Pagamento	420,00	
(6)	Pagamento	1.212,71	
(6)	Pagamento	2.015,98	
(6)	TRANSF	296,23	
(6)	TRANSF	5.000,00	
(6)	TRANSF	2.626,00	
(6)	DEPOSITO		339,41
(6)	DEPOSITO		290,62

RBM ESPORTES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo qualificada:

Folha nº 33
Processo nº 111-202
2

RICARDO BIANCO MACHADO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Curitiba/PR, nascido em 25/01/1987, maior, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 053.005.969-06, Carteira de Nacional de Habilitação nº 03610763585 emitida pelo Detran/PR, residente e domiciliado em Curitiba/PR, à Rua Do Herval, nº 300, Apto 54, Alto Da Rua XV, CEP 80045-010.

Resolve constituir uma Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, sob as seguintes cláusulas:

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade tem duração por prazo indeterminado, gira sob denominação empresarial de **RBM ESPORTES LTDA**, tendo sua sede e foro em Colombo/PR, à Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, CEP 83412-585, podendo abrir filiais, sucursais, agencias, franquias ou escritórios em qualquer localidade do país ou exterior, onde de seu interesse for.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade terá por objeto social a exploração das seguintes atividades:

- Comércio varejista de artigos esportivos (CNAE 4763-6/02);
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas (CNAE 4744-0/01);
- Comércio varejista de matérias de construção (CNAE 4744-0/05);
- Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2/01);
- Comércio varejista especializado de eletrodomésticos equipamentos de áudio e vídeo (CNAE 4753-9/00);
- Comércio varejista de móveis (CNAE 4754-7/01);
- Comércio varejista de artigos de armarinho (CNAE 4755-5/02);
- Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho (CNAE 4755-5/03);
- Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios (CNAE 4756-3/00);
- Comércio varejista de artigos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4759-8/99);

Folha nº 339
Processo nº 111-2022
Rubrica

- Comércio varejista de artigos de papelaria (CNAE 4761-0/03);
- Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 4763-6/01);
- Comércio varejista de embarcações e veículos recreativos, peças e acessórios (CNAE 4763-6/05);
- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 4781-4/00);
- Comércio varejista de calçados (CNAE 4782-2/01);
- Comércio varejista de artigos de viagem (CNAE 4782-2/02);
- Comércio varejista de artigos de relojoaria (CNAE 4783-1/02).

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 18/03/2022.

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social é no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país, dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor unitário e nominal de R$ 1,00 (um) real cada, é assim distribuído:

Sócio	Quotas	Capital (R$)	Participação (%)
Ricardo Bianco Machado	5.000	5.000,00	100,00%
Total	**5.000**	**5.000,00**	**100,00%**

Parágrafo Único – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.

CLÁUSULA QUINTA – O sócio da sociedade poderá ceder total ou parcialmente as quotas de sua titularidade.

Parágrafo Único – Em caso de cessão parcial de quotas operar-se-á a transformação da Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade Limitada.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA SEXTA – A administração da sociedade fica a cargo do sócio quotista **RICARDO BIANCO MACHADO** competindo-lhe **individualmente**, o

uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos aos objetivos sociais.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá ainda, ser representada por um ou mais procuradores, nomeados por seu sócio, devendo a respectiva procuração especificar os poderes concedidos e o prazo de validade, que não poderá ultrapassar 2 (dois) anos, com exceção das procurações "ad judicia" as quais poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado.

Parágrafo Segundo – O administrador, facultativamente, terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, devendo essa verba ser fixada anualmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DEMAIS FORMALIDADES

CLÁUSULA OITAVA – Falecendo ou interditado o sócio da Sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação ao sócio.

CLÁUSULA NONA – O exercício social compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

RBM ESPORTES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Folha nº 334
Processo nº 111.2022
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas (art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Primeiro – O sócio desde já autoriza a distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de sua participação, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o Capital da Sociedade, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as normas da Sociedade Simples e, facultativamente as disposições contidas na Lei da Sociedade Anônima, aplicável supletivamente à Sociedade Limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O sócio declara sob as penas da lei que a sociedade se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica eleito o foro da cidade de Colombo, estado do Paraná, como o único competente para dirimir eventuais questões oriundas do presente instrumento.

E por estar assim justa e contratada, a parte lavra, data e assina o presente instrumento, em via única, obrigando-se entre si e seus herdeiros ou sucessores a qualquer título ao integral e fiel cumprimento das condições aqui estabelecidas.

Colombo, 18 de março de 2022.

RICARDO BIANCO MACHADO
Assinado via certificado digital

Espaço exclusivo (frente e verso) para uso da Junta Comercial

Folha nº 335
Processo nº 111-2022
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RBM ESPORTES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05300596906	

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

Folha nº 336
Processo nº 11-2022
Rubrica

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta

Data/Hora Host CELEPAR 13/10/2022 11:54:45

CNPJ:	45.819.743/0001-26	**Inscrição Estadual:**	90939876-21
Nome Empresarial:	RBM ESPORTES LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA PEDRO ZANETTI		
Número:	142	**Complemento:**	
Bairro:	CANGUIRI		
Município:	COLOMBO	**UF:**	PR
CEP:	83.412-585	**Telefone:**	(41)9976-3669
E-mail:	ESPORTES.RBM@GMAIL.COM		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4763602 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4744001 - COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS 4744005 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA 4753900 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO 4754701 - COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS 4755502 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO 4755503 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO 4756300 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS 4759899 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 4761003 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
Início das Atividades:	03/2022
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 03/2022
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 03/2022
Regime Tributário:	SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná
Acessar cadastro de outros Estados

Folha nº 337
Processo nº 111-2022
Rubrica

Comprovante de Inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes

Folha nº 338

Processo nº 111-2022

Rubrica

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação do cadastro municipal de contribuintes e, se houver qualquer divergência, providencie junto ao MUNICÍPIO DE COLOMBO a sua atualização cadastral.

MUNICÍPIO DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

COORDENAÇÃO DE CADASTRO ECONÔMICO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INÍCIO DAS ATIVIDADES
49222		03/06/2022

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ
RBM ESPORTES LTDA	45.819.743/0001-26

NOME FANTASIA / SOBRENOME
****

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA PEDRO ZANETTI	142	

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	ESTADO
83.412-585	CANGUIRI	COLOMBO	PR

ATIVIDADE PRINCIPAL
COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

Emitido em: 13 de outubro de 2022 13:44:44

Folha nº 339
Processo nº 111-2022
Rubrica
Empresa Fácil

Colombo
Prefeitura Municipal

ESTADO DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE CADASTRO
ECONOMICO

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

Número: 34049222

Nome Fantasia:

Razão Social: RBM ESPORTES LTDA

CNPJ: 45.819.743/0001-26

Inscrição Municipal: 34049222

Atividade CNAE: 4763-6/02Comércio varejista de artigos esportivos4781-4/00Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios4756-3/00Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios4755-5/03Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho4782-2/01Comércio varejista de calçados4759-8/99Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente4755-5/02Comercio varejista de artigos de armarinho4744-0/01Comércio varejista de ferragens e ferramentas4783-1/02Comércio varejista de artigos de relojoaria4753-9/00Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo4751-2/01Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática4744-0/05Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente4782-2/02Comércio varejista de artigos de viagem4761-0/03Comércio varejista de artigos de papelaria4754-7/01Comércio varejista de móveis4763-6/01Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos4763-6/05Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios

Município: Colombo **Endereço:** RUA Pedro Zanetti, 142, , Canguiri

CEP: 83412585

Local e data: Colombo, sexta, 03 de junho de 2022

Vencimento:

SANDRA MARIA COSTA HOHMANN
COORDENAÇÃO DE CADASTRO ECONOMICO

Observação

- FICAM PROIBIDAS ATIVIDADES GERADORAS DE EFLUENTE.

- FICA PROIBIDA ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS.

- O EMPREENDIMENTO DEVERÁ ESTAR INTERLIGADO A REDE COLETORA DA SANEPAR.

- OS NÍVEIS DE RUÍDOS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AQUELES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/90 E NORMA ABNT - NBR 10151, DE MANEIRA A NÃO PROVOCAR TRANSTORNOS A CIRCUNVIZINHANÇA.

Folha nº 340
Processo nº 11-2022
Rubrica

O presente Alvará de Licença só é valido com a apresentação do comprovante de pagamento da taxa anual devida, a qual deverá ser paga até 31de janeiro de cada exercício, conforme legislação em vigor. Qualquer alteração deverá ser comunicada no prazo máximo de 20 dias (vinte) dias. No caso de encerramento de atividade, deverá ser efetuada a baixa do presente Alvará.

Código de Autenticidade: **22OHV8O9R1**

"EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO MARCO ANTONIO GONÇALVES GARCIA"

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 341
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
46.819.743/0001-26 MATRIZ		29/03/2022

NOME EMPRESARIAL
RBM ESPORTES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
47.83-1-02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PEDRO ZANETTI	142	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.412-585	CANGUIRI	COLOMBO	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESPORTES.RBM@GMAIL.COM	(41) 9976-3669

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	29/03/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

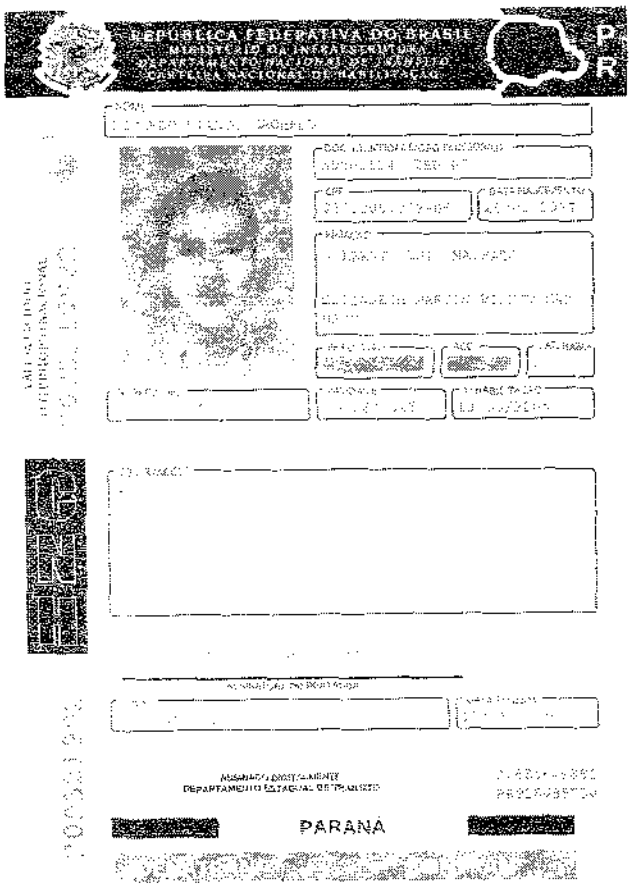
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **23/11/2022** às **14:11:17** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Folha nº 342
Processo nº 11-2022
Rubrica

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >.

SERPRO / DENATRAN

Data da consulta: 31/08/2022 11:24:37

Emitente: Estabelecimento Contribuinte - CNPJ Matriz

Folha nº 343
Processo nº 111-2022
Rubrica

CNPJ: **45.819.743/0001-26**

Opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI: abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **RBM ESPORTES LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 28/03/2022**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Assinatura Digital

RECEBEMOS DE RBM ESPORTES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000205 Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

RBM ESPORTES LTDA
Rua Pedro Zanetti, 142, Canguiri
83.412-585 - Colombo - PR
Fone - esportes.rbm@gmail.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saída **1**
Nº 000205
SERIE: 1
Página. 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 1145 8197 4300 0126 5500 1000 0002 0512 6858 3543

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação		Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadoria a não contribuinte		141220268468284 09/11/2022 10:05:57
Inscrição Estadual	Inscr.est. do subst.trib.	CNPJ
9093987621		45.819.743/0001-26

Folha nº 344
Processo nº 111-2022
Rubrica

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
CIRCULO MILITAR DO PARANA	76.708.858/0001-77		09/11/2022
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
LGO BITTENCOURT, 187 - Procurar por Tiago ou Keitlym (Departamento de Esportes)	CENTRO	80.060-000	09/11/2022
Município	**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Curitiba	(41) 3264-5022	PR	10:05:53

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	09/12/2022	6.672,00						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.672,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.672,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	3 - Transporte Próprio por conta do Remetente				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
4	Volumes			0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
16	Bolas de Tenis Wilson [illegible] 3 ou 4 bolas para tênis de alta qualidade: All [illegible] Roland Garros All Court. [illegible] Wilson é a marca oficial da Confederação Brasileira de Tenis, sendo estas as [illegible] utilizadas nos torneios oficiais da CBT, em qualquer piso. - Roland Garros All Court	95066100	2102	5.102	tb	96,00	69,5000000000	6.672,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das ME/EPP, optante pelo Simples Nacional. Total aproximado de tributos: R$ 2.790,90 (41,83%) Federais R$ 1.589,94 (23,83%) Estaduais R$ 1.200,96 (18,00%) . Fonte IBPT. Horário de entrega: 08:30h às 17:00h – Segunda à Sexta PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 01/2022 - LOTE 05 (parcial). VENCIMENTO: CONFORME EDITAL. DADOS BANCÁRIOS: SICREDI (748) - AG 0730 - C/C 96066-6 - PIX CNPJ 45.819.743/0001-26. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS - TERMO DE EXECUÇÃO Nº 41/2021 - EDITAL 09/2021 - PARCERIA ENTRE O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC) E CLUBE CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ. Venda 43595	

17/01/2023 11:23:21

RECEBEMOS DE RBM ESPORTES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000129 Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

RBM ESPORTES LTDA
Rua Pedro Zanetti, 142, Canguiri
83.412-585 - Colombo - PR
Fone - esportes.rbm@gmail.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0-Entrada
1-Saída [1]

Nº 000129
SÉRIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 0845 8197 4300 0126 5500 1000 0001 2917 5862 0967

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Folha nº 345
Processo nº 111-2022
Rubrica

Natureza da operação		Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadoria a não contribuinte		141220205082473 30/08/2022 15:25:34
Inscrição Estadual	**Inscr.est. do subst.trib.**	**CNPJ**
9093987621		45.819.743/0001-26

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
CIRCULO MILITAR DO PARANA	76.708.858/0001-77		30/08/2022
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
LGO BITTENCOURT, 187 - Procurar por Tiago ou Keitlym (Departamento de Esportes)	CENTRO	80.060-000	30/08/2022
Município	**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Curitiba	(41) 3264-5022	PR	15:25:34

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	29/09/2022	26.379,50						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.379,50

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.379,50

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	3 - Transporte Próprio por conta do Remetente				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
21	Volumes			0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
50	Placas de publicidade estática Marca Própria	95069900	0102	5.102	un	30,00	879.3167000000	26.379,50	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das ME/EPP, optante pelo Simples Nacional. Total aproximado de tributos: R$ 9.301,41 (35,26%) Federais R$ 4.553,10 (17,26%) Estaduais R$ 4.748,31 (18,00%) . Fonte IBPT. Horário de entrega: 08:30h às 17:00h – Segunda à Sexta PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 01/2022 - LOTE 13. VENCIMENTO: CONFORME EDITAL. DADOS BANCÁRIOS: SICREDI (748) - AG 0730 - C/C 96066-6 - PIX CNPJ 45.819.743/0001-26. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS - TERMO DE EXECUÇÃO Nº 41/2021 - EDITAL 09/2021 - PARCERIA ENTRE O COMITÉ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC) E CLUBE CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ	

17/01/2023 11:23:21

RECEBEMOS DE RBM ESPORTES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e **Nº 000117** Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

RBM ESPORTES LTDA
Rua Pedro Zanetti, 142. Canguiri
83.412-585 - Colombo - PR
Fone - esportes.rbm@gmail.com

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saida [1]
Nº 000117
SERIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 0745 8197 4300 0126 5500 1000 0001 1718 6918 3170

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Folha nº 346

Natureza da operação	Protocolo de autorização de uso	Processo nº 111-2022
Venda de mercadoria a não contribuinte	141220171997883 22/07/2022 15:51:37	
Inscrição Estadual	**Inscr.est. do subst.trib.**	**CNPJ**
9093987621		45.819.743/0001-26

Rubrica

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
CIRCULO MILITAR DO PARANA	76.708.858/0001-77		22/07/2022
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
LGO BITTENCOURT, 187 - Procurar por Tiago ou Keitlym (Departamento de Esportes)	CENTRO	80.060-000	22/07/2022
Município	**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Curitiba	(41) 3264-5022	PR	15:51:37

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	21/08/2022	24.327,00						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.327,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.327,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	3 - Transporte Próprio por conta do Remetente				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
21	Volumes			0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
13	Faixa central de rede Pista e Campo Faixa central confeccionada em [illegible] conforme a [illegible]	95069900	0102	5.102	un	10,00	78,0000000000	780,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
14	Rede Master Few Rede de fibra [illegible]	56081900	0102	5.102	un	10,00	987,0000000000	9.870,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
15	Linha de Marcacao Pista e Campo Kit [illegible]	39162000	0102	5.102	kit	6,00	2.279,5000000000	13.677,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das ME/EPP, optante pelo Simples Nacional. Total aproximado de tributos: R$ 7.010,39 (28,82%) Federais R$ 4.136,00 (17,00%) Estaduais R$ 2.874,39 (11.82%) . Fonte IBPT. Horário de entrega: 08:30h às 17:00h – Segunda à Sexta PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 01/2023 - LOTE 05 (parcial). VENCIMENTO: CONFORME EDITAL. DADOS BANCÁRIOS: SICREDI (748) - AG 0730 - C/C 96066-6 - PIX CNPJ 45.819.743/0001-26. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS - TERMO DE EXECUÇÃO Nº 41/2021 - EDITAL 09/2021 - PARCERIA ENTRE O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC) E CLUBE CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ. Venda 41657	

17/01/2023 11:23:21

RECEBEMOS DE RBM ESPORTES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000116 Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

RBM ESPORTES LTDA
Rua Pedro Zanetti, 142, Canguiri
83.412-585 - Colombo - PR
Fone - esportes.rbm@gmail.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0-Entrada
1-Saída [1]

Nº 000116
SERIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 0745 8197 4300 0126 5500 1000 0001 1618 6774 0600

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Folha nº 347
Processo nº 111-2022
Rubrica

Natureza da operação		Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadoria a não contribuinte		141220171997752 22/07/2022 15:51:33
Inscrição Estadual	**Inscr. est. do subst.trib.**	**CNPJ**
9093987621		45.819.743/0001-26

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social		CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
CIRCULO MILITAR DO PARANA		76.708.858/0001-77		22/07/2022
Endereço		**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
LGO BITTENCOURT, 187 - Procurar por Tiago ou Keitlym (Departamento de Esportes)		CENTRO	80.060-000	22/07/2022
Município		**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Curitiba		(41) 3264-5022	PR	15:51:30

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	21/08/2022	2.064,00						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.064,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.064,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	9 - Transporte Próprio por conta do Remetente				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
21	Volumes			0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
Item 25	Colchonete - vip. Colchonete de borracha siliconizada com espuma e o modelo top de linha Pista e Campo [illegible]	95069100	0102	5.102	un	30,00	68.8000000000	2.064,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das ME/EPP optante pelo Simples Nacional. Total aproximado de tributos: R$ 727,77 (35,26%) Federais R$ 356,25 (17,26%) Estaduais R$ 371,52 (18,00%) . Fonte IBPT. Horário de entrega: 08:30h às 17:00h – Segunda à Sexta PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 01/2022 - LOTE 10. VENCIMENTO: CONFORME EDITAL. DADOS BANCÁRIOS: SICREDI (748) - AG 0730 - C/C 96066-6 - PIX CNPJ 45.819.743/0001-26. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS - TERMO DE EXECUÇÃO Nº 41/2021 - EDITAL 09/2021 - PARCERIA ENTRE O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC) E CLUBE CÍRCULO MILITAR DO PARANÁ. Venda 41657	

17/01/2023 11:23:22

Círculo
Militar do Paraná

Folha nº 348
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **CIRCULO MILITAR DO PARANA**, localizado no endereço LARGO BITTENCOURT, 187, Centro, Curitiba /PR, inscrito no CNPJ 76.708.858/0001-77 atesta para os devidos fins que a empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, forneceu satisfatoriamente em todos os aspectos, os materiais descritos abaixo, constante nas Notas Fiscais 205, 129, 117 e 116.

Descrição	Und. F.	Qtd
Bolas de Tênis Wilson Tubo com 3 ou 4 bolas para tênis de alta qualidade. Wil son Roland Garros All Court. OBS: Wilson é a marca ofic ial da Confederação Brasileira de Tênis, sendo estas bo las utilizadas nos torneios oficiais da CBT, em qualque r piso. - Roland Garros All Court	Tubo	96
Placas de publicidade estatica Marca Propria Produzido em espuma com densidade 20, possui placa fr ontal em pp, envolvida com carpete para uma sustentaç ão perfeita das placas de publicidade. Formato triangu lar. Medidas: 1,5m de largura x 1,00m de altura.	Und	30
Faixa central de rede Pista e Campo Faixa central reguladora do meio da rede, confeccio nada em nylon com espessura de 1.34m com ganchos fi xador na ponta em aço galvanizado	Und	10
Rede Master Few Rede de Tênis Competição, malha emborrachada, medid a oficial com 40 cm de reforço na parte superior, f aixas em couro sintético, com cabo de aço. Medidas: 12,80 x 1,07 m	Und	10
Linha de Marcacao Pista e Campo Kit Linha demarcatória ou faixa para demarcação de quadra de Tênis em PVC, fita emborrachada. Medida: 150m + 20KG de pregos Galvanizados	Kit	6
Colchonete - vip. Colchonete de borracha siliconizada com espuma e o modelo top de linha Pista e Campo Capa feita em Curvin Kelsons de alta qualidade. Antimof o e Antialérgico Enchimento interno com uma camada de B orracha Siliconizada 2 cm mais uma de Espuma de 2 cm. M edida: 0,90 cm de comprimento x 0,45cm de largura e 3cm de altura. Densidade D 120 Alta Densidade Enchimento in terno com Espuma em Flocos Prensados com Densidade 80. Medida: 0,90cm de comprimento x 0,45cm de largura e 2cm de altura.	Und	30

Declaramos que a empresa RBM ESPORTES LTDA cumpriu com todas as exigências de prazo, quantidade e qualidade previstas em nosso pedido, não havendo, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

76.708.858/0001-77

Curitiba, 17 de Janeiro de 2023

Círculo Militar do Paraná
Largo Bittencourt, 187
Centro - Cep: 80060-210
CURITIBA - PR

Kellym Wosch
Coordenadora de Esportes

RECEBEMOS DE RBM ESPORTES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000101 Série 1
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

RBM ESPORTES

RBM ESPORTES LTDA
Rua Pedro Zanetti, 142, Canguiri
83.412-585 - Colombo - PR
Fone - espones.rbm@gmail.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saída [1]

Nº 000101
SÉRIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 0445 8197 4300 0126 5500 1000 0001 0117 0223 2680

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Folha nº 349
Processo nº 111-2022
Rubrica

Natureza da operação	Protocolo de autorização de uso	
Venda de mercadoria	141220097051977 27/04/2022 15:19:32	
Inscrição Estadual	**Inscr.est. do subst.trib.**	**CNPJ**
9093987621		45.819.743/0001-26

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
MAGAZINE TUFICK LTDA	31.461.288/0001-25	80567317	27/04/2022
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
Rua Doutor Luiz Barreto, 73	Centro	27.511-240	27/04/2022
Município	**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Resende	(24) 3355-2160	RJ	15:19:32

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	27/04/2022	6.368,00						

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.368,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.368,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	9 - Transporte Próprio por conta do Remetente				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
0				0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
gymball	Bola pilates gym ball	95066200	0101	5.102	un	12,00	20,0000	240,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
apito	Apito esportivo	95069100	0101	5.102	un	40,00	2,7000	108,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
bomba	Bomba dupla acao	95069100	0101	5.102	un	50,00	7,0000	350,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
colchonete	Colchonete de Ginastica	95069100	0101	5.102	un	300,00	12,9000	3.870,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
cone	Cone 23 cm	95069100	0101	5.102	un	300,00	1,2000	360,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
bolamic	Bola de iniciacao n10	95066200	0101	5.102	un	150,00	7,9000	1.185,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
conechin	Cone Chapeu Chines 5 cm	95069100	0101	5.102	un	300,00	0,8500	255,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Total aproximado de tributos: R$ 2.240,49 (35,18%) Federais R$ 1.094,25 (17,18%) Estaduais R$ 1.146,24 (18,00%) . Fonte IBPT.	

13/09/2022 10:22:13

Folha nº 350
Processo nº 111-2022
Rubrica

MAGAZINE TUFICK LTDA.
RUA: DR. LUIZ BARRETO, Nº 73, CENTRO, RESENDE/RJ
CEP 27511-240 TEL 24 3355-2160
CNPJ: 31.461.288/0001-25 I.E.: 80.587.317

DE: MAGAZINE TUFICK LTDA.
RUA: DR. LUIZ BARRETO, Nº 73, CENTRO, RESENDE/RJ CEP 27511-240 TEL 24 3355-2160
CNPJ: 31.461.288/0001-25 I.E.: 80.587.317

Folha nº 351
Processo nº 111-2022
Rubrica RJ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Magazine Tufick Ltda, CNPJ 31.461.288/0001-25, sediada a Rua Luiz Barreto nº 73, Centro, Resende, CEP 27511-240, através de seu representante legal Ivone Arbex Simão, CPF 810115207-53, RG 0532888, atesta para os devidos fins que a empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, forneceu satisfatoriamente em todos os aspectos, os materiais descritos abaixo, constante na Nota Fiscal 101.

Descrição	Und. F.	Qtd
Bola pilates gym ball	Unidade	12
Apito esportivo	Unidade	40
Bomba dupla ação	Unidade	50
Colchonete de Ginastica	Unidade	300
Cone 23 em	Unidade	300
Bola de iniciação n10	Unidade	150
Cone Chapéu Chinês 5 Cm	Unidade	300

Declaramos que a empresa RBM ESPORTES LTDA cumpriu com todas as exigências de prazo, quantidade e qualidade previstas em nosso pedido, não havendo, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Resende, 27/04/22

MAGAZINE TUFICK LTDA.
CNPJ: 31.461.288/0001-25
I.E.: 80.587.317
Ivone Arbex Simão
CPF 810115207-53 RG 0532888 IPF
Sócia

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ

Folha nº 352
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RBM ESPORTES LTDA | Protocolo: PRC8314378114

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
41210645834	45.819.743/0001-26	29/03/2022	18/03/2022

Endereço Completo
Rua Pedro Zanetti, Nº 142, Canguiri - Colombo/PR - CEP 83412-585

Objeto Social
Comercio varejista de artigos esportivos (CNAE 4763-6/02); Comércio varejista de ferragens e ferramentas (CNAE 4744-0/01); Comércio varejista de materiais de construção (CNAE 4744-0/05); Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2/01); Comércio varejista especializado de eletrodomésticos equipamentos de áudio e vídeo (CNAE 4753-9/00); Comércio varejista de móveis (CNAE 4754-7/01); Comércio varejista de artigos de armarinho (CNAE 4755-5/02); Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho (CNAE 4755-5/03); Comercio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios (CNAE 4756-3/00); Comércio varejista de artigos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4759-8/99); Comércio varejista de artigos de papelaria (CNAE 4761-0/03); Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 4763-6/01); Comércio varejista de embarcações e veículos recreativos; peças e acessórios (CNAE 4763-6/05); Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 4781-4/00); Comércio varejista de calçados (CNAE 4782-2/01); Comércio varejista de artigos de viagem (CNAE 4782-2/02); Comércio varejista de artigos de relojoaria (CNAE 4783-1/02).

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado
Capital Integralizado		
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)		

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
RICARDO BIANCO MACHADO	053.005.969-06	R$ 5.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
RICARDO BIANCO MACHADO	053.005.969-06	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	Número	Ato/eventos	Situação
29/03/2022	20221798315	090 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/01/2023, às 10:08:08 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **XPGFG51Q.**

PRC2314378114

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

Folha nº 353
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PR** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE PR

Certidão n.º: PR/2022/00003402
Nome: EMERSON PAES DE CAMARGO CPF: 035.005.039-26
CRC/UF n.º PR-054885/O Categoria: CONTADOR
Validade: 25.08.2022
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página www.crcpr.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **035.005.039-26** Controle : **4670.1888.6594.1929**

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: RBM ESPORTES LTDA

Período da Escrituração: 29/03/2022 a 31/05/2022 CNPJ: 45.819.743/0001-26

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 29 de Março de 2022 a 31 de Maio de 2022

Folha nº 354

Processo nº AM-2022

Rubrica

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	RBM ESPORTES LTDA
NIRE	41210645834
CNPJ	45.819.743/0001-26
Número de Ordem	1
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	COLOMBO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	18/03/2022
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/05/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	311

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	RBM ESPORTES LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	311
Data de início	29/03/2022
Data de término	31/05/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 62.BF.7A.04.42.76.68.30.61.C3.59.04.20.C9.B7.4D.0E.BE.48.52-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RBM ESPORTES LTDA

Período da Escrituração: 29/03/2022 a 31/05/2022 CNPJ: 45.819.743/0001-26

Número de Ordem do Livro: 1 Folha nº 355

Período Selecionado: 29 de Março de 2022 a 31 de Maio de 2022 Processo nº III-2022

Rubrica

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 0,00	R$ 46.274,46
ATIVO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 46.253,46
DISPONÍVEL		R$ 0,00	R$ 2.591,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 0,00	R$ 2.591,03
SICREDI		R$ 0,00	R$ 2.591,03
CLIENTES		R$ 0,00	R$ 6.368,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 0,00	R$ 6.368,00
MAGAZINE TUFICK LTDA		R$ 0,00	R$ 6.368,00
SOCIEDADE DOS SURDOS DE CAXIAS DO SUL		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS CRÉDITOS		R$ 0,00	R$ 36.349,43
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 1.349,43
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 1.349,43
ADIANTAMENTO AOS SOCIOS		R$ 0,00	R$ 5.000,00
RICARDO BIANCO MACHADO		R$ 0,00	R$ 5.000,00
EMPRESTIMO DE MUTUO		R$ 0,00	R$ 30.000,00
EMPRESTIMO - PISTA & CAMPO		R$ 0,00	R$ 30.000,00
ESTOQUE		R$ 0,00	R$ 945,00
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		R$ 0,00	R$ 945,00
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 0,00	R$ 945,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 21,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LP		R$ 0,00	R$ 21,00
FINANCIAMENTOS		R$ 0,00	R$ 21,00
FINANC. DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SICREDI		R$ 0,00	R$ 21,00
PASSIVO		R$ 0,00	R$ 46.274,46
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 2.096,61
FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 1.174,00
FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 1.174,00
SERASA S.A.		R$ 0,00	R$ 229,00
AKROM PRODUTOS ELETRONICOS EIRELI		R$ 0,00	R$ 945,00
ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME		R$ 0,00	R$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 0,00	R$ 917,61
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 917,61
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 917,61
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 0,00	R$ 5,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		R$ 0,00	R$ 5,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		R$ 0,00	R$ 5,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 0,00	R$ 44.177,85
CAPITAL SOCIAL		R$ 0,00	R$ 5.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 0,00	R$ 5.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 0,00	R$ 5.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 39.177,85
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 39.177,85
LUCRO DO PERIODO		R$ 0,00	R$ 39.177,85

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 62.BF.7A.04.42.76.68.30.61.C3.59.04.20.C9.B7.4D.0E.BE.48.52-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.3 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: RBM ESPORTES LTDA

Período da Escrituração: 29/03/2022 a 31/05/2022 CNPJ: 45.819.743/0001-26

Número de Ordem do Livro: 1 Folha nº 356

Período Selecionado: 29 de Março de 2022 a 31 de Maio de 2022 Processo nº III - 2022

Rubrica

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ (0,00)	R$ 41.126,08
VENDA DE MERCADORIAS		R$ 0,00	R$ 41.126,08
(-) DEDUÇÕES		R$ (0,00)	R$ (1.085,73)
(-) (-) SIMPLES NACIONAL		R$ (0,00)	R$ (1.085,73)
RECEITA LÍQUIDA		R$ (0,00)	R$ 40.040,35
LUCRO BRUTO		R$ (0,00)	R$ 40.040,35
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (0,00)	R$ (862,50)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (0,00)	R$ (862,50)
(-) SERVIÇOS DE INFORMATICA		R$ (0,00)	R$ (828,00)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R$ (0,00)	R$ (34,50)
RESULTADO OPERACIONAL		R$ (0,00)	R$ 39.177,85
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R$ (0,00)	R$ 39.177,85
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ (0,00)	R$ 39.177,85

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 62.BF.7A.04.42.76.68.30.61.C3.59.04.20.C9.B7.4D.0E.BE.48.52-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.3 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 9.0.3**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Folha nº 357
Processo nº 111-2026
Rubrica

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41210645834	45.819.743/0001-26

NOME EMPRESARIAL
RBM ESPORTES LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	29/03/2022 a 31/05/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
LIVRO DIARIO	1

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (hASH)

62.BF.7A.04.42.76.68.30.61.C3.59.04.20.C9.B7.4D.0E.BE.48.52

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

TIPO/FICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03500503926	EMERSON PAES DE CAMARGO:03500503926	812558139529224331 173661680336655754 33	25/04/2022 a 25/04/2023	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	09524519000143	SCRYTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA: 09524519000143	139727977273158710 284564092968915948 983	22/06/2022 a 22/06/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

62.BF.7A.04.42.76.68.30.61.C3.
59.04.20.C9.B7.4D.0E.BE.48.52-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/07/2022 às 15:48:03

76.73.D7.7E.B5.71.A8.6B
8B.50.90.11.55.91.D9.B1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Notas Explicativas Relativas às Demonstrações de **31/05/2022**

Folha nº 358
Processo nº 111-2022
Rubrica

1) CONTEXTO OPERACIONAL

RBM ESPORTES LTDA deu início as suas atividades em 29 de março de 2022, é uma sociedade empresária limitada e tem por objetivo comércio varejista de artigos esportivos, comércio varejista de ferragens e ferramentas entre outros, com sede e foro a Rua Pedro Zanetti, 142, Canguiri no município de Colombo, Paraná.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A empresa declara que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei 11.638/07 e o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para pequenas e Médias Empresas, emitidos pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução 1.255/2009. Além de estar em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade Resolução CFC nº. 1.282/2010.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda corrente nacional.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação e com finalidade de atender compromissos de curto prazo. Conforme descrito no CPC 03.

3.3) Duplicatas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores da prestação de serviços no decurso normal da atividade da empresa e estão registradas ao valor nominal.

3.4) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando houver mes, e são subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

3.5) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações com terceiros assumidos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.6) Obrigações Fiscais

A empresa está enquadrada no regime do lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. A sistemática de tributação pelo Lucro Presumido é regulamentada pelos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/99).

3.7) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais as taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização

4) NOTAS
4) NOTAS

NOTA 1 – Ativos Circulantes

A classificação das contas é realizada como circulantes quando:

a) espera realizar o ativo, ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;

b) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade do negócio;

c) espera realizar o ativo no período de até doze meses da data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa.

NOTA 2 – Ativos não Circulantes

A classificação das contas é realizada como não circulantes todos aqueles fatos contábeis que não se classificam como sendo circulantes.

Os itens classificados neste grupo foram avaliados pela administração quanto a sua recuperabilidade e foram considerados recuperáveis pela venda ou pelo uso.

NOTA 3 – Imobilizado

Avaliado inicialmente ao custo histórico, sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração.

As alíquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens e considerando o valor residual para fins de cálculo dentro do método linear.

NOTA 4 - Passivo Circulante

A classificação das contas é realizada como circulantes quando:

a) espera liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade;
b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação;
c) o passivo for exigível no período de até dozes meses após a data das demonstrações contábeis;

ou, a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

NOTA 5 – Passivo não Circulante

A classificação das contas é realizada como circulantes quando:

a) espera liquidar o passivo durante após ciclo operacional normal da entidade;
b) o passivo for exigível no período de superior a dozes meses após a data das demonstrações contábeis;

NOTA 6 – Determinação do Resultado

O resultado foi apurado em 31 de Maio de 2022 obedece ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 11.638/07 e demais legislações aplicáveis, atendendo também aos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas brasileiras de contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente NBC TG 1000.

NOTA 7 – Resultados Acumulados

O valor elevado de resultado negativo, dá-se em função do pesado investimento em mão de obra que a empresa vem desenvolvendo nos últimos anos.

A estimativa da empresa é que todo este investimento seja revertido nos próximos exercícios, o que tem acontecido com o mercado e especificamente na área em que a empresa atua.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Notas Explicativas Relativas às Demonstrações de **31/05/2022**

Termo nº 360
Processo nº 111-2022
Rubrica

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de qualquer natureza.

6) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Curitiba, **04 de julho de 2022.**

RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906

Ricardo Bianco Machado
Administrador
CPF 053.005.969-06

Emerson Paes de Camargo
Contador
CRC PR 054885/O-3

SCRYTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA:09524519000143

Assinado de forma digital por SCRYTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA:09524519000143
Dados: 2022.07.04 16:17:36 -03'00'

RBM ESPORTES LTDA

CNPJ 45.819.743/0001-26

SCRYTA

Folha nº 361

Processo nº 111-2022

Rubrica RJ

Análise dos Índices

INDICE	FÓRMULA	DADOS		RESULTADO
Liquidez Geral	(AC+ARLP)÷(PC+ PNC)	AC =	46.253,46	22,07
		ARLP =	21,00	
		PC =	2.096,61	
		PNC =	-	
Liquidez Corrente	(AC ÷ PC)	AC =	46.253,46	22,06
		PC =	2.096,61	
Solvência Geral	(AT) ÷ (PC+PNC)	AT =	46.274,46	22,07
		PC =	2.096,61	
		PNC =	-	
Grau de Endividamento	(PC+PNC)÷ (AT)	PC =	2.096,61	0,05
		PNC =	-	
		AT =	46.274,46	

SIGLAS utilizadas
AC – Ativo Circulante
ARLP – Ativo Realizado à Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
PNC – Passivo Não Circulante
AT – Ativo Total

Obs. Com o advento da MP 449/08, o Ativo Realizável à Longo o Prazo passou a ser considerado como *Ativo Não Circulante*, bem como o Passivel Exigível à Longo Prazo passou a denominar-se *Passivo Não Circulante*.

ANÁLISE SINTÉTICA DOS INDICES

A interpretação técnica contábil dos índices supramencionados, baseados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/05/2022, demonstra com clareza que a sociedade empresarial acima, dispõe de situação financeira suficiente para *quitação total de suas obrigações.*

Curitiba, 06 de julho de 2022

RICARDO BIANCO MACHADO:05300690906

Ricardo Bianco Machado
Sócia administrador
CPF 053.005.969-06

Emerson Paes de Camargo
Contador
CRC PR 054885/O-3

SCRYTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA:09524519000143

Assinado de forma digital por SCRYTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA:09524519000143
Dados: 2022.07.05 09:27:31 -03'00'

SCRYTA

RBM ESPORTES LTDA

CNPJ 45.819.743/0001-26

Análise dos Índices

Folha nº 362

Processo nº 111-2022

Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Folha nº 363
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RBM ESPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 45.819.743/0001-26
Certidão nº: 33447373/2022
Expedição: 04/10/2022, às 11:57:39
Validade: 02/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RBM ESPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **45.819.743/0001-26, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folha nº 364
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 45.819.743/0001-26
Razão Social: RBM ESPORTES LTDA
Endereço: R PEDRO ZANETTI 142 / CANGUIRI / COLOMBO / PR / 83412-585

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:28/12/2022 a 26/01/2023

Certificação Número: 2022122802452889914810

Informação obtida em 09/01/2023 09:20:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Folha nº 365
Processo nº 111-2020
Rubrica

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná

Poder Judiciário

O Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça em exercício, nos termos do art. 1º do Decreto Judiciário nº 930/2012, de 29/06/2012, veiculado no Diário da Justiça Eletrônico nº 899, de 05/07/2012.

CERTIFICA, para fins de licitações, contratos da administração pública e outras destinações comerciais que, no **Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba**, existem **INSTALADOS** três (03) Ofícios de Distribuidor com as seguintes atribuições: **1º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas Criminais (1ª a 14ª); **b)** das Varas Privativas do Tribunal do Júri (1ª e 2ª); **c)** das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas (1ª a 4ª); **d)** das Varas de Falências e Recuperação Judicial (1ª e 2ª); **e)** das Varas de Execuções Fiscais Municipais (1ª e 2ª); **f)** das Varas de Execuções Fiscais Estaduais (1ª e 2ª); **g)** das Varas de Família e Sucessões (1ª a 8ª); **h)** das Varas de Delitos de Trânsito (1ª e 2ª); **i)** das Varas de Execuções Penais (1ª e 2ª); **j)** da Vara de Execução de Penas de Rés ou Vítimas Femininas e de Medidas de Segurança; **k)** dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública e Varas Descentralizadas de Santa Felicidade e da Cidade Industrial; **l)** da Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude, e distribuição das notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 14º e do registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Tatuquara e Uberaba; **2º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas Cíveis (1ª a 26ª); **b)** da Vara da Auditoria da Justiça Militar; **c)** da Vara de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; **d)** da Vara de Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis; e distribuição das notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas (1º a 7º, 15º e 16º); dos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (1º a 4º) e do registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Cajuru, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro do Taboão e Umbará; **3º Ofício** - distribuição de matéria da competência: **a)** das Varas da Infância e da Juventude e Adoção (1ª e 2ª); **b)** da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei; **c)** da 1ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e da 2ª Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Cartas Precatórias Criminais, e distribuição nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos do 1º ao 6º (art. 233 e Anexo IV do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com suas alterações posteriores decorrentes de normas legais e resolutivas).

Curitiba, 3 de Agosto de 2020

Alberto Koji Arasaki

Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, em exercício



Folha nº 366
Processo nº 111-2022
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

Folha nº 367
Processo nº MM-2022
Rubrica

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

RBM ESPORTES LTDA

CNPJ.45.819.743/0001-26

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 11/01/2023 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 13 de janeiro de 2023 .

FERNANDA GALLASSINI
Escrevente Juramentada

Emitida por: MAURI
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 38.16)

*** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo D49651C6 ***

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Folha nº 368
Processo nº 411-2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 71281/2022

Contribuinte

Razão Social:	25823990 - RBM ESPORTES LTDA		
CNPJ:	45.819.743/0001-26	**Inscrição Municipal Ativa:**	34049222
Endereço:	RUA PEDRO ZANETTI, 142		
Complemento:		**CEP:**	83.412-585
Bairro:	CANGUIRI	**Cidade/Estado:**	Colombo - PR

Certificamos, por meio deste documento, a **INEXISTÊNCIA** de débitos referentes a tributos mobiliários e imobiliários, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima identificado, na data de emissão: **27/12/2022**.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

A presente certidão é válida até **27/03/2023**.

COLOMBO, 27 de dezembro de 2022.

Consulte a autenticidade do documento pelo QR Code ou copie o código de autenticidade:
WGT101210-000-SGZHUANBULJJWD-7
e consulte no serviço Autenticidade de Documentos e Relatórios.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 028618855-91

Folha nº 369
Processo nº AM-2022
Rubrica

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **45.819.743/0001-26**
Nome: **RBM ESPORTES LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Folha nº 370
Processo nº 111.2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:44:55 do dia 20/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/03/2023.
Código de controle da certidão: **4C12.16D2.B084.DB80**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RBM ESPORTES

Folha nº 371
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM ESPORTES

Folha nº 372
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO SUPERVENIÊNCIA E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para os devidos fins, a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM ESPORTES

Folha nº 373
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, em especial atenção ao art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela RBM, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do pregão quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta de preços não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante da entidade licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM
ESPORTES

Folha nº 374
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para os devidos fins, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM ESPORTES

Folha nº 375
Processo nº 111-2022

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

(Art. 27, inc V da Lei 8.666/93)

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM ESPORTES

Folha nº 376
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO SIMPLES NACIONAL

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguradora Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos: a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; b) cumpre as obrigações acessórias a que sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM ESPORTES

Folha nº 377
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa A EMPRESA RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para fins legais, em especial atenção ao previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, ser enquadrada como **Microempresa,** nos termos da legislação vigente, e que deseja fazer uso dos benefícios que lhe são conferidos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ. 45.819.743/0001-26

RBM
ESPORTES

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

Folha nº 378
Processo nº 111-2022
Rubrica

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, para fins legais, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no Art. 18 XII da Lei 12.708/2012.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

RBM
ESPORTES

DECLARAÇÃO

Folha nº 379
Processo nº 111-2022
Rubrica

Ref. Pregão Eletrônico 02/2023 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso

A empresa RBM ESPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.819.743/0001-26, com sede na Rua Pedro Zanetti, nº 142, Canguiri, Colombo/PR, CEP 83412-585, por intermédio de seu representante legal, o Sr. RICARDO BIANCO MACHADO, portador da Carteira de Identidade nº 5.950.010-4 SESP/PR e do CPF nº. 053.005.969-06, DECLARA, que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Colombo, 23 de janeiro de 2023.

Ricardo B. Machado
RBM ESPORTES LTDA
CNPJ: 45.819.743/0001-26

CONTRATO SOCIAL DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

LEONARDO MARTINY, nacionalidade BRASILEIRA, Solteiro, nascido em 18/10/1991, profissão: EMPRESÁRIO, nº do CPF: 031.348.950-56, identidade: 2099030484, órgão expedidor: SJS-RS, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA PARIS, número 264, bairro MORRO PARIS, município VALE REAL - RS, CEP: 95.778-000.

Resolve(m), em comum acordo (se for o caso), constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: TRAVESSA UM, número 83, bairro ARROIO FELIZ, VRS 452; SALA: 02;, município FELIZ - RS, CEP: 95.770-000.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS ESPORTIVOS. COMERCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS NATURAIS. COMERCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS ARTIFICIAIS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA. COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS. COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS. COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS. COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO. COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. COMERCIO VAREJISTA DE VIAGEM. COMERCIO ATACADISTA DE TROFEUS, CAMISAS, CHUTEIRAS, BOLAS E SEMELHANTES. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO. COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO. COMERCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA. COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS. SUPERMERCADO. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPECARIA, CORTINAS E PERSIANAS. COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO. COMERCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATO. COMERCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS E FITAS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO. COMERCIO VAREJISTA DE BICICLETAS, TRICICLOS, PECAS E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING. SERVICOS DE PREIMPRESSAO. IMPRESSAO DE MATERIAIS PARA OUTROS USOS. COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO. COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA. COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS. COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM. COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código de segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

VESTUARIO. COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO. COMERCIO ATACADISTA DE SUVENIRES E BIJUTERIAS. COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR. COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS. SERVICOS DE PINTURA DE TETOS, QUADRAS, PAREDES. INSTALACAO DE CABOS ELETRICOS. INSTALACOES ELETRICAS. ALARMES. SERVICOS DE INSTALACAO DE TOLDOS E PERSIANAS. COLOCACAO E INSTALACAO DE CALHAS. MONTAGEM E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS OU PRODUTOS. OBRAS DE ALVENARIA. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO (ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades a partir de 29/07/2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL reais) divididos em 50.000 quota(s), no valor nominal de R$ 1,00 (UM real), cada uma, formado por R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL reais) em moeda corrente do País.

Parágrafo Primeiro. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s) da seguinte forma:

Parágrafo Segundo. A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

Sócio	Nº de Quotas	Valor
LEONARDO MARTINY	50.000	R$ 50.000,00
Total	50.000	R$ 50.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC)

Cláusula Sexta - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio LEONARDO MARTINY, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sétima - *Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte* - EPP, *nos termos* da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)

Cláusula Oitava - A empresa é constituída como uma SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL, *considerando a disposição constante do § 1º do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na* Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

Cláusula Nona - Ao administrador da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou *convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma*, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584576 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNF 47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código d segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juizo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes especificos.

Cláusula Décima - Faculta-se ao sócio único administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Cláusula Décima Primeira - O sócio único administrador, fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - O sócio único declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Terceira - A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, em hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio único.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Quinta - A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada pelo sócio único.

Cláusula Décima Sexta - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, cabendo ao sócio único, os lucros ou perdas apurados.

Primeiro Parágrafo: Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do sócio único, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuidos com prejuízo do capital.

Cláusula Décima Sétima - A(s) parte(s) elege(m) o foro FELIZ - RS para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

Feliz/RS, 28 de julho de 2022.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNP. 47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código de segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

Folha nº 383

Processo nº MM - 2022

Rubrica

LEONARDO MARTINY: Sócio/Administrador

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNP
47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby
Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código d
segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Folha nº 284

Processo nº 111-2022

Rubrica

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/258.171-9	RSB2200615243	28/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.348.950-56	LEONARDO MARTINY	05/08/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNP
47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby
Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código d
segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, de NIRE 4320958457-8 e protocolado sob o número 22/258.171-9 em 09/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 43209584578, em 09/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Volmar Catapan.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.348.950-56	LEONARDO MARTINY	05/08/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.348.950-56	LEONARDO MARTINY	05/08/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/07/2022

Documento assinado eletronicamente por Volmar Catapan, Servidor(a) Público(a), em 09/08/2022, às 14:37.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 22/258.171-9.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Folha nº 386
Processo nº AM-2022
Rubrica RJ

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY

Porto Alegre, terça-feira, 09 de agosto de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNP
47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby
Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código d
segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 387

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 141-2022

Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
47.484.691/0001-00 MATRIZ		09/08/2022

NOME EMPRESARIAL
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão
33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente
41.20-4-00 - Construção de edifícios
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-10 - Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV UM	83	VRS 452 SALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
95.770-000	ARROIO FELIZ	FELIZ	RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@PASSARELAFELIZ.COM.BR	(51) 3637-2901/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/08/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **15:58:14** (data e hora de Brasília).

Página: **1/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 388

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 111-2022

Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
47.484.691/0001-00 MATRIZ		09/08/2022

NOME EMPRESARIAL
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos
47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV UM	83	VRS 452 SALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
95.770-000	ARROIO FELIZ	FELIZ	RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@PASSARELAFELIZ.COM.BR	(51) 3637-2901/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/08/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **15:58:14** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 389
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
47.484.691/0001-00 MATRIZ		09/08/2022

NOME EMPRESARIAL
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV UM	83	VRS 452 SALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
95.770-000	ARROIO FELIZ	FELIZ	RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@PASSARELAFELIZ.COM.BR	(51) 3637-2901/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/08/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **15:58:14** (data e hora de Brasília).

Página: **3/3**

Folha nº 390
Processo nº 111-2022
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

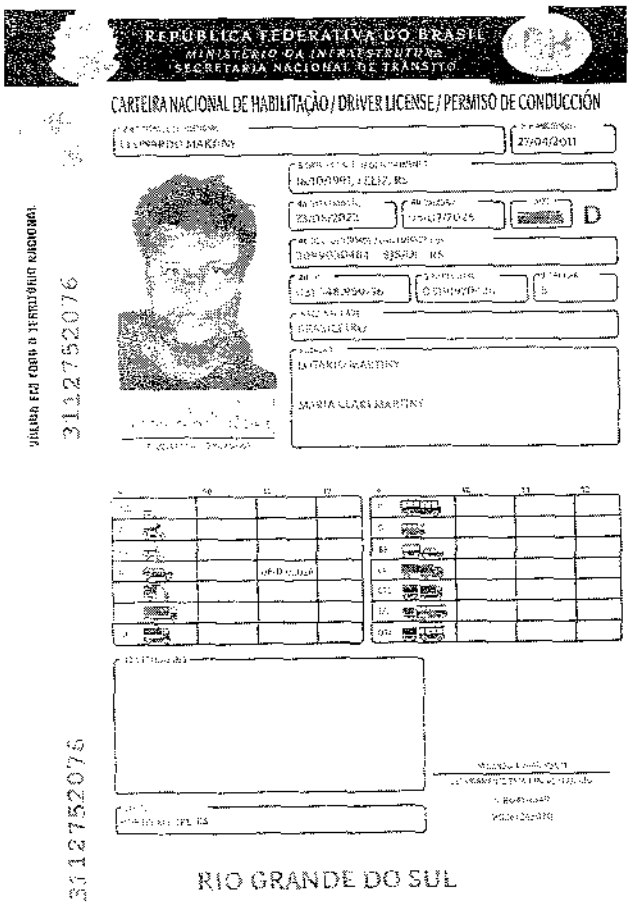
Nome: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 47.484.691/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:35:40 do dia 30/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/05/2023.
Código de controle da certidão: **02D1.F149.537B.E88B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



QR-CODE

Folha nº 391
Processo nº 111-2022

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

I<BRA051919704<266<<<<<<<<<<<
9110188M2602062BRA<<<<<<<<<<<2
LEONARDO<<MARTINY<<<<<<<<<<<<<

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Folha nº 392
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 47484691000100, Endereço - TV UM,N 83,VRS 452 SALA 02 ,ARROIO FELIZ,FELIZ.

6 de janeiro de 2023, às 15:55:35

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço http://www.tjrs.jus.br, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **cebe54c123b7cc0719676f57f5e008f1**

Folha nº 393
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.484.691/0001-00
Razão Social: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Endereço: TV UM 83 VRS 452 SL 02 / ARROIO FELIZ / FELIZ / RS / 95770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2023 a 09/02/2023

Certificação Número: 2023011101260336943559

Informação obtida em 16/01/2023 14:12:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Folha nº 394
Processo nº 111-2022
Rubrica

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Atenção: A posse deste documento não isenta o pagamento da taxa anual até 31 de março.
*Solicite a baixa ao encerrar a atividade.

ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO

Empresa: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA **Inscrição:** 5083-0

Nome Fantasia:

CNPJ/CPF: 47.484.691/0001-00

Está licenciado para estabelecer as atividades de:

4763602 Comércio varejista de artigos esportivos
4763603 Comércio varejista de bicicletas e triciclos- peças e acessórios
4763604 Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4772500 Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pe
4781400 Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4782201 Comércio varejista de calçados
4782202 Comércio varejista de artigos de viagem
4789001 Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos

No endereço: ROD. RS 452(ARROIO FELIZ) , 83 - TV GM SALA ARROIO FELIZ

Data Abertura: 18/08/2022 **Validade:** Indeterminada

Igor Germano Seibert
Secretário Municipal da Fazenda
Município de Feliz/RS

banrisul

Recibo de Pagamento
Número: 01346424536/00000000622510/696570
Data: 19/08/2022
Hora: 15:30:28

Canal: Office Banking
Ag./Conta Débito: 0142-06.061582.0-9 N T LUIZE EPP
Data Débito: 19/08/2022
Valor: 298,80
Tipo Pagamento: Arrecadação - PM FELIZ
Cód. Barras: 81680000002798601555202520908000000928492657905
Data Vencimento: 05/09/2022

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

035ECE657F97DC4AC113866748D400D58703

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Toda transação está sujeita a análise de fraude, podendo levar alguns minutos até ser efetivada ou, eventualmente, ser cancelada pelo Banrisul.
Mantenha seus contatos atualizados.

v2.0 - DAUTH, Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 23/08/2022 08:34:27 que o documento de hash (SHA-256)
c3946f861de05eb5fdacd6f4960309479f8ff14abc7a2ed48d51b0556337e foi validado em 23/08/2022 08:33:02 através da transação blockchain
0x78ad14ceb940c47f29b204d9d127ebcf7dd805c86f36f3dc1164f5b5a8aecdd6 e pode ser verificado em https://www.dauth.com/FileCheck (NIO: 79358)

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Folha nº 395
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4320958457-8	47.484.691/0001-00	09/08/2022	29/07/2022

Endereço Completo:

TRAVESSA UM 83 VRS 452; SALA: 02; - BAIRRO ARROIO FELIZ CEP 95770-000 - FELIZ/RS

Objeto Social:

COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS ESPORTIVOS. COMERCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS NATURAIS. COMERCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS ARTIFICIAIS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA. COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS. COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS. COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS. COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO. COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. COMERCIO VAREJISTA DE VIAGEM. COMERCIO ATACADISTA DE TROFEUS, CAMISAS, CHUTEIRAS, BOLAS E SEMELHANTES. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO. COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO. COMERCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA. COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS. SUPERMERCADO. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPECARIA, CORTINAS E PERSIANAS. COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO. COMERCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATO. COMERCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS E FITAS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO. COMERCIO VAREJISTA DE BICICLETAS, TRICICLOS, PECAS E ACESSORIOS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING. SERVICOS DE PREIMPRESSAO. IMPRESSAO DE MATERIAIS PARA OUTROS USOS. COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO. COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA. COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS. COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM. COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO. COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO. COMERCIO ATACADISTA DE SUVENIRES E BIJUTERIAS. COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR. COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS. SERVICOS DE PINTURA DE TETOS, QUADRAS, PAREDES. INSTALACAO DE CABOS ELETRICOS. INSTALACOES ELETRICAS. ALARMES. SERVICOS DE INSTALACAO DE TOLDOS E PERSIANAS. COLOCACAO E INSTALACAO DE CALHAS. MONTAGEM E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS OU PRODUTOS. OBRAS DE ALVENARIA. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS.

Capital Social: R$ 50.000,00 CINQUENTA MIL REAIS Capital Integralizado: R$ 50.000,00 CINQUENTA MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Participação	Função
031.348.950-56	LEONARDO MARTINY	xxxxxxx	R$ 50.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: CADASTRADA — Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 09/08/2022 — Número: 43209584578

Ato 090 - CONTRATO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (http://jucisrs.rs.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000015839 e visualize a certidão)

23/005.156-1

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Folha nº 396
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

NADA MAIS#

Porto Alegre, 06 de Janeiro de 2023 08:18

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (http://jucisrs.rs.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000015839 e visualize a certidão)

23/005.156-1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Folha nº 397
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 47.484.691/0001-00
Certidão nº: 673474/2023
Expedição: 06/01/2023, às 15:57:00
Validade: 05/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.484.691/0001-00, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Folha nº 398
Processo nº 111-2022
Rubrica

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RSB2200615243

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

FELIZ
Local

28 Julho 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

__/__/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

__/__/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

__/__/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43200584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B6B33A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código de segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Folha nº 399

Processo nº 111-2022

Rubrica

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/258.171-9	RSB2200615243	28/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.348.950-56	LEONARDO MARTINY	05/08/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43209584578 em 09/08/2022 da Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 47484691000100 e protocolo 222581719 - 09/08/2022. Autenticação: B67855771D2D6C15BF9E3C2845B3344C5B5B33A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/258.171-9 e o código de segurança cbMN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2022 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

Folha nº 400
Processo nº 111-2022
Rubrica

Empresa: MAIO ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
C.N.P.J.: 07.[illegible]/0001-03 Folha: 0001
Junta Comercial: [illegible] Data: 13/10/2021 Número Livro: 0001
Fechado em 31 de Agosto de 2021

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Valor
[illegible]	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	0,00
Ajustes Efetuados em Períodos-base Anteriores	0,00
[illegible]	0,00
[illegible]	0,00
[illegible]	0,00
+ Ajustes Efetuados em Períodos-base Anteriores	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido do Ano	(2.499,00)
SUBTOTAL	(2.499,00)
DESTINAÇÕES	
Transferências para Reservas	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Saques ou Creditados	0,00
[illegible]	0,00
[illegible]	0,00
TOTAL	0,00

SALDO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS (2.499,00)

[illegible], 31 de Agosto de 2021

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Folha nº 401
Processo nº 111-2022
Rubrica

Nome Empresarial:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA		
CNPJ:	47.484.681/0001-00	Nire: 43209584578	Scp:
Período da Escrituração:	09/08/2022 a 31/08/2022		
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)		
Natureza do Livro:	Livro Diário		
Identificação do arquivo(hash):	71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C.56.AB.56.AB.86.A7.F9.92-		

Operação Realizada em: 09/09/2022 13:17:51

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Folha nº 402

Processo nº III - 2022

Rubrica

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS EM 31/08/2022 (VALORES EM R$ 1,00)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA é uma Sociedade Limitada Unipessoal, com objeto social definido pela sua atividade principal de Comércio varejista de artigos esportivos, CNPJ 47.484.691/0001-00.

A empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA atua no Estado do Rio Grande do Sul e sua sede localiza-se na Travessa Um, VRS 452, nº 83, sala 02, bairro Arroio Feliz, no município de Feliz/RS.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com a Resolução CFC 1.418 de 2012 que aprovou a Interpretação Técnica ITG 1.000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

2.1) Balanço Patrimonial e demais Demonstrações

Os registros contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às empresas em geral, com observância, no que for permitido, da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 e Resolução CFC 1.255 de 2009.

As Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de Agosto de 2022, não foram apresentadas com a informação dos saldos do Período Contábil anterior para fins de comparabilidade, pois a empresa teve início de suas atividades, no ano corrente.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Operação com Moeda Estrangeira

A moeda funcional da empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA é o real.

b) Instrumentos Financeiros Básicos.

As disponibilidades, as contas a receber, as aplicações financeiras, as obrigações com fornecedores, as contas a pagar, os empréstimos e financiamentos e outras obrigações a pagar, foram reconhecidos pelo se valor recuperável (valor justo), sendo as operações vinculadas a disposições legais ou contratuais atualizadas com base nos índices previstos e reconhecidos no resultado.

b.1) O prazo médio de recebimento e pagamento de clientes e fornecedores é de 30 dias.

b.2) Não existe créditos passíveis de liquidação duvidosa.

b.3) A Conta Caixa é composta por dinheiro em espécie e cheques Pré-datados.

c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no seguinte sistema:

Os estoques são avaliados com base no valor das últimas compras.

d) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são registradas no Ativo Circulante e Não Circulante, e apropriadas mensalmente no resultado, pelo regime de competência.

e) Regime de Escrituração Contábil

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento ou pagamento, quanto se correlacionarem.

f) Investimentos

Os investimentos mantidos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, e não foi efetuada provisão para perdas por não existirem indícios.

g) Imobilizado

As contas classificadas no Ativo Não-Circulante Imobilizado foram reconhecidas pelo seu Custo Histórico, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da respectiva Depreciação Acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo Método Linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN SRFB 162 de 1998) que levam em conta o prazo de vida útil econômica dos bens.

A Resolução CFC 1.418 de 2012, item 20, requer que seja realizada análise para medição da recuperabilidade dos itens integrantes do Imobilizado e sempre que houver indício de perda, reconhecer essa irrecuperabilidade no resultado. A empresa avaliou os itens do Imobilizado e não identificou perdas a serem registradas por valor realizável menor do que o valor contábil.

A MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA procedeu à depreciação dos Imobilizados pelas taxas permitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN SRFB 162 de 1998), ficando claro que seu custo histórico revela-se inferior ao valor recuperável, devido a isso não efetuou qualquer ajuste para reconhecimento de perda.

h) Provisão para Contingências

Foram reconhecidas considerando-se o provável risco de perda de ações judiciais ou recursos administrativos, com ou sem depósito judicial.

Feliz/RS, 31 de Agosto de 2022.

Folha nº 403
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Período da Escrituração: 09/08/2022 a 31/08/2022 CNPJ: 47.484.691/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 09 de Agosto de 2022 a 31 de Agosto de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RECEITA LÍQUIDA		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) CMV		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) COMPRAS DE MERCADORIAS		R$ (0,00)	R$ (95.038,40)
(-) ESTOQUE FINAL		R$ 0,00	R$ 95.038,40
(-) LUCRO BRUTO		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (0,00)	R$ (2.499,00)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R$ (0,00)	R$ (1.450,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R$ (0,00)	R$ (1.049,00)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		R$ (0,00)	R$ (2.499,00)
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R$ (0,00)	R$ (2.499,00)
(-) RESULTADO DO EXECÍCIO		R$ (0,00)	R$ (2.499,00)
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R$ (0,00)	R$ (2.499,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C.56.AB.56.AB.86.A7.F9.92-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.0.1 do Visualizador

Folha nº 104
Processo nº 111-2022
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal da Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS (GERAL)

CERTIDÃO ANO/NÚMERO: 2023/ 104

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME....: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 47.484.691/0001-00
ENDEREÇO: ROD. RS 452(ARROIO FELIZ)- TV UM SALA 0215
NÚMERO..: 83
CIDADE..: FELIZ- RS
CEP.....: 95770000

DADOS DO REQUERENTE

NOME DO REQUERENE: Emissão de certidão pelo atendimento ao cidadão

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e inscrição em Dívida Ativa Municipal.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no Endereço www.feliz.rs.gov.br (Portal se Serviços). Certidão emitida com base no Código Tributário Municipal.

CERTIDÃO EMITIDA EM: 06 de Janeiro de 2023

VALIDADE: 05 de Fevereiro de 2023

Codigo Autenticidade: 613486237613486

Folha nº 405
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO

EMPRESA: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 47.484.691/0001-00
ENDEREÇO: Travessa Um 83, sala 202, bairro: Arroio Feliz, Feliz – RS

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º **47.484.691/0001-00**, situada na **Travessa Um 83, sala 202, bairro: Arroio Feliz, Feliz – RS** por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Leonardo Martiny**, portador da Carteira de Identidade n.º **2099030484** e do CPF n.º **031.348.950-56**, DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação na Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2023 - Processo nº 111/2022 - Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA:

- DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

- DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

- DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

47.484.691/0001-00
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM NR 83, SALA 202
ARROIO FELIZ - CEP 95770-000
FELIZ - RS

Feliz – RS, 24 de janeiro de 2023.

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Leonardo Martiny - proprietário
RG: 2099030484 / CPF: 031.348.950-56

Folha nº 406
Processo nº 111-2022
Rubrica

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
43209554578	47.484.691/0001-00

NOME EMPRESARIAL
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	09/08/2022 a 31/08/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diario	1

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH):
71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C.56.AB.56.AB.86.A7.F9.92

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa juridica (e-CNPJ ou e-PJ)	47484691000100	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA:47484691000100	826616292289392989287170811190599815 60	22/08/2022 a 22/08/2023	Sim
contador	00190455063	LETICIA MARIA CHASSOT:00190455063	858052060406597524 8	21/07/2022 a 21/07/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:
71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C .56.AB.56.AB.86.A7.F9.92-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 09/09/2022 às 16:05:34

CE.A6.DE.EE.DF.9A.38.0
E
84.05.AE.1E.B1.72.30.C6

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Período da Escrituração: 09/08/2022 a 31/08/2022 CNPJ: 47.484.691/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Folha nº 407

Processo nº 111 - 2022

Rubrica

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
NIRE	43209584578
CNPJ	47.484.691/0001-00
Número de Ordem	1
Natureza do Livro	Livro Diario
Município	FELIZ
Data do arquivamento dos atos constitutivos	09/08/2022
Data do arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/08/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	238

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Natureza do Livro	Livro Diario
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	238
Data de Início	09/08/2022
Data de Término	31/08/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C.56.AB.56.AB.86.A7.F9.92-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.0.1 do Visualizador

Folha nº 408
Processo nº 111-2022
Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Período da Escrituração: 09/08/2022 a 31/08/2022 CNPJ: 47.484.691/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 09 de Agosto de 2022 a 31 de Agosto de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 0,00	R$ 136.505,14
ATIVO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 136.505,14
DISPONIVEL		R$ 0,00	R$ 41.466,74
CAIXA		R$ 0,00	R$ 41.466,74
CAIXA GERAL		R$ 0,00	R$ 41.466,74
ESTOQUE		R$ 0,00	R$ 95.038,40
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		R$ 0,00	R$ 95.038,40
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 0,00	R$ 95.038,40
PASSIVO		R$ 0,00	R$ 136.505,14
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 89.004,14
FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 87.538,40
FORNCEDORES		R$ 0,00	R$ 87.538,40
PLAYER IND DE BOLAS E CAMARAS LTDA		R$ 0,00	R$ 87.538,40
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 0,00	R$ 15,74
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 15,74
IRRF A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 15,74
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 0,00	R$ 1.450,00
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 0,00	R$ 1.450,00
HONORARIOS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 1.450,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 0,00	R$ 47.501,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 0,00	R$ 50.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 0,00	R$ 50.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 0,00	R$ 50.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ (2.499,00)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ (2.499,00)
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ (2.499,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 71.B3.41.AA.CD.B7.98.FA.A1.C1.31.0C.56.AB.56.AB.86.A7.F9.92-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.0.1 do Visualizador

Empresa: **MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**
Inscrição: 47.484.691/0001-00
Endereço: TRAVESSA UM, 83, VRS 452 SALA 02, ARROIO FELIZ, FELIZ/RS, CEP 95770-000
Período: 09/08/2022 - 31/08/2022
Insc. Junta Comercial: 43209584578 Data: 09/08/2022

Página: 0001
Emissão: 21/09/2022
Hora: 08:15:01

Folha nº 409
Processo nº III - 2022
Rubrica

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/08/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	136.505,14 + 0,00 / 89.004,14 + 0,00	1,53
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	136.505,14 / 89.004,14	1,53
Índice de Solvência Geral	Ativo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	136.505,14 / 89.004,14 + 0,00	1,53

LETICIA MARIA CHASSOT:00190455063

Assinado de forma digital por LETICIA MARIA CHASSOT:00190455063
Dados: 2022.09.21 08:15:35 -03'00'

LETICIA MARIA CHASSOT
CONTADORA
CRC/RS 85.826

CRCRS
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Folha nº 440
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : LETICIA MARIA CHASSOT
REGISTRO..... : RS-085826/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.904.550-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 27/10/2022 as 07:49:27.
Válido até: 25/01/2023.
Código de Controle: 483145.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Folha nº 4M
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **c9fc923e6fccfa77991201d3739bc889911e5db6e2787fbaa934a6159c31ab35** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **102066** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"DECLARAÇÃO ME EPP"**, cujo assunto é descrito como **"DECLARAÇÃO ME EPP"**, faz prova de que em **21/12/2022 15:35:38**, o responsável **Mais Esporte Comércio de Artigos Esportivos Ltda (47.484.691/0001-00)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mais Esporte Comércio de Artigos Esportivos Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **21/12/2022 15:36:53** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x2400d89c6476aa0ba3e14da7be8e751cb0dd24fb0665eddfc42ee4ab9f3b7777**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL (DI/RE)

CONTRIBUINTE: MAIS ESPORTE COM DE ARTS ESPORTIVOS LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 047/0027444

CNPJ: 47.484.691/0001-00

Mais informações leia o QR-CODE

EXIJA DOCUMENTO FISCAL

A inclusão do CPF no documento fiscal é obrigação da empresa!

Participe do Programa Nota Fiscal Gaúcha

Lei 14.020/12 e Decreto 50.199/13

Nota Fiscal Gaúcha

RECEITA ESTADUAL RS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

Folha nº 413
Processo nº 111-2022
Rubrica

DOM PEDRITO

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa MAIS ESPORTE COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00, situada na Travessa um, nº 83, sala 202, bairro Arroio Feliz, CEP: 95770-000, município de Feliz/RS, forneceu para a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO, CNPJ: 87.482.535/0001-24, estabelecida a Rua Borges de Medeiros, s/nº, centro, CEP: 96450-000, Município de Dom Pedrito/RS, os materiais abaixo especificados:

1- Objeto: MATERIAL ESPORTIVO
2- Valor da Nota: R$ 5.751,50
3- Itens: Conforme NF nº 68

Dom Pedrito, 19 de dezembro de 2022.

Marco Antônio Gonçalves Rodrigues
Secretário de Educação e Cultura
Por/182 de 16/04/18
Dom Pedrito - RS

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 19/12/2022 11:20:06 que o documento da hash (SHA-256) ec978677cb9b793e948e6cbda9af76ad8f92cbbe334b61cc50b702346c7efc91 foi validado em 19/12/2022 11:10:12 através da transação blockchain 0x9c52764532a65b8db584778cbfe837de1dbe57e09e5dc23784cd712a3630c45b e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 101408)

Folha nº 14

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO
EMISSÃO: 14/11/2022 DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO VALOR TOTAL: R$ 5.751,50

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Processo NF-e nº 000.000.068 Rubrica 11-2022
SÉRIE 1

MAIS ESPORTE
COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409

financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.068
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 6810 3253 7978

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA ADQ. TERCEIROS	143220249686042 em: 14/11/2022 às 14:52:48

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO			87.482.535/0001-24	14/11/2022
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**	**C.E.P.**		**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
RUA BORGES DE MEDEIROS, S/N	CENTRO	96450-000		
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
DOM PEDRITO	(53)3243-3177	RS	ISENTO	:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
68	5.751,50	0.00	5.751,50

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	14/12/22	5.751,50

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0.00	0,00	0.00	0,00	5.751,50

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0.00	0.00	0.00	0.00	0,00	**5.751,50**

TRANSPORTADOR/VOLUME TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
EXPRESSO SAO MIGUEL S/A	0-Remetente				00.428.307/0002-79
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
AV PELOTAS, 309	SAO LEOPOLDO			RS	124/0256016

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
4	VOLUMES			35,000	35,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
00010517	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO	9506.62.00	0101	5102	UN	30	73,000000	0,00	2.190,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00010456	BOLA DE VOLEIBOL	9506.62.00	0101	5102	UN	30	86,000000	0,00	2.580,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00004755	REDE DE VOLEI	5608.19.00	0101	5102	UN	5	66,000000	0,00	330,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00005196	BOMBA DE AR PARA ENCHER BOLA	8414.20.00	0101	5102	UN	20	14,000000	0,00	280,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00012168	CORDA 100 % ALGODAO COM 12 MM	5607.49.00	0101	5102	ROLO	4	70,000000	0,00	280,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00001844	FITA PARA DEMARCACAO	3920.10.99	0101	5102	UN	5	18,200000	0,00	91,00	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO. 102/2022 AUTORIZACAO DE COMPRAS: 2446 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS E IPI - LC 123/2006 E LC 127/2007. OBS.: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA. NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES. ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL. NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 780,68 (13,57%) E ESTADUAIS R$ 1006,51 (17,50%). Fonte: IBPT	

DESENVOLVIDO POR www.windel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 19/12/2022 11:20:06 que o documento de hash (SHA-256) ec978677cb9b793a946a6cbda9af78ad8f92cbbe334b61cc50b702346c7efc91 foi validado em 19/12/2022 11:10:12 através da transação blockchain 0x9c52764532a66b6db584778ebfe837de1dbe57e09e5dc23784cd712a3630c45a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 101408)

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Folha nº 415
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Atestamos para os devidos fins que a Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00, situada na Travessa Um 83, sala 202, bairro: Arroio Feliz, CEP: 95770-000 - Feliz/RS forneceu para MUNICIPIO DE VERA CRUZ, CNPJ: 98.661.366/0001-06, estabelecida na AV NESTOR FREDERICO HENN, 1645, CENTRO, CEP: 96880-000 – VERA CRUZ/RS, os materiais abaixo especificados:

1- Objeto: MATERIAL ESPORTIVO
2- Valor da nota: R$ 4.190,46
3- Itens: conforme NF 99

Atestamos, ainda que os fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

VERA CRUZ, 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

Assinatura e carimbo do Responsável

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 12/12/2022 15:40:08 que o documento da hash (SHA-256) 7cd114e7c58a64e40634207c731d63214160213e17a7101f591c0c87ecde4db5 foi validado em 12/12/2022 15:37:16 através da transação blockchain 0x6872d878cfe00cfb4b8dbc2681bdc7c3d771c096a8c84b60cc22a4de22ced6b6 e pode ser verificado em: https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 99918)

Folha nº 416
Processo nº 11-2022
Rubrica

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO EMISSÃO: 28/11/2022 DEST/REMET: MUNICIPIO DE VERA CRUZ VALOR TOTAL: R$ 4.190,46			NF-e Nº 000.000.099 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409
financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 000.000.099
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 2

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 9913 7328 5096

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA ADQ. TERCEIROS		143220261543950 em: 28/11/2022, às 08:57:44
INSCRIÇÃO ESTADUAL	**INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST**	**CNPJ/CPF**
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE VERA CRUZ			98.661.366/0001-06	28/11/2022
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**C.E.P.**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
AV NESTOR FREDERICO HENN, 1645	CENTRO		96880-000	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
VERA CRUZ	(51)3718-2301	RS	ISENTO	:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
99	4.190,46	0.00	4.190,46

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	28/12/22	4.190,46

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	4.190,46

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	**4.190,46**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
EXPRESSO SAO MIGUEL S/A	0-Remetente				00.428.307/0002-79

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
AV PELOTAS, 309	SAO LEOPOLDO	RS	124/0256016

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
8	VOLUMES			88.000	88,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
00013661	CONES DE 24CM	3926.90.90	0101	5102	UN	15	13,08000	0,00	196,20	0,00	0,00	0,00	0	0
00000364	FAIXA ELASTICA PARA EXERCICIOS LEVE	9506.91.00	0101	5102	UN	5	24,30000	0,00	121,50	0,00	0,00	0,00	0	0
00000364	FAIXA ELASTICA PARA EXERCICIOS MEDIA	9506.91.00	0101	5102	UN	5	30,43000	0,00	152,15	0,00	0,00	0,00	0	0
00000364	FAIXA ELASTICA PARA EXERCICIOS FORTE	9506.91.00	0101	5102	UN	5	32,85000	0,00	164,25	0,00	0,00	0,00	0	0
00000258	BOLA CRAVO MINI BOLA	9506.62.00	0101	5102	UN	20	6,50000	0,00	130,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	BOLA DE BORRACHA N. 8	9506.62.00	0101	5102	UNI	5	32,60000	0,00	163,00	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	BOLA SUICA OFICIAL	9506.62.00	0101	5102	UNI	1	99,20000	0,00	199,52	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	BOLA SUICA PARA PILATES	9506.62.00	0101	5102	UNI	2	114,49000	0,00	228,98	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	HALTERES 4KG	9506.91.00	0101	5102	UN	15	78,28000	0,00	1.174,20	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	BASTAO DE GINASTICA	9619.00.00	0101	5102	UN	15	47,98000	0,00	719,76	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	DISCO DE EQUILIBRIO	3926.90.90	0101	5102	UN	4	110,28000	0,00	441,12	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	ESCADA DE AGILIDADE 6M	9506.91.00	0101	5102	UN	2	113,69000	0,00	227,38	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	BOLA DE VOLEI	9506.69.00	0101	5102	UN	2	48,30000	0,00	96,60	0,00	0,00	0,00	0	0
00000000	KIT COM 12 BANBOLES	9506.00.50	0101	5102	UN	3	61,62000	0,00	184,86	0,00	0,00	0,00	0	0

DESENVOLVIDO POR www.swindel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 12/12/2022 15:40:08 que o documento de hash (SHA-256) 7bd114e7a58a64e40634207c731d83214160213e17a7101f591c0c87ecde4db5 foi validado em 12/12/2022 15:37:16 através da transação blockchain 0x6872d876cfe00cfb4b8dbc26818dd7c3d771c096a8c84b60cc22a4de22ced6b6 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 99918)

Folha nº 417

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO EMISSÃO: 28/11/2022 DEST/REMET: MUNICIPIO DE VERA CRUZ VALOR TOTAL: R$ 4.190,46			NF-e Nº.: 000.000.099 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		

Processo nº 111-2022
Rubrica

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA TV UM, 83 VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ 95770000-FELIZ-RS Fone: (51)98026-8409 financeiro@passarelafeliz.com.br	**DANFE** DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA [1] Nº. 000.000.099 SÉRIE 1 FOLHAS 2 / 2	CHAVE DE ACESSO 4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 9913 7328 5096 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA ADQ. TERCEIROS		143220261543950 em: 28/11/2022, às 08:57:44
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ELETRONICO: 138/2022 NOTA DE EMPENHO: 1304/2022 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS E IPI- LC 123/2006 E LC 127/2007 OBS.: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES. ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO 7 DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 2016. VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 31,72 (17,00%) E ESTADUAIS R$ 0,00 (0,00%). Fonte: IBPT	RESERVADO AO FISCO

DESENVOLVIDO POR www.windel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 12/12/2022 15:40:08 que o documento de hash (SHA-256) 7bd114e7a58e64e40634207c731d63214160213e17a7101f591c0c87ecde4db5 foi validado em 12/12/2022 15:37:16 através da transação blockchain 0x6872d876cfc90cfb4b5dbc2681bdd7c3d771c096a8c84b60cc22a4de22ced6b6 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 99918)

Folha nº 418
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Município de Vale Real
Estado do Rio Grande do Sul

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00, situada na Travessa Um 83, sala 202, bairro: Arroio Feliz, CEP: 95770-000 - Feliz/RS forneceu para o MUNICÍPIO DE VALE REAL, CNPJ: 92123918/0001-46, estabelecida na RUA RIO BRANCO, 659, VILA NOVA, CEP: 95778-000 – VALE REAL/RS, os materiais abaixo especificados:

1- Objeto: MATERIAL ESPORTIVO
2- 2- Valor da nota: R$ 5.193,35
3- 3- Itens: conforme NF 149

Atestamos, ainda que os fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

VALE REAL, 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

Assinatura e carimbo do Responsável

DIS LUSIANE ARENHARDT
Coordenadora Pedagógica
CPF MUN 082/2019

Digitalizado com CamScanner

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 14/12/2022 10:09:17 que o documento de hash (SHA-256) f7cbeab04b97aee8b2f09e1c387d0b6ddff791d035337a7079a408cbcda9b89e foi validado em 14/12/2022 09:58:39 através da transação blockchain 0xb72609220844502d16e9f90a9b6397bece6f8892fbd6769d9f53015b8efacd020 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 100425)

Folha nº 119

Processo nº NE-e 111-2022

Rubrica

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO | Nº. 000.000.149

EMISSÃO 09/12/2022 | DESTINATÁRIO MUNICIPIO DE VALE REAL | VALOR TOTAL R$ 5.193,35 | SÉRIE 1

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV CM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8469
financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.149
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1247 4846 9100 0100 5500 1000 0001 4912 9742 0940

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA ADQ. TERCEIROS	143220273194841 em: 09/12/2022, às 15:52:50

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE VALE REAL	92.123.918/0001-46	09/12/2022

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
RUA RIO BRANCO, 659	VILA NOVA	95778-000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
VALE REAL	(51)3637-7050	RS	ISENTO	:

FATURA

NUMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
149	5.193,35	0.00	5.193,35

DUPLICATAS

NUMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	19/12/22	5.193,35

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0.00	0.00	0.00	0.00	5.193,35

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0.00	0.00	**5.193,35**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0-Remetente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. % ICMS	ALIQ. % IPI
00010779	MINI BOLA DE FUTEBOL, SINTETICO 46 CM. PARA MENINO	9506.62.00	0101	5102	UN	157	15,950100	0,00	2.504,15	0,00	0,00	0,00	0	0
00010779	MINI BOLA DE FUTEBOL, SINTETICO 46 CM. PARA MENINAS	9506.62.00	0101	5102	UN	162	16,600000	0,00	2.689,20	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
PEDIDO Nº: 24.2019 EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO DE ICMS. DECRETO 6.127 2006 E LC 127 2007 OBS: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NÃO ACEITAREMOS RECLAMAÇÕES POSTERIORES VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 698,54 (13,45%) E ESTADUAIS R$ 910,84 (17,50%) - Fonte IBPT	

DESENVOLVIDO POR www.windel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 14/12/2022 10:09:17 que o documento de hash (SHA-256) f7cbaab04b97aee8b2f09a1c387d0b6ddff791d035337a7079a408cbcca9b89e foi validado em 14/12/2022 09:58:39 através da transação blockchain 0xb7260822084502d16a9f90a3b6397bece6f8892fbcf6768d9f5301b8efac020 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 100425)

Folha nº 120
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a Empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00, situada na Travessa um 33, sala 202, bairro: Arroio Feliz, CEP: 95770-000 - Feliz/RS forneceu para MUNICIPIO DE JALES, CNPJ: 45.131.885/0001-04, estabelecida na R CINCO, 2266 CENTRO, CEP: 15700-002 – JALES/SP, os materiais abaixo especificados referente ao Processo nº 168/22, Pregão Eletrônico nº 58/22 e Contrato nº 234/22:

1- Objeto: MATERIAL ESPORTIVO (Bola de Voley E.V.A, Conjunto Cone com Baliza e Bola Futebol de Salão Gizzo)

2- Itens: 4, 5, 6, 7 e 8

3- Valor dos itens: R$ 1.199,00; R$421,32; R$ 716,71; R$ 135,48 e R$ 133,45 (respectivamente)

Atestamos, ainda que os fornecimentos foram executados satisfatoriamente, inexistindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e as atividades realizadas com as obrigações assumidas.

JALES, 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

Assinatura e carimbo do Responsável

v3.0 - DAUBIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256) 91be0957782b706f27b48c5d1256430026a03596e28510b3e572a383e4383455 foi validado em 15/12/2022 16:55:24 através da transação blockchain 0x96b74765238b9a86079be630cc1a3a9fd07803cebcab90bfa02U975757ea4c6 e pode ser verificado em https://www.daubin.com/FileCheck (NID: 100915)

Folha nº 421

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO
EMISSÃO: 03/11/2022 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE JALES VALOR TOTAL: R$ 1.199,55

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Processo 000.000.043 11 + 2022
RSÉRIE 1

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409

financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.043
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 4317 6048 3732

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA P/ N CONTRIBUINTE	143220240579773 em: 03/11/2022, às 15:19:31

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE JALES			45.131.885/0001-04	03/11/2022
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**C.E.P**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R CINCO, 2266	CENTRO		15700-002	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
JALES		SP		:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
43	1.199,55	0,00	1.199,55

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	05/12/22	1.199,55

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	1.199,55

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.199,55

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
JAMEF TRANSPORTES LTDA	0-Remetente				20.147.617/0039-14

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R JOAO MENEGHINI (LOT SAINTETIENNE), 426	CAXIAS DO SUL	RS	029/0551030

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
3	VOLUMES			13,000	13,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
0000[illegible]12	BOLA DE VOLEI EVA	9506.62.00	0102	6108	UN	28	17,990000	0,00	503,72	0,00	0,00	0,00	0	0
0000[illegible]581	CONJUNTO CONE COM BARREIRA	3917.22.00	0102	6108	UN	17	17,990000	0,00	305,83	0,00	0,00	0,00	0	0
0000[illegible]71	BOLA DE FUTEBOL DE SALAO OFICIO	9506.62.00	0102	6108	UN	4	97,500000	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO: 58/2022 EMPENHO: 4378/22 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA JOSE RODRIGUES, N 120, JARDIM DO BOSQUE - JALES EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS S/ LEI 123/2006 E LC 127/2007 ISENTA P/ OS PRODUTOS DESTA NOTA, NÃO ACEITAREMOS RECLAMAÇÕES POSTERIORES. ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO I DO ART. 26 DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 161,34 (13,45%) E ESTADUAIS R$ 209,92 (17,50%) (Fonte: IBPT)	

DESENVOLVIDO POR www.windel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256) 91be0f57782b108f27140c5d1256430626e5f3596e2851603a572a383c4383455 foi validado em 15/12/2022 16:55:24 através da transação blockchain 0x96b74766238b9a3607bbe530dd1e3a9bd07833cebceb90bfa020875757eea4ce e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 100915)

Folha nº 422

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO | NF-e Nº 000.000.042 Série 1

EMISSÃO 03/11/2022 | DESTINATÁRIO MUNICÍPIO DE JALES | VALOR TOTAL R$ 421,32

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Processo nº 111-2022

Rubrica

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 000.000.042
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409
financeiro@passarelafeliz.com.br

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 4214 8005 3366

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA P/ N CONTRIBUINTE	143220240572505 em: 03/11/2022, às 15:15:38

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE JALES	45.131.885/0001-04	03/11/2022

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	C.E.P.	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
R CINCO, 2266	CENTRO	15700-002	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
JALES		SP		:

FATURA

Nº CAMPO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
12	421,32	0,00	421,32

DUPLICATAS

ALGARISMO	VENCIMENTO	VALOR
001	05/12/22	421,32

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	421,32

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**421,32**

TRANSPORTADOR/VOLUME TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
JAMEF TRANSPORTES LTDA	0-Remetente				20.147.617/0039-14

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R JOAO MENEGHINI (LOT SAINTETIENNE), 426	CAXIAS DO SUL	RS	029/0551030

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
3	VOLUMES			7,000	7,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
00013735	BOLA DE VOLEI UVA	9506.62.00	0102	6108	UN	12	17,99000	0,00	215,88	0,00	0,00	0,00	0	0
00009280	CONJUNTO CONE COM BARREIRA	3917.22.00	0102	6108	UN	6	17,99000	0,00	107,94	0,00	0,00	0,00	0	0
00009621	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO GUIGO	9506.62.00	0102	6108	UN	1	97,50000	0,00	97,50	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO-58/2022 EMPENHO-4379/22 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA JOSE RODRIGUES, N 120 JARDIM DO BOSQUE - JALES EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS E IPI- LC 123-2006 E LC 127-2007 OBS.: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES. ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 56,67 (13,45%) E ESTADUAIS R$ 73,73 (17,50%). Fonte: IBPT	

DESENVOLVIDO POR www.vindel.com.br

v3.0 - OAUTH Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256) 91be0f577825106f2744c6dd2564d0028e8359e2851bb3e572a383c4383455 foi validado em 15/12/2022 15:55:24 através da transação blockchain 0x96b74766258b8e38070be500dc1e5e9bdf7833ceb6eb90bfa020875757eba4ce e pode ser verificado em https://www.oautin.com/FileCheck (NFD: 100915)

Folha nº 423

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO EMISSÃO: 03/11/2022 — DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE JALES — VALOR TOTAL: R$ 716,71		NF-e Nº.: 000.000.041 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Processo nº 111-2022
Rubrica

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409
financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.041
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 4110 9601 0705

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA P/ N CONTRIBUINTE	143220240565391 em: 03/11/2022. ás 15:11:51

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE JALES			45.131.885/0001-04	03/11/2022
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**C.E.P.**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R CINCO, 2266	CENTRO		15700-002	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
JALES		SP		:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
41	716,71	0,00	716,71

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	05/12/22	716,71

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	716,71

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**716,71**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
JAMEF TRANSPORTES LTDA	0-Remetente				20.147.617/0039-14
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
R JOAO MENEGHINI (LOT SAINT'ETIENNE), 426	CAXIAS DO SUL			RS	029/0551030

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
3	VOLUMES			7,000	7,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
0601174S	BOLA DE VOLEI LVA	9506.62.00	0102	6108	UN	18	17,990000	0,00	323,82	0,00	0,00	0,00	0	0
0602015H	CONJUNTO CONE COM BARREIRA	3917.22.00	0102	6108	UN	11	17,990000	0,00	197,89	0,00	0,00	0,00	0	0
0603B9071	BOLA DE FUTEBOL DE SALAO GUIZO	9506.62.00	0102	6108	UN	2	97,500000	0,00	195,00	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO 58/2022 EMPENHO: 4330/22 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA JOSE RODRIGUES, N 120, JARDIM DO BOSQUE - JALES EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS FIX- LC 123/2006 E LC 127/2017 OBS.: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES. DISPENSA DE LANCAMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO ITEM 3.2.1 DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006. VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 9% E ESTADUAIS R$ 17,49% - Fonte: IBPT	

DESENVOLVIDO POR www.windelcom.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256)
910e0157782b10e27140c5d12b8430c20e93596e2851 0b3e672a363c4383455 foi validado em 15/12/2022 16:55:24 através da transação blockchain
0x99b74765238b9e3f070ba530bd1e3a9fd07853cebceb80cfa020875757ee4ce e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 160915)

Folha nº 424

Processo nº: 111/2022

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO | EMISSÃO: 03/11/2022 | DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE JALES | VALOR TOTAL: R$ 133,48

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Nº. NF-e 000.000.044 SÉRIE 1

Rubrica

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409
financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.044
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 4413 7335 6793

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA P/ N CONTRIBUINTE	143220240584583 em: 03/11/2022, ás 15:22:08

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE JALES	45.131.885/0001-04	03/11/2022

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	C.E.P.	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
R CINCO, 2266	CENTRO	15700-002	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
JALES		SP		:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
44	133,48	0,00	133,48

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	05/12/22	133,48

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	133,48

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**133,48**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
JAMEF TRANSPORTES LTDA	0-Remetente				20.147.617/0039-14

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R JOAO MENEGHINI (LOT SAINT'ETIENNE), 426	CAXIAS DO SUL	RS	029/0551030

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2	VOLUMES			13,000	13,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V.IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
0810012745	BOLA DE VOLEI EVA	9506.62.00	0102	6108	UN	1	17,990000	0,00	17,99	0,00	0,00	0,00	0	0
0810029584	CONJUNTO COM COM BARREIRA	3917.23.00	0102	6108	UN	1	17,990000	0,00	17,99	0,00	0,00	0,00	0	0
0810009021	BOLA DE FUTEBOL DE SALAO GUIZO	9506.62.00	0102	6108	UN	1	97,510000	0,00	97,50	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO 58/2022 EMPENHO: 4383/22 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA JOSE RODRIGUES, N 120, JARDIM DO BOSQUE - JALES EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS E IPI- LC 123/2006 E LC 127/2007 OBS.: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES O NAO RECOLHIMENTO/PREJUDICO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO I DO ART. 2o DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 17,95 (13,45%) E ESTADUAIS R$ 23,26 (17,50%), Fonte: IBPT	

DESENVOLVIDO POR www.windel.com.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256) 91be0f57782b106f27140c5d1256430026a93586e28510b3e572a383c4383455 foi validado em 15/12/2022 16:55:24 através da transação blockchain 0x96b74765238b9a36070be530dd1e3a9bd07833eabceb90bfa020875757eea4ce e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 100915)

Folha nº 425

Processo nº 111-2022
Rubrica

RECEBEMOS DE MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NAS NOTAS FISCAIS INDICADAS AO LADO
EMISSÃO: 03/11/2022 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE JALES VALOR TOTAL: R$ 133,48

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		NF-e Nº: 000.000.045 SÉRIE 1

MAIS ESPORTE
COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
TV UM, 83
VRS 452 SALA 02 ARROIO FELIZ
95770000-FELIZ-RS
Fone: (51)98026-8409

financeiro@passarelafeliz.com.br

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000.000.045
SÉRIE 1
FOLHAS 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
4322 1147 4846 9100 0100 5500 1000 0000 4517 7276 2806

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA P/ N CONTRIBUINTE	143220240588135 em: 03/11/2022 às 15:24:06

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO ST	CNPJ/CPF
047/0027444		47.484.691/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE JALES			45.131.885/0001-04	03/11/2022
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**C.E.P.**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R CINCO, 2266	CENTRO		15700-002	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
JALES		SP		:

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	DESCONTO	VAL. LÍQUIDO
45	133,48	0,00	133,48

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	05/12/22	133,48

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	133,48

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**133,48**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
JAMEL TRANSPORTES LTDA	0-Remetente				20.147.617/0039-14

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R JOAO MENEGHINI (LOT SAINT'ETIENNE), 426	CAXIAS DO SUL	RS	029/0551030

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2	VOLUMES			3,000	3,000

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
00001715	BOLA DE VOLEIBOL EVA	9506.62.00	0102	6108	UN	1	17,99000	0,00	17,99	0,00	0,00	0,00	0	0
00009581	CONJUNTO CONE COM BARREIRA	3917.22.00	0102	6108	UN	1	17,99000	0,00	17,99	0,00	0,00	0,00	0	0
00009021	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO GUIZO	9506.62.00	0102	6108	UN	1	97,50000	0,00	97,50	0,00	0,00	0,00	0	0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
ELETRONICO 58/2022 EMPENHO 4782/22 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA JOSE RODRIGUES, N 720, JARDIM DO BOSQUE - JALES EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA DIREITO A CREDITO DE ICMS. ISS E IPI- LC 123/2006 E LC 123/2007 OBS: FAVOR CONFERIR OS PRODUTOS DESTA NOTA, NAO ACEITAREMOS RECLAMACOES POSTERIORES ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO 1 DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR N 123, DE 2006 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS FEDERAIS R$ 17,95 (13,45%) E ESTADUAIS R$ 23,36 (17,50%) (Fonte: IBPT)	

DESENVOLVIDO POR www.wmdeiras.br

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 15/12/2022 17:13:05 que o documento de hash (SHA-256) 91bc0f57782b106f27140c5d1256430026a93596e28510b3e572a383c4383455 foi validado em 15/12/2022 16:55:24 através da transação blockchain 0x96b74765236b9a36070be530dd1e3a9bd07833cebceb90bfa020875757eea4ce e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 100915)

Folha nº 4126
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

A empresa MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, estabelecida no TV UM, nº 83, VRS 452, Sala 02, Bairro Arroio Feliz, no município de Feliz/RS, CEP 95.770-000, inscrita no CNPJ sob o nº 47.484.691/0001-00, através de seu titular LEONARDO MARTINY, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob o nº 031.348.950-56 e NEURI MIGUEL STEFFEN, brasileiro, solteiro, maior, inscrito na categoria de Técnico Contábil no CRC/RS sob o nº do registro 60740, com Escritório Contábil estabelecido a Rua Afonso Jorge Ledur, nº 690, Centro, Bom Princípio/RS, DECLARAM, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

(x) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

( ) COOPERATIVA, conforme disposto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigo 34 da Lei 11.488, de 15 de Julho de 2007. Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

Feliz/RS, 21 de Dezembro de 2022.

LEONARDO MARTINY: 03134895056

Assinado digitalmente por LEONARDO MARTINY:03134895056
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=26705480000140, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(em branco), CN=LEONARDO MARTINY:03134895056
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.12.21 15:52:14 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

LEONARDO MARTINY

NEURI MIGUEL STEFFEN:41173023020

Assinado de forma digital por NEURI MIGUEL STEFFEN:41173023020
Dados: 2022.12.21 08:43:23 -03'00'

NEURI MIGUEL STEFFEN
Técnico Contábil
CRC/RS 60740

v3.0 - OAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 21/12/2022 16:00:25 que o documento de hash (SHA-256) c9fc923e6fccfa77991201d3739bc889911e5d06e2787baa934a6159c31ab35 foi validado em 21/12/2022 15:35:34 através da transação blockchain 0x2400d89c6476aa0ba3e14da7be8e751cb0dd24fb0665eddfc42ee4ab9f3b7777 e pode ser verificado em https://www.oautin.com/FileCheck (NID: 102066)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Folha nº 423
Processo nº 111-2022
Rubrica RJ

Nome: MAIS ESPORTE COM DE ARTS ESPORTIVOS LTDA

CNPJ base: **47.484.691/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **06 dias do mês de JANEIRO do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.
Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:
a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 6/3/2023.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98,Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **22528174**
Autenticação: **32596073**

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Folha nº 4128
Processo nº MA-2022
Rubrica RJ

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **b3946f861be05b53dfdaccdd63a966309479feff14aac7a2ed48d31b095b337e** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **79339** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO"**, cujo assunto é descrito como **"ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO"**, faz prova de que em **23/08/2022 08:32:53**, o responsável **Mais Esporte Comércio de Artigos Esportivos Ltda (47.484.691/0001-00)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade. sendo de Mais Esporte Comércio de Artigos Esportivos Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **23/08/2022 08:34:13** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x76ad14ceb940c47f259204d930127ebe7fdd805c98f38f3dc11648b3c8aacfd6**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 129

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 111 - 2022

Rubrica RT

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.793.347/0001-43 MATRIZ		22/12/2011

NOME EMPRESARIAL
L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PIAUI	649	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.901-609	CENTRO	IMPERATRIZ	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(99) 3075-5010

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/12/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **09:59:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 430
Processo nº 114-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.793.347/0001-43 MATRIZ		22/12/2011

NOME EMPRESARIAL
L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PIAUI	649	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.901-600	CENTRO	IMPERATRIZ	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(99) 3075-5010

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/12/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **09:59:08** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 431

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 411 - 2022

Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.793.347/0001-43 MATRIZ		22/12/2011

NOME EMPRESARIAL
L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PIAUI	649	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.901-600	CENTRO	IMPERATRIZ	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(99) 3075-5010

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/12/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2023** às **09:59:08** (data e hora de Brasília).

Página: **3/3**

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 04
"L. PIRES DE SOUSA LIVROS E PAPELARIA - ME"
CNPJ - 14.793.347/0001-43 **NIRE - 21200768546**

Folha nº 432 Fls: 1/5
Processo nº 411-2018
Rubrica

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os abaixo assinados: **LINDOMAR PIRES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, natural de Imperatriz MA, nascido em 06/07/1982, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 15692382000-8/GEJSPC-MA, e inscrito no CPF sob nº 963.930.763-72, residente e domiciliado na Rua Ubirajara, nº 04, bairro Bacuri, CEP 65.916-160, na cidade de Imperatriz/MA, e **GABRIELLA DA SILVA E SILVA**, brasileira, solteira, natural de Imperatriz MA, nascida em 20/04/1988, empresária, portadora da cédula de identidade RG sob nº 050056622013-0/SESP-MA, e inscrita no CPF sob nº 369.704.218-13, residente e domiciliada na Rua Ubirajara, nº 04, bairro Bacuri, CEP 65.916-160, na cidade de Imperatriz/MA, únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada **L. PIRES DE SOUSA LIVROS E PAPELARIA LTDA-ME**, estabelecida na Rua Alvorada, nº 147, bairro Bacuri, CEP 65.916-070, na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.793.347/0001-43, e com Contrato Social arquivado em sessão de 22 de Dezembro 2011 sob o NIRE nº 21200768546, na Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade passa a girar sob o nome empresarial de "**L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA**".

CLÁUSULA SEGUNDA: O endereço da sociedade passa a ser na Rua Piauí, nº 649, Centro, na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, CEP 65.901-600.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social subscrito de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) fica elevado para R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) dividido em 140.000.00 (cento e quarenta mil) cotas de R$ 1,00 (hum real) cada, sendo que o aumento de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) dividido em 60.000,00 (sessenta mil) cotas no valor de R$ 1,00 (hum real) cada, é subscrito e integralizado pelos sócios neste ato, em moeda corrente do país, sendo assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	Percentual %	Quantidade de Cotas	Valor do Capital Social (R$)
Lindomar Pires de Sousa	99,00%	138.600	138.600,00
Gabriella da Silva e Silva	1,00%	1.400	1.400,00
TOTAL	**100,00%**	**140.000**	**140.000,00**

CLÁUSULA QUARTA: A administração da sociedade passa a ser exercida por ambos os sócios, Lindomar Pires de Sousa e Gabriella da Silva e Silva, com os poderes e atribuições de sócios administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA QUINTA: O objeto da sociedade passa a ser:
Comércio varejista de livros (47.61-0-01); - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (46.37-1-04); - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (46.39-7-01); - Comércio atacadista de artigos de armarinho (46.41-9-03); - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho (46.42-7-02); - Comércio atacadista de calçados (46.43-5-01); - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem (46.43-5-02); - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/12/2018 17:17 SOB Nº 20180957783.
PROTOCOLO: 180957783 DE 11/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805213061. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

perfumaria (46.46-0-01); - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (46.46-0-02); - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (46.47-8-01); - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (46.47-8-02); - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (46.49-4-08); - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos de cutelaria, artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, brinquedos de qualquer material, inclusive eletrônicos, instrumentos musicais, artigos para caça, pesca e camping, artigos de óptica, artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados e outros similares) (46.49-4-99); - Comércio atacadista de equipamentos de informática (46.51-6-01); - Comércio atacadista de suprimentos para informática (46.51-6-02); - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (46.52-4-00); - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, suas partes e peças, tais como, motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medida, robots, equipamentos de ginástica e condicionamento físico (46.69-9-99); - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados (47.11-3-02); - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes (47.21-1-04); - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (47.51-2-01); - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (47.52-1-00); - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (47.53-9-00); - Comércio varejista de móveis (47.54-7-01); - Comércio varejista de artigos de iluminação (47.54-7-03); - Comercio varejista de artigos de armarinho (47.55-5-02); - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho (47.55-5-03); - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, artigos de cutelaria, toldos e similares, papel de parede e similares, sistema de segurança residencial (47.59-8-99); - Comércio varejista de artigos de papelaria (47.61-0-03); - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (47.63-6-01); - Comércio varejista de artigos esportivos (47.63-6-02); - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (47.72-5-00); - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (47.81-4-00); - Comércio varejista de calçados (47.82-2-01); - Comércio varejista de artigos de viagem (47.82-2-02); - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (47.89-0-05); - Limpeza em prédios e em domicílios (81.21-4-00); - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6-04); - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (4773-3/00); - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar, suas partes e peças (4664-8/00); - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (4771-7/01); - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01); - Impressão de material para uso publicitário (1813-0/01); - Impressão de material para outros usos, tais como a impressão, sob contrato, de impressos para usos diversos (cardápios, cartões de apresentação e de mensagens, diplomas, convites, etc.) (1813-0/99).

"CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL"

À vista das alterações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/12/2018 17:17 SOB Nº 20180957783.
PROTOCOLO: 180957783 DE 11/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805213061. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial "~~L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.~~" e tem sua sede e domiciliado na Rua Piauí, nº 649, Centro, na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, CEP 65.901-600.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto da sociedade é:
Comércio varejista de livros (47.61-0-01); - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (46.37-1-04); - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (46.39-7-01); - Comércio atacadista de artigos de armarinho (46.41-9-03); - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho (46.42-7-02); - Comércio atacadista de calçados (46.43-5-01); - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem (46.43-5-02); - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (46.46-0-01); - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (46.46-0-02); - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (46.47-8-01); - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (46.47-8-02); - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (46.49-4-08); - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos de cutelaria, artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, brinquedos de qualquer material, inclusive eletrônicos, instrumentos musicais, artigos para caça, pesca e camping, artigos de óptica, artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados e outros similares) (46.49-4-99); - Comércio atacadista de equipamentos de informática (46.51-6-01); - Comércio atacadista de suprimentos para informática (46.51-6-02); - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (46.52-4-00); - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, suas partes e peças, tais como, motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medida, robots, equipamentos de ginástica e condicionamento físico (46.69-9-99); - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados (47.11-3-02); - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes (47.21-1-04); - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (47.51-2-01); - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (47.52-1-00); - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (47.53-9-00); - Comércio varejista de móveis (47.54-7-01); - Comércio varejista de artigos de iluminação (47.54-7-03); - Comercio varejista de artigos de armarinho (47.55-5-02); - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho (47.55-5-03); - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, artigos de cutelaria, toldos e similares, papel de parede e similares, sistema de segurança residencial (47.59-8-99); - Comércio varejista de artigos de papelaria (47.61-0-03); - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (47.63-6-01); - Comércio varejista de artigos esportivos (47.63-6-02); - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (47.72-5-00); - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (47.81-4-00); - Comércio varejista de calçados (47.82-2-01); - Comércio varejista de artigos de viagem (47.82-2-02); - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (47.89-0-05); - Limpeza em prédios e em domicílios (81.21-4-00); - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6-04); - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (4773-3/00); - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar, suas partes e peças (4664-8/00); - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (4771-

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/12/2018 17:17 SOB Nº 20180957783.
PROTOCOLO: 180957783 DE 11/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805213061. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

7/01); - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01); - Impressão de material para uso publicitário (1813-0/01); - Impressão de material para outros usos, tais como a impressão, sob contrato, de impressos para usos diversos (cardápios, cartões de apresentação e de mensagens, diplomas, convites, etc.) (1813-0/99).

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade pode abrir ou fechar filiais ou similares em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 22 de dezembro de 2011 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social subscrito é de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, dividido em 140.000.00 (cento e quarenta mil) cotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real), ficando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	Percentual %	Quantidade de Cotas	Valor do Capital Social (R$)
Lindomar Pires de Sousa	99,00%	138.600	138.600,00
Gabriella da Silva e Silva	1,00%	1.400	1.400,00
TOTAL	**100,00%**	**140.000**	**140.000,00**

CLÁUSULA SEXTA: As cotas da sociedade são individuais e indivisíveis, não podendo ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a pessoas estranhas à sociedade, sem o consentimento expresso do sócio que, em igualdade de condições, terá direito de preferência na sua aquisição. O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar sua resolução, por escrito, com antecedência mínima de sessenta dias, promovendo-se uma alteração contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade cabe a ambos os sócios, Lindomar Pires de Sousa e Gabriella da Silva e Silva, com os poderes e atribuições de sócios administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: Todos os sócios têm direito a retirar, mensalmente, uma importância a título de *pró-labore*, previamente combinada, que será levada à conta de DESPESAS GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, sendo distribuídos entre os sócios, proporcionalmente às suas cotas sociais, os lucros ou perdas apurados.

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/12/2018 17:17 SOB Nº 20180957783.
PROTOCOLO: 180957783 DE 11/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805213061. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberam as contas e designam administrador(es), quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Imperatriz, estado do Maranhão, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem de acordo com tudo quanto neste Contrato foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o em 01 (uma) via, destinando-se para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

5º Ofício

5º Ofício

Imperatriz/MA, 04 de dezembro de 2018.

Lindomar Pires de Sousa

Gabriella da Silva e Silva

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/12/2018 17:17 SOB Nº 20180957783.
PROTOCOLO: 180957783 DE 11/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805213061. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Folha nº 437
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 14.793.347/0001-43 **Inscrição Estadual:** 12.374730-9

Razão Social: L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA PIAUI

Número: 649 **Complemento:**

Bairro: CENTRO

Município: IMPERATRIZ **UF:** MA

CEP: 65901600 **DDD:** **Telefone:** 35232495

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4761001 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4645101	COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS
4646001	COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
4646002	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
4647801	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA
4647802	COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
4649408	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
4649499	COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4651601	COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
4651602	COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA
4652400	COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
1813001	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
4664800	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS
4669999	COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PEÇAS
4711302	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS
4721104	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES
4751201	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
4752100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4754701	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
4754703	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO
4755502	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
1813099	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
4755503	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
4759899	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763601	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS
4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
4771701	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS
4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4773300	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS
4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
4637104	COMÉRCIO ATACADISTA DE PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES
4782202	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM
4789003	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
8121400	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
4639701	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL
4641903	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
4642702	COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO
4643501	COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS
4643502	COMÉRCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM

Folha nº 438
Processo nº 111-2022
Rubrica

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 18/11/2019

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/09/2009 - (4639701-4637104), 01/04/2010 - (4651601-4649408-4651602-4649499-4652400-4646001), 01/07/2010 - (1813099-4664800-4669999-4646002-4645101-4647801), 01/10/2010 - (1813001-4643502-4642702-4643501-4641903), 01/12/2010 - (4647802), 10/03/2015 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 06/01/2023

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 96393076372
DATA: 06/01/2023
HORA: 15:21

Folha nº 439
Processo nº 111-2022
Rubrica

INSC. ESTADUAL:	12.374.730-9	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	11/12/2018
RAZÃO SOCIAL:	L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	SERASA:	Não
MOTIVOS FISCAIS:			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	--

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	14.793.347/0001-43	INSC. CENTRALIZADORA:	--
RAZÃO SOCIAL:	L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA		
NIRE:	21200768546	TIPO PESSOA:	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	22/12/2011	CAPITAL SOCIAL:	140.000,00
AGÊNCIA REGIONAL:	02 - AGÊNCIA DE IMPERATRIZ	UFRE:	47 - UFRE/IMPERATRIZ
TIPO DE SOCIEDADE:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	CAT. DO ESTABELECIMENTO:	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	SIMPLES NACIONAL		
DATA OBRIG. NFE:	01/09/2009	DATA OBRIG. EFD:	--
CORREIO ELETRÔNICO:	--	ÁREA UTILIZADA:	--

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP	65901-600		
ENDEREÇO	RUA PIAUI	NÚMERO:	649
COMPLEMENTO:	--		
PONTO DE REFERENC.:	ENTRE RUA JOAO LISBOA E AV	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	IMPERATRIZ	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(99)3523-2495	FAX:	--
CEP CAIXA POSTAL:	--		

ENDEREÇO FISCAL

CEP	--		
ENDEREÇO	RUA CORONEL MANOEL BANDEIRA	NÚMERO:	1879
COMPLEMENTO:	--		
PONTO DE REFERENC.:	--	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	IMPERATRIZ	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(99)3523-2495	FAX:	--
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4761001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS
2	1813001	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
3	1813099	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
4	4637104	COMÉRCIO ATACADISTA DE PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES
5	4639701	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL
6	4641903	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
7	4642702	COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO
8	4643501	COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS
9	4643502	COMÉRCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM
10	4645101	COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE
11	4646001	COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
12	4646002	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
13	4647801	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA
14	4647802	COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
15	4649408	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
16	4649499	COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO
17	4651601	COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
18	4651602	COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA
19	4652400	COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
20	4664800	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR;
21	4669999	COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
22	4711302	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS -
23	4721104	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES
24	4751201	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
25	4752100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
26	4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO

Folha nº 4240
Processo nº 111-2022
Rubrica

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
27	4754701	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
28	4754703	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO
29	4755502	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
30	4755503	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
31	4759899	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
32	4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
33	4763601	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS
34	4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
35	4771701	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS
36	4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
37	4773300	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS
38	4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
39	4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
40	4782202	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM
41	4789005	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
42	8121400	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
43	8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

REPRESENTANTES LEGAIS

CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
36970421813	GABRIELLA DA SILVA E SILVA	201 - SÓCIO GERENTE
96393076372	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	201 - SÓCIO GERENTE

AÇÕES JUDICIAIS

TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
ICMS	22/12/2011	--	Ativo
NF-e	01/09/2009	--	Ativo
NFC-e	07/05/2018	--	Ativo

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43 INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

Folha nº 211
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
Abertura: 24/01/2023
Horário: 08h:00min.

A empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 14.793.347/0001-43, sediada na Rua Piauí, n° 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600, Por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, portador do RG n°15692382000-8 SEJUSPC / MA e CPF n° 963.930.763-72. **DECLARAMOS**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1 - Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93.

2 - Declaro que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos do § 4º do Art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/19.

3 - Aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;

4 - Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

5 - Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;

6 - Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

7 - Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600
E-mail: lindomarbrasilnordeste@gmail.com – FONE: (99) 3075-5010

8 - Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

9 - Que estamos plenamente ciente do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.

10 - Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como **(Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo)**, estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.;

Imperatriz - (MA), 24 de janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.18 09:57:16 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
CNPJ: 14.793.347/0001-43
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

ANEXO IV

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.793.347/0001-43, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, R.G. nº 15692382000-8 SEJUSPC / MA, C.P.F 963.930.763-72, DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Imperatriz - MA, 19 de janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.13 09:43:02 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

ANEXO III

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 14.793.347/0001-43, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, portador da Carteira de Identidade nº 15692382000-8 SEJUSPC / MA e do CPF nº 963.930.763-72, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Imperatriz - MA, 19 de Janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.13 09:41:40 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

Voltar | Imprimir

Folha nº 1145
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.793.347/0001-43
Razão Social: L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Endereço: R PIAUI 649 / CENTRO / IMPERATRIZ / MA / 65901-600

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/12/2022 a 25/01/2023

Certificação Número: 2022122703494281679699

Informação obtida em 06/01/2023 10:23:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Folha nº 2146
Processo nº MM-2022
Rubrica

CERTJUDONE-SJDI - 14562022
Código de validação: 1D025D3D4B

Número da guia: 22053601001401329.

CERTIDÃO DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que dando busca nos livros e sistemas de DISTRIBUIÇÃO dos feitos referentes à FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em um interstício temporal de 10 anos até a presente data, NÃO CONSTATEI a existência de qualquer processo/distribuição dessa natureza em desfavor da pessoa jurídica **L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.793.347/0001-43, situada na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão.

CERTIFICO, ainda, que esta Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo é a única existente nesta Cidade e Comarca de Imperatriz. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão nesta Secretaria, Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão. Eu, *ARLETE DOS SANTOS SOUSA MARTINS*, Auxiliar Judiciária, matrícula 116236, digitei. Eu, *EDILENE BANDEIRA DE ARAÚJO*, Distribuidora Judicial desta Comarca, matrícula 180885, subscrevo e assino eletronicamente.

Imperatriz-MA, 13 de dezembro de 2022.

OBSERVAÇÕES:
1- O prazo de validade da presente Certidão Judicial será de 60 (sessenta) dias (art. 198 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça); 2- O documento deve ser emitido em única via, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor, podendo ter sua autenticidade verificada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, conforme orientações no rodapé; 3- O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário; 4- Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

selo ou através de aplicativo leitor de QR Code; 5- Essa certidão abrange somente a Comarca de Imperatriz/MA.

Fórum Ministro "Henrique de La Rocque Almeida"
Rua Rui Barbosa, s/n, Centro, Imperatriz-MA - CEP 65.900-440 – Fone (99) 3529-2039

EDILENE BANDEIRA DE ARAÚJO
Secretária Judicial de Distribuição de Entrância
Secretaria Judicial de Distribuição de Imperatriz
Matrícula 180885

Documento assinado. IMPERATRIZ, 13/12/2022 10:37 (EDILENE BANDEIRA DE ARAÚJO)

Folha nº 448
Processo 111-2022
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 002622/23 **Data da** 06/01/2023 12:20:22

Inscrição Estadual: 123747309 **CPF/CNPJ:** 14793347000143

Razão Social: L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

Endereço: RUA PIAUI, 649 CEP: 65901600 - CENTRO

Telefone: (99)35232495 **Município:** IMPERATRIZ **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 06/05/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 23/01/2023 09:47:35

Folha nº 449
Processo nº 111-2022
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 083280/22 **Data da** 02/12/2022 08:47:06

Inscrição Estadual: 123747309 **CPF/CNPJ:** 14793347000143

Razão Social: L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

Endereço: RUA PIAUI, 649 CEP: 65901600 - CENTRO

Telefone: (99)35232495 **Município:** IMPERATRIZ **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 01/04/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/12/2022 09:43:28

PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO
ORÇAMENTARIA - SEFAZGO
CNPJ: 06.158.455/0001-16
Rua Godofredo Viana 722/738, Centro CEP: 65901-480 - Imperatriz-MA

23/01/2023 09:45:53
USUÁRIO:ANONYMOUS

Folha nº 1150
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 1165/2023

AUTENTICAÇÃO:TXKX-3COI

A Prefeitura do Município de Imperatriz - MA, por intermédio do departamento de arrecadação, **CERTIFICA**, a pedido da pessoa interessada, que o contribuinte **L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.**, devidamente Inscrito(a) sob o CNPJ **14.793.347/0001-43** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, não constando débitos referentes a Tributos municipais, inscritos ou não em **Dívida Ativa**, até a presente data.

Reserva-se o direito de a Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos posteriormente comprovados, ou que venham a ser apurados, hipótese prevista no Código Tributário Municipal - CTM e prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº5.172/1966.

DADOS DA EMPRESA:

CNPJ: 14.793.347/0001-43

Razão Social: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

Endereço: RUA PIAUI, 649 CENTRO

Inscrição: 945544-2

Enquadramento: ISS SIMPLES NACIONAL
Data de Inicio: 22/12/2011

Atividade Principal: 4761001-COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS

Nome Fantasia: LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL

A Referida Certidão terá validade até **24/03/2023**.

IMPERATRIZ-MA, 23/01/2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Folha nº 151
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
CNPJ: 14.793.347/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:14:08 do dia 22/08/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/02/2023.
Código de controle da certidão: **76D8.959D.9EE7.2FB8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43 INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

ANEXO V

Folha nº 152

Processo nº 011-2022

Rubrica

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 14.793.347/0001-43, sediada na Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600, telefone nº (99) 30755010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, portador da cédula de identidade nº 15692382000-8 SEJUSPC / MA e do CPF nº 963.930.763-72, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

Imperatriz - MA, 19 de janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.13 09:42:15 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600
E-mail: lindomarbrasilnordeste@gmail.com – FONE: (99) 3075-5010

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Folha nº 153
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.793.347/0001-43
Certidão nº: 618996/2023
Expedição: 06/01/2023, às 10:05:37
Validade: 05/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.793.347/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

Folha nº 454
Processo nº 111-2022
Rubrica

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

PREFEITURA DE IMPERATRIZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO ORÇAMENTARIA - SEFAZGO

CNPJ: 06.158.455/0001-16

Rua Godofredo Viana 722/738 Centro CEP: 65901-480 - Imperatriz-MA

ALVARA

Folha nº 455

Processo nº 111-2022

Rubrica

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO 1376/2022

2022

Insc. Municipal	CNPJ	Data da Constituição
945544	14.793.347/0001-43	22/12/2011

Nome/Razão Social

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

Denominação Comercial

LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL

Natureza Jurídica	Vinculação
206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITAD	ENTIDADES EMPRESARIAIS

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividade Principal

4761001-COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS

Atividades Secundárias

1813001 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO
1813099 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
4637104 - COMERCIO ATACADISTA DE PAES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES
4639701 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL
4641903 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
4642702 - COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO
4643501 - COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS
4643502 - COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM

Data de Inicio

22/12/2011

LOCALIZAÇÃO

Logradouro	Número
RUA PIAUI	649

Complemento	Quadra	Bairro
		CENTRO

Data de Cadastro	Validade	Código de Autenticação
	28/02/2023	RIN2-1H8L

Informações Adicionais

IMPERATRIZ-MA, 16/03/2022

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO

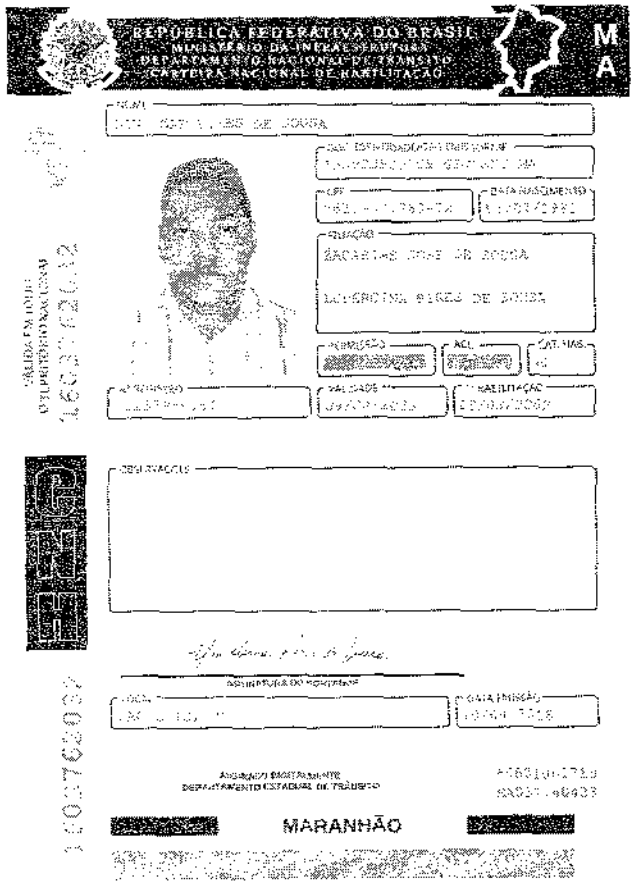
16/03/2022 12:29:30

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

Folha nº 456
Processo nº 111-2022
Rubrica

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14793347000143 NIRE: 21200768546 Data: 22/12/2011

Balanço Patrimonial de 01/01/2021 até 31/12/2021

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP - 65.901-600.

JOSE VERAS DE PAIVA

Diário: 5

Folha nº 457

Processo nº MA-2022

Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo	1	****1.017.824,19D**
Circulante	1-1	******990.152,95D**
Disponível	1-1-01	******207.700,57D**
Numerários em caixa	1-1-01-Rubrica	********3.590,09D**
Caixa (35)	1-1-01-01-01	3.590,09D
Banco conta movimento	1-1-01-02	******204.110,48D**
Banco Conta Movimento (49)	1-1-01-02-01	204.110,48D
Clientes	1-1-04	******710.872,49D**
Duplicatas a receber (105)	1-1-04-01	710.872,49D
Estoques	1-1-12	*******71.579,89D**
Mercadorias para Revenda (287)	1-1-12-01	71.579,89D
Ativo Não-Circulante	1-2	*******27.671,24D**
Imobilizado	1-2-03	*******62.236,00D**
Móveis e utensílios (434)	1-2-03-02	16.232,00D
Instalações (441)	1-2-03-03	14.850,00D
Veículos (455)	1-2-03-05	28.200,00D
Computadores e Periféricos (462)	1-2-03-06	2.954,00D
Depreciação / Amortização	1-2-04	*******34.564,76C**
(-) Deprec. móveis e utensílios (476)	1-2-04-01	5.869,40C
(-) Deprec. instalações (483)	1-2-04-02	5.346,00C
(-) Deprec. Veículos (497)	1-2-04-04	20.868,00C
(-) Deprec. Computadores e Periféricos (504)	1-2-04-05	2.481,36C

**********(XXXXX)**********

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, realizado em 31/12/2021, estando de acordo com a documentação apresentada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.017.824,19 (Hum milhão, dezessete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos), abrangendo o período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Imperatriz - MA, 31 de Dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CRC: 2917-MA CPF: 03540413391

L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA — JOSE VERAS DE PAIVA

CNPJ: 14793347000143 NIRE: 21200768546 Data: 22/12/2011

Balanço Patrimonial de 01/01/2021 até 31/12/2021 — Diário: 5

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP - 65.901-600.

Folha nº 458
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo	2	****1.017.824,19C**
Circulante	2-1	******128.256,37C**
Fornecedores	2-1-03	*******42.435,56C**
Fornecedores (707)	2-1-03-01	42.435,56C
Imposto a pagar / recolher	2-1-05	*******78.891,01C**
ICMS a recolher (735)	2-1-05-01	347,43C
Simples Nacional a Recolher (805)	2-1-05-15	78.543,58C
Salários e contribuições previdenciárias	2-1-06	********6.929,80C**
Folha a pagar (819)	2-1-06-01	3.076,00C
Pró-labore a pagar (826)	2-1-06-02	3.300,00C
INSS a recolher s/ salar. e pro-labore (833)	2-1-06-03	363,00C
FGTS a recolher (840)	2-1-06-05	250,80C
Patrimônio líquido	2-4	******889.567,82C**
Capital Social	2-4-01	******140.000,00C**
Capital Integralizado	2-4-01-01	******140.000,00C**
Lindomar Pires de Sousa (952)	2-4-01-01-01	138.600,00C
Gabriela da Silva e Silva (959)	2-4-01-01-02	1.400,00C
Reservas de lucros	2-4-04	******332.692,35C**
Reserva de Lucros (2492)	2-4-04-01	332.692,35C
Resultado do Exercício	2-4-06	******416.875,47C**
Lucro do Exercício (1113)	2-4-06-01	416.875,47C

**********(XXXXX)**********

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, realizado em 31/12/2021, estando de acordo com a documentação apresentada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.017.824,19 (Hum milhão, dezessete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos), abrangendo o período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Imperatriz - MA, 31 de Dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CRC: 2917-MA CPF: 03540413391

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA (00399)
CNPJ: 14793347000143 NIRE: 21200768546 Data: 22/12/2011
Endereço: RUA PIAUI, Nº 649, CENTRO, Imperatriz, MA
Demonstração do Resultado do Exercício Analítica de 01/01/2021 até 31/12/2021 Diário :5

Folha nº 459
Processo nº 111-2022
Rubrica

Descrição	Classificação	Nota	Exercício Atual
Receita			
Receita bruta s/ vendas, locações e serviços			
Receita bruta de venda			
Revenda de mercadorias	3-1-01-03		3.329.300,28C
=Receita bruta de venda			**3.329.300,28C
=T o t a l - Receita bruta s/ vendas, locações e serviços			**3,329.300,28C
Dedução de receita bruta vendas/serviços			
Dedução de receita bruta de vendas			
Devolução de Vendas	3-2-01-01		107.680,27D
Simples Nacional	3-2-01-03		280.031,36D
ICMS - Diferencial de Alíquotas	3-2-01-04		3.442,35D
=Dedução de receita bruta de vendas			****391.153,98D
=T o t a l - Dedução de receita bruta vendas/serviços			****391.153,98D
=T o t a l - Receita			**2.938.146,30C
Custos e Despesas			
Custos diretos da venda			
Custos das mercadorias vendidas			
CMV - Custo das Mercadorias Vendidas	4-1-01-01		2.115.364,32D
=Custos das mercadorias vendidas			**2.115.364,32D
Mão de obra direta			
Salários e ordenados	4-1-03-01		4.511,00D
INSS	4-1-03-09		4.441,17D
FGTS	4-1-03-12		912,71D
=Mão de obra direta			******9.864,88D
=T o t a l - Custos diretos da venda			**2.125.229,20D
Custos indiretos da produção			

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA (90399)
CNPJ: 14793347000143 NIRE: 21200768546 Data: 22/12/2011
Endereço: RUA PIAUI, Nº 649, CENTRO, Imperatriz, MA
Demonstração do Resultado do Exercício Analítica de 01/01/2021 até 31/12/2021 Diário :5

Descrição	Classificação	Nota	Exercício Atual
Custos com entregas			
Fretes na entrega	4-2-03-01		60.108,87D
=Custos com entregas			*****60.108,87D
Utilidades e serviços			
Luz	4-2-05-01		5.464,64D
Telefone	4-2-05-02		1.080,00D
Materiais para escritorio	4-2-05-07		2.667,41D
Uniforme	4-2-05-11		315,63D
=Utilidades e serviços			******9.527,68D
Mão de obra indireta			
Pró-labore administração	4-2-07-01		39.600,00D
=Mão de obra indireta			*****39.600,00D
Materiais de consumo	4-2-08		689,00D
Aluguéis e arrendamento			
Aluguéis de imóveis	4-2-10-01		29.650,00D
=Aluguéis e arrendamento			*****29.650,00D
Depreciação/Amortização			
Depreciação Acumulada	4-2-11-01		9.637,72D
=Depreciação/Amortização			******9.637,72D
=T o t a l - Custos indiretos da produção			****149.213,27D
Despesas gerais de produção			
Despesas gerais da administração			
Serviço terceiros pes. fisica - Honorários	4-3-01-05		5.500,00D
Serviço terceiros pes. jurídica	4-3-01-06		1.548,00D
Internet	4-3-01-14		810,00D
=Despesas gerais da administração			******7.858,00D

Folha nº 160
Processo nº AIL - 2022
Rubrica

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA (00399)
CNPJ: 14793347000143 NIRE: 21200768546 Data: 22/12/2011
Endereço: RUA PIAUI, Nº 649, CENTRO, Imperatriz, MA
Demonstração do Resultado do Exercício Analítica de 01/01/2021 até 31/12/2021 Diário :5

Descrição	Classificação	Nota	Exercício Atual
=T o t a l - Despesas gerais de produção			******7,858,00D
Despesas financeiras			
Despesas Bancárias			
Juros e despesas bancárias	4-4-04-01		3.970,36D
=Despesas Bancárias			******3.970,36D
=T o t a l - Despesas financeiras			******3,970,36D
=T o t a l - Custos e Despesas			**2.286.270,83D

Folha nº 164
Processo nº 111.2022
Rubrica

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 2.938.146,30C
DESPESAS + CUSTO----------> 2.286.270,83D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****651.875,47

**********(XXXXX)**********

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

NOTA N° 01: CONTEXTO OPERACIONAL

L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., cadastrada no CNPJ n° 14.793.347/0001-43, constituída em 22/12/2011, tributada pelo regime do Simples Nacional, com apuração mensal, com ramo de atividade - Comércio varejista de livros (47.61-0-01); - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (46.37-1-04); - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (46.39-7-01); - Comércio atacadista de artigos de armarinho (46.41-9-03); - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho (46.42-7-02); - Comércio atacadista de calçados (46.43-5-01); - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem (46.43-5-02); - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (46.46-0-01); - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (46.46-0-02); - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (46.47-8-01); - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (46.47-8-02); - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (46.49-4-08); - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos de cutelaria, artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, brinquedos de qualquer material, inclusive eletrônicos, instrumentos musicais, artigos para caça, pesca e camping, artigos de óptica, artigos descartáveis em geral (copos, talheres, guardanapos, embalagens para alimentos preparados e outros similares) (46.49-4-99); - Comércio atacadista de equipamentos de informática (46.51-6-01); - Comércio atacadista de suprimentos para informática (46.51-6-02); - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (46.52-4-00); - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, suas partes e peças, tais como, motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medida, robots, equipamentos de ginástica e condicionamento físico (46.69-9-99); - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios supermercados (47.11-3-02); - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes (47.21-1-04); - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (47.51-2-01); - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (47.52-1-00); - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (47.53-9-00); - Comércio varejista de móveis (47.54-7-01); - Comércio varejista de artigos de iluminação (47.54-7-03); - Comercio varejista de artigos de armarinho (47.55-5-02); - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho (47.55-5-03); - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico, tais como artigos para habitação de vidro, cristal, porcelana, borracha, plástico, metal, madeira, vime, bambu e outros similares - panelas, louças, garrafas térmicas, escadas domésticas, escovas, vassouras, cabides, artigos de cutelaria, toldos e similares, papel de parede e similares, sistema de segurança residencial (47.59-8-99); - Comércio varejista de artigos de papelaria (47.61-0-03); - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (47.63-6-01); - Comércio varejista de artigos esportivos (47.63-6-02); - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (47.72-5-00); - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (47.81-4-00); - Comércio varejista de calçados (47.82-2-01); - Comércio varejista de artigos de viagem (47.82-2-02); - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (47.89-0-05); - Limpeza em prédios e em domicílios (81.21-4-00); - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6-04); - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (4773-3/00); - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

odonto médico hospitalar, suas partes e peças (4664-8/00); - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (4771-7/01); - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01); - Impressão de material para uso publicitário (1813-0/01); - Impressão de material para outros usos, tais como a impressão, sob contrato, de impressos para usos diversos (cardápios, cartões de apresentação e de mensagens, diplomas, convites, etc.) (1813-0/99). Com sede na Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA. CEP - 65.901-600.

NOTA N° 02: POLÍTICA CONTÁBIL E DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado (DR) e estas NOTAS EXPLICATIVAS, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e preceitos da Legislação Comercial, Lei n° 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis.

NOTA N° 03: REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. A escrituração contábil foi realizada com base nas disposições contidas na ITG 1000 - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

NOTA N° 04: RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas de natureza financeiras foram contabilizadas pelo critério "pró-rata" dia e calculadas com base no método exponencial.

NOTA N° 05: POLÍTICA CONTÁBIL

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000 - Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA N° 06: CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSÉ VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei nº 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimento. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional, a partir de 01 de abril de 2018.

NOTA Nº 07: MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

NOTA Nº 08: TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (IMPAIRMENT)

A administração da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de Impairment conforme prevê a Seção nº 27 da NBC TG 1000.

NOTA Nº 09: PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e os passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1000 expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo ou quando couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

NOTA Nº 10: AJUSTE A VALOR PRESENTE

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos. O AVP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial "pró-rata", registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo ativo, através do método da taxa efetiva de juros.

NOTA Nº 11: DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade Para Pequenas e Medias Empresas.

NOTA N° 12: DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2021 e está em obediência ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n° 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, especialmente a NBC TG 1000.

NOTA N° 13: ATIVOS CIRCULANTES

A classificação das contas é realizada com base no que determina a NBC TG 1000, item 4.5, sendo classificado como circulante quando:

a) espera realizar o ativo, ou pretende vende-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;

b) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;

c) espera realizado o ativo no período de até 12 meses da data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA N° 14: ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado foi inicialmente registrado pelo valor do custo histórico, sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração.

As alíquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo através do método linear, em conformidade com a NBC TG 1000 e Anexo III da Instrução Normativa RFB n° 1.700/2017.

NOTA N° 15: PASSIVO CIRCULANTE

A classificação das contas e realizada com base no que determina a NBC TG 1000, item 4.7, sendo classificados como circulante quando:

a) espera-se liquidar um passivo durante o ciclo operacional normal da entidade;

b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação;

c) o passivo for exigível no período de até 12 meses após a data de encerramento das demonstrações contábeis; ou a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de divulgação.

NOTA N° 16: AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme disposto na nota explicativa n° 7, a responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional, a partir de 01 de abril de 2018.

A administração da empresa declara estar ciente que foram reajustados os saldos iniciais das contas patrimoniais Caixa Geral, Clientes, Despesas Antecipadas, Obrigações Tributárias, Parcelamentos e

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

Empréstimos, quando necessário, a fim de demonstrar efetivamente a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, em conformidade a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

Folha nº 4166
Processo nº 111-2022
Rubrica

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2021.

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
Sócio Administrador
CPF: 963.930.763-72

JOSE VERAS DE PAIVA
CONTADOR
CPF:035.404.133-91 CRC: 2917-O-MA

Folha nº 4167
Processo nº 111-2022
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03540413391	JOSE VERAS DE PAIVA
96393076372	LINDOMAR PIRES DE SOUSA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/05/2022 11:50 SOB Nº 20220496358.
PROTOCOLO: 220496358 DE 04/05/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12205599989. CNPJ DA SEDE: 14793347000143.
NIRE: 21200768546. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/05/2022.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

LARISSA ROCHA DA SILVA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS LTDA (00399)

Folha nº 468
Processo nº 111.2022
Rubrica

T E R M O D E A B E R T U R A

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 95 (NOVENTA E CINCO) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 95 (NOVENTA E CINCO). E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NUM. 5(CINCO) DA EMPRESA L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA . FIRMA ESTABELECIDA À RUA PIAUÍ, Nº 649 CENTRO, NESTA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA CEP: 65901-600, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 21200768546 POR DESPACHO DE 22/12/2011 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURIDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 14793947000140, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. 945544, E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. 123747309.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/ME Nº 42, DE 19/02/2021, E O §1º DO ART. 6º DO DECRETO LEI Nº 55.567/69, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA. CONTABILIZADA E DEVOLVIDA, ABRANGENDO O PERÍODO DE 01/01/2021 A 31/12/2021.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO TÉCNICO(A) RESPONSÁVEL, O SR. JOSÉ VERAS DE PAIVA REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 2917-O-MA, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 035.404.133-91.

IMPERATRIZ, 01 DE JANEIRO DE 2021.

_____

SÓCIO ADMINISTRADOR - LINDOMAR PIRES DE SOUSA

C.P.F - 963.930.763-72

_____

JOSÉ VERAS DE PAIVA

C.R.C 2917-O-MA

C.P.F 035.404.133-91

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA (06399)

Folha nº 469
Processo nº 111-2022
Rubrica

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

CONTÉM ESSE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 95 (NOVENTA E CINCO) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 95 (NOVENTA E CINCO), E SERVIU DE LIVRO DIÁRIO NUM. 5(CINCO) DA EMPRESA L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA , FIRMA ESTABELECIDA À RUA PIAUÍ, Nº 649 CENTRO, NESTA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA CEP: 65901-600, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 21200768546 POR DESPACHO DE 22/12/2011 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 11793347000143, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. 945544, E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. 123747309.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19/03/2021, E O §1º DO ART. 6º DO DECRETO LEI Nº 86.967/69, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2021 A 31/12/2021 E SE DESTINOU A FINS CONSTANTES DO TERMO DE ABERTURA.

O PRESENTE VAI ASSINADO PELO TÉCNICO(A) RESPONSÁVEL, O SR. JOSÉ VERAS DE PAIVA REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 2917-O-MA, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 035.404.133-91.

IMPERATRIZ, 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

SÓCIO ADMINISTRADOR - LINDOMAR PIRES DE SOUSA

C.P.F - 963.930.763-72

JOSÉ VERAS DE PAIVA

C.R.C 2917-O-MA

C.P.F 035.404.133-91

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Folha nº 470
Processo nº 11-2022
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03540413391	JOSE VERAS DE PAIVA
09393078372	LINDOMAR PIRES DE SOUSA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 04/05/2022 14:28 SOB Nº 20220496510.
PROTOCOLO: 220496510 DE 26/04/2022. NIRE: 21200758546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

ANDRÉ DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 04/05/2022
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Folha nº 471
Processo nº 111-2022
Rubrica

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12205613353 em 04/05/2022, protocolo 220496510. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
Número de Registro:	21200768546
CNPJ:	14793347000143
Município:	Imperatriz

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	5
Período de Escrituração:	01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03540413391	JOSE VERAS DE PAIVA	MA002917
96393076372	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 04/05/2022 14:28 SOB Nº 20220496510.
PROTOCOLO: 220496510 DE 25/04/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12205613353. NIRE: 21200768546.
L. PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 04/05/2022
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL
L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
RUA PIAUI, nº 540 - CENTRO - CEP - 65.900-000, FONE: (99) 9975-5010
IMPERATRIZ - MA E-MAIL: Pedro.dias@hotmail.com
CNPJ (MF) - 14.792.247/0001-48 INSC. - 2128078586 INSC. MUNICIPAL - 045544

Folha nº 172
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

ÍNDICES DE LIQUIDEZ, SOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO - ANO 2021

Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante / Passivo Circulante

Liquidez Corrente (LC) = 990.156,96 / 128.256,37 => LC = 7,72

Liquidez Imediata (LI) = Disponível / Passivo Circulante

Liquidez Imediata (LI) = 207.700,57 / 128.256,37 => LI = 1,62

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)

Liquidez Geral (LG) = 990.156,96 + 21.671,24 / 128.256,37 + 0,00 => LG = 7,90

Liquidez Seca (LS) = (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

Liquidez Seca (LS) = 990.156,96 - 71.979,59 / 128.256,37 => LS = 7,16

Solvência Geral (SG) = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

Solvência Geral (SG) = 1.017.804,19 / 128.256,37 => SG = 7,94

Composição Geral (CG) = Passivo Circulante / (Patrimônio Líquido + Resultado Exercício Futuro) <=1,00

Composição Geral (CG) = 128.256,37 / 889.667,82 = 0,00 => CG = 0,14

Endividamento Geral (EG) = (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) / (Patrimônio Líquido + Resultado Exercício Futuro) <=1,00

Endividamento Geral (EG) = 128.256,37 + 0,00 / 889.667,82 = 0,00 => EG = 0,14

Endividamento Total (ET) = Exigível Total / Ativo Total <=1,00

Endividamento Total (ET) = 128.256,37 / 1.017.804,19 => ET = 0,13

O presente demonstrativo é a expressão da verdade, contendo demonstrativos contábeis devidamente equivalentes na empresa, referentes ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Imperatriz-MA, 31 de Dezembro de 2021

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 14.792.247/0001-48
Insc. Est.: 12.374.710-9

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
Linsomar Pires de Sousa
CPF: 467.930.703-72

JOSÉ VERAS DE PAIVA
CRC - 2917/MA
CPF - 035.404.103-91

José Veras de Paiva
Contador
CRC: 2917 MA
CPF: 035.404.103-91
Fone: (99) 9911-2091

Folha nº 473
Processo nº AAL-2022
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2022/90000040
Nome: JOSE VERAS DE PAIVA CPF: 035.404.133-91
CRC/UF n.º MA-002917/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 27/02/2023
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
Exercício: 2021

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 035.404.133-91 Controle : 1719.1660.1974.2601

Folha nº 474
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2022/90000039
Nome: JOSE VERAS DE PAIVA CPF: 035.404.133-91
CRC/UF n.º MA-002917/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 27/02/2023
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL
Exercício: 2021

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **035.404.133-91** Controle : **2166.3107.3421.3735**

Folha nº 475
Processo nº 44 - 2022
Rubrica

06/01/2023 10:28:59

Comprovante de Inscrição Municipal

CADASTRO MUNICIPAL

Insc. Municipal: 945544-2 **Situação:** ATIVA
Razão social: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
Nome Fantasia: LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL
Insc. Junta Com.:
CNPJ: 14.793.347/0001-43
Insc. Estadual:
Vinculação: ENTIDADES EMPRESARIAIS
Natureza Jurídica: 206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
Classificação: MICRO EMPRESA
Data de Inclusão:
Data de Início: 22/12/2011
MEI: NÃO
Isento ISSQN: NÃO
Isento Alvará: NÃO
Data de Constituição: 22/12/2011

ENDEREÇOS

Tipo	Logradouro	Número	Bairro	Cidade
COMERCIAL	RUA PIAUI	649	CENTRO	IMPERATRIZ-MA

INTEGRANTES QSA

Resp. Legal	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	% Sociedade	Data Adesão	Data Saída
	963.930.763-72	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	0		
	369.704.218-13	GABRIELLA DA SILVA	0		

06/01/2023 10:28:59

Comprovante de Inscrição Municipal

ATIVIDADES CNAE

Principal	Descrição da Atividade	Base de Cálculo	Data Inclusão	Data Encerramento
X	COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS	1	22/12/2011	
	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	1	22/12/2011	
	LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, SEM MANIPULACAO DE FORMULAS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	1	22/12/2011	
	COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PECAS	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL	1	22/12/2011	
	COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE	1	22/12/2011	

Folha nº 477
Processo nº 011-2022
Rubrica

06/01/2023 10:28:59

Comprovante de Inscrição Municipal

PERFUMARIA		
COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL	1	22/12/2011
COMERCIO ATACADISTA DE PAES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES	1	22/12/2011
IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS	1	22/12/2011
IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO	1	22/12/2011

ENQUADRAMENTO

Enquadramento	Data Início	Data Encerramento
004-ISS SIMPLES NACIONAL	22/12/2011	

CONTATOS

Tipo	Descrição
EMAIL	WELDYS@UOL.COM.BR
FONE	9930755010

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43 INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

ANEXO V

Folha nº 2178
Processo nº 111-2022
Rubrica

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 14.793.347/0001-43, sediada na Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600, telefone nº (99) 30755010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, portador da cédula de identidade nº 15692382000-8 SEJUSPC / MA e do CPF nº 963.930.763-72, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

Imperatriz - MA, 19 de janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.13 09:42:15 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600
E-mail: lindomarbrasilnordeste@gmail.com – FONE: (99) 3075-5010

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43 INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

Folha nº 479
Processo nº 111-2022
Rubrica

ANEXO III

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ n° 14.793.347/0001-43, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, portador da Carteira de Identidade n° 15692382000-8 SEJUSPC / MA e do CPF n° 963.930.763-72, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Imperatriz - MA, 19 de Janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Dados: 2023.01.13 09:41:40 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600
E-mail: lindomarbrasilnordeste@gmail.com – FONE: (99) 3075-5010

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43 INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

Folha nº 480
Processo nº 11-2023
Rubrica

ANEXO IV

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezado Senhor,

A empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.793.347/0001-43, por intermédio de seu representante legal o Sr. Lindomar Pires de Sousa, R.G. nº 15692382000-8 SEJUSPC / MA, C.P.F 963.930.763-72, DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Imperatriz - MA, 19 de janeiro de 2023

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.13 09:43:02 -03'00'

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA
Lindomar Pires de Sousa
(Gerente e Proprietário)

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600
E-mail: lindomarbrasilnordeste@gmail.com – FONE: (99) 3075-5010

Folha nº 481
Processo nº 111-2022
Rubrica

PREFEITURA DE IMPERATRIZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO ORÇAMENTARIA - SEFAZGO

CNPJ: 06.158.455/0001-16

Rua Godofredo Viana 722/738, Centro CEP: 65901-480 - imperatriz-MA

QRickit

ALVARA

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

2022 **1376/2022**

Insc. Municipal
945544

CNPJ
14.793.347/0001-43

Data da Constituição
22/12/2011

Nome/Razão Social
L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.

Denominação Comercial
LIVRARIA E PAPELARIA DO BRASIL

Natureza Jurídica
206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITAD.

Vinculação
ENTIDADES EMPRESARIAIS

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividade Principal
4761001-COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS

Atividades Secundárias
1813001 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO
1813099 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
4637104 - COMERCIO ATACADISTA DE PAES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES
4639701 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL
4641903 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
4642702 - COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO
4643501 - COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS
4643502 - COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM

Data de Inicio
22/12/2011

LOCALIZAÇÃO

Logradouro
RUA PIAUI

Número
649

Complemento

Quadra

Bairro
CENTRO

Data de Cadastro

Validade
28/02/2023

Código de Autenticação
RIN2-1H8L

Informações Adicionais

IMPERATRIZ-MA, 16/03/2022

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO

16/03/2022 12:29:30

Folha nº 482
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa **L PIRES DE SOUSA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 14.793.347/0001-43, situada à Rua Piauí, 649 -Centro – CEP 65.901-600 – Imperatriz – MA, **forneceu equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos de informática, mobiliários, materiais esportivos, equipamentos de fisioterapia e utensílios diversos,** referente aos itens contemplados no Pregão Eletrônico nº 001/2021-AGEMSUL, constantes no Contrato 014/2021-AGEMSUL, e da Nota Fiscal 835 de 23/12/2021, em plenas condições de uso, no prazo estabelecido.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Imperatriz - MA, 21 de Janeiro de 2022

DAVISON DO NASCIMENTO SILVA
Presidente AGEMSUL

1

6pULH

/ 3.5(6 '(6286$ &20(5&.2 ((035(('.0(1726 '$1)(

/7'$

58S 3.S8.

&(1752

.PSHUDWUL|

0S

'RFXPHQWR DX

GD)RWD)LV

(OHWU{QLFD

6DrGD

(QWUDGD

)/

1

6pULH

Folha nº 483

Processo nº 111-2022

&RQVXOWD GH DXWHQWLFLGADE

ZZZ QIH IUHQGH IRV EU RX QR VI

/ 3,5(6 '(6286$ &20(5&.2 ((035((`.0(1726 /7`S

58$ 3.S8.

&(1752

.PSHUDWUL.]

0S

'$1)(

'RFXPHQWR DX
GD IRWD)LV
(OHWU[QLFD

6DiGD
(QWUDGD

)/
1
6pULH

&+S9(`'(S&(662

Folha nº 1184
Processo nº 111-2022
Rubrica

&RQVXOWD PH DX WHQWLFLGDGH
ZZZ QIH ID.JHOGD JRY EU RX QR VL

1S/S5(=S `S 25(5$6.2

9(1`$ 3$5$ 3`9 $/7(5`$7$ 6.03/(6 1$&.21$/

35372&2/2 `( $8725.=$d›2 `(862

.(6$.d›2 (e7$`8S/ | .10&5.d›2 (675`8$/ 68@ 75.@87"5.S | &13-

@`26 `2 352`872 6(59.d2

	`0(&5.d›2 `2 352`872 6(59.d2	1&0 6	&626&)2		81.'	47`	9/5 81.7	9/5 727S/	@& .&05	9/5 .&0	9/5 .5	5` 48275 .&06 .5
	12*›2 .1`8675.S/ &203 00 `S5* 00 5`78				81							
	55&2 3$55 *.1"67.&$ 5`70.&$ @$6@2/` 6.1`e7.&2				81							
	@2/6$ 7e0.&$ $3/.&5d›2 3$5$ *(/2 02`(2 5(`31`$				81							
	@2/5 `( )(.›2 @2@$7+ 0$7(5.$/ 3$55).6.27(5$3.5				81							
	&21(7.3+ 35$72 3/"67.&2)/(;9(/	&0			81							
	67(8 3/T)2$0$ 3$5$ *.1"67.&$				81							
	1$.;$ 3$5$ 9(`$a›2 `1$.;$ (/"67.&$ 7+45$ @$1`3				81							
	(67(726& 3.2 7.32 @.$85.&8/$5 2+.9$6 $1$7 `39& +$o				81							
	53$5(+2 $&106$5.2 3$5$ 086&8/$d›2 +$/(5 .* 10@2				$5							
	`75555$ `($d2 &20 6(d›2 5(`21`$ +$;7(5 .*				81							
	&$1(`(.5$ 3$5$ *.1"67.&$ &20 .* &$`$ 3$5 727$/				81							
	&$1(`(.5$ 3$21.60.21$/ `7351?=(.* &$`$ 3$5	&20			81							
	(VWDELOL]DGRU WHQVmR FDS DFLGDGH			YD	81'							

&21.)3$d›2 .1)250$d(6 &203/(0(17$5(6
HVWDGXDLV)RQWH .%379DORU GH .&06 GHVRQHUDGR 5

`$`26 $`.&.21$.6

.1)250&a(6 &203/(0(17$5(6
`2&80(172 (0,7`2 325 0(28 (33 237$17(3(/2 6.03/(6 1$&.21$/ 1›2 `(5$ `.5(.72 $
A$@`.72 ).6&$/`(.3. 3(`.`2 `( (48.3$0(1726 (/(75—1.&26 ).6.27(5$3.$ ( 8`(16.`.26
`@(626 3$5$ $ $`1&.$ (:(&87.9$ 0(75232/.7$1$ `2 68`2(67(0$5$1›(16($*(068/
5(0(5(17($2 352&(662 `.&.7$`5.2 3 (1 &2175$72 1 25`(0 `(
(5`(&(17( 1 `$`26 3$5$ 3$`$0(172 &217$ &255(17(1 $`1&.$ 1
%$1&2 `2 %5$6./ HP QRPH GH / 3.5(6 `(6286$ &20(5&.2 ((035((1`0(1726 /7`$
GREH SDJRX DSUR[LPDGDPHQWH 5 GH WULEXWRV IHGHUDLV 5 GH WULEXWRS

5(6(59$`2 $2).6&2

SRZHUHGit erdc

Folha nº 145

Processo nº 111-2022

1

6pULH

1

6pULH

Folha nº 2186

Processo nº 111-2022

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Folha nº 487
Processo nº 111-2022
Rubrica

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: WPPT CONFECCOES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2200153799

Requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

JUIZ DE FORA
Local

18 FEVEREIRO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

__/__/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____
Data

_____ Vogal
_____ Vogal
_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 488
Processo nº 111-2022
Rubrica

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/100.959-1	MGP2200153799	24/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE WPPT CONFECCOES LTDA

1. ALONSO PEREIRA TAVARES, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIO, Casado(a), regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 167.856.146-00, documento de identidade 184321, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, número 231, APT 101, bairro / distrito LOURDES, município JUIZ DE FORA - MINAS GERAIS, CEP 36.070-460.

Folha nº 189
Processo nº MM-2022
Rubrica

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de WPPT CONFECCOES LTDA.

Cláusula Segunda - O objeto social será FABRICACAO DE MEIAS, ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES, CALCADOS DE COURO, CALCADOS DE MATERIAL SINTETICO, TENIS, CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO, ROUPAS INTIMAS, ROUPAS PROFISSIONAIS, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CONSERVACAO, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE TECIDOS, ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO, CALCADOS, BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, DE FIOS E FIBRAS BENEFICIADOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, CACA, PESCA, CAMPING, BICICLETAS, TRICICLOS, PECAS E ACESSORIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, número 231, APT 101, bairro / distrito LOURDES, município JUIZ DE FORA - MG, CEP 36.070-460.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 18/02/2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R$ 100.000,00 (CEM MIL reais) dividido em 100.000 quotas no valor nominal R$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R$
ALONSO PEREIRA TAVARES	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador(a)/sócio(a) ALONSO PEREIRA TAVARES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto,

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE WPPT CONFECCOES LTDA

fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de JUIZ DE FORA - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

JUIZ DE FORA, 18 de Fevereiro de 2022.

ALONSO PEREIRA TAVARES
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 191

Processo nº 111-2022

Rubrica

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/100.959-1	MGP2200153799	24/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Folha nº 492
Processo nº AM-2022
Rubrica

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMG, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 22/100.959-1, em 24/02/2022 da empresa: WPPT CONFECCOES LTDA, nire: 3121290266-6 , foi deferido digitalmente sob o número 31212902666, em 24/02/2022 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.
Assina o presente termo, mediante certificado digital, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES

Belo Horizonte, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022

Documento assinado eletrônicamente por Vinicius Barbosa Mourão, Servidor(a) Público(a), em 24/02/2022, às 13:36 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/100.959-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 493
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31212902666 em 24/02/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221009591 - 24/02/2022. Autenticação: 6BA2C7A4650E8F31685D557EBB4C347938BA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/100.959-1 e o código de segurança GbuP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

WPPT CONFECÇÕES LTDA-ME

Folha nº 194
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

GERENTE FINANCEIRO,

A Empresa WPPT CONFECÇÕES LTDA. com sede na Dr. José Rafael Souza Antunes, 231/101 – Lourdes – Juiz de Fora/MG – CEP 36070-460, inscrita no CNPJ sob o nº 45.438.114/0001-56 DECLARA, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

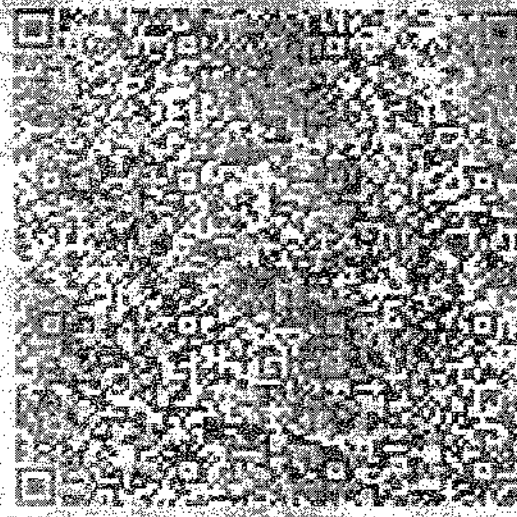
II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Juiz de Fora, 12 de Janeiro de 2023

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600
Assinado de forma digital por ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600
Dados: 2023.01.12 18:17:15 -03'00'

Alonso Pereira Tavares
Sócio/Administrador
167.856.146-00
M 184.321
WPPT CONFECÇÕES LTDA
45.438.114/0001-56

Folha nº 495
Processo nº 111-2022
Rubrica



AUTENTICAÇÃO VÁLIDA PARA
O VERSO E ANVERSO
CARTÓRIO BESSA COELHO

Folha nº 496
Processo nº 110-2022
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 497
Processo nº 111-2022
Rubrica

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
45.438.114/0001-56 MATRIZ		24/02/2022

NOME EMPRESARIAL
WPPT CONFECCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
WPPT CONFECCOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
14.21-5-00 - Fabricação de meias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.11-8-01 - Confecção de roupas íntimas
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
15.21-1-00 - Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
15.31-9-01 - Fabricação de calçados de couro
15.32-7-00 - Fabricação de tênis de qualquer material
15.33-5-00 - Fabricação de calçados de material sintético
15.39-4-00 - Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.89-3-02 - Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES	231	APT 101

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.070-460	LOURDES	JUIZ DE FORA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
WPPTCONFECCOES@GMAIL.COM	(32) 9954-5867

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/01/2023** às **18:18:52** (data e hora de Brasília).

Folha nº 2198
Processo nº 111-2022
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 199
Processo nº 111-2022
Rubrica

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
45.438.114/0001-56 MATRIZ		24/02/2022

NOME EMPRESARIAL
WPPT CONFECCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES	231	APT 101

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.070-460	LOURDES	JUIZ DE FORA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
WPPTCONFECCOES@GMAIL.COM	(32) 9954-5867

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/01/2023** às **18:18:52** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

Folha nº 500
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004279405.00-10 **CPF/CNPJ:** 45.438.114/0001-56

NOME/NOME EMPRESARIAL: WPPT CONFECCOES LTDA

NOME FANTASIA: WPPT CONFECCOES

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 1421-5/00 - Fabricação de meias

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 1411-8/01 - Confecção de roupas íntimas

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 24/02/2022 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 24/02/2022

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 36070460 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: JUIZ DE FORA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: LOURDES

LOGRADOURO: R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES

NUMERO: 231

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: APT 101

EMITIDO EM

02/01/2023 09:46:53

Folha nº 501
Processo nº 111-2022
Rubrica

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
DE EMPRESA

OBSERVAÇÕES

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
DE EMPRESA

OBSERVAÇÕES

Diego Fernandes Sandi

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Procuração nº 502 11-2022

Rubrica

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 10/11/2022

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 08/02/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: WPPT CONFECCOES LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004279405.00-10	CNPJ/CPF: 45.438.114/0001-56	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES		NÚMERO: 231
COMPLEMENTO: APT 101,	BAIRRO: LOURDES	CEP: 36070460
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: JUIZ DE FORA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000592335077

Balanço Patrimonial

WAPT CONFECCOES LTDA

Folha nº 503

Processo nº 111-2022

Rubrica

Rua DOUTOR JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231/APT 101, LOURDES, Juiz de Fora/MG - CEP 36070-460 / CNPJ:45.438.114/0001-56 / NIRE: 31212902656

1 - C.R: 1 - ATIVO	**266.411,36 D**
10 - C.R: 10 - CIRCULANTE	**266.161,36 D**
1001 - C.R: 1000 - CAIXA	**68.025,98 D**
10010001 - C.R: 1001 - CAIXA	68.025,98 D
1002 - C.R: 1200 - BANCOS C/ MOVTO	**69.057,92 D**
10020001 - C.R: 1201 - BANCO DO BRASIL AG 3205-0 C/C 57409-0	69.057,92 D
1004 - C.R: 1004 - CLIENTES	**84.449,56 D**
10040001 - C.R: 1401 - CLIENTES	84.449,56 D
1005 - C.R: 1005 - ESTOQUE	**44.627,90 D**
10050001 - C.R: 1501 - MATÉRIA PRIMA E REVENDA	44.627,90 D
11 - C.R: 180 - NAO CIRCULANTE	**250,00 D**
1103 - C.R: 1970 - INVESTIMENTOS	**250,00 D**
11030002 - C.R: 1972 - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO BB	250,00 D
2 - C.R: 2 - PASSIVO	**266.411,36 C**
20 - C.R: 20 - CIRCULANTE	**4.345,63 C**
2004 - C.R: 2400 - OBRIGACOES SOCIAIS	**4.345,63 C**
20040001 - C.R: 2401 - SIMPLES NACIONAL	4.345,63 C
21 - C.R: 28 - PATRIMONIO LIQUIDO	**262.065,73 C**
2101 - C.R: 2800 - CAPITAL	**100.000,00 C**
21010001 - C.R: 2801 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C
2102 - C.R: 2160 - RESERVAS	**162.065,73 C**
21020001 - C.R: 2161 - RESERVAS DE LUCROS	162.065,73 C

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.
EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1_184 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, LEI 10_406 DE 10_01_2002, ASSINAMOS O PRESENTE TERMO DE RESPONSABILIDADE RELATIVO A FIDELIDADE E A REALIDADE DOS SALDOS DAS CONTAS AQUI LAVRADAS. CONSOANTE AS EXIGÊNCIAS DO ART. 1_188 DO MESMO CÓDIGO, OS REGISTROS DO EXERCÍCIO FORAM REALIZADOS COM AMPARO EM DOCUMENTAÇÃO COMPETENTE, REPASSADA AO PROFISSIONAL ENCARREGADO DA ESCRITA CONTÁBIL, ESTE NA QUALIDADE DE PROPOSTO DOS SÓCIOS DA EMPRESA, ASSIM COMO, OS INVENTÁRIOS FÍSICOS DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E AS PERTINENTES AVALIAÇÕES, ESTES EFETUADOS SOB DIRETA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO SIGNATÁRIO DESTE TERMO.

JUIZ DE FORA, 31 DE JULHO DE 2022

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

Assinado de forma dig por ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

SOCIO ADMINISTRADOR: ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00
RG: 184321 - SSPMG

JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634

Assinado de forma digi por JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634

CONTADOR: JOSE AUGUSTO QUIRINO
CPF: 411.039.206-34
CRC :081268

Demonstração do Resultado

WPFT CONFECCOES LTDA

Folha nº 504
Processo nº 111-2022

Rua DOUTOR JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231/APT 101, LOURDES, Juiz de Fora/MG - CEP 36070-460 / CNPJ:45.438.114/0001-56 / NIRE: 31212902666

Rubrica

Receita Operacional Bruta		
RECEITAS	175.910,73 C	
VENDAS DE MERCADORIAS	175.910,73 C	175.910,73 C
Deduções da Receita Bruta		
IMPOSTOS INCIDENTES	7.615,44 D	
SIMPLES NACIONAL	7.615,44 D	7.615,44 D
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		168.295,29 C
Despesas Operacionais		
DESPESAS/CUSTOS OPERACIONAIS	5.689,71 D	
MATERIAL USO E CONSUMO	28,90 D	
PRESTACAO DE SERVICOS	3.022,08 D	
HONORARIOS	950,00 D	
FRETES E CARRETOS	1.060,78 D	
CORREIOS	627,95 D	5.689,71 D
Despesas Financeiras		
DESPESAS FINANCEIRAS	293,43 D	
JUROS	2,60 D	
DESPESAS BANCARIAS	272,50 D	
MULTAS	18,33 D	293,43 D
Despesas não Operacionais		
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	246,42 D	
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	246,42 D	246,42 D
= RESULTADO DO EXERCÍCIO		162.065,73 C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, APRESENTANDO UM LUCRO LÍQUIDO DE 162.065,73 (CENTO E SESSENTA E DOIS MIL SESSENTA E CINCO REAIS).

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

JUIZ DE FORA, 31 DE JULHO DE 2022

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600 Assinado de forma digital por ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

SÓCIO ADMINISTRADOR: ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00
RG: 184321 - SSPMG

JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634 Assinado de forma digital por JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634

CONTADOR: JOSE AUGUSTO QUIRINO
CPF: 411.039.206-34
CRC :081268

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

Folha nº 505
Processo nº III-2022
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JOSE AUGUSTO QUIRINO
REGISTRO..... : MG-081268/O-2
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : ***.039.206-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 12/01/2023 as 18:24:34.
Válido até: 12/04/2023.
Código de Controle: 448767.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Folha nº 506

JUIZ DE FORA Processo nº 411-2022

Rubrica

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: WPPT CONFECÇÕES LTDA ME
CNPJ: 45.438.114/0001-56

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 16 de Janeiro de 2023 às 08:28

JUIZ DE FORA, 16 de Janeiro de 2023 às 08:28

Código de Autenticação: 2301-1608-2825-0150-6657

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Folha nº 507
Processo nº 111-2022
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO NEGATIVA

Em consulta aos sistemas da atividade-fim do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), realizada na presente data, **NÃO CONSTAM** registros de procedimentos extrajudiciais em andamento relacionados ao representado:

CNPJ: 45.438.114/0001-56

Observações:

a) Certidão emitida gratuitamente através da internet nos termos da Resolução PGJ nº 13/2020.

b) A informação do nome, CPF ou CNPJ do interessado é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo os dados pesquisados de acordo com os EXATOS caracteres digitados pelo solicitante.

c) Essa certidão abrange Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Investigações Preliminares e Processos Administrativos do PROCON-MG, Procedimentos Investigatórios Criminais, Procedimentos Preparatórios Eleitorais, Procedimentos Administrativos, Procedimentos de Apoio à Atividade-fim e Procedimentos de Projeto Social.

d) Essa certidão poderá ter sua autenticidade comprovada pelo prazo de 30 (trinta) dias da data de emissão no sítio eletrônico do MPMG (https://www.mpmmg.mp.br) em "Acesso à Informação", "Emissão de certidão", utilizando o código de autenticação informado abaixo.

e) Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Certidão emitida em 10/12/2022 às 14:19:22

Código de Autenticação: 7BEF-32FC-1622-B698

PREFEITURA
JUIZ DE FORA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMPLA

SF - Subsecretaria de Usos e Fontes Folha nº 508

PROTOCOLO	Nº.CERTIDÃO	VALIDADE	DAM PREÇO PÚBLICO
124234/2022	005656/2022	04/03/2023	Processo nº 11-202 Rubrica 43/974915-8

NOME DO REQUERENTE	CPF DO REQUERENTE
ALONSO PEREIRA TAVARES	167.856.146-00

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CPF / CNPJ	IDENTIDADE
45.438.114/0001-56	----------

NOME / RAZÃO SOCIAL
WPPT CONFECCOES LTDA

FINALIDADE
PARA FINS DE LICITACAO

OBSERVAÇÕES

****
****
****
****
****

CERTIFICAMOS que, com base nos arquivos mantidos no Sistema Tributário no Município de Juiz de Fora, inexistem débitos vinculados ao nome e/ou CPF/CNPJ do contribuinte acima identificado junto aos órgãos da Administração Direta. Fica, porém, ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar débitos posteriormente apurados, de responsabilidade do contribuinte, inclusive em razão de incorreções e/ou omissões nos dados fornecidos e referentes ao período compreendido nesta certidão.

Em anexo, a relação de inscrições abrangidas por esta certidão.

JUIZ DE FORA, 05 DE SETEMBRO DE 2022.

caetano
SERGIO CAETANO DE FARIA

Assinado por 1 pessoa: SÉRGIO CAETANO DE FARIA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://juizdefora.1doc.com.br/Verificacao/7163-20E4-4F85-EFFA e informe o código 7163-20E4-4F85-EFFA

PREFEITURA
JUIZ DE FORA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMPLA

LEVANTAMENTO DE DEBITOS MUNICIPAIS DATA: 05/09/2022 PAGINA: 01/01

Folha nº 509
Processo nº 111-2022
Rubrica

CODIGO UNICO: NAO INFORMADO No. CERTIDAO: 005656/2022

CONTRIBUINTE: WPPT CONFECCOES LTDA

IDENTIDADE: NAO INFORMADA CNPJ: 45.438.114/0001-56

REFERENCIA DE PESQUISA DO CONTRIBUINTE

CMC WPPT CONFECCOES LTDA	193.592/00-2 CPF/CNPJ
CNPJ WPPT CONFECCOES LTDA	45.438.114/0001-56 CPF/CNPJ

NAO FORAM ENCONTRADOS DEBITOS PARA OS DADOS PESQUISADOS

Assinado por 1 pessoa: SÉRGIO CAETANO DE FARIA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/71B3-20E4-4F88-EFFA e informe o código 71B3-20E4-4F88-EFFA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Folha nº 510
Processo nº 111-2022
Rubrica

Código para verificação: 71B3-20E4-4F88-EFFA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SÉRGIO CAETANO DE FARIA (CPF 026.XXX.XXX-46) em 05/09/2022 15:04:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/71B3-20E4-4F88-EFFA

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Folha nº 511
Processo nº 111-2022
Rubrica

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31212902666	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: WPPT CONFECCOES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2200246334

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

JUIZ DE FORA
Local

17 MARÇO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 512

Processo nº 111-2022

Rubrica

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/162.180-6	MGE2200246334	31/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Balanço de abertura

WPT CONFECCOES LTDA

DOUTOR JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231/APT 101, LOURDES, Juiz de Fora/MG - CEP 36070-460 / CNPJ:45.438.114/0001-56 / NIRE: 31212902666

1 - C.R: 1 - ATIVO	99.050,00 D
10 - C.R: 10 - CIRCULANTE	99.050,00 D
1001 - C.R: 1000 - CAIXA	99.050,00 D
10010001 - C.R: 1001 - CAIXA	99.050,00 D
2 - C.R: 2 - PASSIVO	99.050,00 C
21 - C.R: 28 - PATRIMONIO LIQUIDO	99.050,00 C
2101 - C.R: 2800 - CAPITAL	100.000,00 C
21010001 - C.R: 2801 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C
2103 - C.R: 2950 - LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS	950,00 D
21030001 - C.R: 2951 - PREJUIZOS ACUMULADOS	950,00 D

Folha nº 513
Processo nº 111-2022
Rubrica

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.
EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1_184 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, LEI 10_406 DE 10_01_2002, ASSINAMOS O PRESENTE TERMO DE RESPONSABILIDADE RELATIVO A FIDELIDADE E A REALIDADE DOS SALDOS DAS CONTAS AQUI LAVRADAS, CONSOANTE AS EXIGÊNCIAS DO ART. 1_188 DO MESMO CÓDIGO. OS REGISTROS DO EXERCÍCIO FORAM REALIZADOS COM AMPARO EM DOCUMENTAÇÃO COMPETENTE, REPASSADA AO PROFISSIONAL ENCARREGADO DA ESCRITA CONTÁBIL, ESTE NA QUALIDADE DE PROPOSTO DOS SÓCIOS DA EMPRESA, ASSIM COMO, OS INVENTÁRIOS FÍSICOS DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E AS PERTINENTES AVALIAÇÕES. ESTES EFETUADOS SOB DIRETA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO SIGNATÁRIO DESTE TERMO.

JUIZ DE FORA, 28 DE FEVEREIRO DE 2022

SÓCIO ADMINISTRADOR: ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00
RG: 184321 - SSPMG

CONTADOR: JOSÉ AUGUSTO QUIRINO
CPF: 411.039.206-34
CRC: 081268/O2

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 514

Processo nº 111-2022

Rubrica

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/162.180-6	MGE2200246334	31/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Balanço de abertura

WPPT CONFECCOES LTDA

DOUTOR JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231/APT 101, LOURDES, Juiz de Fora/MG - CEP 36070-460 / CNPJ:45.438.114/0001-56 / NIRE: 31212902666

Folha nº 515
Processo nº 111-2022
Rubrica

1 - C.R: 1 - ATIVO	**99.050,00 D**
10 - C.R: 10 - CIRCULANTE	**99.050,00 D**
1001 - C.R: 1000 - CAIXA	**99.050,00 D**
10010001 - C.R: 1001 - CAIXA	99.050,00 D
2 - C.R: 2 - PASSIVO	**99.050,00 C**
21 - C.R: 28 - PATRIMONIO LIQUIDO	**99.050,00 C**
2101 - C.R: 2800 - CAPITAL	**100.000,00 C**
21010001 - C.R: 2801 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00 C
2103 - C.R: 2950 - LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS	**950,00 D**
21030001 - C.R: 2951 - PREJUIZOS ACUMULADOS	950,00 D

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.
EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1_184 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, LEI 10_406 DE 10_01_2002, ASSINAMOS O PRESENTE TERMO DE RESPONSABILIDADE RELATIVO A FIDELIDADE E A REALIDADE DOS SALDOS DAS CONTAS AQUI LAVRADAS, CONSOANTE AS EXIGÊNCIAS DO ART. 1_188 DO MESMO CÓDIGO. OS REGISTROS DO EXERCÍCIO FORAM REALIZADOS COM AMPARO EM DOCUMENTAÇÃO COMPETENTE, REPASSADA AO PROFISSIONAL ENCARREGADO DA ESCRITA CONTÁBIL, ESTE NA QUALIDADE DE PROPOSTO DOS SÓCIOS DA EMPRESA, ASSIM COMO, OS INVENTÁRIOS FÍSICOS DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E AS PERTINENTES AVALIAÇÕES, ESTES EFETUADOS SOB DIRETA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO SIGNATÁRIO DESTE TERMO.

JUIZ DE FORA, 28 DE FEVEREIRO DE 2022

.....
SOCIO ADMINISTRADOR: ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00
RG: 184321 - SSPMG

.....
CONTADOR: JOSE AUGUSTO QUIRINO
CPF: 411.039.206-34
CRC: 081268/O2

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 516

Processo nº 111-2022

Rubrica

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/162.180-6	MGE2200246334	31/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Despesas Operacionais		
DESPESAS/CUSTOS OPERACIONAIS	950,00 D	
HONORARIOS	950,00 D	950,00 D
= RESULTADO DO EXERCÍCIO		950,00 D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, APRESENTANDO UM PREJUIZO LÍQUIDO DE 950,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).
RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.
SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMO QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

JUIZ DE FORA, 28 DE FEVEREIRO DE 2022

SOCIO ADMINISTRADOR: ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00
RG: 184321 - SSPMG

CONTADOR: JOSE AUGUSTO QUIRINO
CPF: 411.039.206-34
CRC :081268

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 518

Processo nº 111-2022

Rubrica

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/162.180-6	MGE2200246334	31/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa WPPT CONFECCOES LTDA, de NIRE 3121290266-6 e protocolado sob o número 22/162.180-6 em 31/03/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9274770, em 31/03/2022. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Viviane Maria Rezende Lara Favarini.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES
411.039.206-34	JOSE AUGUSTO QUIRINO

Belo Horizonte, quinta-feira, 31 de março de 2022

Documento assinado eletrônicamente por Viviane Maria Rezende Lara Favarini, Servidor(a) Público(a), em 31/03/2022, às 16:04 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/162.180-6.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Folha nº 5.20

Processo nº AU-2022

Rubrica

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 31 de março de 2022

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9274770 em 31/03/2022 da Empresa WPPT CONFECCOES LTDA, Nire 31212902666 e protocolo 221621806 - 31/03/2022. Autenticação: BD9B684C507BC3E298A3DFA22C6472BDFC26B1C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/162.180-6 e o código de segurança V50s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
SECRETARIA DE TRABALHO
Coordenação-Geral de Recursos

Folha nº 521
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
NEGATIVA

EMPREGADOR: WPPT CONFECCOES LTDA
INSCRIÇÃO: 45.438.114/0001-56
DATA E HORA DA EMISSÃO: 01/09/2022, às 23:51:19, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. **Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP nº 667/2021, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.**
4. Expedida com base na Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021. Emitida gratuitamente.

Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

Endereço: **https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar**

Código: **4XUZZSSU3P**

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.

TJMG

Folha nº 529
Processo nº 111-2022
Rubrica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Marechal Deodoro, Nº 662 - Bairro Centro - CEP 36015-900 - Juiz de Fora - MG - www.tjmg.jus.br

CERTIDÃO Nº 10470659 / 2022 - TJMG 1ª/JFA - COMARCA/JFA - DIREÇÃO DO FORO - SEC

MARCO AURELIO LIMA DE MATTOS, Secretário da Diretoria do Foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas atribuições, na forma da Lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de **WPPT CONFECCOES LTDA**, com o CNPJ 45.438.114/0001-56, e para os fins que se fizerem necessários, que a Comarca de Juiz de Fora possui 24 (vinte e quatro) Varas Judiciais assim discriminadas: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª Varas Cíveis; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Varas Criminais; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Varas de Família; Vara da Infância e da Juventude; Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos; 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública e Autarquias Municipais, Vara de Fazenda Pública e Autarquias Estaduais; Vara de Execuções Penais, Vara do Tribunal do Júri e Vara da Violência Doméstica, além de 02 (duas) Unidades Jurisdicionais do Juizado Especial.

CERTIFICA QUE as ações de Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial e Falência são de competência exclusiva da Vara de Sucessões, Empresarial e Registro Públicos.

CERTIFICA MAIS QUE, a Comarca de Juiz de Fora possui 01 (um) Serviço Auxiliar de Contadoria e Tesouraria Judicial, ao qual está vinculado o setor de distribuição de ações judiciais, situado na Rua Marechal Deodoro, 662 – térreo, onde são distribuídos fisicamente os Inquéritos Policiais, as ações do Processo Judicial Eletrônico em período de eventual inoperabilidade do Sistema e as demais ações que não forem abrangidas pelo PJe, sendo que as ações de Ato Infracional, de competência da Vara da Infância e da Juventude, são distribuídas por meio físico, diretamente naquele Juízo, situado na Av. Brasil, 1000, bairro Costa Carvalho

CERTIFICA AINDA QUE, as certidões relativas aos feitos distribuídos para as 24 (vinte e quatro) Varas da Justiça Comum, bem como as certidões relativas às ações de competência do Juizado Especial são expedidas mediante requerimento da parte interessada diretamente no Portal do TJMG, através do sistema RUPE, e, caso o Sistema identifique inconsistência na emissão direta, serão expedidas pelo único setor competente para emissão de certidões vinculado à Contadoria e Tesouraria Judicial, situado na Rua Marechal Deodoro, 662 – térreo.

CERTIFICA FINALMENTE QUE, na via extrajudicial, a Comarca de Juiz de Fora possui as seguintes serventias: 1º, 2º, 3º e 4º Tabelionato de Notas; 1º, 2º e 3º Ofícios de Registro de Imóveis; 1º e 2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos de Dívida; Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas; 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais; Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Coronel Pacheco; Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Chácara; Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Torreões; Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Sarandira; Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Rosário de Minas; e um Serviço de Registro de Distribuição de Títulos e Documentos de Dívida encaminhados para protesto. **O REFERIDO É VERDADE DO QUE DÁ FÉ.**

.-.-CERTIDÃO EM DUAS LAUDAS, NÃO CONTÉM EMENDAS OU RASURAS.-.-

Juiz de Fora, 23 de agosto de 2022.

MARCO AURELIO LIMA DE MATTOS
Secretário da Diretoria do Foro
(assinatura eletrônica)

Folha nº 523
Processo nº 111-2022
Rubrica

Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Lima de Mattos, Oficial de Apoio Judicial**, em 23/08/2022, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **10470659** e o código CRC **03557BDA**.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Folha nº 524
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: WPPT CONFECCOES LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
45.438.114/0001-56	24/02/2022	18/02/2022

Endereço Completo:
RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231 APT 101 - BAIRRO LOURDES CEP 36070-460 - JUIZ DE FORA/MG

Objeto Social:
FABRICACAO DE MEIAS, ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES, CALCADOS DE COURO, CALCADOS DE MATERIAL SINTETICO, TENIS, CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO, ROUPAS INTIMAS, ROUPAS PROFISSIONAIS, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CONSERVACAO, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE TECIDOS, ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO, CALCADOS, BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, DE FIOS E FIBRAS BENEFICIADOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, CACA, PESCA, CAMPING, BICICLETAS, TRICICLOS, PECAS E ACESSORIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS		
Capital Integralizado: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
167.856.146-00	ALONSO PEREIRA TAVARES	R$ 100.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA
Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 31/03/2022
Número: 9274770

Ato 223 - BALANCO

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 07 de Dezembro de 2022 09:36

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220003403282 e visualize a certidão)

22/617.281-3

Folha nº 525
Processo nº MA-2022
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: WPPT CONFECCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 45.438.114/0001-56
Certidão nº: 26711191/2022
Expedição: 17/08/2022, às 19:12:25
Validade: 13/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WPPT CONFECCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **45.438.114/0001-56, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folha nº 596
Processo nº ML-2022
Rubrica

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 45.438.114/0001-56
Razão Social: WPPT CONFECCOES LTDA

Atividade Econômica Principal:

1421-5/00 - FABRICAÇÃO DE MEIAS

Endereço:

RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, 231 - APT 101 - LOURDES - Juiz de Fora / Minas Gerais

Observações:
A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Emitido em: 01/11/2022 19:33

Folha nº 527
Processo nº 111-9099
Rubrica

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (04/08/2022 às 16:29) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 45.438.114/0001-56.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 62EC.1E1F.BF66.9375 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Folha nº 598
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **22/708.407-1**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **WPPT CONFECCOES LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3121290266-6, CNPJ 45.438.114/0001-56, ATIVA, com sede na RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, 231, APT 101, BAIRRO LOURDES, JUIZ DE FORA/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	24/02/2022	31212902666	18/02/2022
BALANCO	31/03/2022	9274770	28/02/2022

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 19 de Dezembro de 2022.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe o nº de protocolo C225003525082 e o código de segurança HVVy. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 19/12/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Folha nº 529
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: WPPT CONFECCOES LTDA
CNPJ: 45.438.114/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:17:38 do dia 17/08/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/02/2023.
Código de controle da certidão: **B917.8C81.3DB5.A932**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RODRIGO TEIXEIRA MAGALHÃES

Folha nº 530
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES QUE A EMPRESA WPPT CONFECÇÕES LTDA-ME, SITUADA NA RUA DR. JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, Nº 231/101 BAIRRO DE LOURDES - JUIZ DE FORA/MG – CEP: 36070-460, INSCRITA NO CNPJ: 45.438.114/0001-56 E INSCRIÇÃO ESTADUAL 004279405.00-10, FORNECEU PARA A EMPRESA RODRIGO TEIXEIRA MAGALHÃES (, INSCRITA NO CNPJ: 44.602.055/0001-47 E INSCRIÇÃO ESTADUAL 004223283.00-98, OS ARTIGOS CONSTANTE DO QUADRO ABAIXO, DEMONSTRANDO POSSUIR CAPACIDADE TÉCNICA, CONDIZENTE AO RAMO DE ATIVIDADE, TENDO TAMBÉM REALIZADO A ENTREGA NO PRAZO E QUALIDADE CONSIDERADOS SATISFATÓRIOS.

EXERCÍCIO	ARTIGOS	QUANTIDADE	DATA DO PEDIDO	DATA DA ENTREGA
2022	Troféu em polipropileno base Preta 25cm	20 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
	Medalha Redonda 3,5 cm ouro, prata e bronze	2.200 UNIDADES	26/04/2022	06/06/2022
2022	Peteca com 4 penas base de Borracha	30 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Chapéu chinês cores variadas, material polimero 19cm	15 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Colete infantil face simples vermelho.	35 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Rede campo fio 2mm malha 15x15 cor branca 7,30x2,50 x 80cm	2 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Bola de Futsal Dray PVC	2 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Bola de Voleibol Penalty PVC	2 UNIDADES	26/04/2022	06/05/2022
2022	Bola de Handebol Dray PVC	1 UNIDADE	26/04/2022	06/05/2022

E POR SER EXPRESSÃO DE VERDADE, FIRMAMOS O PRESENTE.

JUIZ DE FORA, 06 DE MAIO DE 2022

RODRIGO TEIXEIRA MAGALHÃES
Sócio/Administrador
CPF: 013.031.116-70
CNPJ: 44.602.055/0001-47
Rua Professor Jair Valle nº 36 /1 – Ipiranga - Juiz de Fora/MG – CEP: 36032-710
TELEFONE: (32) 98808-3637 – EMAIL: rodrigotm31@hotmail.com

Juiz de Fora

Folha nº 531
Processo nº 44-2022
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa Wppt Confecções Ltda, inscrita no CNPJ 45438114/0001-56, localizada na Dr. José Rafael Souza, 203/101, Nossa Senhora de Lourdes, Juiz de Fora-MG, CEP 36070- 460, tendo como responsável o Sr. Alonso Pereira Tavares, CPF:050513516-70, RG: 184321, vencedora do pregão eletrônico 023/22, apresentou capacidade técnica para fornecer medalhas e troféus, tendo cumprido rigorosamente o termos constantes na Ata de Registro de Preços nº 03.2022.150 da Prefeitura de Juiz de Fora/Secretaria de Esporte e Lazer.

Empenho	N. fiscal	Qtd.	Objeto
		458	Medalha em **Zamac** com 72 mm de altura por 73 mm de largura pesando 40 gramas dourada
		458	Medalha em **Zamac** com 72 mm de altura por 73 mm de largura pesando 40 gramas prata
		138	Medalha em **Zamac** com 72 mm de altura por 73 mm de largura pesando 40 gramas bronze
		167	Medalha em **Zamac** com 60 mm de diâmetro, dourada
		247	Medalha em **Zamac** com 60 mm de diâmetro, prata
2022NE00049	000.020	140	Medalha em **Zamac** com 60 mm de diâmetro, bronze
2022NE00060	000.021	2270	Medalha em **Zamac** com 50 mm de diâmetro, dourada
		01	Troféu em **ABS** de 75cm de altura
		01	Troféu em **ABS** de 69cm de altura
		01	Troféu em **ABS** de 63cm de altura
		15	Troféu em **ABS** de 47 cm de altura
		64	Troféus de 30 cm de altura confeccionada em MDF
		48	Troféu de 28 cm de altura, ABS metalizado

Entrega: 25 dias

Por ser verdade, firmo este atestado.

Juiz de Fora, 17 de outubro de 2022.

Marcelo de Oliveira Matta
Secretário de Esporte e Lazer - PJF

Marcelo de Oliveira Matta
SECRETÁRIO DE
ESPORTE E LAZER / PJF

WPPT CONFECÇÕES LTDA-ME

Folha nº 529
Processo nº 44-2022
Rubrica

INDICE LIQUIDEZ CORRENTE 31/07/2022

ATIVO CIRCULANTE R$ 266.161,36 / PASSIVO CIRCULANTE R$ 4.345,63 = 61,25

Para cada R$ 1,00 de dívida, há R$61,25 de caixa e equivalentes de caixa.

INDICE LIQUIDEZ GERAL 31/07/2022

ATIVO CIRC. + ATIVO NÃO CIRC. R$ 266.411,36 / PASSIVO CIRC. + PASSIVO NÃO CIRC. R$ 4.345,63= 61,30

Indica quanto à empresa possui em disponibilidades,
bens e direitos realizáveis para quitar suas obrigações.

INDICE SOLVÊNCIA GERAL 31/07/2022

ATIVO CIRCULANTE R$ 266.161,36 / PASSIVO CIRC. + PASSIVO NÃO CIRC. R$ 4.345,63= 61,25

Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos,
para pagamento do total de suas dividas.

JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634
Assinado de forma digital por JOSE AUGUSTO QUIRINO:41103920634

CONTADOR JOSÉ AUGUSTO QUIRINO
CRC 081268-MG

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600
Assinado de forma digital por ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

SOCIO ADMINISTRADOR:
ALONSO PEREIRA TAVARES
CPF: 167.856.146-00 RG: 184321 - SSPMG

Rua Doutor José Rafael Souza Antunes, 231/101 – Lourdes –TEL.(32) 999545867– Cep. 36070-460 – Juiz de Fora – MG
Email: wpptconfeccoes@gmail.com

CNPJ: 45.438.114/0001-56 – Inscrição Estadual: 004279405.00-10

Folha nº 533
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 45.438.114/0001-56
Razão Social: WPPT CONFECCOES LDA
Endereço: R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231 101 / LOURDES / JUIZ DE FORA / MG / 36070-460

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/01/2023 a 03/02/2023

Certificação Número: 2023010502264894805960

Informação obtida em 12/01/2023 17:56:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Folha nº 534
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

TRANSFORMADA AUTOMATICAMENTE PARA LTDA - ART. 41 DA LEI 14.195 DE 26/08/2021

EMPRESA

NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO
35602354578		23/08/2018	15/08/2018	PRAZO INDETERMINADO

NOME COMERCIAL	TIPO JURÍDICO
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	LIMITADA UNIPESSOAL (M.E.)

C.N.P.J.	ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
31.315.649/0001-25	RUA SAO PEDRO	117	

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL
CENTRO	SAO ROQUE	SP	18130-255	R$	100.000,00

OBJETO SOCIAL

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS
OBRAS DE ALVENARIA
COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS
EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO E ADMINISTRADOR

NOME
JOSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA GIULIANO RODRIGUES HAAK	278	

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
VILA SANTO ANTONIO	SAO ROQUE	SP	18133-322	24412100X

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
256 293.168-85	SÓCIO E ADMINISTRADOR	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
23/08/2018	768.760/18-5	

REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35602354578
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 23/01/2023

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

JUCESP
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 190873795, segunda-feira, 23 de janeiro de 2023 às 11:29:11.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Data da consulta: 07/12/2022 16:41:09

Comprovante de Inscrição - CNPJ (Cadastro

Folha nº 536
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Nome Empresarial: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Situação Atual

Optante pelo Simples Nacional desde 23/08/2018

NÃO enquadrado no SIMEI

Outras Informações

Voltar | Imprimir

Folha nº 537
Processo nº 111-2022
Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.315.649/0001-25
Razão Social: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
Endereço: R SAO PEDRO 117 / CENTRO / SAO ROQUE / SP / 18130-255

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/01/2023 a 05/02/2023

Certificação Número: 2023010701593301095033

Informação obtida em 22/01/2023 16:52:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Cartão de Inscrição de Cadastro Mobiliário

PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE SÃO ROQUE

CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOA JURÍDICA

Folha nº 538

Processo nº 111-2022

Rubrica

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO

Data de abertura	Número de Inscrição	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual
24/09/2018	26475	31.315.649/0001-25	653142348111

Nome Empresarial
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)

Código e descrição das atividades econômicas
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intele... 2.00 %
17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, sec... 2.00 %
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou sub empreita... 5.00 %
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e d... 2.00 %
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipam... 2.00 %
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educaci... 2.00 %
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de... 2.00 %

Logradouro	Número	Complemento
R. SÃO PEDRO	117	

CEP	Bairro/Distrito	Município	UF
18130-255	CENTRO	São Roque	SP

Situação Cadastral	Data da Situação Cadastral
ATIVA	13/12/2021

Regime Atualmente Enquadrado
Simples

Cartão de Inscrição de Cadastro Mobiliário
Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no cadastro mobiliário.
Este comprovante não é e não substitui o alvará de licença e funcionamento.

PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE SÃO ROQUE, 07/12/2022 14:46:15H

_____ Assinatura Contribuinte

Folha nº 539
Processo nº 111-2022
Rubrica

Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: 77185e41-c798-4104-848d-b107d261abb8

Estabelecimento

IE: 653.142.348.111
CNPJ: 31.315.649/0001-25
Nome Empresarial: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia:
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Endereço

Logradouro: RUA SAO PEDRO
Nº: 117
Complemento:
CEP: 18.130-255
Bairro: CENTRO
Município: SAO ROQUE
UF: SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo
Data da Situação Cadastral: 23/08/2018
Ocorrência Fiscal: Ativa
Posto Fiscal: PF-10 - SOROCABA
Regime de Apuração: SIMPLES NACIONAL
Atividades Econômicas: Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
Construção de edifícios
Construção de instalações esportivas e recreativas
Instalação de painéis publicitários
Obras de alvenaria
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
Comércio por atacado de motocicletas e motonetas
Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas
Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas
Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
Comércio atacadista de alimentos para animais
Comércio atacadista de água mineral
Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
Comércio atacadista de tecidos
Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
Comércio atacadista de calçados
Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
Comércio atacadista de produtos odontológicos
Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos
Comércio atacadista de fitas, CDs, DVDs, fitas e discos
Comércio atacadista de equipamentos de informática
Comércio atacadista de suprimentos para informática
Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
Comércio atacadista de material elétrico
Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais
Comércio atacadista de materiais de construção em geral
Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente *

Folha nº 540
Processo nº 111-2022
Rubrica

Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
Comércio varejista de material elétrico
Comércio varejista de vidros
Comércio varejista de ferragens e ferramentas
Comércio varejista de madeira e artefatos
Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
Comércio varejista de materiais de construção em geral
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
Comércio varejista de tecidos
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
Comércio varejista de livros
Comércio varejista de artigos de papelaria
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
Comércio varejista de artigos esportivos
Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
Comércio varejista de calçados
Comércio varejista de artigos de viagem
Comércio varejista de plantas e flores naturais
Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação
Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
Ensino de esportes
Gestão de instalações de esportes
Atividades de condicionamento físico
Produção e promoção de eventos esportivos
Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 24/08/2018

Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total

Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/04/2010

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.19.0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 541
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.315.649/0001-25 MATRIZ		23/08/2018

NOME EMPRESARIAL
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.29-1-01 - Instalação de painéis publicitários
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.41-2-01 - Comércio por atacado de motocicletas e motonetas
45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	117	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
18.130-255	CENTRO	SAO ROQUE	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM	(11) 4712-2778/ (11) 4712-1706

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/08/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2023** às **10:42:02** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 542
Processo nº 11-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.315.649/0001-25 MATRIZ		23/08/2018

NOME EMPRESARIAL
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos
46.49-4-07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	117	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
18.130-255	CENTRO	SAO ROQUE	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM	(11) 4712-2778/ (11) 4712-1706

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/08/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2023** às **10:42:02** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 543
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.315.649/0001-25 MATRIZ		23/08/2018

NOME EMPRESARIAL
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	117	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
18.130-255	CENTRO	SAO ROQUE	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM	(11) 4712-2778/ (11) 4712-1706

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/08/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2023** às **10:42:02** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 544
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.315.649/0001-25 MATRIZ		23/08/2018

NOME EMPRESARIAL
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes
85.91-1-00 - Ensino de esportes
93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
45.41-2-04 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas
46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
58.29-8-00 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	117	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
18.130-255	CENTRO	SAO ROQUE	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM	(11) 4712-2778/ (11) 4712-1706

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/08/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2023** às **10:42:02** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 515
Processo nº 111-2022
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.315.649/0001-25 MATRIZ		23/08/2018

NOME EMPRESARIAL
RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	117	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
18.130-255	CENTRO	SAO ROQUE	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM	(11) 4712-2778/ (11) 4712-1706

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/08/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2023** às **10:42:02** (data e hora de Brasília).

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código 000.000-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V, 9º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 6.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido por mim. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 966510101816470607941; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP56270-2AOV; Valor Total do Ato: R$ 4,23
Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://sel.odigital.tjpb.jus.br

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTI
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDA

Folha nº 546
Processo nº 111-2022
Rubrica

Pelo presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada a Senhora **ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 24.412.100-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 256.293.168-85, residente e domiciliada à Rua Giuliano Rodrigues Haak nº 278 Bairro Vila Santo Antônio, na cidade de São Roque SP CEP 18133-322, com fundamento no artigo 980-A da Lei 10.406/2002, resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de natureza empresária, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes, observando nas omissões as regras previstas para as sociedades limitadas:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA 1ª – A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada girará sob o nome empresarial de: **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI.**

CLÁUSULA 2ª – A Empresa terá sede na Rua São Pedro nº 117, Centro, CEP: 18130-255, na cidade de São Roque SP.

CLÁUSULA 3ª – A Empresa poderá a critério do titular quotista, a qualquer tempo, abrir ou encerrar filiais ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Campo Grande/MS
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 4º e 7º-C, V, 8º, 41 e 42 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.727/2008 autorizo a presente imagem digitalizada, reprodução fiel de documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966510101816470660794-2; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55269-B6CX; Valor Total do Ato: R$ 4,23
Bel. Valber de Almeida Gaspar Martins Tiburcio
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

DO OBJETO SOCIAL E DA D

Folha nº 547
Processo nº 111-2022

CLÁUSULA 4ª – A Empresa tem por objeto social:

COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, DESPORTIVOS E CALÇADOS DESPORTIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS E USADOS, COMERCIO A VAREJO E ATACADO DE PEÇAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO A VAREJO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS NOVAS E USADAS, COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE CALÇADOS, ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSORIOS, DE TECIDOS, DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA, E DE HIGIENE PESSOAL, ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, DE FILMES, DISCOS, CDS, DVDS E FITAS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADOS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS, COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAL PARA PINTURA E COMERCIO ATACADISTA DE TINTAS, VERNIZES E SIMILARES, COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VIDROS, ESPELHOS E VITRAIS, COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAL PARA PINTURA, COMERCIO ATACADISTA DE TINTAS, VERNIZES E SIMILARES; COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS E COMERCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, E DE MATERIAL ELETRICO, DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS, DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, ARTIGOS DE PAPELARIA E COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE ESCRITORIO, COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE BICICLETAS E TRICICLOS, PEÇAS E ACESSORIOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS E COMERCIO ATACADISTA DE SEMENTES E FLORES, PLANTAS E GRAMAS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA, CAMPING, DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS; COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICOS, COMERCIO VAREJISTA DE EMBARCAÇÕES E OUTROS VEICULOS RECREATIVOS; PEÇAS E ACESSORIOS, DE PRODUTOS NÃO SANEANTES DOMISSANITARIOS, DE OUTROS PRODUTOS NÃO

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Cadastro CNJ nº 8764
Autenticação Digital
Em cumprimento aos artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 8 Inc. XII da Lei Estadual 6.737/2013 autentico a presente imagem, digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966510101816470607 94-3; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55268-0DNV;
Valor Total do Ato: R$ 4,23
Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Taylor
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Folha nº 548
Processo nº 111-2022
Rubrica

ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, DE OU
DOMESTICOS, DE OUTRAS ATIVIDADES ES
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS; GESTÃO E INSTALAÇÕES DE ESPORTES, ENSINO DE ESPORTES, ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FISICO, RECREAÇÃO E LAZER; COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICO E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO; COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL SEM PREDOMINANCIA DE ALIMENTOS OU INSUMOS; COMERCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL, COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS INTERMEDIARIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADO ANTERIOMENTE, PARTES E PEÇAS, COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAL PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR, E DE LABORÁTORIOS E DE PRODUTOS ODONTOLOGICO, DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL; E COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMÁTICOS E CAMARAS-DE-AR; PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, SERVIÇOS DE CADASTROS E IMPRESSÕES; CONSTRUÇAO DE INSTALAÇOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; OBRAS DE ALVENARIA E CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS.

As atividades serão descritas conforme os seguintes CNAE's:

(46.49-4-99) Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.

(43.29-1-01) Instalação de painéis publicitários.

(45.11-1-01) Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos.

(45.11-1-02) Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados.

(45.30-7-01) Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores.

(45.30-7-02) Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar.

(45.30-7-03) Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS nº 8[illegible]
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, IV e 7º inc. I e II, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2018 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferida nesta ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 96651010181647060794-4; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55267-6YRG; Valor Total do Ato: R$ 4,23
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Beti Valéria de Miranda Cavalcanti
Tenlar

Folha nº 549
Processo nº 111-2022
Rubrica

(45.30-7-05) Comércio a varejo de pneumáticos.

(45.41-2-01) Comércio por atacado de motocicletas e motonetas.

(45.41-2-03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas.

(46.23-1-06) Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas.

(46.35-4-01) Comércio atacadista de água mineral.

(46.23-1-09) Comércio atacadista de alimentos para animais.

(46.41-9-01) Comércio atacadista de tecidos.

(46.41-9-02) Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho.

(46.42-7-02) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho.

(46.43-5-02) Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem.

(46.43-5-01) Comércio atacadista de calçados.

(46.49-4-01) Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico.

(46.45-1-01) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

(46.45-1-03) Comércio atacadista de produtos odontológicos.

(46.46-0-01) Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria.

(46.46-0-02) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal.

(46.47-8-01) Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria.

(46.49-4-03) Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos.

(46.49-4-07) Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos.

(46.79-6-99) Comércio atacadista de materiais de construção em geral.

(46.72-9-00) Comércio atacadista de ferragens e ferramentas.

(46.73-7-00) Comércio atacadista de material elétrico.

(46.79-6-03) Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS Código CNJ 02.014-6
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 8 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2009 autentico a presente imagem reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O mesmo é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966510101816470607945; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55255-MFWF
Valor Total do Ato. R$ 4,23
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Folha nº 550
Processo nº 111-2022
Rubrica

(46.89-3-99) Comércio atacadista especializ... intermediários não especificados anteriormente.

(46.51-6-01) Comércio atacadista de equipamentos de informática.

(46.69-9-99) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças.

(47.29-6-99) Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.

(47.55-5-01) Comércio varejista de tecidos.

(47.55-5-03) Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho.

(47.81-4-00) Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

(47.82-2-01) Comércio varejista de calçados.

(47.82-2-02) Comércio varejista de artigos de viagem.

(47.72-5-00) Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

(47.73-3-00) Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos.

(47.66-3-00) Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios.

(47.62-8-00) Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas.

(47.44-0-01) Comércio varejista de ferragens e ferramentas.

(47.43-1-00) Comércio varejista de%20vidros.

(47.41-5-00) Comércio varejista de tintas e materiais para pintura.

(47.42-3-00) Comércio varejista de material elétrico.

(47.44-0-04) Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

(47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral.

(47.51-2-01) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

(47.52-1-00) Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação.

(47.61-0-01) Comércio varejista de livros.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º-inc. V e VI, 41 e 55 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 5 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesse ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 96651010181647060794-6; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55265-UX5X; Valor Total do Ato: R$ 4,23
Ben-Yasser de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Folha nº 551
Processo nº 111-2012
Rubrica

(47.61-0-03) Comércio varejista de artigos de pa

(47.63-6-03) Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios.

(47.63-6-02) Comércio varejista de artigos esportivos.

(47.63-6-01) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

(47.89-0-02) Comércio varejista de plantas e flores naturais.

(47.63-6-04) Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping.

(47.89-0-04) Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação.

(47.57-1-00) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação.

(47.63-6-05) Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios.

(47.89-0-05) Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.

(47.89-0-99) Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.

(47.59-8-99) Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.

(93.19-1-99) Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente.

(93.19-1-01) Produção e promoção de eventos esportivos.

(93.11-6-00) Gestão de instalações de esportes.

(85.91-1-00) Ensino de esportes.

(93.13-1-00) Atividades de condicionamento físico.

(93.29-8-99) Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

(47.53-8-00) Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.

(45.41-2-04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS nº 07...
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 966510101816470607947; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C; AHP55264-CM7L;
Valor Total do Ato: R$ 1,23
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

(46.93-1-00) Comércio atacadista de mer... predominância de alimentos ou de insumos ag...

(46.30-7-01) Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.

Folha nº 559
Processo nº 111-2018
Rubrica

(46.51-6-02) Comércio atacadista de suprimentos para informática.

(46.71-1-00) Comércio atacadista de madeira e produtos derivados.

(47.44-0-02) Comércio varejista de madeira e artefatos.

(58.29-8-00) Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos.

(82.19-9-99) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente.

(42.99-5-01) Construção de instalações esportivas e recreativas.

(43.99-1-03) Obras de alvenaria.

(41.20-4-00) Construção de edifícios.

CLÁUSULA 5ª – A Empresa iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, II, CC/2002).

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA 6ª – A Empresa tem o Capital Social de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelo TITULAR, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R$
ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	100.000	100	100.000,00
Total	**100.000**	**100**	**100.000,00**

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS nº 8740-6
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 96651010181647060794-8; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP53263-DCXB;
Valor Total do Ato: R$ 4,23
Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

Folha nº 553

Processo nº 111-2022

Rubrica

CLÁUSULA 7ª – A administração da Empresa e gerência será exercida pelo TITULAR **ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES**, de forma isoladamente. Competindo-lhe a prática de todos os atos de gestão e administração dos negócios e interesses da sociedade:

A) Convocar administradores substitutos ou decidir acumulação transitória do cargo;

B) Criar cargos e funções determinando-lhes atribuições e responsabilidade, fixando-lhes a remuneração;

C) Deliberar sobre a aplicação de fundos sociais, transigir, renunciar direitos, alienar ou gravar bens, observadas as prescrições legais;

D) Tomar conhecimento e subscrever balanço, balancetes, contas de resultados e relatórios anuais;

E) O TITULAR poderá: assinar cheques, duplicatas, contratos de compra e de vendas, admitir pessoal, contrair empréstimos, representar a sociedade perante repartições trabalhistas e públicas, instituições financeiras, nomear mandatários, conceder procuração, praticar todos os atos necessários para administrar a empresa

§ 1º – O uso da denominação social será feita pelo TITULAR, sendo-lhe vedado o seu uso em negócios estranhos ao seu objetivo, sobretudo em favor de terceiros, tais como, fianças, abonos, saques de favor e outros meios alheios à sociedade, nos termos do art. 1.064 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA 8ª – O TITULAR terá direito a uma retirada mensal, a título de pro labore, escriturada como despesa operacional da empresa até o limite permitido pela legislação de renda, cujo valor será definido pelo mesmo.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - CAMPO GRANDE-MS
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, inciso V, 3º, 41 e §2 da Lei Federal nº 6.015/1973 e Art. 8 Inc. VII da Lei Estadual nº 721/2007, autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel de documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966510101816470607 94-9; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHP55262-52DP;
Valor Total do Ato: R$ 4,23
Sel. Valeria de Miranda Cavalcanti
Tabeliã
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjms.jus.br

DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LU

Folha nº 554

Passou em 11-2022

CLÁUSULA 9ª – Ao término de cada exercício social, ou seja, em 31/Dezembro de cada ano civil, serão levantados os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes. O lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações devidas, inclusive a provisão do imposto de renda a pagar, será distribuído ao TITULAR na proporção de suas quotas de capital, ou terá a finalidade que o mesmo lhe quiser dar.

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA 10ª – No caso de morte ou interdito do TITULAR, reverterá a parte ao extinto ou interdito aos seus herdeiros ou sucessores, efetuando-se na ocasião os instrumentos legais.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA 11ª – O TITULAR declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA 12ª – Declara o TITULAR da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

DO FORO

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - COMARCA DE SÃO ROQUE
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 3º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 6.721/2008 autorizo a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O retorno é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966510101816470869794-10; Data: 10/10/2018 16:52:01
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C. ARPS5261-IM96;
Valor Total do Ato: R$ 4,23
Del. Valberto Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

CLÁUSULA 13ª – Fica eleito o foro de São Roque, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Folha para 555
Procedente 11-2012
Rubrica

E, por assim estar, lavra-se este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que será assinada pela titular, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Roque SP, 15 de Agosto de 2018.

Roseli Cabral de Oliveira Alves

Testemunhas:

Ricardo Marques Alves
RG. 24.954.837-9 SSP/SP

Daniel Batista Soares
RG. 42.807.449-2 SSP/SP

JUCESP
13 AGO. 2018
SINCOMERCIO - SOROCABA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
NIRE
FLÁVIA R. BRITO NICOLAU DOS SANTOS
SECRETÁRIA GERAL
3560235457-8
JUCESP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

Folha nº 556
Processo nº 111-2022
Rubrica RA

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessario através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/01/2022 14:19:28 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1°, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponivel para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 96651010181647060794-1 a 96651010181647060794-10
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb37b13a137c93b3a45721820d824dc38107187a3751cf3202d06c177e40830cf5cc475821869a4373c3a999f2e1af5cf50
0ee9106e0e4d8f769fadfdf9f2837e

Presidência da República Casa Civil Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001

ICP Brasil

Folha nº 557

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI Processo nº 111 - 2022
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255 Rubrica
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

A empresa, RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25declara que estamos cientes e aceitamos todas as exigências, normas e prazos estabelecidos neste edital e nos seus Anexos.

A empresa, **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI** , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, **DECLARA** que os preços ofertados pela licitante estão inclusos, entre outros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, despesas operacionais, transporte, frete, carga e descarga, obrigações financeiras de qualquer natureza, e demais componentes do custo da execução do objeto da presente licitação.
Declara que se compromete. caso seja o vencedor, efetivar a Substituição, sem ônus, do objeto que vier a ser rejeitado pela Administração.
Declaração impressa na proposta de que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo. Descrição do objeto e características específicas do produto/Modelo de proposta de preços.
Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
Declara que esta empresa concorda que, caso a entrega do produto não seja feita de acordo com a exigência do edital, a remessa será devolvida pela Contratante, cabendo à Contratada a reposição do objeto no prazo de 03 (três) dias corridos, de acordo com o padrão de qualidade apresentado anteriormente nas amostras;
Declara que o mesmo atende rigorosamente as características arroladas no objeto da licitação.
Declara que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência);
Declara que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
Declara que esta empresa não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta; bem como se obriga a declarar superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital;
O prazo de validade da proposta: de acordo com edital.
O prazo de entrega: de acordo com o edital.
O prazo de garantia: de acordo com o edital.
O local da entrega: de acordo com o edital.
Condições de pagamento: de acordo com o edital.
O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, excetuando-se a situação descrita no artigo 65, II "d" da Lei 8.666/93 e alterações.
Por final, declaro para os devidos fins, que atendo plenamente os requisitos para habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei 10.520/02.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. Nº 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL

Folha nº 558
Processo nº 111-2022
Rubrica

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP, RELATIVA À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/06.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual Nº 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. Nº 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório, que pretende postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura da Ata de Registro de Preços bem como ter preferência no critério de desempate quando julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar Federal 123/06, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório.
DECLARA também, sob as penas da lei, e em atendimento ao artigo 11, 'caput', do Decreto Federal 6204/07, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. Nº 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

Folha nº 559
Processo nº 111-2022
Rubrica

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório, que tem ciência de que preenche plenamente os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todos os subitens do instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, os quais serão provados no momento da formalização do eventual ajuste decorrente deste certame, nos termos autorizados pelos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal 123/06.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117. Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Folha nº 560
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25. Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, interessada em participar no processo licitatório, DECLARO, sob as penas da lei, que nos termos do artigo 27, § 6º da lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, a RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , encontra-se em situação regular perante o ministério do trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal.

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Folha nº 561
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, **DECLARA**, que a empresa identificada não tem qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, DECLARA ainda sob as penas da lei, que até a presente data inexiste fato impeditivo, nos três níveis de governo, (Federal, Estadual, Municipal) para sua habilitação no processo licitatório, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma.

Declaramos mais, que concordamos com todas as disposições impostas pelo edital.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL

Folha nº 562

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Processo nº 111 - 2022

Rubrica

DECLARAÇÃO DE PLENA ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85.DECLARA:
Declara de concordância de que, caso a entrega do produto não seja feita de acordo com as amostras ou com as exigências do edital, conforme o caso, a remessa será devolvida pela Contratante, cabendo à Contratada a reposição do objeto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o padrão de qualidade exigido no edital;
Declara de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência);
Declara de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
Declara de concordância de que, caso seja classificado em 1° (primeiro) lugar no certame, apresentará em até 02 (dois) dias úteis após o término da sessão, nova proposta de Preços Readequada, com os valores dos itens do lote, considerando a redução de valores unitários de maneira linear aplicada na mesma proporção da redução do valor do lote ofertado na etapa de lances verbais do Pregão;
Declara que a empresa não se encontra impedida e/ou suspensa de licitar e contratar com o Município de Mairiporã/SP, bem como não se encontra inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV, Lei 8.666/93 e Súmula 51 TCE/SP), bem como se obriga a declarar superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital;
Responsavel pela assinatura do contrato, proprietária ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, RG: 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, roselicabral@hotmail.com

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

CNPJ 31.315.649/0001-25 Inscrição Estadual 653.142.348.111

Folha nº 563
Processo nº 111-2022
Rubrica

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E OUTRAS

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. Nº 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, **DECLARA:**
Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
Não possui entre nossos Proprietárias, nenhum titular de mandato eletivo;
Não possui funcionários, dirigentes ou acionistas detentores do controle do estabelecimento participante desta licitação, com qualquer vínculo direto ou indireto com qualquer órgão público nas três esferas municipal, estadual e federal, nos termos do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de exclusão do certame;
Não possui no seu quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
Recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e das condições para entrega dos materiais;
Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e das especificações que fazem parte integrante do mesmo e farão parte do Contrato, independentemente de transcrição. Por ser expressão da verdade, eu Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. Nº 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, representante legal desta empresa, firmo a presente.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. Nº 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-8
PROPRIETÁRIA

CNPJ 31.315.649/0001-25 Inscrição Estadual 653.142.348.111

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, **DECLARA** expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial em epígrafe e nos respectivos anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação, apenas, das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar os serviços. O signatário do presente. Declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação, objeto do presente edital. **DECLARA**, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 2, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

Folha n° 565
Processo n° 111-2022
Rubrica

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PUBLICO NOS QUADROS DA EMPRESA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI , inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, através de seu representante legal, **DECLARA** sob as penas da Lei, que até a presente data, que, não possui em seu quadro funcional e/ou societário, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Folha nº 566
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N: 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, através de seu representante legal, **DECLARA** sob as penas da Lei,

a) nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual);

c) a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório, inexistindo qualquer fato impeditivo de contratar;

d) ter pleno conhecimento dos locais e das condições técnicas e operacionais para a execução da obra objeto deste certame;

e) ter pleno conhecimento do Memorial Descritivo, da planilha de preços estimativos e demais anexos, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua integra;

f) nos termos da lei que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na legislação vigente, inclusive quanto à forma de publicação e o cumprimento às normas do Decreto 7.983/13, aceitando pareceres emanados por órgão de Controladoria Geral do ente ou de Tribunal de Contas de vinculação;

g) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento as normas vigentes, em especial a IN STN nº 01/97, de 15/01/97, e Portaria Interministerial 424/16, sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização desta condição.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Folha nº 567
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

Folha nº 568
Processo nº MA-2022
Rubrica

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

DECLARAÇÃO– ENDEREÇO ELETRÔNICO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, e em atendimento ao item 7.1.5.3 do Edital do Pregão nº 85/2019, que a empresa A empresa **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, possui o e-mail *rvlcomercioeservicos@gmail.com*, *onde* receberemos toda e qualquer informação/notificação/convocação decorrentes da licitação e consequente contratação.

Estamos cientes que em caso de alteração do endereço eletrônico acima informado, comunicaremos imediatamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA/SP o novo endereço eletrônico.

Declaramos ainda, que estamos cientes da validade das notificações e comunicações enviadas pela Prefeitura ao endereço acima, caso não informemos formalmente a sua eventual alteração.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

Folha nº 569
Processo nº 111-2022

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117. Centro, São Roque, SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

TERMO DE COMPROMETIMENTO – LEI 123/06

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85, declara que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e declara que a empresa acima nominada não se inclui dentre as hipóteses previstas no parágrafo 4º do Art. 3º da referida Lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 - SRP, realizado pela Prefeitura do Município de Botucatu.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
Rua São Pedro, 117, Centro, São Roque. SP, CEP: 18.130-255
Contato: 11 4712-1706 rvlcomercioeservicos@gmail.com

Folha nº 570
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - SRP
PROCESSO No: 111/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

A empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 31.315.649/0001-25, Inscrição Estadual N° 653.142.348.111, endereço Rua São Pedro, 117, centro, São Roque - SP CEP: 18.130-255, por intermédio de seu representante legal, Sra. ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES, R.G. N° 24.412.100-X, CPF: 256.293.168-85.

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente.
comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.504/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Roque, 23 de janeiro de 2023

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
R.G. N° 24.412.100-X
CPF: 256.293.168-85
PROPRIETÁRIA

Folha nº 571
Processo nº 111-2022
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
CNPJ: 31.315.649/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 20:51:16 do dia 14/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/05/2023.
Código de controle da certidão: **E2EE.B438.FFF6.66A3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Folha nº 579
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/02/2020 às 11:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 31.315.649/0001-25.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E57.D344.45CF.D020 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Folha nº 573
Processo nº AMS - 2022
Rubrica

Prefeitura da Estância Turística de São Roque

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS - DIVISÃO DE RENDAS

CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E À DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

RAZÃO SOCIAL: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

ENDEREÇO: RUA SÃO PEDRO, 117 CENTRO - SÃO ROQUE - SP CEP: 18.130-255

Certificamos que revendo os assentamentos deste Departamento de Finanças - Divisão de Rendas, verificamos que não constam débitos até a presente data, na inscrição cadastral nro. 399093, de RAZÃO SOCIAL RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, CNPJ:31.315.649/0001-25 , estabelecida em RUA SÃO PEDRO, 117 CENTRO - SÃO ROQUE - SP CEP: 18.130-255.

Ressalva-se ao Departamento de Finanças - Divisão de Rendas o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, por ventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos por ventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização de dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais feitos.

Certidão válida até: 21/03/2023

Esta Certidão abrange somente o Contribuinte acima identificado

SÃO ROQUE, 21/12/2022 10:13:31

Código de controle da certidão: 5DB1D5780EC23B7BF0D7

Para verificar a autenticidade da certidão, acesse http://sistemas.saoroque.sp.gov.br/portalcidadao/

ATENÇÃO: Qualquer rasura tornará o presente documento NULO.

Folha nº 574
Processo nº 111-2022
Rubrica

Prefeitura da Estância Turística de São Roque

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS - DIVISÃO DE RENDAS

CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

NOME:	**IOLANDA RAMPINI DOS SANTOS**
Cadastro Imobiliario:	**10034940**
CPF:	**138.518.538-49**
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	**RUA SÃO PEDRO 117 - CENTRO São Roque-SP**

Certificamos que revendo os arquivos deste Departamento de Finanças - Divisão de Rendas, atendendendo ao processo nro. , deles verificamos que não constam débitos até a presente data, no cadastro imobiliario nro. 10034940, de localização 01.01.185.0193.001.001, em nome de IOLANDA RAMPINI DOS SANTOS, CPF:138.518.538-49 , proprietário(a) do imóvel, situado na RUA SÃO PEDRO 117 - CENTRO São Roque-SP.

Ressalva-se ao Departamento de Finanças - Divisão de Rendas o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, por ventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos por ventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização de dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais feitos.

Certidão válida até: 07/03/2023

Esta Certidão abrange somente o imóvel acima identificado

SÃO ROQUE, 07/12/2022 15:46:02

Código de controle da certidão: 9FA6F6148AD1187B0E7F

ATENÇÃO: Qualquer rasura tornará o presente documento NULO.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Folha nº 575
Processo nº AM-2022
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 31.315.649/0001-25
Certidão nº: 44069271/2022
Expedição: 07/12/2022, às 15:54:50
Validade: 05/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.315.649/0001-25, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

Folha nº 576
Processo nº 111-2022
Rubrica

CERTIDÃO Nº: 3140318 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 22/01/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS, CNPJ: 31.315.649/0001-25, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

PEDIDO Nº: 0063276610

TJSP

Folha nº 577
Processo nº 111-2022
Rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI**

CPF/CNPJ: **31.315.649/0001-25**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:04:22 do dia 07/12/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: TLV3071222150422

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

Folha nº 578
Processo nº 111-2022
Rubrica

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	22120749499-06
Data e hora da emissão	21/12/2022 10:06:43
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Folha n 579
Processo nº 111-2022
Rubrica

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 31.315.649

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	43146031	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	13/01/2023 10:37:06	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

Folha nº 580
Processo nº 14-2022
Rubrica RJ

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2°-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/01/2022 14:22:57 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1°, 10° e seus §§ 1° e 2° da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

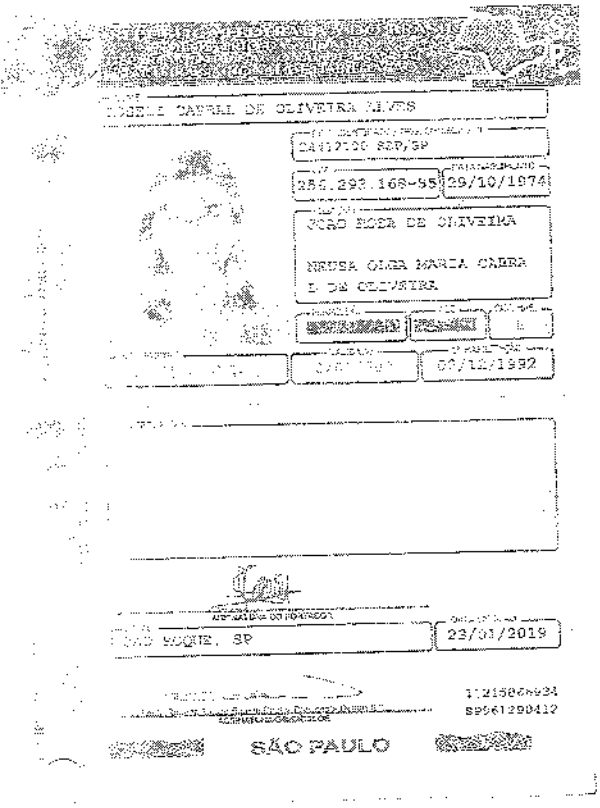
[1]**Código de Autenticação Digital:** 966513052016881240 97-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb37b13a137c93b3a45721820d824dc38b41eb2bb30eaba25f55eaf40f43e2b799ff2b643303cee778a568809949cd704500ee9106e0e4d8f769fadfdf9f2837e

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
ICP Brasil



GISELE CAPRAL DE OLIVEIRA NEVES

24417100 SSP/SP

285.293.168-55 | 29/10/1974

PEDRO ROSA DE OLIVEIRA

NEUSA OLGA MARIA CABRA DE OLIVEIRA

M

03/12/1992

SÃO ROQUE, SP | 23/01/2019

SÃO PAULO

Folha nº 584

Processo nº 111-2022

Rubrica

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 9.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651305201688124097

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96651305201688124097-1
Data: 13/05/2020 10:39:03
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB07063-4URS;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNJ: 06.870-0

Set. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1400 Torre 58040-000, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

Folha nº 582
Processo nº 111-2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2°-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **18/07/2022 17:15:43 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1°, 10° e seus §§ 1° e 2° da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 96651807225965573555-1 a 96651807225965573555-38
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00065b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b15262803f5fc477d3b7e4b1b6d29d889347e5da710d12c5aa1ee5974076a9efdd9fe80c78dd71efb58f50a94f799cef0500ee9106e0e4d8f769fadfdf9f2837e

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

UNITAU
Universidade de Taubaté

40

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 79.924/77
Reconhecida pelo CEE/SP
CNPJ 45.176.159/0001-01

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 8º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS 11.478-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, inc. V, 3º, 41 e 67 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.121/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e constato inexistir ato vedado ou proibido.
Cód. Autenticação: 966518111908383706884; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJJ50508-KCGG; Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valter Azevedo de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjsp.jus.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Folha nº 583
Processo nº 111-2019
Rubrica

Márcia Regina Rosa, Chefe do Serviço de Licitações e Compras da Universidade de Taubaté, devidamente autorizada pelo Senhor Pró-Reitor de Administração da Universidade de Taubaté.

ATESTA, a pedido da pessoa interessado e para os fins que se fizerem necessário, que a empresa RVL CÓMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI, portadora do CNPJ nº 31.315.649/0001-25, estabelecida na Rua São Pedro, nº 117, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, forneceu os produtos a esta Instituição:

Conforme Ordem de Compra nº 368/2019, Notas de Empenho nº 1555/2019, 1556/2019 e 1557/2019, que seguem anexas a este Atestado, devidamente assinado, contendo os materiais com as devidas descrições e quantitativos.

Tendo cumprido até a presente data todos os compromissos assumidos, tanto na qualidade como na pontualidade, nada constando em nossos arquivos que possa desabonã-la. NADA MAIS. DADA E PASSADA NESTE SERVIÇO DE LICITAÇÕES E COMPRAS, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove.

Marcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações e Compras

CARTORIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS 06 879-9
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 3º, 41 e 62 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.213/2005 autentico o presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Doc fé
Cód. Autenticação: 166518111908383706B8-2; Data: 18/11/2019 08:41:59
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJJ50507-PDOM:
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

UNITAU

Ordem

Folha nº 584
Processo nº 111-2019
Rubrica

N.Oc: 368 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1556 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Data: 26/06/2019
Processo: 11/2019

Comprador: 825391 - MARCIA REGINA ROSA
Informações do Fornecedor
Razão Social: RVLCOMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI
C.N.P.J.: 31.315.649/0001-25 Nm.Fant.: RVL Insc.Est: 653142348 11
Endereço: RUA SÃO PEDRO No: 117
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: São Paulo Cidade: São Roque Cep: 18130255

Contato
Nome: ROSELI CABRAL
Tel.: 11 47121706 Fax: Cel:
E-MAIL: RVLCOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM

Local de Entrega:
10 - ALMOXARIFADO CENTRAL - MATERIAL DE CONSUMO
Endereço: RUA EXPEDICIONÁRIO ERNESTO PEREIRA No: 170
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: São Paulo Cidade: Taubaté Cep: 12020-330

Dados Faturamento
Faturamento: UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ CNPJ: 45.176.153/0001-22
Endereço: RUA QUATRO DE MARÇO No: 432
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: São Paulo Cidade: Taubaté Cep: 12020270

Data de Entrega: 26/06/2019
Condições: 5 DIAS

Linha / Empenho	Código / Marca	Quantidade / Descrição	Unidade	Vl Unitário (R$)	Vl Item (R$)
Informações Complementares:					
1	0200320001	18,0000	PÇ - PEçA	341,5200	6.147,36
1556/2019	HAGANAH	KIMONO JUDÔ, TRANÇADO, BRANCO, TAMANHO M3, OFICIAL,			
GRAMATURA ENTRE 500G/M A 900G/M, APROVADO PELO REGULAMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ.					
2	0200320002	17,0000	PÇ - PEçA	341,5200	5.805,84
1556/2019	HAGANAH	KIMONO JUDÔ, TRANÇADO, BRANCO, TAMANHO M4, OFICIAL,			
GRAMATURA ENTRE 500G/M A 900G/M, APROVADO PELO REGULAMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ.					
3	0271330003	5,0000	PÇ - PEçA	36,9700	184,85
1556/2019	JUGUI	RAQUETE PARA CHUTES DE MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA			
RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, COM CABO RESISTENTE REFORÇADO, COSTURAS LATERAIS REFORÇADAS PARA EVITAR RASGO E ALÇAS TAMBÉM REFORÇADAS.					
4	0272030004	5,0000	PÇ - PEçA	220,2900	1.101,45
1556/2019	MGY	BOLA OFICIAL DE BASQUETE MIRIM, MATRIZADA,			
CONFECCIONADA COM MICROFIBRA HIGH GRIP, FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, MULTI AXIAL VULCANIZADO, CIRCUNFERÊNCIA: 72 - 74CM, PESO: 450 - 500G., CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY, MIOLO: REMOVÍVEL E LUBRIFICADO BOLA COM PESOS E MEDIDAS CONFORME REGRAS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA).					

Marcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

(CPOCR10 Sub: 116377 Seq: 1) Data: 11/11/2019 Hora: 13:11:00

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - CIDADE DE MAUÁ
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 41, e 92 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.121/2005 autentico a presente imagem digitalizada, reproduzida fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966518111908383706B8-3; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJJ50506-UEOD;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

UNITAU

Ordem

Folha nº 585
Processo nº [illegible] Data: 2006/2019
Rubrica
Processo: 11/2019

N.Oc: 368 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1555 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Linha / Empenho	Código / Marca	Quantidade Unidade / Descrição	Vl Unitário (R$)	Vl Item (R$)
Informações Complementares:				
8	0371050020	3,0000 PAR - PAR	188,3800	565,14
1554/2019	MASTER FEW	REDE OFICIAL PARA FUTSAL, REDE DE FUTEBOL DE SALÃO		

OFICIAL EM POLIETILENO, NA COR BRANCA, MEDIDA FRONTAL DA REDE APROXIMADAMENTE 3.10X2.00M, MEDIDA LATERAL APROXIMADAMENTE DE 2,00X1.00X0.85M, FIO DE 4MM COM TRATAMENTO UV, MALHA MEDINDO 10X10CM, EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.

9	0200320005	5,0000 PÇ - PEçA	341,5200	1.707,60
1556/2019	HAGANAH	KIMONO JUDÔ, TRANÇADO, BRANCO, TAMANHO A1, OFICIAL,		

GRAMATURA ENTRE 500G/M A 990G/M, APROVADO PELO REGULAMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ.

7	0370100001	45,0000 PÇ - PEçA	47,9100	2.155,95
1555/2019	FOX 40	APITO COMPOSTO POR UM CORPO DE POLICARBONATO		

SOPRO COM A TECNOLOGIA CMG INTEGRADA SOBRE O MOLDE, COM CÂMERA DUPLA DE TECNOLOGIA PEALESS, COM BORRACHA FLEXÍVEL PARA ADAPTAÇÃO AOS DEDOS COM DEDAL CMG. NÃO TÓXICO, COM NO MÍNIMO 115 DECIBÉIS.

1	0370230020	200,0000 KT1 - KIT C/3 UNIDADES.	18,1000	3.620,00
1555/2019	DHS	BOLA DE TÊNIS DE MESA OFICIAL, CONFECCIONADA EM		

PLÁSTICO OURO, 40MM. 1 ESTRELA OFICIAL PARA TREINAMENTO E COMPETIÇÕES FEDERADAS, HOMOLOGADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TENIS DE MESA. (ITTF). EMBALAGEM COM 3 UNIDADES.

9	0371360001	75,0000 PÇ - PEçA	35,0500	2.628,75
1555/2019	MGY	BOMBA PARA ENCHER BOLAS COM TECNOLOGIA DOUBLE		

ACTION -INFLA NOS DOIS SENTIDOS. CONTÉM: MANGUEIRA E DUAS AGULHAS.

10	0371480008	20,0000 PÇ - PEçA	66,4000	1.328,00
1555/2019	SHINAY	CALÇA DE CAPOEIRA EM HELANCA DE TREINO, COR BRANCA, TAMANHO ADULTO: M		

11	0371360002	20,0000 PÇ - PEçA	66,4000	1.328,00
1555/2019	SHINAY	CALÇA DE CAPOEIRA EM HELANCA DE TREINO, COR BRANCA, TAMANHO ADULTO: G		

12	0371480010	20,0000 PÇ - PEçA	40,1700	803,40
1555/2019	SHINAY	CALÇA DE CAPOEIRA EM HELANCA DE TREINO, COR BRANCA, TAMANHO INFANTIL: M		

13	0200320007	12,0000 PÇ - PEçA	227,9000	2.734,80
1556/2019	HAGANAH	KIMONO DOBOK TAEKWONDO CANELADO, GOLA BRANCA, REGULAMENTADO NAS MEDIDAS		

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO. TAMANHO: M3

14	0200320009	11,0000 PÇ - PEçA	227,9000	2.506,90
1556/2019	HAGANAH	KIMONO DOBOK TAEKWONDO CANELADO, GOLA BRANCA, REGULAMENTADO NAS MEDIDAS		

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO. TAMANHO: M4

15	0200320005	11,0000 PÇ - PEçA	227,9000	2.506,90
1556/2019	HAGANAH	KIMONO DOBOK TAEKWONDO CANELADO, GOLA BRANCA, REGULAMENTADO NAS MEDIDAS		

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO. TAMANHO: A1

16	0200320006	11,0000 PÇ - PEçA	227,9000	2.506,90
1556/2019	HAGANAH	KIMONO DOBOK TAEKWONDO CANELADO, GOLA BRANCA, REGULAMENTADO NAS MEDIDAS		

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO. TAMANHO: A2

17	0200320011	18,0000 PÇ - PEçA	275,0200	4.950,36
1556/2019	HAGANAH	KIMONO PARA JIU JITSU, TRANÇADINHO GRAMATURA 300 G ATÉ 450 G SOB MEDIDAS		

Márcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

GRP

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNS 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 11, inc. V, 21, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.727/2003 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesse ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966518111908383706884; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJJ50505-Y1RO;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Walber Azevêdo de Miranda Cavalcanti Filho
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

UNITAU

Ordem

Folha nº 586

Processo: 26/05/2019
Rubrica Processo: 11/2019

M.Oc: 362 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1555 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Linha	Código	Quantidade	Unidade	Vl Unitário (R$)	Vl Item (R$)
Empenho	Marca	Descrição			

Informações Complementares:

UNIFORMES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU, COR: PRETA, TAMANHO: M3

32	0371460011	20,0000	PÇ - PEçA	40,1700	803,40
15/1/2019	SHINAY	CALÇA DE CAPOEIRA EM HELANCA DE TREINO, COR BRANCA, TAMANHO INFANTIL G			
15	0200320004	5,0000	PÇ - PEçA	341,5200	1.707,60
15/1/2019	HAGANAH	KIMONO JUDÔ, TRANÇADO, BRANCO, TAMANHO A2, OFICIAL,			
BRASILEIRO A ENTRE 500G/M A 990G/M, APROVADO PELO REGULAMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ.					
31	0860010012	3,0000	PÇ - PEçA	54,8500	164,55
15/1/2019	LIVERPOOL	AGOGÔ PARA CAPOEIRA DE CAMPÂNULA DUPLA QUE ACOMPANHA A BAQUETA, TAMANHO: MÉDIO			
COR: CROMADO					
21	0860010013	5,0000	PÇ - PEçA	161,4000	807,00
15/1/2019	RABO DE ARRAIA	BERIMBAU PARA CAPOEIRA PROFISSIONAL ENVERNIZADO, TAMANHO MÉDIO, COM CABAÇA			
MEDIA					
22	0860010010	3,0000	PÇ - PEçA	199,4000	598,20
15/1/2019	RABO DE ARRAIA	PANDEIRO PARA CAPOEIRA DE 10 POLEGADAS, FEITO DE MADEIRA E EM PELE			
23	0860010011	5,0000	PÇ - PEçA	162,6000	813,00
15/1/2019	LIVERPOOL	RECO-RECO PARA CAPOEIRA COM TRÊS MOLAS EM AÇO QUE ACOMPANHA A BAQUETA			
27	0370430010	287,0000	PÇ - PEçA	16,6200	4.769,94
15/1/2019	IMPACTO	CORDA DE PULAR DE SISAL COM CABO DE MADEIRA COM 6 METROS			
17	0370430019	125,0000	PÇ - PEçA	8,4500	1.056,25
15/1/2019	PLAY FAIR	COLETE TAMANHO G 100 % POLIÉSTER COM ELÁSTICO NA BARRA NA COR			
AMARELO					
18	0370430020	125,0000	PÇ - PEçA	8,4500	1.056,25
15/1/2019	PLAY FAIR	COLETE TAMANHO G 100 % POLIÉSTER COM ELÁSTICO NA BARRA NA COR			
AZUL					
17	0370430023	150,0000	PÇ - PEçA	8,4500	1.267,50
15/1/2019	PLAY FAIR	COLETE TAMANHO M 100 % POLIÉSTER COM ELÁSTICO NA BARRA NA COR			
AMARELO					
25	0370430022	150,0000	PÇ - PEçA	8,4500	1.267,50
15/1/2019	PLAY FAIR	COLETE TAMANHO P 100 % POLIÉSTER COM ELÁSTICO NA BARRA NA COR			
AMARELO					
28	0370430021	125,0000	PÇ - PEçA	8,4500	1.056,25
15/1/2019	PLAY FAIR	COLETE TAMANHO P 100 % POLIÉSTER COM ELÁSTICO NA BARRA NA COR			
VERDE					
37	0370230042	10,0000	PÇ - PEçA	91,1000	911,00
15/1/2019	VOLLO	BOLA DE FUTEBOL AMERICANO PARA INICIAÇÃO TAMANHO JÚNIOR COM CÂMARA DE AR EM			

Márcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNS 06...
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 6º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 8 inc. XII da Lei Estadual 8.271/2005 autentico a presente imagem digitalizada, reproduzindo fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 966518111908383706B8-5; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJJ5D504-J5BN;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

UNITAU

Ordem

Folha nº 587

Processo nº 111-2019

Data: 24/05/2019

Rubrica Processo: 11/2019

N.Oc: 362 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1555 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Linha	Código	Quantidade	Unidade		VI Unitário (R$)	VI Item (R$)
Empenho	Marca	Descrição				

Informações Complementares:

... - BRACHA, FORRO INTERIOR EM COURO E POLIESTER E REVESTIMENTO EM BORRACHA COM TEXTURA GRANULADA

31	0370330087	200,0000	PÇ - PEçA	138,6000	27.720,00
1555/2019	PENALTY	BOLA OFICIAL DE FUTSAL INFANTIL COM 12 GOMOS			

TERMOSOLDADOS, SISTEMA DE DUPLA COLAGEM, CONFECCIONADO EM PU, LAMINADO COM ESTRUTURA DE AMORTECIMENTO VARIANDO DE 2 A 3,8MM DE ESPESSURA, DIÂMETRO 55 – 59CM, PESO 350 A 380G, CÂMARA COM SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COMPOSTO POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE, PROPORCIONANDO EQUILÍBRIO TOTAL PARA A BOLA, CONSTRUÍDA A ... DE BORRACHA BUTÍLICA E ESTRUTURA DE ANÉIS, MIOLO COM SISTEMA DE BICO QUE ENVOLVE A AGULHA, REMOVÍVEL E ... PRODUTO PRODUZIDO NO BRASIL, A MARCA TEM DE SER APROVADA P ELA FIFA.

32	0200320012	17,0000	PÇ - PEçA	275,0200	4.675,34
1555/2019	NAGANAH	KIMONO PARA JIU JITSU, TRANÇADINHO GRAMATURA 300 G ATÉ 450 G SOB MEDIDAS			

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU, COR: PRETA, TAMANHO: M4

33	0200320009	5,0000	PÇ - PEçA	275,0200	1.375,10
1555/2019	NAGANAH	KIMONO PARA JIU JITSU, TRANÇADINHO GRAMATURA 300 G ATÉ 450 G SOB MEDIDAS			

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU, COR: PRETA, TAMANHO: A1

34	0370450011	75,0000	PÇ - PEçA	10,3500	776,25
1555/2019	IMPACTO	CORDA DE PULAR DE SISAL COM CABO DE MADEIRA COM 2 METROS			

35	0371460021	9,0000	PÇ - PEçA	40,7500	366,75
1555/2019	SHIHA FX	FAIXA DE JUDÔ COM PONTEIRA DE COSTURA DE 6 A 8 COSTURAS, MEDINDO 2,00 M			

DE COMPRIMENTO, COR AZUL

36	0371460022	9,0000	PÇ - PEçA	40,7500	366,75
1555/2019	SHIHA FX	FAIXA DE JUDÔ COM PONTEIRA DE COSTURA DE 6 A 8 COSTURAS, MEDINDO 2,00 M			

DE COMPRIMENTO, COR AMARELA

37	0371460024	9,0000	PÇ - PEçA	40,7500	366,75
1555/2019	SHIHA FX	FAIXA DE JUDÔ COM PONTEIRA DE COSTURA DE 6 A 8 COSTURAS, MEDINDO 2,60 M			

DE COMPRIMENTO, COR AZUL

38	0371460025	9,0000	PÇ - PEçA	40,7500	366,75
1555/2019	SHIHA FX	FAIXA DE JUDÔ COM PONTEIRA DE COSTURA DE 6 A 8 COSTURAS, MEDINDO 2,60 M			

DE COMPRIMENTO, COR AMARELA

39	0200320010	5,0000	PÇ - PEçA	275,0200	1.375,10
1555/2019	NAGANAH	KIMONO PARA JIU JITSU, TRANÇADINHO GRAMATURA 300 G ATÉ 450 G SOB MEDIDAS			

OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU, COR: PRETA, TAMANHO: A2

40	0370500005	60,0000	JG - JOGO	85,4000	5.124,00
1555/2019	GLD	JOGO DE DARDOS MAGNÉTICOS SIMPLES, CONTÉM UM ALVO			

E 6 DARDOS MAGNÉTICOS, CONFECCIONADO EM MATERIAL DE TECIDO E COM PONTAS MAGNÉTICAS NÃO AFIADAS.

41	0371350002	25,0000	KIT - KIT	218,4000	5.460,00
1555/2019	VOLLO	KIT BADMINTON			

Márcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 8[illegible]
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 11, 3º e 7º inc. V 3º, 41 e 3º da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Federal 8.212/1995 autorizo a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo deste ato. O relato é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 9665181119083837068-6; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJU50503-R8AE;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

UNITAU

Ordem

N.Oc: 368 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1555 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Data:26/06/2019
Processo: 11/2019
Folha nº 588

Linha Código Quantidade Unidade
Empenho Marca Descrição
Informações Complementares:

VI Unitário Processo nº 11/2019
Rubrica

UMA REDE MÓVEL, QUATRO RAQUETES, DOIS POSTES, TRÊS PETECAS DE NYLON E UMA BOLSA PARA ARMAZENAGEM. TESTADO E APROVADO PELA FEBASP - FEDERAÇÃO DE BADMINTON DE SÃO PAULO

37	0370060058	25,0000	KIT - KIT	225,0500	5.626,25
18/06/2019	VOLLO	KIT JUNIOR DE INICIAÇÃO AO BASEBALL, COM BOLA DE 9 POL,			

EM COURO SINTÉTICO, COM ENCHIMENTO EM BORRACHA E COSTURA ELEVADA, LUVA DE 9,5 POL. EM COURO SINTÉTICO E TACO DE [illegible] POL.

43	0370230069	50,0000	PÇ - PEÇA	138,6300	6.931,50
18/06/2019	PENALTY	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, TAMANHO INFANTIL, COM			

02 (DOIS) TERMO FUSÃO, SISTEMA DE DUPLA COLAGEM, CONFECCIONADO EM MICROPOWER, LAMINADO COM ESTRUTURA DE AMORTECIMENTO VARIANDO DE 2 A 3,6MM DE ESPESSURA, DIÂMETRO 50 – 52CM, PESO 290 A 330G., CÂMARA COM SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COMPOSTO POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE, PROPORCIONANDO EQUILÍBRIO TOTAL PARA A BOLA, CONSTRUÍDA A BASE DE BORRACHA BUTÍLICA E ESTRUTURA DE ANÉIS. MIOLO COM SISTEMA DE BICO QUE ENVOLVE A AGULHA, REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PRODUTO PRODUZIDO NO BRASIL. BOLA APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR EM ATÉ 3 DIAS, DOCUMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL, DECLARANDO QUE A MARCA EM QUESTÃO É UMA DAS UTILIZADAS EM SUAS COMPETIÇÕES DO ANO ANTERIOR AO CORRENTE.

44	0370580003	2,0000	KIT - KIT	116,6000	233,20
18/06/2019	STAR FLEX	SLACK LINE EM FITA DE POLIESTER DE ALTA TENACIDADE DE 8M, 01 CATRACA EM AÇO C/			

FITA COSTURADA DE POLIESTER COM OLHAL DE PROTEÇÃO, PLACAS DE PROTEÇÃO EM E.V.A.

45	0371540002	3,0000	JG - JOGO	192,7300	578,19
18/06/2019	MASTER FEW	MINI TRAVE DE GOL, LEVE E RESISTENTE, MED. 50X80X43CM - 02 MINI TRAVES COM REDE,			

BASE EM TUBO DE AÇO DE FACIL MONTAGEM E DESMONTAGEM C/ PINTURA EPÓXI BRANCA (TOLERANCIA DE ATé 15% A MAIOR)

47	0370230060	13,0000	PÇ - PEÇA	128,1500	1.665,95
18/06/2019	PENALTY	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, TAMANHO FEMININO, COM			

02 (DOIS) TERMO FUSÃO, SISTEMA DE DUPLA COLAGEM, CONFECCIONADO EM MICROPOWER, LAMINADO COM ESTRUTURA DE AMORTECIMENTO VARIANDO DE 2 A 3,6MM DE ESPESSURA, DIÂMETRO 54– 56CM, PESO 325 A 375G., CÂMARA COM SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COMPOSTO POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE, PROPORCIONANDO EQUILÍBRIO TOTAL PARA A BOLA, CONSTRUÍDA A BASE DE BORRACHA BUTÍLICA E ESTRUTURA DE ANÉIS. MIOLO COM SISTEMA DE BICO QUE ENVOLVE A AGULHA, REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PRODUTO PRODUZIDO NO BRASIL. BOLA APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR EM ATÉ 3 DIAS, DOCUMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL, DECLARANDO QUE A MARCA EM QUESTÃO É UMA DAS UTILIZADAS EM SUAS COMPETIÇÕES DO ANO ANTERIOR AO CORRENTE.

48	0377080051	50,0000	PÇ - PEÇA	17,3500	867,50
18/06/2019	VOLLO	PETECA PARA BADMINTON DE NYLON C/ BASE DE CORTIÇA DIMENSÕES APROXIMADAS DO			

PRODUTO (CM) - AXLXP /X7X25CM PESO LÍQ. APROXIMADO DO PRODUTO (KG) 105G

46	0370230061	20,0000	PÇ - PEÇA	64,8400	1.296,80
18/06/2019	MGY	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, TAMANHO INFANTIL, COSTURADA			

MANUFATURADA COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PVC, DIÂMETRO: 49 - 51 CM, PESO: 230 - 270, CAMARA AIRBILITY MIOLO: REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. BOLA COM PESOS E MEDIDAS CONFORME REGRAS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF) APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL, DOCUMENTO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL, DECLARANDO QUE A MARCA EM QUESTÃO É UMA DAS UTILIZADAS EM SUAS COMPETIÇÕES DO ANO ANTERIOR AO CORRENTE.

Márcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

(CPOCR10 Sub: 116377 Seq: 1) Data: 11/11/2019 Hora: 16:11:59

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código (CNS) 0007-4
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V e VI, 41 e 67 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 5 Inc. XII da Lei Estadual 8.727/2003 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 966518111908383706S8-7; Data: 18/11/2019 08:41:39
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C; AJJ50502-90TZ; Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Walber Azevêdo de Moraes Cavalcanti Titular

CAPITAL

Ordem

N.Doc: 368 / 2019
Modalidade: 6 - PREGÃO PRESENCIAL
N.Empenho: 1555 / 2019 - 1556 / 2019 - 1557 / 2019

Data:26/06/2019
Processo: 11/2019

Linha / Empenho	Código / Marca	Quantidade / Descrição	Unidade	Vl Unitário (R$)	Vl Item (R$)
Informações Complementares:					

Folha nº 589
Processo nº 111-2019
Rubrica

4	0371040009	1,0000	PÇ - PEçA	228,1800	228,18
1555/2019	JUGUI	PROTETOR DE TÓRAX E OMBRO, DUPLA FACE DE BORRACHA COM REVESTIMENTO DE VINIL E COSTURA REFORÇADA, ERGONÔMICA, LEVE E MALEÁVEL. MODALIDADE: KICKBOXING/TAEKWONDO. TAMANHO: P. HOMOLOGADO PELA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE TAEKWONDO.			
5	0371040010	2,0000	PÇ - PEçA	223,1800	446,36
1555/2019	JUGUI	PROTETOR DE TÓRAX E OMBRO, DUPLA FACE DE BORRACHA COM REVESTIMENTO DE VINIL E COSTURA REFORÇADA, ERGONÔMICA, LEVE E MALEÁVEL. MODALIDADE: KICKBOXING/TAEKWONDO. TAMANHO: M. HOMOLOGADO PELA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE TAEKWONDO.			
6	0371040011	2,0000	PÇ - PEçA	223,1800	446,36
1555/2019	JUGUI	PROTETOR DE TÓRAX E OMBRO, DUPLA FACE DE BORRACHA COM REVESTIMENTO DE VINIL E COSTURA REFORÇADA, ERGONÔMICA, LEVE E MALEÁVEL. MODALIDADE: KICKBOXING/TAEKWONDO. TAMANHO: G. HOMOLOGADO PELA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE TAEKWONDO.			
7	0370230074	25,0000	PÇ - PEçA	37,9800	947,50
1557/2019	VOLLO	BOLA DE INICIAÇÃO DE BASEBALL DE 9 POL, REVESTIDA DE COURO SINTÉTICO			
C/ MIOLO DE BORRACHA					

Total Geral (R$): 126.096,22

Informações Complementares:

Márcia Regina Rosa
Chefe do Serviço de Licitações

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

Folha nº 590
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado de Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de as e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **18/12/2020 16:10:01 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 96651811190838370688-1 a 96651811190838370688-7
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bff11a2fd7f178c6441736ac8e8b8b3c8df553298372dcd3bacae90862964ebb4420bb2182f5b860f948393ad4c823341500ee9106e0e4d8f789fadfdf9f2837e

Documento assinado digitalmente conforme Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Folha: 1

Folha nº 591

Processo nº 111-2022

Rubrica

TERMO DE ABERTURA

DIÁRIO GERAL

N. de Ordem: 4

O presente Livro Diário Geral possui 38 folhas numeradas do nº 01 (hum) ao nº 38 (trinta e oito) e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da sociedade empresária abaixo identificada:

Nome empresarial: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Município: São Roque

Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo Nire: 35802354575

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 23/08/2018

CNPJ: 31.315.649/0001-25

São Roque, 01 de janeiro de 2021.

ROSELI COBRA DE OLIVEIRA NUNES
TITULAR

DANIEL BATISTA SOARES
TC/BC/SP 311655/O-1

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

Assinado de forma digital por RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125
Dados: 2022.07.13 10:00:51 -03'00'

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE SÃO PAULO
REGISTRO GERAL DE TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO
01 JUL 2022
Data e Rubrica vide
Verso

Confira os dados do ato em https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-1
Data: 18/07/2022 12:30:22
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27344-N52Q;

CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 592

Processo 111-2022

Rubrica

DATA	HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALORES
	1 3271101 Lucro do Exercício Transferir de Lucros Acumulados Exercicios Anteriores - 2020	2341106 Lucros Acumulados	506.678,21
	2 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata n° 1058-03/03 PB Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	1.244,90
	3 2121102 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata n° 1058-03/03 PB Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	1.244,90
	4 2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 12/2020	1111101 Caixa Geral	1.045,00
	5 3532401 Custos e correios Despesa com Frete 2043241 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	33,96
	6 3532413 Software e Programas de Internet Despesa com Softwares 1811MM1121 Solumnis Solucoes Automatizadas LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
	7 2341106 Lucros Acumulados Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
	8 1121102 Vendas a Receber Vendas - Receber NF 446	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.806,12
	9 1111101 Caixa Geral Rec. Contrato de Vendas NF 443	1121102 Vendas a Receber	1.416,00
	10 2141201 INSS a recolher Pgto INSS 12/2020	1111101 Caixa Geral	114,95
	11 2131111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 12/2020	1111101 Caixa Geral	23.499,55
	12 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 1528 Imbra Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	2.142,53
	13 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 429	1121102 Vendas a Receber	23.844,20
	14 1151101 Mercadorias para revenda Compra Play Pro	1111101 Caixa Geral	41.000,00
	15 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 439	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	288,90
	16 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 31165 Masterfoot Ind e Com de Art Esp EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	2.605,20
	17 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas nº 440	1121102 Vendas a Receber	2.806,12
	18 4111103 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 01/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	337,29
	19 2141102 Pro-labore Pro Labore a Pagar 01/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.660,00
	20 2141201 INSS INSS a Recolher 01/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
	21 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 10021 Quito Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	207,40
	22 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 16822 Quito Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	1.271,17
	23 2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 01/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
	24 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 398	1121102 Vendas a Receber	22.457,50
	25 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 393	1121102 Vendas a Receber	53.180,00
	26 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 397	1121102 Vendas a Receber	17.010,00
		A TRANSPORTAR:	752.586,32

O presente documento digitalizado foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço https://azevedobastos.not.br/documento, em papel, por meio do autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-2
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27345-APQA:

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI — Folha: 3

CNPJ: 31.215.849/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 593

Processo nº 111-2022

Rubrica

DATA	Nº DA CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE	752.586,32
[illegible]	27 3212401 Frete e carretos Despesa com Frete 2043527 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	141,69
[illegible]	28 3221414 Softwares e Programas de Internet Despesa com Softwares 48013M0221 Sedimatic Sistemas Aut Info LTDA	1111101 Caixa Geral	31,80
15/12/2021	29 3341106 Lucros Acumulados Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
[illegible]	30 2137111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 01/2021	1111101 Caixa Geral	337,29
[illegible]	31 1151101 Mercadorias para revenda Compra Play Fun	1111101 Caixa Geral	41.000,00
[illegible]	32 2143201 INSS a recolher Pgto INSS 05/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
[illegible]	33 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 447	1121102 Vendas a Receber	288,90
[illegible]	34 2121101 Fornecedores - Nacionais Pgto Duplicata n° 51145 - 01/21 Masterfios Ind e Com de Art Esp LTDA	1111101 Caixa Geral	868,40
[illegible]	35 2143102 Pro-labore a pagar Pro Labore a Pagar 02/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
[illegible]	36 2143201 INSS INSS a Recolher 02/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
[illegible]	37 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 448	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	848,71
[illegible]	38 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10821 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	207,30
[illegible]	39 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 449	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	11.639,60
[illegible]	40 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10822 - 01/21 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	423,73
[illegible]	41 1151101 Mercadorias para revenda Compra CF 1792 Ismar Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	1.050,00
[illegible]	42 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 10983 Goby Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	768,00
[illegible]	43 2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 02/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
[illegible]	44 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 450	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	8.459,15
[illegible]	45 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 451	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.807,00
[illegible]	46 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 452	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.770,25
[illegible]	47 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 453	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	3.143,60
[illegible]	48 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 454	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	11.550,30
[illegible]	49 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 10995 Goby Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	1.921,00
[illegible]	50 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 1726 Ismar Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	2.721,00
[illegible]	51 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 449	1121102 Vendas a Receber	11.639,60
[illegible]	52 2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		A TRANSPORTAR:	903.490,53

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício deRegistro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-3
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27346-MCKX;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1406
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.316.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 594

Processo nº 44-2022

Rubrica

DATA	CÓD. CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
	TRANSPORTE:		905.490,54
	52 (Continuação - Lançamento...) Pgto Duplicata nº 31165 - 92/93 Masterfive Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	868,40
	53 4221113 Softwares e Programas de Internet Despesa com Softwares 48013V6021 Softmais Sistemas Aut info LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
	54 2341106 Encar. Acumulados Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
	55 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 455	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	7.700,00
	56 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 456	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	8.897,10
	57 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 457	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.830,50
	58 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 455	1121102 Vendas a Receber	7.700,00
	59 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 456	1121102 Vendas a Receber	8.897,10
	60 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 457	1121102 Vendas a Receber	2.830,50
	61 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 30892 - 02/03 Cedig Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	423,72
	62 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31032 - 01/02 Cedig Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	282,50
	63 2141201 INSS a recolher Pgto INSS 03/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
	64 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 31367 Masterfive Ind e Com de Art Esp EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	3.318,00
	65 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 458	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.466,70
	66 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF Play Fair	1111101 Caixa Geral	41.000,00
	67 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 459	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.945,52
	68 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 460	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.260,00
	69 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 461	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	7.938,16
	70 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31165 - 03/03 Masterfive Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	868,40
	71 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 458	1121102 Vendas a Receber	2.143,00
	72 3212601 Fretes e Carretos Despesa com Frete 2086218 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	162,02
	73 2141301 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 03/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	8.146,92
	74 2241102 Pro-labore a Pagar Pro-Labore a Pagar 03/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
	75 2141201 INSS INSS a Recolher 03/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
	76 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 459	1121102 Vendas a Receber	3.466,70
	77 2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
	A TRANSPORTAR:		1.067.660,73

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-4
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27347-E00U;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1490
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5484 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

LIVRO DIÁRIO GERAL Folha nº 595
Processo nº 111-2022

DATA	LCTO	CONTA DEBITO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		HISTÓRICO	TRANSPORTE	1.067.600,74
[illegible]	39	(Continuação) Informe nº 1 Pgto Duplicata nº 10832 - 0303 Colby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	423,72
01	79	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10982 - 0303 Colby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	382,50
[illegible]	79	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 462	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	5.273,30
[illegible]	80	2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pró Labore 03/2021	1111101 Caixa Geral	1.500,00
[illegible]	81	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 463	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.628,55
[illegible]	82	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 451	1121102 Vendas a Receber	4.807,00
[illegible]	82	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 448	1121102 Vendas a Receber	848,71
[illegible]	83	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10807 - 0303 Colby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	640,34
[illegible]	84	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 454	1121102 Vendas a Receber	11.550,30
[illegible]	86	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 463	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	6.898,00
[illegible]	87	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 452	1121102 Vendas a Receber	1.770,25
[illegible]	88	1152101 Mercadorias para Revenda Compra Nº 13454 Materiais Sid e Com de Aci Esp CRICI	2121101 Fornecedores Nacionais	1.456,50
[illegible]	89	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 465	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	8.150,61
[illegible]	90	3232402 Fretes e Correios Despesa com Frete 2102275 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	26,94
[illegible]	91	3232402 Fretes e Correios Despesa com Frete 42847 Pinheiros Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	247,21
[illegible]	92	3232414 Softwares e Programas de Internet Despesa com Software 3503AB0127 Softmatic Sistemas Automa LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
[illegible]	93	1111101 Caixa Geral Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	35.000,00
[illegible]	94	3212402 Fretes e Correios Despesa com Frete 55630 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	492,09
[illegible]	95	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 460	1121102 Vendas a Receber	4.260,00
[illegible]	96	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 450	1121102 Vendas a Receber	8.439,12
[illegible]	97	2141201 INSS a recolher Pgto INSS 03/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
[illegible]	98	2131111 Salários Nacional a Recolher Pgto Salários Nacional 03/2021	1111101 Caixa Geral	8.146,02
[illegible]	99	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10993 - 0203 Colby Comercio LTDA	1111101 Caixa Geral	640,33
[illegible]	100	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11307 - 0303 Materiais Sid e Com de Aci Esp CRICI	1111101 Caixa Geral	1.105,00
[illegible]	101	1152101 Mercadorias para Revenda Compra Pito Tub	1111101 Caixa Geral	41.000,00
[illegible]	102	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	

A TRANSPORTAR: 1.226.887,96

Os anexos do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-5
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27348-Q2J7;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0

Acaulo José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 596

Processo nº 111-2022

Rubrica

DATA	LCTO	CONTA DEBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:		1.326.887,90
[illegible]	102	(Continuação Integralização) Vendas a Receber Nº 467	[illegible]	1.732,00
[illegible]	103	3121305 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 04/2021	2121213 Simples Nacional a Recolher	2.618,97
[illegible]	104	3212102 Pro-Labore Pro Labore a Pagar 04/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
[illegible]	105	3212105 INSS INSS a Recolher 04/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
[illegible]	106	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nfe 3199 Rd Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	805,84
[illegible]	107	2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 04/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
[illegible]	108	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 485	1121102 Vendas a Receber	700,00
[illegible]	109	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nfe 21615 Mr Bikes Ltda x Casa do Art Esp EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	3.610,80
[illegible]	110	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 10020 - 01/03 Cony Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	640,33
[illegible]	111	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 21615 - 02/03 Mastercycles Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	1.105,00
[illegible]	112	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 464	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	480,00
[illegible]	113	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 469	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.940,00
[illegible]	114	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 470	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	293,55
[illegible]	115	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 471	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.280,00
[illegible]	116	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 472	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.120,00
[illegible]	117	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 473	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	739,00
[illegible]	118	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nfe 3196 Rd Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	969,02
[illegible]	119	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nf 1859 Indor Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	3.714,60
[illegible]	120	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nf 21620 Mastercycles Ind e Com de Art Esp EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	1.254,60
[illegible]	121	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 466	1121102 Vendas a Receber	6.898,00
[illegible]	122	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 468	1121102 Vendas a Receber	8.150,61
[illegible]	123	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 462	1121102 Vendas a Receber	1.732,00
[illegible]	124	1171101 Mercadorias para revenda Compra Nf 10265 Cony Comercio EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	1.316,40
[illegible]	125	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 459	1121102 Vendas a Receber	2.915,53
[illegible]	126	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 474	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.030,00
[illegible]	127	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
		A TRANSPORTAR:		1.277.422,20

Confira os dados do ato em https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-6
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27349-M5K8;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1490
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço [illegible] de Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 597
Processo nº 111- 2022
Rubrica

DATA	LANÇTO. CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:	1.277.422,20
13/05	127 (Combinação - lançamento...) Vendas a Receber NF 475		2.840,00
14/05	128 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31454 - 02/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	478,83
14/05	129 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 475	1121102 Vendas a Receber	2.840,00
14/05	130 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 31562 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	996,20
17/05	131 1151101 Mercadorias para revenda Compra Play Fair	1111101 Caixa Geral	41.000,00
17/05	132 3221414 Softwares e Programas de Internet Despesa com Softwares 48013M0521 Saltmatic Sistemas Aut Indu LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
17/05	133 2341106 Lucros Acumulados Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
19/05	134 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 476	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.940,00
19/05	135 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno Devolução de Venda NF 477	1121102 Vendas a Receber	2.940,00
20/05	136 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 1203 FB Comercio Importação e Exportação EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	2.260,47
20/05	137 2141201 INSS a recolher Pgto INSS 04/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
20/05	138 3212612 Despesa com Cartório Despesa com Cartório - Autenticação Pagseguro Internet SA	1111101 Caixa Geral	221,00
20/05	139 2131111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 04/2021	1111101 Caixa Geral	2.618,97
21/05	140 1151101 Mercadorias para revenda Compra ref. 1926 Loper Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	410,63
23/05	141 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31367 - 03/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	1.105,00
24/05	142 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 479	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	12.800,00
24/05	143 3212612 Despesa com Cartório Despesa com Cartório - Registro de Livro Balanço 2020	1111101 Caixa Geral	41,42
25/05	144 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 480	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	13.291,90
27/05	145 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 481	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	706,00
28/05	146 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber LJ 482	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	320,00
28/05	147 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31454 - 02/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral	478,83
28/05	148 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 468	1121102 Vendas a Receber	480,00
28/05	149 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 472	1121102 Vendas a Receber	1.120,00
28/05	150 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 473	1121102 Vendas a Receber	739,00
31/05	151 4121305 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 04/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	3.561,14
31/05	152 3212102 Pro-labores	2141102 Pro - labore a pagar	
		A TRANSPORTAR:	1.415.024,07

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555
CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-7
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27350-1NM7;
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1406
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0
Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI — Folha: 8

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 598

Processo nº 111-2022

Rubrica

DATA	LCTO	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:		1.415.024,07
	152	(Continuação - lançamento...)		
		Pro Labore a Pagar 05/2021		1.100,00
	153	3212106 INSS	2141201 INSS a recolher	
		INSS a Recolher 05/2021		121,00
	154	3212401 Fretes e carretos	1111101 Caixa Geral	
		Despesa com Frete 50785 Paulinelli Transp e Encomendas LTDA		376,18
	155	3212401 Fretes e carretos	1111101 Caixa Geral	
		Despesa com Frete 263366 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA		581,22
	156	2141102 Pro - labore a pagar	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Pro Labore 05/2021		1.100,00
	157	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 31618 - 01/03 Masterflow Ind e Com de Art Esp EIRELI		1.203,60
	158	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		Recebimento de Vendas NF 471		2.280,00
	159	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 34289 Fibra Esportes Comercio EIRELI		1.346,40
	160	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 41623 - 01/03 Masterflow Ind e Com de Art Esp EIRELI		418,20
	161	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		Recebimento de Vendas NF 476		2.940,00
	162	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 31454 - 03/03 Masterflow Ind e Com de Art Esp EIRELI		478,84
	163	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		Recebimento de Vendas NF 241		3.760,00
	164	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 31662 - 01/02 Masterflow Ind e Com de Art Esp EIRELI		498,30
	165	3212401 Fretes e carretos	1111101 Caixa Geral	
		Despesa com Frete 333346 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA		211,89
	166	3221414 Softwares e Programas de Internet	1111101 Caixa Geral	
		Despesa com Softwares 4801SMFn21 Sollomatic Sistemas Automação LTDA		31,48
	167	2341106 Lucros Acumulados	1111101 Caixa Geral	
		Retirada de Lucro		45.000,00
	168	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 1203 - 01/03 TB Comercio Importação e Exportação EIRELI		753,49
	169	1151301 Mercadorias para revenda	1111101 Caixa Geral	
		Compra Piso Tátil		41.000,00
	170	2141206 INSS a recolher	1111101 Caixa Geral	
		Pgto INSS 05/2021		121,00
	171	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		Pgto Duplicata nº 31615 - 02/03 Masterflow Ind e Com de Art Esp EIRELI		1.203,60
	172	3212401 Fretes e carretos	1111101 Caixa Geral	
		Despesa com Frete 2155249 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos		114,30
	173	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		Recebimento de Vendas NF 229		2.039,56
	174	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
		Vendas a Receber NF 483		4.650,00
	175	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
		Vendas a Receber NF 484		7.341,30
	176	1151301 Mercadorias para revenda	2121101 Fornecedores Nacionais	
		Compra NF 11180 Gully Comercial LTDA		283,05
	177	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
			A TRANSPORTAR:	1.533.295,48

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-8
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27351-YLXF;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1480
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
CNPJ: 31.315.649/0001-25
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 599
Processo nº 111-2022
Rubrica

		CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	VALOR
	HISTÓRICO		TRANSPORTE:	1.533.295,43
31/05	177 (Continuação Lançamento: 0) Pgto Duplicata nº 31623 - 02/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1121102 Vendas a Receber		418,20
31/05	178 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 55	1121102 Vendas a Receber		7.758,30
31/05	179 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 56	1121102 Vendas a Receber		1.716,00
31/05	180 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 1227 16 Comercio Importação e Exportação EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais		478,40
31/05	181 4121305 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 05/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher		1.093,93
31/05	182 3212102 Pro-labore Pro Labore a Pagar 05/2021	2141103 Pro - labore a pagar		1.100,00
31/05	183 3212106 INSS INSS a Recolher 05/2021	2141201 INSS a recolher		121,00
31/05	184 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 2140 Impar Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral		5.484,72
31/05	185 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 485	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		700,00
31/05	186 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 486	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		1.354,28
31/05	187 2141103 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 05/2021	1111101 Caixa Geral		1.100,00
31/05	188 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 486	1121102 Vendas a Receber		1.354,28
31/05	189 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31615 - 01/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral		1.203,60
31/05	190 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 487	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		1.400,00
31/05	191 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 489	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		4.228,80
31/05	192 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31623 - 02/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral		418,20
31/05	193 3213401 Frete e correios Despesa com Frete 2163193 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		3,40
31/05	194 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 490	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		1.800,00
31/05	195 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 491	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		5.495,00
31/05	196 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 492	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		446,00
31/05	197 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 493	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		5.910,00
31/05	198 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31662 - 02/03 Masterlew Ind e Com de Art Esp EIRELI	1111101 Caixa Geral		498,10
31/05	199 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 2192 Impar Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral		6.489,00
31/05	200 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 488	1121102 Vendas a Receber		13.291,90
31/05	201 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 1201 - 02/03 58 Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral		253,49
31/05	202 3213401 Frete e correios		A TRANSPORTAR:	1.597.815,03

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelí/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-9
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27352-25EH;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1409
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 600

Processo nº 111-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	NRO.	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:		1.597.815,97
	202	(Continuação - Lançamento...)		
		Despesa com Frete 471573 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	321,15
	203	1221414 Softwares e Programas de Internet		
		Despesa com Softwares 580158810721 Softwares Sistemas Aut Info LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
	204	2341106 Lucros Acumulados		
		Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
	205	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 461	1121102 Vendas a Receber	7.938,10
	206	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 462	1121102 Vendas a Receber	5.273,30
	207	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 463	1121102 Vendas a Receber	4.628,55
	208	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 481	1121102 Vendas a Receber	706,00
	209	1151101 Mercadorias para revenda		
		Compra NF 11260 Golp Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	140,25
	210	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 485	1121102 Vendas a Receber	320,00
	211	1121102 Vendas a Receber		
		Vendas a Receber NF 491	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.077,00
	212	2141201 INSS a recolher		
		Pgto INSS 06/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
	213	2141111 Simples Nacional a Recolher		
		Pgto Simples Nacional 06/2021	1111101 Caixa Geral	1.093,93
	214	2312401 Portes e correios		
		Despesa com Frete 2175141 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	38,11
	215	2121101 Fornecedores Nacionais		
		Pgto Duplicata nº 11150 Golp Comercial LTDA	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	285,05
	216	1121102 Vendas a Receber		
		Vendas a Receber NF 495	1121102 Vendas a Receber	14.240,50
	217	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 493	1121102 Vendas a Receber	5.495,00
	219	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 492	1111101 Caixa Geral	446,00
	219	1151101 Mercadorias para revenda		
		Compra Play Pati	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	41.000,00
	220	1121102 Vendas a Receber		
		Vendas a Receber NF 496	2121101 Fornecedores Nacionais	364,76
	221	1151101 Mercadorias para revenda		
		Compra NF 1254 FB Comercio Importação e Exportação EIRELI	1121102 Vendas a Receber	702,48
	222	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 484	1111101 Caixa Geral	2.341,30
	223	2121101 Fornecedores Nacionais		
		Pgto Duplicata nº 1225 FB Comercio Importação e Exportação EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	478,40
	224	1151101 Mercadorias para revenda		
		Compra NF 42049 Kisstrife Industria e Comercio de Artigos Esportivos EIRELI	1111101 Caixa Geral	2.280,55
	225	1151101 Mercadorias para revenda		
		Compra NF 2381 Topa Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1121102 Vendas a Receber	785,97
	226	1111101 Caixa Geral		
		Recebimento de Vendas NF 487	1121102 Vendas a Receber	1.400,00
	227	1111101 Caixa Geral		
		A TRANSPORTAR:		1.746.227,66

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-10
Data: 18/07/2022 12:30:23
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27353-DFNT;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 604
Processo nº 141-2022
Rubrica

DATA	LOTE	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:		1.746.227,66
	237	(Continuação - lançamento ... Recebimento de Vendas Nf 489		4.228,80
	238	1131101 Mercadorias para revenda Compra Nº 2280 Itapua Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	6.008,20
	239	4121305 Simples Nacional a Recolher Simples Nacional a Recolher 07/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	3.629,72
	239	5212102 Pro-labore Pro Labore a Pagar 07/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.160,00
	239	5212101 INSS INSS a Recolher 07/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 497	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.840,00
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 498	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.331,50
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 499	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.610,00
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 500	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	18.298,74
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 501	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	146,40
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 502	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	9.986,45
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 503	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.848,00
	239	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 504	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.200,20
	240	3212401 Frete e carretos Despesa com Frete 75639 Paulmeris Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	249,34
	241	3212401 Frete e carretos Despesa com Frete 541735 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	217,82
	242	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 470	1121102 Vendas a Receber	5.910,00
	243	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 470	1121102 Vendas a Receber	292,55
	244	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 492	1121102 Vendas a Receber	1.800,00
	245	2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 07/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
	246	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 495	1121102 Vendas a Receber	14.240,50
	247	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 496	1121102 Vendas a Receber	364,76
	248	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 505	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	120,00
	249	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 491	1121102 Vendas a Receber	4.077,00
	250	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 506	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.360,00
	251	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 507	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	11.993,03
	252	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		A TRANSPORTAR:		1.852.870,07

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-11
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27354-F2X4;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Acácio José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 602
Processo nº 111-2022
Rubrica

DATA	LOTE / CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:	1.852.870,07
[illegible]	252 (Continuação - lançamento...) Recebimento de Vendas NF 479		12.800,00
[illegible]	253 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 483	1121102 Vendas a Receber	4.650,00
[illegible]	254 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 508	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	7.607,20
[illegible]	255 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 31341 Gelly Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	627,30
[illegible]	256 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº [illegible] 0630 210 Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	753,40
[illegible]	257 1221414 Softwares e Inserções de Internet Despesa com Softwares 48013M0821 Softmatic Sistemas Automação LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
[illegible]	258 2311106 Juros Acumulados Retirada de Lucro	1111101 Caixa Geral	45.000,00
[illegible]	259 3212401 Fretes e carretos Despesa com Frete 82699 Paulmarco Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	754,77
[illegible]	260 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 31366 Gelly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	140,25
[illegible]	261 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 498	1121102 Vendas a Receber	1.331,50
[illegible]	262 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 509	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.010,00
[illegible]	263 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 510	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.441,00
[illegible]	264 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 511	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.527,50
[illegible]	265 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 512	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	195,00
[illegible]	266 2141201 INSS a recolher Pgto INSS 07/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
[illegible]	267 2131111 Sanpão Nacional a Recolher Pgto Sanpão Nacional 07/2021	1111101 Caixa Geral	3.629,72
[illegible]	268 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 1264 FB Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	702,48
[illegible]	269 3212401 Fretes e carretos Despesa com Frete 220108-4 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	90,15
28.08	270 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 504	1121102 Vendas a Receber	3.200,20
31.08	271 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 507	1121102 Vendas a Receber	3.840,00
31.08	272 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 503	1121102 Vendas a Receber	120,00
31.08	273 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 506	1121102 Vendas a Receber	1.380,00
31.08	274 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 502	1121102 Vendas a Receber	146,40
[illegible]	275 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 505	1121102 Vendas a Receber	1.845,00
[illegible]	276 1151101 Mercadorias para Revenda Compra NF 32306 Masterfaw Industria e Comercio de Artigos Esportivos EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	1.130,50
[illegible]	277 2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	
		A TRANSPORTAR:	1.935.888,19

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-12
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27355-75T6;

CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.regal.gyn.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Documento gerado em 18/07/2022 - Selo: [illegible]

CONTA	LOTE CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:	1.935.888,19
[illegible]	277 (Continuação - Lançamento...) Pago Duplicata nº 32049 - 01/03 Masterfox Industria e Comercio de Artigos Esportivos EIRELI		760,18
[illegible]	278 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 507	1121102 Vendas a Receber	11.991,03
[illegible]	279 1151101 Mercadorias para revenda Compra Diet Tok	1111101 Caixa Geral	41.080,00
[illegible]	280 3212601 Fretes e carretos Despesa com Frete 022556 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	723,27
[illegible]	281 3212608 Taxa de Licença Taxa de Licença de Funcionamento 2021	1111101 Caixa Geral	126,58
[illegible]	282 1111103 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nf 509	1121102 Vendas a Receber	1.010,00
[illegible]	283 1111103 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 512	1121102 Vendas a Receber	195,00
[illegible]	284 2121501 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 08/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	6.120,84
[illegible]	285 3212602 Pro-labore Pro Labore a Pagar 08/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
[illegible]	286 3212606 INSS INSS a Recolher 08/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
[illegible]	287 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 15207 Fiore Esportes Comercio EIRELI	2121103 Fornecedores Nacionais	5.100,00
[illegible]	288 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 15198 Fiore Esportes Comercio EIRELI	2121101 Fornecedores Nacionais	2.260,00
[illegible]	289 3212601 Fretes e carretos Despesa com Frete 28230 Pauhaeris Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	363,48
[illegible]	290 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 514	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	5.776,60
[illegible]	291 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 515	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	9.820,00
[illegible]	292 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 516	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	10.443,00
[illegible]	293 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 518	4111105 Venda de mercadorias no mercado interno	1.737,76
[illegible]	294 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 519	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.161,00
[illegible]	295 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 2503 Sapar Sports Ind e Com de Materiais Esportivos LTDA	1111101 Caixa Geral	1.299,42
[illegible]	296 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11402 Gloty Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	1.296,86
[illegible]	297 2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 08/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
[illegible]	298 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11402 Gloty Comercial LTDA	2121101 Fornecedores Nacionais	5.321,85
[illegible]	299 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 517	4111105 Venda de mercadorias no mercado interno	8.830,00
[illegible]	300 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 521	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.278,00
[illegible]	301 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 527	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	218,60
[illegible]	302 1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
		A TRANSPORTAR:	2.059.164,48

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555
CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-13
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27356-IN6T;
CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1480
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 • cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Acácio José Fernandes Ribeiro
Escrevente
TJPB
O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Folha: 14

C.N.P.J: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIARIO GERAL

Folha nº 604

Processo nº 111-2022

DATA	LCTO	CONTA DEBITO	CONTA CREDITO	HISTÓRICO	VALOR
				TRANSPORTE:	2.059.104,48
	502	(Continuação - Lançamento...)		Vendas a Receber NF 523	2.860,00
	503	1121102 Vendas a Receber	4111101 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber NF 524	970,00
	504	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	Pago Duplicata nº 11341 - 01/02 Ooby Comercial LTDA	313,65
	505	1151101 Mercadorias para revenda	2121101 Fornecedores Nacionais	Compra NF 1305 de Comercio Importação e Exportação EIRELI	958,00
	506	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 525	22.149,50
	507	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 526	2.948,40
	508	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	Recebimento de Vendas NF 508	7.607,20
	509	2121101 Fornecedores Nacionais	1111101 Caixa Geral	Pago Duplicata nº 30019 - 0/303 Masterlaw Industria e Comercio de Artigos Esportivos EIRELI	700,18
	510	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber NF 527	5.154,00
	511	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	Recebimento de Vendas NF 09?	2.640,00
	512	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	Recebimento de Vendas NF 511	2.527,50
	513	1151101 Mercadorias para revenda	2121101 Fornecedores Nacionais	Compra Nº 11431 Ooby Comercial LTDA	625,60
	514	3212401 Frete e Carretos	1111101 Caixa Geral	Despesa com Frete 789513 Rodoneves Transp e Encomendas LTDA	216,61
	515	3221414 Softwares e Programas de Internet	1111101 Caixa Geral	Despesa com Softwares 6801/2021021 Softcomp Sistemas Aut Info LTDA	31,48
	516	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 528	8.202,00
	517	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 529	3.750,00
	518	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 530	4.575,00
	519	2341101 Lucros Acumulados	1111101 Caixa Geral	Retirada de Lucro	45.000,00
	520	1151101 Mercadorias para revenda	2121101 Fornecedores Nacionais	Compra Nº 11402 Ooby Comercial LTDA	122,40
	521	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber NF 531	8.430,20
	522	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 532	4.555,00
	523	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 533	2.825,00
	524	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 534	3.927,50
	525	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	Vendas a Receber Nº 535	14.498,15
	526	1151101 Mercadorias para revenda	1111101 Caixa Geral	Compra Play Pair	41.000,00
	527	2141201 INSS a recolher	1111101 Caixa Geral		
				A TRANSPORTAR:	2.243.092,85

Valide os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-14
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27357-81XP;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 • cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Acauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 605

Processo nº 111.2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	LCTO.	CONTA DÉBITO HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
			TRANSPORTE	2.245.092,85
20/09	347	Continuação - Lançamento ...) Pgto 16/55 09/2021		121,00
30/09	348	2121111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 08/2021	1111101 Caixa Geral	6.120,84
01/09	349	3212401 Frutos e cereais Despesa com Frete 220940 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	345,23
01/09	350	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber nº 536	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	744,50
01/09	351	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 537	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.294,30
01/09	352	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 1329 PH Comercio Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	506,49
01/09	353	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11471 Gubs Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	812,60
01/09	354	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11470 Gubs Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	298,35
01/09	355	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 538	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.406,00
01/09	356	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11472 Gubs Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	599,25
01/09	357	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 20241 Leolite Química Brasil LTDA	1111101 Caixa Geral	252,05
02/09	358	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 530	1121102 Vendas a Receber	1.444,00
02/09	359	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 539	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	23.190,00
02/09	360	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 534	1121102 Vendas a Receber	5.776,60
02/09	361	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 516	1121102 Vendas a Receber	10.443,00
02/09	362	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 518	1121102 Vendas a Receber	1.737,70
02/09	363	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 519	1121102 Vendas a Receber	1.161,00
02/09	364	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 520	1121102 Vendas a Receber	8.850,00
02/09	365	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 521	1121102 Vendas a Receber	3.278,00
02/09	366	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 527	1121102 Vendas a Receber	970,00
02/09	367	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11493 Gubs Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	900,15
02/09	368	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 515	1121102 Vendas a Receber	9.820,00
02/09	369	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 52 e 60 - 01/02 Masterlew Indústria e Comércio de Artigos Esportivos EIRELI	1111101 Caixa Geral	565,25
02/09	370	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 57/59 - 01/02 Masterlew Indústria e Comércio de Artigos Esportivos EIRELI	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	760,19
02/09	371	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 540	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	940,00
02/09	372	1121102 Vendas a Receber		
			A TRANSPORTAR:	2.332.591,01

Para verificar as cópias do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-15
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27358-TPY8;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto João Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

Folha 16

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 606

Processo nº 11-2022

DATA	LCTO	CONTA DÉBITO HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
			TRANSPORTE:	2.332.591,01
06/09	352	(Continuação - lançamento...) Vendas a Receber NF 541		4.282,50
06/09	353	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 15197 Fiore Esportes Comercio EIRELI	1111101 Caixa Geral	5.100,00
06/09	354	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 15198 Fiore Esportes Comercio EIRELI	1111101 Caixa Geral	2.260,00
06/09	355	1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11929 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	2.713,20
06/09	356	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 536	1121102 Vendas a Receber	2.948,40
06/09	357	2212102 Pro-Labore Pgt Labore a Pagar 09/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
06/09	358	2212106 INSS INSS a Recolher 09/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
06/09	359	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 3668 RR Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	1.755,00
06/09	360	2121305 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 09/2021	2133111 Simples Nacional a Recolher	14.434,26
06/09	361	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 542	4111105 Venda de mercadorias no mercado interno	2.366,00
06/09	362	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 543	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	20.159,80
06/09	363	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 544	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	9.352,00
06/09	364	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 545	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	206,00
06/09	365	3212401 Custas e correios Despesa com Prest. 08004 Paraiwa Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	827,59
06/09	366	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 537	1121102 Vendas a Receber	1.294,40
06/09	367	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 51467 - 01/03 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	432,28
06/09	368	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 529	1121102 Vendas a Receber	3.750,00
06/09	369	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 530	1121102 Vendas a Receber	4.575,00
06/09	370	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 531	1121102 Vendas a Receber	8.430,20
06/09	371	2141102 Pro - labore a pagar Pgto. Pro Labore 09/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
06/09	372	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 11951 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	3.686,02
06/09	373	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 11949 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	180,30
06/09	374	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 11948 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.308,15
06/09	375	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 11947 Godly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	2.453,33
06/09	376	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 546	1121102 Vendas a Receber	940,60
06/09	377	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
			A TRANSPORTAR:	2.437.904,94

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Documento nº 100000000 ONLINE - selo: 00

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-16
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27359-BNQP;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1460
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 17

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 607

Processo nº 111-2022

DATA	LCTO	CONTA DEBITO HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE		2.437.904,96
[illegible]	377	(Comunicação - lançamento...) Vendas a Receber NF 547	1121102 Vendas a Receber	15.900,80
[illegible]	378	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 541	1121102 Vendas a Receber	4.282,50
[illegible]	379	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11407 - 0103 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.773,95
[illegible]	380	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 548	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	9.812,59
[illegible]	381	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 549	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.200,00
[illegible]	382	1141101 Mercadorias para revenda Compra NF 11567 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	382,50
[illegible]	383	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 546	1121102 Vendas a Receber	744,50
[illegible]	384	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 550	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	3.550,00
[illegible]	385	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 525	1121102 Vendas a Receber	22.149,50
[illegible]	386	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 528	1121102 Vendas a Receber	8.202,00
[illegible]	387	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 535	1121102 Vendas a Receber	2.825,00
[illegible]	388	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 554	1121102 Vendas a Receber	5.977,50
[illegible]	389	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 545	1121102 Vendas a Receber	14.498,15
[illegible]	390	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11511 - 0102 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	315,65
[illegible]	391	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 1638 e 39 Lemarcon Importação e Exportação EIRELI	1111101 Caixa Geral	956,00
[illegible]	392	1141101 Mercadorias para revenda Compra NF 11577 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.020,85
[illegible]	393	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 551	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	6.909,30
[illegible]	394	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 552	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.901,00
[illegible]	395	1141101 Mercadorias para revenda Compra NF 9007 Ids Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	675,00
[illegible]	396	1141101 Mercadorias para revenda Compra NF 11583 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.072,53
[illegible]	397	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 527	1121102 Vendas a Receber	5.154,00
[illegible]	398	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 553	1121102 Vendas a Receber	4.555,00
[illegible]	399	2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11434 Cichy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	625,60
[illegible]	400	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 553	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.412,90
[illegible]	401	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 554	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.385,00
[illegible]	402	1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
			A TRANSPORTAR:	2.543.183,96

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259656735555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 966518072259656735555-17
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27360-HZES;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 608

Processo nº 111-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

Data	Cód.	CONTA DEBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:		2.543.183,98
		306 Confirmação - Inicialmente [...] Vendas a Receber NF 555		4.788,00
		304 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11442 - 00/03 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	250,75
		304 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11442 -00/03 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	40,80
		405 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 556	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	6.767,20
		406 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 552	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	50.807,50
		102 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 554	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	544,00
		305 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 144878 Distrito Industria e Comercio LTDA	1111101 Caixa Geral	3.739,83
		409 1921104 Softwares e Programas de Internet Despesa com Software [...] 8013630021 Softwares Sistemas Art Info LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
		410 2341101 Juros Antecipados Rendimento de Juros	1111101 Caixa Geral	45.000,00
		411 2341101 Juros Antecipados Retenção de Juros	1111101 Caixa Geral	45.000,00
		412 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11481 - 07/03 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	432,29
		413 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 550	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	44.207,50
		414 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno Devolução de Venda NF 565	1121102 Vendas a Receber	2.901,00
		415 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno Devolução de Venda Nº 561	1121102 Vendas a Receber	50.807,50
		416 5113101 Fretes e carretos Pago a nota Frete 107909 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	344,85
		417 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 539	1121102 Vendas a Receber	23.190,00
		418 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 545	1121102 Vendas a Receber	26.159,80
		419 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 540	1121102 Vendas a Receber	18.298,74
		420 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 543	1121102 Vendas a Receber	206,00
		421 2341201 INSS a recolher Pgto INSS 08/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
		422 5113101 Fretes e carretos Despesa com Frete 110502/21 Rodonaves Transp e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	972,20
		423 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 538	1121102 Vendas a Receber	4.306,00
		424 2341101 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 06/2021	1111101 Caixa Geral	14.434,26
		425 5113101 Fretes e carretos Despesa com Frete 2206/22 Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	480,62
		426 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11502 - 02/03 Goby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.773,95
		427 1121102 Vendas a Receber	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
			A TRANSPORTAR:	2.881.104,23

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-18
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27361-GON6;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-6304 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: PVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 31.315.649/0001-26

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 609

Processo nº 111-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	HIST.	CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	VALOR
			TRANSPORTE:	2.881.194,23
[illegible]	137	(Continuação - Inadimplente...) Vendas a Receber Nº 562	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.988,00
[illegible]	134	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 563	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	356,00
22/10	429	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 6930 RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	788,50
22/10	430	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº Se Produtos Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	8.000,00
22/10	431	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 573	1121102 Vendas a Receber	544,00
22/10	432	1151101 Mercadorias para revenda Compra Play Foto	1111101 Caixa Geral	11.000,00
25/10	433	2221414 Softwares e Provedor de Internet Despesa com Certificado Digital Certisign Certificadora Digital SA	1111101 Caixa Geral	204,00
26/10	434	2121101 Fornecedores Nacionais Nota Duplicata nº 32200 - 32202 Masterlux Industria e Comercio de Artigos Esportivos EIRELI	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	565,25
[illegible]	435	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 564	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	5.154,50
[illegible]	436	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 565	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.049,30
[illegible]	437	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 566	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	471,00
[illegible]	438	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 567	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	22.828,19
[illegible]	439	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 568	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.395,00
26/10	440	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 569	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	380,20
[illegible]	441	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 570	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	950,00
[illegible]	442	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 571	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	7.406,00
[illegible]	443	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 572	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.232,00
26/10	444	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 573	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	30.650,08
26/10	445	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 6929 RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	1.640,00
26/10	446	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 6930 RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	210,00
[illegible]	447	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11634 Golly Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	151,30
[illegible]	448	1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 574	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.459,30
27/10	449	1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 6955 RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	841,50
27/10	450	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 548	1121102 Vendas a Receber	9.812,59
[illegible]	451	1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 551	1121102 Vendas a Receber	6.990,30
[illegible]	452	1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
			A TRANSPORTAR:	3.043.024,23

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-19
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27362-5GCU;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSE FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 37.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 610

Processo nº 111-2022

DATA	CÓD. CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
	TRANSPORTE:		3.043.024,23
	419 Contratação Empregados 1 Recebimento de Vendas Nº 555	1111101 Caixa Geral	4.788,00
	420 3212101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11442 - 0201 Gaby Comercial LTDA	2141102 Pro - labore a pagar	40,80
	163 3212102 Prestadores Pro Labore a Pagar 10/2021	2141201 INSS a recolher	1.100,00
	165 3212106 ISS ISSQN a Recolher 10/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	121,00
	166 3121105 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 10/2021	1111101 Caixa Geral	18.980,03
	457 3221101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11403 - 0303 Gaby Comercial LTDA	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	432,29
	458 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 575	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	9.418,50
	459 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 576	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	36.084,19
	460 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 577	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	17.440,00
	461 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 578	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	31.678,65
	462 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 579	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	11.520,00
	463 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11662 Gaby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.041,25
	464 3212401 Outras Despesas Despesa com Taxa 11693/19 31 Radiomensagem Treinam e Recomendac LTDA	1111101 Caixa Geral	1.333,95
	465 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 521	1121102 Vendas a Receber	7.400,00
	164 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 580	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.384,00
	467 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 581	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	6.500,00
	468 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 582	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.138,80
	469 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 583	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.901,00
	470 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 584	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	4.959,00
	471 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 585	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	25.049,37
	472 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 547	1121102 Vendas a Receber	13.900,80
	473 2141102 Pro - labore a pagar Pgto Pro Labore 10/2021	1111101 Caixa Geral	1.100,00
	474 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 577	1121102 Vendas a Receber	17.440,00
	475 3212101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11407 - 0307 Gaby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.773,95
	476 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 563	1121102 Vendas a Receber	336,00
	477 1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
		A TRANSPORTAR:	3.259.500,03

Para os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573556

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-20
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27363-BE6K;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
CNPJ: 31.315.549/0001-25
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 611-2022
Processo nº
Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:	3.259.500,05
[illegible]	477 (Continuação - Lançamento: 1) Recebimento de Vendas - F. 69	1121102 Vendas a Receber	380,20
[illegible]	478 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nf. 573	1121102 Vendas a Receber	39.630,08
[illegible]	479 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 578	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	31.678,65
[illegible]	480 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 587	1111101 Caixa Geral	11.040,00
[illegible]	481 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11308 Cishy Comercial LTDA	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	280,50
[illegible]	482 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 588	1111101 Caixa Geral	4.884,00
[illegible]	483 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11309 Cishy Comercial LTDA	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	7.293,00
[illegible]	484 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 589	1111101 Caixa Geral	1.048,00
[illegible]	485 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11284 Cishy Comercial LTDA	1121102 Vendas a Receber	550,80
[illegible]	486 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 554	1111101 Caixa Geral	1.385,00
[illegible]	487 2121101 Fornecedores Nacionais Pgto Duplicata nº 11442 46300 Cishy Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	40,80
[illegible]	488 4221414 Softwares e Programas 36 Internet Despesa com Softwares 4800 M1121 Sonhando Sistemas Au. Info LTDA	1111101 Caixa Geral	31,48
[illegible]	489 3312401 Frete e Carreto Despesa com Frete 12/01/21 Rodonaves Transp. e Encomendas LTDA	1111101 Caixa Geral	643,70
[illegible]	490 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 582	1121102 Vendas a Receber	11.636,00
[illegible]	491 1111101 Caixa Geral Rec. Diferente de Vendas Nº 589	1121102 Vendas a Receber	44.307,50
[illegible]	492 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 587	1121102 Vendas a Receber	11.040,00
[illegible]	493 1111101 Caixa Geral Rec. Diferente de Vendas Nº 582	1121102 Vendas a Receber	2.901,60
[illegible]	494 2121201 FGTS a Recolher Pgto FGTS 01/2021	1111101 Caixa Geral	121,00
[illegible]	495 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 590	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.581,00
[illegible]	496 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 591	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.091,00
[illegible]	497 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 592	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	210,00
[illegible]	498 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 593	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	885,00
[illegible]	499 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 594	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.720,00
[illegible]	500 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 595	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	17.242,50
[illegible]	501 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nº 596	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	39.894,00
[illegible]	502 1151103 Mercadorias para revenda	1111101 Caixa Geral	
		A TRANSPORTAR:	3.493.949,05

Confira os dados do ato em: https://setedigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-21
Data: 18/07/2022 12:30:24
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27364-BS06;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0

Acauã José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.549/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 617

Processo nº 111-2022

Rubrica

DATA	L.	TP.	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
			TRANSPORTE:		3.693.067,94
	502		(Continuação - lançamento...) Compra NF 951 RR Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	2.316,98
	503		3212401 Fretes e carretos Despesa com Frete 227347, Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	1111101 Caixa Geral	816,37
	504		2141111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 06/2021	1111101 Caixa Geral	3.561,14
	505		2141111 Simples Nacional a Recolher Pgto Simples Nacional 06/2021	1111101 Caixa Geral	18.980,03
	506		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nr 597	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.272,00
	507		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nr 598	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	306,00
	508		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 597	1121102 Vendas a Receber	1.432,90
	509		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 597	1121102 Vendas a Receber	2.988,00
	510		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nr 595	1121102 Vendas a Receber	17.242,50
	511		1151101 Mercadorias para revenda Compra Nf 11789 Gaby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	3.820,75
	512		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nr 598	1121102 Vendas a Receber	2.395,00
	513		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nr 594	1121102 Vendas a Receber	1.459,30
	514		1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 7976 RR Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	803,25
	515		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 599	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	17.469,00
	516		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 600	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.868,00
	517		1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 9987 RR Industria Comercio Importação e Exportação LTDA	1111101 Caixa Geral	2.888,10
	518		1151101 Mercadorias para revenda Compra Pix - 606	1111101 Caixa Geral	41.000,00
	519		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 601	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.694,44
	520		1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11789 Gaby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	7.409,45
	521		1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nr 592	1121102 Vendas a Receber	1.138,80
	522		2212101 Prolabore Pro Labore a Pagar 11/2021	2141102 Pro - labore a pagar	1.100,00
	523		2212106 INSS INSS a Recolher 11/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
	524		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nr 602	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	5.419,05
	525		1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber Nr 603	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	52.577,42
	526		1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 11788 Gaby Comercial LTDA	1111101 Caixa Geral	1.856,40
	527		1111101 Caixa Geral	1121102 Vendas a Receber	
			A TRANSPORTAR:		3.693.067,94

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651507225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651507225965573555-22
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27365-MU4W;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1408
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço ... artigo 22

Empresa: R.V.I. COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 613

Processo nº 111-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	HISTÓRICO	CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	VALOR
			TRANSPORTE:	3.693.067,94
[illegible]	532 Contribuição - Empréstimo [illegible] Recebimento de Vendas NF 581		1121102 Vendas a Receber	6.500,00
[illegible]	538 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 586		2135111 Simples Nacional a Recolher	25.049,37
[illegible]	579 4121202 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 11/2021		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	27.514,42
[illegible]	540 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 605		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	285,00
06/12	541 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 606		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	5.240,00
06/12	542 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 607		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2.233,80
[illegible]	543 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 608		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	445,00
[illegible]	544 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 609		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	1.830,50
[illegible]	545 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 610		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	10.284,60
[illegible]	546 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 7120 610 Industria Comercio Importado e Exportação LTDA		1111101 Caixa Geral	1.577,68
[illegible]	547 3212101 Frete e carretos Despesa com Frete 123648-2 - Paulino e Transp e Encomendas LTDA		1111101 Caixa Geral	138,21
[illegible]	548 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 585		1121102 Vendas a Receber	4.959,00
06/12	549 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 589		1121102 Vendas a Receber	1.043,00
06/12	550 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 601		1121102 Vendas a Receber	5.419,05
06/12	551 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 604		1121102 Vendas a Receber	52.577,42
06/12	552 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 611		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	420,00
06/12	553 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 612		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	19.148,00
06/12	554 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 613		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	3.762,00
06/12	555 1151101 Mercadorias para revenda Compra Nº 11806 Gully Comercial LTDA		1111101 Caixa Geral	1.859,38
06/12	556 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 561		1121102 Vendas a Receber	5.134,50
06/12	557 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 564		1121102 Vendas a Receber	2.049,30
06/12	558 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 566		1121102 Vendas a Receber	471,00
[illegible]	559 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 575		1121102 Vendas a Receber	9.418,50
[illegible]	560 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas Nº 581		1121102 Vendas a Receber	420,00
[illegible]	561 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 614		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	58.903,80
06/12	562 1121102 Vendas a Receber		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
			A TRANSPORTAR:	3.943.586,83

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965572555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-23
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27366-UCPO;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, Joáo Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: R/L COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.313.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

LIVRO DIÁRIO GERAL

Folha nº 614

Processo nº 111-2022

Rubrica

					VALOR
			TRANSPORTE		4.695.386,87
	552 (Continuação) Lançamento: 1				
	Vendas a Receber NF 615		1121102 Vendas a Receber		10.336,00
	553 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 572		1111101 Caixa Geral		3.232,00
	554 2141102 Pro Labore a pagar				
	Pgto. Pro Labore 11/2021		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		1.100,00
	555 1121102 Vendas a Receber				
	Vendas a Receber NF 616		1121102 Vendas a Receber		1.669,00
	556 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 584		1121102 Vendas a Receber		2.366,00
	557 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 590		1121102 Vendas a Receber		1.581,00
	558 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 591		1121102 Vendas a Receber		1.091,00
	559 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 592		1121102 Vendas a Receber		210,00
	560 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 593		1121102 Vendas a Receber		885,00
	561 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 594		1121102 Vendas a Receber		2.720,00
	562 1121102 Vendas a Receber				
	Vendas a Receber NF 617		4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		174,00
	563 1151101 Mercadorias para revenda				
	Compra NF 10527 Loja Esporte Comercio LTDA		1111101 Caixa Geral		1.955,00
	564 1151101 Mercadorias para revenda				
	Compra NF 4150 RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA		1111101 Caixa Geral		8.969,08
	565 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 597		1121102 Vendas a Receber		1.272,00
	566 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 598		1121102 Vendas a Receber		306,00
	567 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 601		1121102 Vendas a Receber		2.694,40
	568 1121102 Vendas a Receber				
	Vendas a Receber NF 618		4111102 Venda de mercadorias no mercado interno		441,90
	569 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 580		1121102 Vendas a Receber		4.384,00
	570 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 596		1111102 Vendas a Receber		39.894,00
	571 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 615		1121102 Vendas a Receber		10.336,00
	572 1151101 Mercadorias para revenda				
	Compra NF 11829 Coty Comercial LTDA		1111101 Caixa Geral		168,30
	573 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 607		1121102 Vendas a Receber		2.223,80
	574 1111101 Caixa Geral				
	Recebimento de Vendas NF 614		1121102 Vendas a Receber		58.905,80
	575 1121102 Vendas a Receber				
	Vendas a Receber NF 619		4111102 Venda de mercadorias no mercado interno		7.699,99
	576 1151101 Mercadorias para revenda				
	Compra NF RB Industria Comercio Importação e Exportação LTDA		1111101 Caixa Geral		2.900,11
	577 3221311 Softwares e Programas de Internet				
			A TRANSPORTAR:		4.705.798,97

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-24
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27367-3EIX;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Agusto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: R/L COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.549/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 615

Processo nº 111-2022

LIVRO DIARIO GERAL

Rubrica

LCTO.	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CREDITO	VALOR
	TRANSPORTE:		4.105.798,97
	577 (Documentação Lançamento...)		34,72
	Despesa com Software 30/07/2021 Softwaire Sistemas Aut Info LTDA	1121102 Vendas a Receber	
	578 1111101 Caixa Geral		2.860,00
	Recebimento de Vendas Nº 623	1121102 Vendas a Receber	
	579 1111101 Caixa Geral		4.884,00
	Recebimento de Vendas Nº 588	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	580 1121102 Vendas a Receber		4.986,00
	Vendas a Receber Nº 620	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	581 1121102 Vendas a Receber		2.200,00
	Vendas a Receber Nº 621	1111101 Caixa Geral	
	582 5212401 Energia e correios		1.001,24
	Despesa com Fone 12345xx31 Radioenlace Telefonia e Encomendas LTDA	1121102 Vendas a Receber	
	583 1111101 Caixa Geral		285,00
	Recebimento de Vendas Nº 605	1121102 Vendas a Receber	
	584 1111101 Caixa Geral		19.148,00
	Recebimento de Vendas Nº 612	1121102 Vendas a Receber	
	585 1111101 Caixa Geral		174,00
	Recebimento de Vendas Nº 617	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	586 1121102 Vendas a Receber		34.940,00
	Vendas a Receber Nº 622	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	587 1121102 Vendas a Receber		4.091,20
	Vendas a Receber Nº 623	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	588 1121102 Vendas a Receber		50.247,00
	Vendas a Receber Nº 624	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	589 1121102 Vendas a Receber		5.440,00
	Vendas a Receber Nº 625	4111104 Venda de mercadorias no mercado interno	
	590 1121102 Vendas a Receber		106.584,66
	Vendas a Receber Nº 626	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	591 1121102 Vendas a Receber		5.440,00
	Vendas a Receber Nº 627	1121102 Vendas a Receber	
	592 1111101 Caixa Geral		441,90
	Recebimento de Vendas Nº 618	1111101 Caixa Geral	
	593 1151101 Mercadorias para revenda		41.000,00
	Compra Play Fan	1111101 Caixa Geral	
	594 2141101 INSS a recolher		121,00
	ref. INSS 11/2021	1111101 Caixa Geral	
	595 2181101 Simples Nacional a Recolher		27.514,42
	Tipo Simples nacional 11/2021	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	
	596 1121102 Vendas a Receber		9.873,20
	Vendas a Receber Nº 628	4111102 Venda de mercadorias no mercado interno	
	597 1121102 Vendas a Receber		5.660,00
	Vendas a Receber Nº 629	1121102 Vendas a Receber	
	598 1111101 Caixa Geral		4.986,00
	Recebimento de Vendas Nº 620	1121102 Vendas a Receber	
	599 1111101 Caixa Geral		2.200,00
	Recebimento de Vendas Nº 621	1121102 Vendas a Receber	
	600 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		50.247,00
	Devolução de Venda Nº 624	1121102 Vendas a Receber	
	601 4111104 Venda de mercadorias no mercado interno		5.440,00
	Devolução de Venda Nº 625	1121102 Vendas a Receber	
	602 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno		
		A TRANSPORTAR:	4.600.746,93

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-25
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27368-2BXO;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-8404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 31.315.649/0001-26

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 616

Processo nº 101-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	CONTA DÉBITO / HISTÓRICO	CONTA CRÉDITO	VALOR
		TRANSPORTE:	4.600.746,93
[illegible]	602 (Continuação - Lançamento 1) Devolução de Venda NF 602	1121102 Vendas a Receber	106.584,00
[illegible]	603 3111103 Venda de mercadorias no mercado interno Devolução de Venda NF 603	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	5.440,00
[illegible]	604 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 604	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	104.784,00
[illegible]	605 1121102 Vendas a Receber Vendas a Receber NF 605	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	50.247,00
[illegible]	606 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 579	1121102 Vendas a Receber	11.520,00
[illegible]	607 1121102 Vendas a Receber Vendas a receber NF 607	4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	44.615,50
[illegible]	608 1151101 Mercadorias para revenda Compra NF 3236 Marca Importadora LTDA	1111301 Caixa Geral	3.211,12
[illegible]	609 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 600	1121102 Vendas a Receber	3.868,00
[illegible]	610 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 606	1121102 Vendas a Receber	445,00
[illegible]	611 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 609	1121102 Vendas a Receber	1.830,50
[illegible]	612 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 599	1121102 Vendas a Receber	17.469,00
[illegible]	613 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF [illegible]	1121102 Vendas a Receber	1.660,00
[illegible]	614 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 622	1121102 Vendas a Receber	34.940,00
[illegible]	615 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 596	1121103 Vendas a Receber	36.086,19
[illegible]	616 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 613	1121102 Vendas a Receber	3.762,00
[illegible]	617 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 620	1121102 Vendas a Receber	4.691,20
[illegible]	618 1111101 Caixa Geral Recebimento de Vendas NF 624	1121102 Vendas a Receber	44.615,50
[illegible]	619 3212402 Fretes e carretos Pro Labore a Pagar - 12/2021	2131102 Pro - labore a pagar	1.100,00
[illegible]	620 3212306 INSS INSS a Recolher 12/2021	2141201 INSS a recolher	121,00
[illegible]	621 3212305 SIMPLES NACIONAL Simples Nacional a Recolher 12/2021	2131111 Simples Nacional a Recolher	33.626,72
[illegible]	622 5111101 Custo das Mercadorias Vendidas Valor que se transfere da segunda para a Primeira das Contas, para apuração do CMV	1151101 Mercadorias para revenda	654.255,02
[illegible]	623 5111101 Custo das Mercadorias Vendidas Procedimento que se procedeu a parte dos Fretes Negocia Sobre Compras e Integrar o CMV no período corrente do calendário	3212402 Fretes e carretos	12.778,70
[illegible]	624 2911101 Conta de Zeramento Lançamento de Encerramento do Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021	3212102 Pro-labore	13.200,00
[illegible]	625 2911101 Conta de Zeramento Lançamento de Encerramento do Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021	3212106 INSS	1.452,00
[illegible]	626 2911101 Conta de Zeramento Lançamento de Encerramento do Período de: 01/01/2021 a 31/12/2021	3212608 Taxa de Licença	126,58
		A TRANSPORTAR:	5.686.589,01

Os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-26
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27369-UHCN;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1490
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.542/0001-95

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 617

Processo nº 111-2022

Rubrica

LIVRO DIÁRIO GERAL

DATA	CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	VALOR
	HISTÓRICO		
		TRANSPORTE:	5.686.589,02
	627 2911101 Conta de Zeramento	3212612 Despesa com Cartorio	262,42
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
	628 2911101 Conta de Zeramento	3221414 Softwares e Programas de Informa	585,32
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
	629 4111103 Venda de mercadorias no mercado interno	2911101 Conta de Zeramento	1.342.588,09
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
	630 2911101 Conta de Zeramento	4131305 SIMPLES NACIONAL	120.662,34
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
	631 2911101 Conta de Zeramento	5131101 Custo das Mercadorias Vendidas	667.053,78
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
	632 2911101 Conta de Zeramento	2331101 Lucro do Exercicio	539.865,65
	Lançamento de Encerramento do Período de 01/01/2021 a 31/12/2021		
		TOTAL GERAL:	8.356.986,62

Outros casos de ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-27
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27370-4INJ;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-4

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelí/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: EVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 618

Processo nº 444-2022

Balancete de Verificação

Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
	ATIVO	738.584,98 D	3.460.937,62	3.408.374,56	791.148,05 D
	ATIVO CIRCULANTE	738.584,98 D	3.460.937,62	3.408.374,56	791.148,05 D
	DISPONÍVEL	591.065,59 D	1.239.735,02	1.290.025,02	540.775,59 D
1.1.01	Numerários	591.065,59 D	1.239.735,02	1.290.025,02	540.775,59 D
1.1.01.001	CAIXA	591.065,59 D	1.239.735,02	1.290.025,02	540.775,59 D
1.1.01.001.01	Caixa Geral				
	CLIENTES	147.519,39 D	1.566.947,59	1.464.094,52	250.372,46 D
1.1.02	DUPLICATAS A RECEBER	147.519,39 D	1.566.947,59	1.464.094,52	250.372,46 D
1.1.02.001	DUPLICATAS A RECEBER	147.519,39 D	1.566.947,59	1.464.094,52	250.372,46 D
1.1.02.001.01	Vendas a Receber				
	ESTOQUE	0,00 D	654.255,02	654.255,02	0,00 D
1.1.04	ESTOQUE	0,00 D	654.255,02	654.255,02	0,00 D
1.1.04.001	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	0,00 D	654.255,02	654.255,02	0,00 D
1.1.04.001.01	Mercadorias por revenda				
	PASSIVO	738.584,98 C	2.513.600,20	2.566.163,27	791.148,05 C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	109.543,99 C	169.338,60	177.031,32	117.241,41 C
2.1.2	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.489,80 C	44.806,78	42.316,98	0,00 C
2.1.2.01	OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.489,80 C	44.806,78	42.316,98	0,00 C
2.1.2.01.001	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.489,80 C	44.806,78	42.316,98	0,00 C
2.1.2.01.001.01	Impostos Parcelados a Recolher				
2.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	105.894,24 C	109.926,17	120.062,34	116.020,41 C
2.1.3.01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	105.894,24 C	109.926,17	120.062,34	116.020,41 C
2.1.3.01.001	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	105.894,24 C	109.926,17	120.062,34	116.020,41 C
2.1.3.01.001.01	Salários Parcelado a Recolher				
2.1.4	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS II	1.159,95 C	13.590,95	14.652,00	1.221,00 C
2.1.4.01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS II	1.159,95 C	14.590,95	14.652,00	1.221,00 C
2.1.4.01.001	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.045,00 C	13.145,00	13.200,00	1.100,00 C
2.1.4.01.001.02	Pró-labore a pagar				
2.1.4.01.002	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	114,95 C	1.445,95	1.452,00	121,00 C
2.1.4.01.002.01	Inss a recolher	114,95 C	1.445,95	1.452,00	121,00 C
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	629.040,99 C	1.001.678,21	1.046.645,86	673.906,64 C
2.3	CAPITAL SOCIAL	100.000,00 C	0,00	0,00	100.000,00 C
2.3.1	CAPITAL SOCIAL	100.000,00 C	0,00	0,00	100.000,00 C
2.3.1.001	CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00 C	0,00	0,00	100.000,00 C
2.3.1.001.01	Capital social				
	RESERVAS DE LUCROS	22.362,78 C	495.000,00	506.678,21	34.040,99 C
2.3.2	RESERVAS DE LUCROS	22.362,78 C	495.000,00	506.678,21	34.040,99 C
2.3.2.001	RESERVAS DE LUCROS	22.362,78 C	495.000,00	506.678,21	34.040,99 C
2.3.2.001.01	Lucros Acumulados				
	RESULTADO DO EXERCÍCIO	506.678,21 C	506.678,21	539.865,65	539.865,65 C

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-28
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27371-F494;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1490
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.[illegible]649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 619

Processo nº [illegible]-2022

Rubrica

Balancete de Verificação

Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
[illegible]	RESULTADO DO EXERCICIO	506.678,21 C	506.678,21	539.865,65	539.865,65 C
[illegible]	RESULTADO DO EXERCICIO	506.678,21 C	506.678,21	539.865,65	539.865,65 C
[illegible]	Lucro do Exercício				
	CONTAS AUXILIARES	0,00 C	1.342.588,09	1.342.588,09	0,00 C
[illegible]	CONTAS AUXILIARES	0,00 C	1.342.588,09	1.342.588,09	0,00 C
[illegible]	CONTAS AUXILIARES	0,00 C	1.342.588,09	1.342.588,09	0,00 C
[illegible]	CONTAS AUXILIARES	0,00 C	1.342.588,09	1.342.588,09	0,00 C
[illegible]	CONTAS AUXILIARES	0,00 C	1.342.588,09	1.342.588,09	0,00 C
[illegible]	Conta de Centralização				
	DESPESAS DE PESSOAL - CUSTEIO	0,00 D	28.405,08	28.405,08	0,00 D
	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00 D	28.405,08	28.405,08	0,00 D
	DESPESAS COM PESSOAL	0,00 D	27.819,76	27.819,76	0,00 D
[illegible]	DESPESAS COM PESSOAL	0,00 D	27.819,76	27.819,76	0,00 D
[illegible]	DESPESAS COM PESSOAL	0,00 D	14.652,00	14.652,00	0,00 D
[illegible]	DESPESAS COM PESSOAL	0,00 D	13.200,00	13.200,00	0,00 D
[illegible]	Provisões	0,00 D	1.452,00	1.452,00	0,00 D
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	DESPESAS CONTENCIOSA	0,00 D	12.778,76	12.778,76	0,00 D
[illegible]	[illegible]	0,00 D	12.778,76	12.778,76	0,00 D
[illegible]	DESPESAS GERAIS	0,00 D	389,00	389,00	0,00 D
[illegible]	Taxa de Limpeza	0,00 D	126,58	126,58	0,00 D
[illegible]	Despesa com Cartório	0,00 D	262,42	262,42	0,00 D
	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00 D	585,32	585,32	0,00 D
[illegible]	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00 D	585,32	585,32	0,00 D
[illegible]	DESPESAS GERAIS	0,00 D	585,32	585,32	0,00 D
[illegible]	Software e Programas de Internet	0,00 D	585,32	585,32	0,00 D
	RECEITAS	0,00 C	1.687.009,93	1.687.009,93	0,00 C
[illegible]	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00 C	1.687.009,93	1.687.009,93	0,00 C
[illegible]	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00 C	1.566.947,59	1.566.947,59	0,00 C
[illegible]	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00 C	1.566.947,59	1.566.947,59	0,00 C
[illegible]	RECEITA BRUTA DE VENDAS	0,00 C	1.566.947,59	1.566.947,59	0,00 C
[illegible]	Venda de mercadorias no mercado interno				
	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00 C	120.062,34	120.062,34	0,00 C
[illegible]	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00 C	120.062,34	120.062,34	0,00 C
[illegible]	(-) IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	0,00 C	120.062,34	120.062,34	0,00 C
[illegible]	SIMPLES NACIONAL	0,00 C	120.062,34	120.062,34	0,00 C
	[illegible]	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
[illegible]	[illegible]	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
[illegible]	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
[illegible]	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
[illegible]	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
[illegible]	Custo das Mercadorias Vendidas	0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço [illegible] Provimento nº 100/2020 CNJ, artigo 22

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-29
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27372-IZFX;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 31.315.640/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 620

Processo nº 111-2022

Balancete de Verificação

Conta Gerencial	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
ATIVO		738.584,98 D	3.460.937,83	3.408.374,56	791.148,05 D
PASSIVO		738.584,98 C	2.515.680,20	2.566.163,27	791.148,05 C
DESPESA		0,00 D	28.405,08	28.405,08	0,00 D
RECEITA		0,00 C	1.687.009,93	1.687.009,93	0,00 C
CUSTO		0,00 D	667.033,78	667.033,78	0,00 D
APURADO		0,00 D	0,00	0,00	0,00 D
RESULTADO					0,00

São Bento, 31 de dezembro de 2021.

CONTADOR
DANIEL BATISTA SOARES
7º CRC: SP 311655/O-1

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225985573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651807225985573555-30
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27373-IVLC;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1480
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Acacio José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Folha: 31

Empresa: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 3...315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 691

Processo nº 111-2022

Rubrica

Balanço Patrimonial

ATIVO	791.148,05
ATIVO	791.148,05
ATIVO CIRCULANTE	540.775,59
DISPONÍVEL	540.775,59
Numerários	540.775,59
CAIXA	540.775,59
Caixa Geral	250.372,46
CONTAS	250.372,46
DUPLICATAS A RECEBER	250.372,46
DUPLICATAS A RECEBER	250.372,46
Vendas a Receber	791.148,05
PASSIVO	117.241,41
PASSIVO	116.020,41
PASSIVO CIRCULANTE	116.020,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	116.020,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	116.020,41
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	1.221,00
Simples Nacional a Recolher	1.221,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	1.100,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	1.100,00
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	121,00
Pró - labore a pagar	121,00
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	673.906,64
INSS a recolher	100.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	34.040,99
Capital social	34.040,99
RESERVAS DE LUCROS	34.040,99
RESERVAS DE LUCROS	539.865,65
RESERVAS DE LUCROS	539.865,65
Lucros Acumulados	539.865,65
RESULTADO DO EXERCÍCIO	539.865,65
RESULTADO DO EXERCÍCIO	539.865,65
RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Lucro do Exercício	

São Roque, 31 de dezembro de 2021

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R$ 791.148,05 (setecentos e noventa e um mil, cento e quarenta e oito Reais e cinco Centavos)

TITULAR
ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA LOPES
CPF: 256.293.768-55

CONTADOR
DANIEL BATISTA SOARES
FC CRC: SP 311653/O-1

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço ...Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-31
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27374-C4HK;

CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1406
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Folha: 32

Empresa: PVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Folha nº 622

CNPJ: 31.315.649/0001-45

Processo nº 111-2022

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Rubrica

Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas Brutas		1.342.588,09 C
Venda de mercadorias no mercado interno	Total	1.342.588,09 C
(-) *Deduções*		120.062,34 D
SIMPLES NACIONAL	Total	120.062,34 D
		1.222.525,75 C
= *Receita Líquida*		
		667.033,78 D
(-) *Custos*		
Custo das Mercadorias Vendidas	Total	667.033,78 D
		555.491,97 C
= *Lucro Bruto*		
(-) *Despesas Administrativas*		13.200,00 D
Honorários		1.452,00 D
Juros		126,58 D
Taxas Bancárias		262,42 D
Despesas com Cartório		585,32 D
Salários e Programas de Internet	Total	15.626,32 D
		539.865,65 C
= *Lucro Operacional*		539.865,65 C
= *Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social*		539.865,65 C
= *Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda*		539.865,65 C
= *Lucro*		539.865,65 C
= *Lucro Líquido do Período*		

São Roque, 31 de dezembro de 2021

TITULAR
JONELI CASEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
CPF: 336.395.168-85

CONTADOR
DANIEL BATISTI SOARES
TC CRC SP 311655/O-T

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSE FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Valide os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-32
Data: 18/07/2022 12:30:25
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27375-3537;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Folha: 33

Razão Social: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha nº 623

Processo nº 11-2022

Rubrica

Carta de Responsabilidade da Administração

São Roque, 1º de dezembro de 2021

Ao Sr. Daniel Batista Soares CRC nº SP 315654/O-1
Endereço: Rua Mario Augusto Ferreira nº 92 Guaçu, São Roque SP

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI, CNPJ 31.315.649/0001-25, que as informações relativas ao período-base 01/01 a 31/12/2021, fornecidas a Vossa Senhoria para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:
Que todos os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e ao porte da empresa.
Que não realizamos qualquer tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente.
Que estão sendo disponibilizados todos os documentos e informações que geramos e recebemos de nossos fornecedores, encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade;
Que todos os registros contábil e demais serviços contratados estão devidamente contabilizados e levantados fiscalmente e avaliados de acordo com a política de registros adotados pela empresa e refletem adequadamente as operações e a realidade do período.
Que a escrituração de estoques foi realizada com base em inventários físicos e reflete a realidade do período.
Que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado (SISTEMA EM USO), são controladas e validadas com periodicidade adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o processamento e controle do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Declaramos, outrossim, que não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetam ou possam afetar as demonstrações contábeis em questão, a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:
Fraudes envolvendo a administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
Fraudes envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
Violação de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo
Que originou um registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

TITULAR
da Empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
ROSELI CORAL DE OLIVEIRA ALVES

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-33
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27376-R9I5;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digitalizado foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Análise das Demonstrações Contábeis

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Folha nº 624

Processo nº 111-2022

Rubrica

CONDOMINIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

Período: 01/2021 a 12/2021

1 - Índices de estrutura de capitais

Grau de endividamento

$$GE = \frac{\text{Capital de terceiros}}{\text{Ativo total}} \qquad GE = \frac{117.241,41}{791.148,05} \qquad GE = 0,15$$

Grau Global

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Capital de terceiros}} \qquad SG = \frac{791.148,05}{117.241,41} \qquad SG = 6,75$$

Composição do endividamento

$$CE = \frac{\text{Exigível a curto prazo}}{\text{Capital de terceiros}} \qquad CE = \frac{117.241,41}{117.241,41} \qquad CE = 1,00$$

Grau de capital de terceiros

$$GCT = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Capital de terceiros}} \qquad GCT = \frac{673.906,64}{117.241,41} \qquad GCT = 5,75$$

Participação do capital próprio

$$ICP = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Capital próprio}} \qquad ICP = \frac{0,00}{673.906,64} \qquad ICP = 0,00$$

Grau de imobilização do ativo

$$GPA = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Investimento total}} \qquad GPA = \frac{0,00}{791.148,05} \qquad GPA = 0,00$$

Índice de independência financeira

$$IF = \frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo}} \qquad IF = \frac{673.906,64}{791.148,05} \qquad IF = 0,85$$

1a - Índices de estrutura do ativo

Participação do disponível

$$PD = \frac{\text{Disponível}}{\text{Ativo Circulante}} \qquad PD = \frac{540.775,59}{791.148,05} \qquad PD = 0,68$$

Participação dos estoques

$$PEI = \frac{\text{Estoques}}{\text{Ativo Circulante}} \qquad PEI = \frac{0,00}{791.148,05} \qquad PEI = 0,00$$

Composição do ativo circulante

$$PAC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Ativo}} \qquad PAC = \frac{791.148,05}{791.148,05} \qquad PAC = 1,00$$

Confira os dados do ato em https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96651307225965573555-34
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27377-WJ7F;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1480
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5104 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

CNS: 06.870-0

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço https://azevedobastos.not.br. Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Análise das Demonstrações Contábeis

Folha: 35

CNPJ: 31.316.649/0001-25

Folha nº 625

Processo nº 111-2022

Rubrica

...COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

...período: 01/2021 a 12/2021

...ização de credores

$$PC = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Ativo Circulante}} = \frac{0,00}{791.148,05} = \text{PC} = 0,00$$

...ndices de estrutura do passivo

Variação do ...ecursos próprios

$$VRP = \frac{\text{Patrimônio Líquido atual}}{\text{Patrimônio Líquido anterior}} = \frac{673.906,64}{629.340,98} = \text{VRP} = 1,07$$

Índice de débito

$$ID = \frac{\text{Passivo circulante + ELP}}{\text{Ativo}} = \frac{117.241,41}{791.148,05} = \text{ID} = 0,15$$

...ndice da participação do ELP

$$PELP = \frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Exigível a longo prazo}} = \frac{673.906,64}{0,00} = \text{PELP} = 0,00$$

...ice de participação do exigível total

$$PET = \frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Passivo circulante}} = \frac{673.906,64}{117.241,41} = \text{PET} = 5,75$$

...ice de participação do Capital

$$PP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo}} = \frac{673.906,64}{791.148,05} = \text{PP} = 0,85$$

...ndices de liquidez

Liquidez geral

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante + Exigível a longo prazo}} = \frac{791.148,05}{117.241,41} = \text{LG} = 6,75$$

Liquidez imediata

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo circulante}} = \frac{540.778,59}{117.241,41} = \text{LI} = 4,61$$

Liquidez Seca

$$LS = \frac{\text{Ativo circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{791.148,05}{117.241,41} = \text{LS} = 6,75$$

...quidez Corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{791.148,05}{117.241,41} = \text{LC} = 6,75$$

...ices de rentabilidade

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/9665180722596557355S

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-35
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27378-BOQ2;

CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1409
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Acauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Análise das Demonstrações Contábeis

NIVIL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI — CNPJ: 31.316.649/0001-25

Período: 01/2021 a 12/2021

Folha nº 626

Processo nº 111-2022

Rubrica

Giro do ativo

GA = Receita de venda / Ativo = 1.342.566,09 / 791.148,05 — GA = 1,69

Margem operacional

MO = Lucro / Prejuízo operacional / Receitas = 1.206.899,43 / 1.222.525,75 — MO = 0,99

Rentabilidade do ativo

RA = Lucro / Prejuízo do exercício / Ativo = 573.906,64 / 791.148,05 — RA = 0,73

Rentabilidade do patrimônio líquido

RPL = Lucro / Prejuízo do exercício / Patrimônio líquido = 573.906,64 / 673.906,64 — RPL = 0,85

Índice oculto sobre despesas

IRD = Receitas / Despesas = 1.222.525,75 / 15.626,32 — IRD = 78,23

EBITDA - Lucro antes de juros, Impostos, Depreciação e Amortizações

EBITDA = Lucro / Prejuízo operacional + Amortização + Depreciação — EBITDA = 1.206.899,43 + 0,00 + 0,00 — EBITDA = 1.206.899,43

IV - Capital de giro

VRACP - Valor dos recursos aplicados a curto prazo

VRACP = Capital de giro / Ativo circulante = 540.775,59 / 791.148,05 — VRACP = 0,68

Liquidez dos recursos próprios

LRP = Capital de Giro / Patrimônio Líquido = 540.775,59 / 673.906,64 — LRP = 0,80

V - Índices de Atividade

Prazo médio de estocagem

PME = Estoque / CMV x 365 = 0,00 / 607.093,78 x 365 — PME = 0,00

Prazo médio de recebimento

PMR = Títulos a Receber / Receita operacional líquida x 365 = 0,00 / 1.342.566,09 x 365 — PMR = 0,00

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259865735555

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259865735555-36
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27379-YD1D;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1408
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Acácio José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

Análise das Demonstrações Contábeis

PVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 31.315.649/0001-25

Período: 01/2021 a 12/2021

Folha nº 627

Processo nº 111-2022

Rubrica

Prazo médio de pagamento:

PMP = Fornecedores / CMV x 365 PMP = 0,00 / 657.033,76 x 365 PMP = 0,00

Grau de Imobilização:

GI = PME ÷ PMR - PMP GI = 0,00 ÷ 0,00 - 0,00 GI = 0,00

Ciclo Operacional:

CO = PME + PMP CO = 0,00 + 0,00 CO = 0,00

São Roque, 31 de dezembro de 2021

TITULAR
RONALDO CIBELLI DE OLIVEIRA ALVES
CPF(): 350.293.188-85

CONTADOR
DANIEL BATISTA SOARES
TC CRC - SP 311653/O-1

O presente documento digitalizado conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço https://azevedobastos.not.br/documento/966518072259655735555 ou Consulte o Documento em: https://selodigital.tjpb.jus.br

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966518072259655735555-37
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27380-B5MM;

CNS: 06.870-0 Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Acacio Jose Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Folha nº 628
Processo nº 111-2022
Rubrica

Folha: 38

TERMO DE ENCERRAMENTO

DIÁRIO GERAL

N. de Ordem : 4

O presente Livro Diário Geral possui 38 folhas numeradas do nº 01 (hum) ao nº 38 (trinta e oito) e serviu para a escrituração do período de 01/01/2021 a 31/12/2021 da sociedade empresária RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

São Roque, 31 de dezembro de 2021.

[illegible]	DANIEL BATISTA SOARES
TITULAR	TC CRC: SP [illegible]

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96651807225965573555

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96651807225965573555-38
Data: 18/07/2022 12:30:26
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27381-93AE;

CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto José Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 12:42:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço ... Saiba mais da autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Via Rápida Empresa - VRE

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Prefeitura do Município de São Roque — Governo do Estado de São Paulo

Folha nº 629

Processo nº 111-2020

Rubrica

1. Importante saber que:

1.1. Todos os dados e declarações constantes deste documento são de responsabilidade do proprietário do estabelecimento.

1.2. somente as atividades econômicas contidas neste comprovante tem o funcionamento autorizado.

1.3. Qualquer alterações de dados e/ou de condições que determinem a inscrição nos órgãos e expedição deste documento implica a perda de sua validade e regularidade perante os órgãos, e obriga o empresário e/ou empresa jurídica a revalidar as informações e renovar sua solicitação.

1.4. Os órgãos envolvidos poderão a qualquer momento fiscalizar ou notificar o interessado a comprovar as restrições e/ou condições aqui mencionadas no documento, de forma que se não atendidas as notificações, poderá ter início procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

1.5. As taxas devidas de cada órgão deverão ser recolhidas diretamente com os envolvidos e mantidas válidas durante todo o período de vigência do estabelecimento, de acordo com as regras definidas e especificadas pelo órgão.

1.6. Este documento reflete a situação do licenciamento integrado na data de sua emissão. Para confirmar sua validade consulte o site: http://www.jucesp.sp.gov.br/VRE/Home.aspx

DADOS DA SOLICITAÇÃO, EMISSÃO E VALIDADE DESTE DOCUMENTO:

PROTOCOLO/NÚMERO	DATA DA SOLICITAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
20/1016074	25/09/2020	28/09/2020	29/09/2022

DADOS DA EMPRESA

NOME EMPRESARIAL — CNPJ

M & L COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI — 31.315.649/0001-35

NATUREZA JURÍDICA

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

RUA SAO PEDRO, 117

CENTRO, São Roque - SP CEP: 18130355

ÁREA DO ESTABELECIMENTO

ÁREA DO IMÓVEL

ATIVIDADES AUXILIARES LICENCIADAS

Nível

Não Específica Administrativo

DATA DE VALIDADE

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE

VIÁVEL PARA A INSCRIÇÃO MUNICIPAL DO IMÓVEL — DATA DE EMISSÃO: 24/09/2020

TIPO DO IMÓVEL: — Número IPTU: 10084940

RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO LOCAL INDICADO:

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V do Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesta ato.

Qualquer rasura ou ressalva no ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-1
Data: 27/10/2020 10:55:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13790-YTTU;

CNS: 06.870-8

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE

- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e

Folha nº 630
Processo nº 111/2020
Rubrica

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-2
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13791-BRNS;

CNJ: 06.876-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V §º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel ao documento apresentado e conteúdo deste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

40/2006

- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendido a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-3
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13792-DY1M;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

Folha nº 632
Processo nº 111-2022
Rubrica

- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-4
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13793-3PFJ;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

de atividades econômicas no local.

- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-5
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13794-KSYP;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades economicas no local.
- A Prefeitura podera a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura podera a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades economicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura podera a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forme que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades economicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-6
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13795-OEFJ;

CNJ: 06 870-8
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Folha nº 635
Processo nº 111-2022
Rubrica

operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2008.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-7
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13796-VOUL;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-8
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13797-2LOU;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Folha nº 637
Processo nº ____/2021
Rubrica ____

- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição da multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-9
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13798-VHIF;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentica a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

40/2006

- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondencias, não sendo permitido o exercício de atividades economicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-10
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13799-ILWF;

CNJ. 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 5º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

Folha nº 634
Processo nº 111-2022
Rubrica

- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício

Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-11
Data: 27/10/2020 10:55:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13800-WE67;
CARTÓRIO

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNJ: 06.870-0

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

de atividades econômicas no local.

- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.
- A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.
- Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2006.
- O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-12
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13801-LC2X;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 6º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE

Folha nº 641
Processo nº 111-2020
Rubrica

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2016.

O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2016.

O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2016.

O endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2016.

A Prefeitura poderá a qualquer momento notificar o interessado a comprovar as condições supramencionadas nas restrições de operação, de forma que se não atendida a notificação, poderá iniciar procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

Atividade permitida no local indicado, desde que cumpra as disposições descritas, nos termos da Lei Complementar nº 39 e 40/2016.

DESDOBRAMENTO INTEGRADO

Secretaria de Estado da Saúde / Vigilância Sanitária

Atividade isenciada pelo órgão de vigilância sanitária municipal.

Secretaria de Estado da Segurança Pública / Corpo de Bombeiros

DATA EMISSÃO PROTOCOLO ISENTO

../09/2020

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

Declaro enquadrar-me na "Isenção Tipo I" do Corpo de Bombeiros, por ser prestador de serviços ou autônomo, e o endereço comercial é de minha residência (unifamiliar ou apartamento em prédio exclusivamente residencial), sendo o estabelecimento caracterizado apenas para fins legais e tributários, não sendo exercida qualquer atividade empresarial no local, tais como fabricação, manutenção, montagem, depósito, venda, atendimento ao cliente, e outros.

Declaro estar ciente de que estou sujeito à fiscalização do Corpo de Bombeiros e que, além da cassação da Licença, o registro de informações inverídicas pode acarretar ao declarante o crime de falsidade ideológica, tipificado no Artigo 299 do Código Penal, sujeito à pena de um a cinco anos de reclusão e multa, sem prejuízo das providências administrativas e cíveis cabíveis.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico e presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e contendo neste ato. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/966527102070466214 18

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 966527102070466214 18-13
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13802-1EP4;

CNJ: 06.870-8

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Valber Azevêdo Miranda Cavalcanti
Tabelião

TJPB

Secretaria de Estado do Meio Ambiente / CETESB

TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO DE LICENÇA	DATA EMISSÃO	VALIDADE
CERTIFICADO DE DISPENSA	14000053	29/09/2020	INEXISTENTE

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

- Atividades exercidas no local:
- 4950-0/00-050 - Aeródromos
- 4599-1/01-001 - Campos para a prática de esportes (futebol, vôlei, basquete, handebol, etc.,); construção de
- 4520-0/01-001 - Anúncios luminosos ou não, reparação ou manutenção de
- 4684-2/01-001 - Alvenaria, obras de
- 4511-1/02-001 - Automóvel, caminhonetes (camionetas, camionetes) e utilitários usados; comércio varejista
- 4530-7/01-001 - Alarmes para automóveis; comércio atacadista de
- 4530-7/03-001 - Pneus e câmaras de ar novos e usados para veículo automotor; comércio atacadista de (inclusive [illegible])
- 4530-7/03-001 - Alarmes para automóveis; comércio varejista
- 4530-7/05-001 - Pneus e câmaras de ar novos e usados para veículo automotor; comércio varejista
- 4541-2/01-001 - Motocicletas e motonetas novas e usadas; comércio atacadista de
- 4541-2/04-001 - Motocicletas, motos e motonetas usadas; comércio varejista
- 4623-1/07-001 - Artigos, produtos de floricultura; comércio atacadista de
- 4623-1/09-001 - Alimentos para animais; comércio atacadista de
- 4635-4/01-001 - Água mineral; comércio atacadista de
- 4639-7/01-001 - Produtos alimentícios em geral; comércio atacadista de
- 4641-9/03-001 - Tecidos de malha para confecção; comércio atacadista de
- 4643-5/02-001 - Artigos de cama, mesa e banho; comércio atacadista de
- 4644-3/07-001 - Capacetes para segurança industrial; comércio atacadista de
- 4644-3/01-001 - Calçados de qualquer material, comércio atacadista de
- 4649-4/02-001 - Artigos de couro para viagem; comércio atacadista de
- 4645-1/01-001 - Suturas, bolsitas, estetoscópios, pinças e outros instrumentos médico-cirúrgicos; comércio atacadista de
- 4644-3/03-001 - Ceras dentais e compostos para restauração dentária; comércio atacadista de
- 4646-0/01-001 - Artigos de perfumaria; comércio atacadista de
- 4646-0/01-001 - Absorventes higiênicos; comércio atacadista de
- 4647-7/01-001 - Artefatos de papel; comércio atacadista de
- 4648-5/01-001 - Alarmes eletrônicos - uso doméstico (exceto veículos); comércio atacadista de
- 4649-4/03-001 - Barcos, pedalinhos, triciclos; comércio atacadista de
- 4649-4/07-001 - CDs e DVDs gravados ou não; comércio atacadista de
- 4649-4/04-001 - Acessórios para instrumentos musicais; comércio atacadista de
- 4651-6/01-001 - Assessoria em informática associada à venda de computadores e periféricos
- 4651-6/02-001 - Circuitos impressos para uso na informática; comércio atacadista de
- 4659-9/99-001 - Aeronaves, aviões; comércio atacadista de
- 4661-5/01-001 - Briquete (barragem compactada); comércio atacadista de
- 4661-5/01-001 - Aço para construção; comércio atacadista de
- 4673-7/00-001 - Chuveiros elétricos; comércio atacadista de

Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-14
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13803-OXMT;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(85) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Valbel Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 6.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução final do documento apresentado e conferido nesse ato. (Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/doc/documento/96652710207046621418

Folha nº 643
Processo nº 111-2022
Rubrica

- 4679-6/35-001 - Espelhos; comércio atacadista de
- 4679-6/99-001 - Box para banheiro com estrutura de alumínio; comércio atacadista de
- 4679-6/99-001 - Artefatos de borracha (exceto para veículos e uso residencial); comércio atacadista de
- 4699-1/00-001 - Massames; comércio atacadista de
- 4729-6/99-001 - Batata frita; comércio varejista
- 4741-5/00-001 - Impermeabilizantes; comércio varejista
- 4742-3/00-001 - Chaves elétricas, interruptores, tomadas; comércio varejista
- 4744-0/10-001 - Espelhos e vitrais para construção; comércio varejista
- 4744-0/10-001 - Aço para construção; comércio varejista
- 4744-0/12-001 - Briquete (serragem compactada); comércio varejista
- 4744-0/20-001 - Areia; comércio varejista
- 4744-0/30-001 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 4751-2/01-001 - Acessórios para equipamentos de informática; comércio varejista
- 4752-1/00-001 - Aparelhos telefônicos, inclusive celular; comércio varejista
- 4753-9/00-001 - Amplificadores de som; comércio varejista
- 4755-5/01-001 - Fazendas, tecidos; comércio varejista
- 4756-3/00-001 - Acessórios para instrumentos musicais; comércio varejista
- 4757-1/00-001 - Antenas parabólicas; comércio varejista
- 4759-8/99-001 - Alarme para residência; comércio varejista
- 4761-0/01-001 - Apostilas; comércio varejista
- 4761-0/03-001 - Artigos de escritório; comércio varejista
- 4762-8/00-001 - Cd, dvd; comércio varejista
- 4763-6/01-001 - Artigos de brinquedos; comércio varejista
- 4763-6/02-001 - Artigos desportivos; comércio varejista
- 4763-6/05-001 - Bicicletas; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Acampamento, artigos materiais e equipamentos para; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Acessórios para veículos recreativos; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Absorvente higiênico íntimo; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Andador; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Acessórios do vestuário; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Calçados de couro; comércio varejista
- 4763-6/06-001 - Artigos de couro e de outros materiais para uso pessoal; comércio varejista
- 4769-9/00-001 - Adubos; comércio varejista
- 4769-9/03-001 - Animais vivos para criação doméstica; comércio varejista
- 4769-9/05-001 - Algicidas e fungicidas para piscinas; comércio varejista
- 4769-9/99-001 - Adornos de natal; comércio varejista
- 4799-3/00-001 - Calendários; edição integrada à impressão de
- 4799-3/00-001 - Cartões de visita, convites; serviços de elaboração de
- 8291-1/00-001 - Aikido; ensino de
- 8411-6/00-001 - Autônomos; gestão de

Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-15
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13804-INFE:

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Sel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V Pº. 41 e 52 do Prov. Geral 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesta ato.
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

Folha nº 644
Processo nº 111-2020
Rubrica

- 9319-1/00-001 - Academia de ginástica, atividade de
- 9312-3/01-001 - Associação esportiva
- 9319-1/01-010 - ORGANIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES HÍPICAS, ATIVIDADES DE
- 9319-1/99-001 - Alpinismo, atividade de
- 9319-1/99-010 - TREINADORES ESPORTIVOS POR CONTA PRÓPRIA; ATIVIDADES DE
- 9329-8/99-001 - Animação e recreação em festas e eventos; atividades de
- 4511-1/01-002 - CARROS NOVOS PARA GOLFE E OUTROS ESPORTES; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4511-1/02-003 - REBOQUES E SEMIRREBOQUES USADOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4530-7/02-019 - PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA CARROCERIAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4617-1/00-009 - SEMENTES CERTIFICADAS; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4623-1/03-005 - SAL MINERAL E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4639-7/01-002 - CESTAS DE PRODUTOS ALIMENTARES; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4644-3/01-015 - PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMARIA PARA ANIMAIS; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4649-4/07-008 - DISCOS BLU-RAY GRAVADOS OU NÃO; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4669-8/99-067 - PAINEL, PAINÉIS SOLARES FOTOVOLTAICOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE
- 4744-0/01-010 - TEXTURAS E GRANIATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4744-0/03-002 - VIDROS PARA BOXES; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4744-0/03-009 - PRÉ-MOLDADOS DE MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4744-0/04-006 - CAL PARA CONSTRUÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4744-0/99-004 - VIGAS E VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4751-2/01-022 - CARTUCHOS NOVOS PARA IMPRESSORAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4759-8/99-094 - ARTIGO DE CRISTAL PARA HABITAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4763-6/05-005 - DISCOS DE BLU-RAY; COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4784-9/03-012 - JET SKI, COMÉRCIO VAREJISTA DE
- 4772-5/03-019 - PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMARIA PARA USO VETERINÁRIO; COMÉRCIO VAREJISTA
- 4783-4/01-020 - CALÇADOS ORTOPÉDICOS PRONTOS; COMÉRCIO VAREJISTA
- 4789-3/99-014 - QUINTENOPOLIA, SERVIÇOS DE
- 8551-1/03-002 - TÉCNICOS E ASSISTENTES DE ATIVIDADES ESPORTIVAS; ATIVIDADES DE
- 8551-1/09-032 - PISCINAS ESPORTIVAS; GESTÃO DE
- 9319-1/99-016 - GINÁSTICA LABORAL SERVIÇOS DE
- 9329-8/01-012 - PAINT BALL; ATIVIDADES DE RECREAÇÃO COM

Trata-se de atividade artesanal que atende a TODOS os critérios abaixo? - Trabalho manual não industrializado; - Realizado por pessoa física, produtor rural ou pessoa jurídica; - A empresa não possui funcionários, a produção é realizada por uma única pessoa ou família; - A empresa deve ser enquadrada como ME, EPP ou MEI; - Não realiza produção em série ou em escala; - Não realiza a distribuição do produto para venda em pontos comerciais de terceiros, varejistas ou atacadistas; - Utiliza matéria prima extraída da região:

Resposta: Não

Trata-se de CNPJ aberto para empresa constituída por uma única pessoa (sem funcionários) com a finalidade de prestação de serviços por contrato?

Resposta: Sim

Será desenvolvidas no local pretendido apenas atividades administrativas e comerciais, como escritório, representação comercial, showroom, etc.? (exceto postos de combustível e comércio atacadista de produtos químicos/inflamáveis)

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. Confira os dados do ato em: https://azevedobastos.not.br/documento/96652710207046621418

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 96652710207046621418-16
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13805-CCN8;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Valter Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Folha nº 645
Processo nº 111-2022
Rubrica

Secretaria de Estado do Meio Ambiente / CETESB

Declaro que a atividade não será instalada e/ou realizada em APRM (Área de Proteção aos Mananciais) / APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais).

Declaro que, para o exercício da atividade, não ocorrerá, sem manifestação específica da CETESB: 1.Corte de árvores nativas isoladas; 2. Supressão de vegetação nativa; 3. Intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP); 4. Movimentação de terra acima de 100 m³ (cem metros cúbicos); 5. Intervenção em Áreas de Várzea para fins agrícolas.

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES MANIFESTAÇÕES:

A atividade realizada pela empresa no local e nas condições informadas no pedido está dispensada da necessidade de obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação da CETESB. Caso haja alteração dessa situação, deverá haver de nova solicitação.

Secretaria da Agricultura / Coordenadoria de Defesa Agropecuária

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO ISENTO	CNAE
29/09/2020		Atividade auxiliar

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

Declaro que as atividades que realizo para este protocolo não são de âmbito de gestão no sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE) pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Prefeitura de São Roque

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO ISENTO	CNAE
29/09/2020		Atividade(s) Auxiliar(es)

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO ISENTO	CNAE
14/10/2020		Atividade(s) Auxiliar(es)

PREFEITURA

DATA EMISSÃO	NÚMERO DE LICENÇA	VALIDADE
29/09/2020	SPM2031095074	29/09/2022

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesto ato.
Confira os dados do ato em: https://solodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/9665271020704662141 8

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 9665271020704662141 8-17
Data: 27/10/2020 10:55:44
Valor Total do Ato: R$ 4.56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP13806-FK1L;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Folha nº 646
Processo nº 111 - 2023
Rubrica

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Pregão Eletrônico - 002/2023

BRUNA ALVES DE SOUZA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 26.176.661/0001-66 - Endereço: R MASCARENHAS DE MORAIS - CEP: 75780000 - UF: GO - Município: Ipameri - Telefone: (64) 93500-2182

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0004	BOLA DE SALÃO OFICIAL ESPECIFICAÇÃO OFICIAL MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO - TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL SELO DE APROVED FIFA QUALITY	magussy	oficial	250 UN	R$ 58,50	14.625,00
0006	BOLA SOCIETY ESPECIFICAÇÃO OFICIAL MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL SELO DE APROVED FIFA QUALITY	magussy	oficial	250 UN	R$ 100,00	25.000,00
0042	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	trb	oficial	8 UN	R$ 140,00	1.120,00
				TOTAL DO VENCEDOR		R$ 40.745,00

L pires de sousa comercio e empreendimentos | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Sim - Documento 14.793.347/0001-43 - Endereço: Rua Piauí - CEP: 65901600 - UF: MA - Município: Imperatriz - Telefone: (99) 3075-5010

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0013	BAMBOLES PLASTICOS, TAMANHO ADULTO, COLORIDOS	GENERICA	GENERICA	100 UN	R$ 2,95	295,00
0016	BOMBAS DE AR PARA BOLAS, MATERIAL PLÁSTICO, BICO DE METAL COM TUBO FLEXÍVEL, COR PRETA	PENALTY	PENALTY	120 UN	R$ 17,30	2.076,00
				TOTAL DO VENCEDOR		R$ 2.371,00

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 47.484.691/0001-00 - Endereço: Travessa UM - CEP: 95770000 - UF: RS - Município: Feliz - Telefone: (51) 99730-2643

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	BOLA CAMPO OFICIAL FURO ESPECIFICAÇÃO MODELO 3X3 PRO 14,COM 8 GOMOS. A PEÇA É FABRICADA COM PU, CIRCUNFERENCIA APROXIMADA 720 - 74 CM, CAMARA 100% BORRACHA BUTILICA, PESO APROXIMADO 370g - 390 G, MIOLO REMOVIVEL.	IDEA	IDEA	330 UN	R$ 45,89	14.967,00
0003	BOLA VÔLEI ESPECIFICAÇÃO BOLA DE VOLEI QUADRA MC 3600 FUSION, CONFECCIONADA EM LAMINADA EXTERNO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL. PESO ENTRE 260 - 280G, CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	IDEA	IDEA	100 UN	R$ 42,49	4.249,00
0004	REDE DE CAMPO OFICIAL ESPECIFICAÇÃO REDE OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO PARA TRAVE MODELO TRADICIONAL (OU VEU), FIO 4 MILIMETROS DE POLIPROPILENO (PP - SEDA) SEM NÓS, PRODUTO DE LINHA PROFISSIONAL COM TRATAMENTO UV E ALTA RESISTÊNCIA. A REDE MEDE 7,50 COMPRIMENTO X 2,50 ALTURA X 2,0 DE PROFUNDIDADE. MODELO COLMEIA/HEXAGONAL, COM 7CM CADA LADO. PESO DE CADA REDE APROX. 2,390KG. CONTÉM 01 PAR.	NEDEL	NEDEL	20 UN	R$ 334,99	6.699,80
0005	REDE DE FUTSAL ESPECIFICAÇÃO REDE OFICIAL DE FUTEBOL DE SALÃO FIO 4 MILIMETROS DE POLIPROPILENO (PP - SEDA) SEM NÓS, PRODUTO DE LINHA PROFISSIONAL COM TRATAMENTO UV E ALTA RESISTÊNCIA. A REDE MEDE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO POR 2,20 METROS DE ALTURA, TENDO UM RECUO SUPERIOR DE 0,80 CENTIMETROS E INFERIOR DE 1 METRO MODELO VEU DE NOIVA. COLMEIA/HEXAGONAL, COM 7CM CADA LADO. CONTEM 01 PAR.	NEDEL	NEDEL	20 UN	R$ 229,99	4.599,80

COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validadorarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/01/2023 às 12:26:17.
Código verificador: 4ACC5D

0007	APITO OFICIAL ESPECIFICAÇÃO POTÊNCIA SONORA 115 DECIBEIS. COMPOSIÇÃO PLÁSTICO.	FOKER	FOKER	10 UN	R$ 11,39	113,90
0012	BALÕES COLORIDOS E RESISTENTES	JOY	JOY	150 SCO	R$ 9,99	1.498,50
0015	BOLA PING PONG	IDEA	IDEA	120 UN	R$ 1,14	136,80
0019	CORDAS PARA PULAR DE NYLON, INFANTIL REICHEL	LIDER	LIDER	15 UN	R$ 12,63	189,45

TOTAL DO VENCEDOR R$ 32.454,25

RBM ESPORTES LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 45.819.743/0001-26 - Endereço: Rua Pedro Zanetti - CEP: 83412585 - UF: PR - Município: Colombo - Telefone: (41) 99976-3669

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0011	BOLA INICIAÇÃO Nº 12 MATRIZADA DE BORRACHA MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. CIRCUNFERÊNCIA: 57-59CM. PESO: 250-270G CÂMARA: AIRBILITY.	Nº12	Pista e Campo	100 UN	R$ 15,92	1.592,00

TOTAL DO VENCEDOR R$ 1.592,00

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 31.315.649/0001-25 - Endereço: Rua Maestro Porfirio Tavares - CEP: 18133410 - UF: SP - Município: São Roque - Telefone: (11) 97626-7050

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	MEDALHAS	vidora	vidora	300 UN	R$ 3,45	1.035,00
0017	COLCHONETES AZUL TAMANHO MEDIO PARA EXERCICIOS	profitness 80x40x3	profitness 80x40x3	20 UN	R$ 29,00	580,00

TOTAL DO VENCEDOR R$ 1.615,00

WPPT CONFECCOES LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 45.438.114/0001-56 - Endereço: R DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES - CEP: 36070460 - UF: MG - Município: Juiz de Fora - Telefone: (32) 99954-5867

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	TROFÉU 1º COLOCADO	TROFEU 1 LUGAR	BORSATTO	50 UN	R$ 54,99	2.749,50
0010	TROFÉU 2 COLOCADO	TROFEU 2 LUGAR	BORSATTO	50 UN	R$ 43,49	2.174,50

TOTAL DO VENCEDOR R$ 4.924,00

Valor Total: R$ 83.701,25

COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validadarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/01/2023 às 12:26:17.
Código verificador: 40C05D

Folha nº 648
Processo nº 111-2022
Rubrica

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Pregão Eletrônico - 002/2023

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - BOLA CAMPO OFICIAL EURO Especificação Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU, CIRCUNFERENCIA APROXIMADA 72C - 74 CM, CAMARA 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO 570G - 580 G, MIOLO REMOVIVEL. - Quantidade: 300 Unidade - Valor Referência: 184,94

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.484.691/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	IDEA	IDEA	300	14.967,00

Item: 0002 - BOLA DE SALÃO OFICIAL Especificação OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY - Quantidade: 250 Unidade - Valor Referência: 180,51

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BRUNA ALVES DE SOUZA (47.178.481/0001-66)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	magussy	oficial	250	14.625,00

Item: 0003 - BOLA VÔLEI Especificação BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM - Quantidade: 100 Unidade - Valor Referência: 149,71

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.484.691/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	IDEA	IDEA	100	4.249,00

Item: 0004 - REDE DE CAMPO OFICIAL Especificação Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par. - Quantidade: 20 Unidade - Valor Referência: 703,09

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.484.691/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	NEDEL	NEDEL	20	8.699,80

Item: 0005 - REDE DE FUTSAL Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva, colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par. - Quantidade: 20 Unidade - Valor Referência: 451,98

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.484.691/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	NEDEL	NEDEL	20	4.599,80

Item: 0006 - BOLA SOCIETY Especificação OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY - Quantidade: 250 Unidade - Valor Referência: 172,03

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BRUNA ALVES DE SOUZA (47.178.481/0001-66)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	magussy	oficial	250	25.000,00

Item: 0007 - APITO OFICIAL Especificação Potência sonora 115 decibéis. Composição plástico. - Quantidade: 10 Unidade - Valor Referência: 57,60

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.485.841/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	POKER	POKER	10	113,90

Item: 0008 - EQUIPE PARA ARBITRAGEM - Quantidade: 8 Unidade - Valor Referência: 250,82

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BRUNA ALVES DE SOUZA (26.176.667/0001-59)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	trb	oficial	8	1.120,00

Item: 0009 - TROFÉU 1º COLOCADO - Quantidade: 50 Unidade - Valor Referência: 250,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VIPPT CONFECCOES LTDA (35.428.114/0001-56)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	TROFÉU 1 LUGAR	BORSATTO	50	2.749,50

Item: 0010 - TROFÉU 2º COLOCADO - Quantidade: 50 Unidade - Valor Referência: 197,93

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VIPPT CONFECCOES LTDA (35.428.114/0001-56)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	TROFEU 2 LUGAR	BORSATTO	50	2.174,50

Item: 0011 - MEDALHAS - Quantidade: 300 Unidade - Valor Referência: 10,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
R+L COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA (31.315.649/0001-25)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	vitoria	vitoria	300	1.035,00

Item: 0012 - Balões Coloridos e resistentes - Quantidade: 150 Saco - Valor Referência: 14,95

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.485.841/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	JOY	JOY	150	1.498,50

Item: 0013 - Bamboiês Plasticos, tamanho adulto, coloridos - Quantidade: 100 Unidade - Valor Referência: 19,05

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Lopes de sousa comercio e empreendimentos (14.793.347/0001-43)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	GENERICA	GENERICA	100	295,00

Item: 0014 - Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility. - Quantidade: 100 Unidade - Valor Referência: 80,92

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
PBM ESPORTES LTDA (15.819.712/0001-28)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	Nº12	Pista e Campo	100	1.592,00

Item: 0015 - Bola Ping Pong - Quantidade: 120 Unidade - Valor Referência: 6,06

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.485.841/0001-00)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	IDEA	IDEA	120	136,80

Item: 0016 - Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta - Quantidade: 120 Unidade - Valor Referência: 69,41

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Lopes de sousa comercio e empreendimentos (14.793.347/0001-43)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	PENALTY	PENALTY	120	2.076,00

Item: 0017 - Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios - Quantidade: 20 Unidade - Valor Referência: 79,22

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
R+L COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA (31.315.649/0001-25)	Adjudicado em: 24/01/2023 - 12:25:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	prolness 90x40x3	prolness 90x40x3	20	580,00

Item: 0018 - cordas para pular de nylon, infantil reichel - Quantidade: 15 Unidade - Valor Referência: 28,21 Rubrica

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (47.484.691/0001-00)	Adjudicado em 24/01/2023 - 12:26:57 - Por: Ilton Rodrigues de Sousa	LIDER	LIDER	15	169,45

Ilton Rodrigues de Sousa

Pregoeiro

COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validacao.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/01/2023 às 12:26:16.
Código verificador: 45CC5E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão ELETRÔNICO nº 002/2023, que teve como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, saiu como vencedoras da licitação supracitada, a empresa: BRUNA ALVES DE SOUZA inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.176.661/0001-66, vencedora com proposta apresentada no valor total: R$ 40.745,00 **(quarenta mil setecentos e quarenta e cinco reais),** a empresa L pires de Sousa comercio e empreendimentos inscrita no CNPJ/MF sob nº 4.793.347/0001-43, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 2.371,00 **(dois mil trezentos e setenta e um reais),** a empresa: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.484.691/0001-00, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 32.454,25 **(trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, a empresa RBM ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.819.743/0001-26, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.592,00 **(um mil quinhentos e noventa e dois reais),** a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.315.649/0001-25, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.615,00 **(um mil seiscentos e quinze reais)** e a empresa WPPT CONFECCOES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.438.114/0001-56, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 4.924,00 **(quatro mil novecentos e vinte e quatro reais)**Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br.

São João do Paraiso - MA, em 24 de Janeiro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, ao Sr. Flamarion de Jesus Moraes Maia, **CPF:** [illegible] 325.693-00, **Diretor de Departamento**, 02 (duas) diárias, para o custeio de despesas a serem efetuadas em São Luis- MA, com valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ [illegible] (quinhentos reais), **viagem a serviço da Secretaria Municipal de Cultura para pesquisas de materiais decorativos para o carnaval de São Domingos do Azeitão 2023** nos dias 24/01/2027 e 25/01/2023

Art. 2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, em São Domingos do Azeitão - MA, 24 de janeiro de 2023.
[illegible] Publique-se e Cumpra-se.

HUGGO SALOMÃO BARROS COSTA
[illegible] Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 58b5ddf29e3a7461acf6cb25b746222b

PUBLICAÇÃO SEM EFEITO

EXTRATO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DE BALSAS/MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022 - CPL-SDA

PUBLICAÇÃO SEM EFEITO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO, Estado do Maranhão, [illegible] de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei [illegible] Município e pela Constituição da República Federativa do [illegible] torna pública que a publicação que saiu no Diário Oficial dos [illegible] (FAMEM) no dia 10/01/2023, na página 96, edição 3018, que [illegible] sobre **EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2023, é considerada sem efeito.**

[illegible] Domingos do Azeitão - MA, 24 de janeiro de 2023.

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: f6c0c04cc7/da9ef6f84fd763a3103aa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 266/2022- PREGÃO ELETRONICO 002/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 266/2022- PREGÃO ELETRONICO 002/2022
REFERENTE A ADESÃO - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraiso/MA, **ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB E A EMPRESA CIFERAL INDUSTRIA DE ONIBUS LTDA. OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a [illegible] veículos de transporte Escolar diário de estudantes, [illegible] denominado Onibus Rural Escolar (ORE) em atendimento as entidades [illegible] das redes publicas de ensino nos Estados, Distrito Federal [illegible] Municípios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de [illegible] Fundeb de São João do Paraiso - MA. **BASE LEGAL:** Este [illegible] contrato tem como amparo legal à licitação na modalidade Pregão Eletrônica nº 002/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR R$ 753.000,00** (setecentos e cinquenta e três mil reais). **VIGÊNCIA:** o prazo de vigência desse contrato é de 280 dias contado da assinatura do contrato). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** FUNDEB - **PROGRAMA DE TRABALHO:** 0404- Ensino Infantil - **FONTE DE RECURSOS:** 1540- Transferência do Fundeb - **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente. **NÚMERO DE EMPENHO:** 1001/2022. **DATA DE EMPENHO: 20/12/2022.**
São João do Paraiso/MA, 20 de dezembro de 2022.
Roberto Regis de Albuquerque
Prefeito Municipal
Contratante

Folha nº 652
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4d613357905cd530c7c0f388c7066210

EXTRATO DE CONTRATO Nº 267/2022- PREGÃO ELETRONICO 002/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 267/2022- PREGÃO ELETRONICO 002/2022- referente a Adesão - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraiso/MA, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB E A EMPRESA CIFERAL INDUSTRIA DE ONIBUS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição veículos de transporte Escolar diário de estudantes, denominado Onibus Rural Escolar (ORE) em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação/Fundeb de São João do Paraiso - MA. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal à licitação na modalidade Pregão Eletrônica nº 002/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR R$ 485.000,00** (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais). **VIGÊNCIA:** o prazo de vigência desse contrato é de 280 dias contado da assinatura do contrato). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** FUNDEB - **PROGRAMA DE TRABALHO:** 0404- Ensino Infantil - **FONTE DE RECURSOS:** 1.540- Transferências Fundeb - **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente. **NÚMERO DE EMPENHO:** 1002/2022. **DATA DE EMPENHO: 20/12/2022**
São João do Paraiso/MA, 20 de dezembro de 2022.

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Secretaria Municipal de Educação/Fundeb
Roberto Regis de Albuquerque
Contratante

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: dd44d6c972db7f3756c319d0f488d8c1

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023/SRP
A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão ELETRÔNICO nº 002/2023, que teve como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, saiu como vencedoras da licitação supracitada, a empresa: BRUNA ALVES DE SOUZA inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.176.661/0001-66, vencedora com proposta apresentada no valor total: R$ 40.745,00 **(quarenta mil setecentos e quarenta e cinco reais),** a empresa L pires de Sousa comercio e empreendimentos inscrita no CNPJ/MF sob nº 4.793.347/0001-43, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 2.371,00 **(dois mil trezentos e setenta e um reais),** a empresa: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.484.691/0001-00, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 32.454,25 **(trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos),** a empresa RBM ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.819.743/0001-26, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.592,00 **(um mil quinhentos e noventa e dois reais),** a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.315.649/0001-25, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.615,00 **(um mil seiscentos e quinze reais)** e a empresa V/PPT CONFECCOES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.438.114/0001-56, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 4.924,00 **(quatro mil novecentos e vinte e quatro reais)**Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br.

São João do Paraíso - MA, em 24 de Janeiro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa

Pregoeiro

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 79035d84caff111922a13572bfdc8686

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.007/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.007/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Srº. Kairo Coelho de Sousa Correa. **Contratado:** EXPRESSO VIP TRANSPORTES E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.045.136/0001-20. Localizada na Rua Do Mercado, Nº 100, Bairro Joao De Deus, São Luís/MA - CEP: 65.057-363. **Data da Assinatura:** 09 de janeiro de 2022. **Valor do contrato** R$ 166.875,00 (Cento e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais). Origem: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Objeto:** Fornecimento de passagens terrestres para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **VIGÊNCIA: 31/12/2023. Fonte de Recurso:** PODER: 02 PODER EXECUTIVO, ÓRGÃO: 0216 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS, UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS, 10 302 0031 2078 0000 – MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS HOSPITALARES, 3 3 90 39 000 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIRO - PJ. **Kairo Coelho de Sousa Correa- Secretária Municipal de Saúde. São João dos Patos - MA, 09 de janeiro de 2023.**

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: edb15048c8839dcd5c730e4b857e5769

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.008/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.008/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Assistência Social, Srª. Géssyka Raflégia Lima Sousa. **Contratado:** EXPRESSO VIP TRANSPORTES E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.045.136/0001-20. Localizada na Rua Do Mercado, Nº 100, Bairro Joao De Deus, São Luís/MA - CEP: 65.057-363. **Data da Assinatura:** 09 de janeiro de 2023. **Valor do contrato** R$ 32.750,00 (trinta e dois mil e setecentos e cinquenta reais), **Origem:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Objeto:** Fornecimento de passagens terrestres para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **VIGÊNCIA: 31/12/2023. Fonte de Recurso:** PODER: 02 PODER EXECUTIVO, ÓRGÃO: 0217 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, 08 122 0003 2088 0000 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DO FMAS 3 3 90 39 000 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIRO - PJ. **Géssyka Raflégia Lima Sousa - Secretária Municipal de Assistência Social. São João dos Patos - MA, 09 de janeiro de 2023.**

Folha nº 653
Processo nº
Rubrica

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 75b609bde13d3acfbf26895195722def6

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.009/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.009/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Assistência Social, Srª. Géssyka Raflégia Lima Sousa. **Contratado:** ADÃO RUFINO DA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.319.175/0001-82. Localizada na Av. Primeiro De Maio, Nº 1112, Bairro Centro, Paraibano/MA - CEP: 65.670-000. **Data da Assinatura:** 09 de janeiro de 2023. **Valor do contrato** R$ 26.050,00 (vinte e seis mil e cinquenta reais), **Origem:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Objeto:** Fornecimento de passagens terrestres para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **VIGÊNCIA: 31/12/2023. Fonte de Recurso:** PODER: 02 PODER EXECUTIVO, ÓRGÃO: 0217 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, 08 122 0003 2088 0000 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DO FMAS 3 3 90 39 000 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIRO - PJ. **Géssyka Raflégia Lima Sousa - Secretária Municipal de Assistência Social. São João dos Patos - MA, 09 de janeiro de 2023.**

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 268dd1d1ca0b27f2848ba5d7a15d508a

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 057.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Prefeitura Municipal de São João dos Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Srª. Thuany Costa de Sá Gomes. **Contratado:** RIBEIRO & FERNANDES LTDA (POSTO SÃO JOÃO), inscrita no CNPJ nº 03.549.504/0001-53. **Data da Assinatura:** 23 de janeiro de 2023. **Valor do contrato** R$ 1.576.680,00 (um milhão e quinhentos e setenta e seis mil e seiscentos e oitenta reais), Origem: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Objeto:** Fornecimento de combustíveis (óleo diesel comum/S10 e Gasolina) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. **VIGÊNCIA: 31/12/2023. Fonte de Recurso:** 02 - PODER EXECUTIVO/ORGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/04. 120. 0003. 2004 0000 - MANUT. E

PARECER JURÍDICO

CONCLUSIVO FINAL

PROCESSO / ANO	111 /2022.
PREGÃO ELETRÔNICO	002/2023
MODELO	Pregão Eletrônico
OBJETO	*Registro de preço para eventual contratação de empresa comercial para o fornecimento de artigos esportivos para atender diversas necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/Ma*

1- FASE PREPARATÓRIA

O Processo Licitatório deve sempre ser iniciado e devidamente autuado, protocolado e enumerado, contendo a Autorização respectiva com indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para despesa. No pregão se faz necessária a juntada do ato de designação do Pregoeiro. A licitação foi enquadrada na modalidade de Pregão Eletrônico. Confeccionado o Edital, também restaram elaborados os Termos, Anexos e juntadas as

Documentações afins. Todos as exigências estabelecidas para a conclusão da fase preparatória, tanto na lei 8.666/93 quanto na Lei 10.520/2002, foram rigorosamente obedecidas.

II - FASE EXTERNA

Iniciada a fase externa observa-se que os interessados foram convocados com a divulgação do Edital. O edital cumpriu seus requisitos, o prazo não inferior a 8 (oito) úteis para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas foi obedecido.

Não foram apresentadas impugnações a presente licitação.

III - CRITÉRIO DE JULGAMENTO PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

O critério de julgamento do menor preço foi devidamente atendido na sessão, bem como a possiblidade de abertura para lances verbais aos presentes credenciados. As propostas foram julgadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio segundo os critérios de aviltamento e exequibilidade, sendo considerada dentro do orçamento alçado e estimativa. Na fase de julgamento da Habilitação, segundo o Pregoeiro e Equipe de Apoio a documentação foi apresentada conforme as normas editalícias .

O resultado da Licitação está juntado aos autos.

IV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Diante do exposto, não tendo sido constatado qualquer erro grosseiro ou similar, tendo sido todas as ressalvadas já realizadas, adjudicado o objeto ao licitante vencedor, poderá a

Autoridade responsável homologar o certamente com atendimento de todas as normas editalícias, determinando a Contratação desta, observado os prazos de Lei e do Edital.

É O PARECER FINAL
Este é nosso entendimento, salvo melhor juízo.

São João do Paraiso/MA 22 de janeiro de 2023

Rawlison Lopes Bezerra de Sá
Procurador Municipal Adjunto
OAB/MA 14578

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023

O Prefeito Municipal de São João do Paraiso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 002/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: BRUNA ALVES DE SOUZA inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.176.661/0001-66, vencedora com proposta apresentada no valor total: R$ 40.745,00 **(quarenta mil setecentos e quarenta e cinco reais),** a empresa L pires de Sousa comercio e empreendimentos inscrita no CNPJ/MF sob nº 4.793.347/0001-43, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 2.371,00 **(dois mil trezentos e setenta e um reais),** a empresa: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.484.691/0001-00, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 32.454,25 **(trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, a empresa RBM ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.819.743/0001-26, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.592,00 **(um mil quinhentos e noventa e dois reais),** a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.315.649/0001-25, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.615,00 **(um mil seiscentos e quinze reais)** e a empresa WPPT CONFECCOES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.438.114/0001-56, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 4.924,00 **(quatro mil novecentos e vinte e quatro reais)**. Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.

São João do Paraiso - MA, 24 de janeiro 2023.

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

3390.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica

02.09.04.122.06.2.038 – Manut. Func. Ativ Sec Esporte, Lazer e Cultura
3390.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica

03.10.10.301.05.2.048 – Manut. Func. Das Atividades da Saúde
3390.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica

03.10.10.301.05.2.092 – Manut das Unidades Basicas de Saúde
3390.39.00 – Outros Ser. Terc. Pessoa Jurídica

04.11.08.244.08.2.059 – Manut. Fundo Munic. Assistência Social
3390.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica

05.12.12.361.04.2.042 – Manut. Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
3390.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 09 de janeiro de 2023.

ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR **(CONTRATANTE)** E COSMANG EMPREENDIMENTOS EIRELI **(CONTRATADA).**

São Domingos do Azeitão - MA, 09 de janeiro de 2023.

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Codigo identificador: 849fe8fc9fabafe127209db71a70fa26

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 110/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO – MA
CONTRATADA: NEURI JOSE RELL-ME, inscrita o CNPJ sob n° 07.569.278/0001-23
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como o objeto alterar as CLÁUSULAS: **CLÁUSULA VI - DO PRAZO DE VIGÊNCIA e CLÁUSULA VII – DO VALOR CONTRATUAL.**
BASE LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
DATA DA ASSINATURA: 25 de janeiro de 2023.
ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR (CONTRATANTE) E NEURI JOSE RELL (CONTRATADA)

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Codigo identificador: 3e40033b23aba4039f06e62f04cc2400

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 110/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO – MA
CONTRATADA: A P F GUIMARAES-ME, inscrita o CNPJ sob n° 11.602.070/0001-36
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como o objeto alterar as CLÁUSULAS: **CLÁUSULA VI - DO PRAZO DE VIGÊNCIA e CLÁUSULA VII – DO VALOR CONTRATUAL.**
BASE LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
DATA DA ASSINATURA: 25 de janeiro de 2023.
ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR (CONTRATANTE) E ANA PATRICIA FERREIRA GUIMARÃES (CONTRATADA)

Folha nº 655
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código Identificador: cbb27b103e3612ac2f4a002c9acfb0f8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2023 PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2023 PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, com sede na Rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 - Centro – São João do Paraíso/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 029/2020, Lei. nº 8.666/93, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 032/2020 e demais normas atinentes à espécie, realizará às **08:00hs do dia 08 de fevereiro de 2023**, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do Tipo Menor Preço, Por Item, OBJETO: Registro de Preços para eventual Contratação de empresa comercial para aquisição de gêneros alimentícios em geral, de interesse de diversas secretarias do Município de São João do Paraíso-MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: http:// www.sãojoãodoparaíso.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. São João do Paraíso (MA), 23 de janeiro de 2023. **ILTON RODRIGUES DE SOUSA** Pregoeiro Municipal.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código Identificador: 05987ac5ec54e490fa8a3820d951c42d

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2023
O Prefeito Municipal de São João do Paraíso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 002/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: BRUNA ALVES DE SOUZA inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.176.661/0001-66, vencedora com proposta apresentada no valor total: R$ 40.745,00 **(quarenta mil setecentos e quarenta e cinco reais),** a empresa L pires de Sousa comercio e empreendimentos inscrita no CNPJ/MF sob n° 4.793.347/0001-43, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 2.371,00 **(dois mil trezentos e setenta e um reais),** a empresa: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.484.691/0001-00, vencedora com proposta apresentada no valor

total : R$ 32.454,25 **(trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, a empresa RBM ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.819.743/0001-26, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.592,00 **(um mil quinhentos e noventa e dois reais)**, a empresa RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.315.649/0001-25, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 1.615,00 **(um mil seiscentos e quinze reais)** e a empresa WPPT CONFECCOES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.438.114/0001-56, vencedora com proposta apresentada no valor total : R$ 4.924,00 **(quatro mil novecentos e vinte e quatro reais)**. Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.

São João do Paraíso - MA, 24 de janeiro 2023.

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a265ceca1268577bd5c6d5db26823c9e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº PE061.001/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº PE061.001/2023. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Prefeitura Municipal de São João dos Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 17.550.509/0001-00, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Sra². Géssyka Raflégia Lima Sousa, inscrito no CPF nº 039.041.503-08. **Contratado**: **RODRIGUES & RODRIGUES HIGIENIZAR LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 17.134.601/0001-90**, localizada na Av. Severo Eulalio, Nº 765, Bairro Canto da Várzea. Picos/PI - CEP: 64.600-002, representado pelo senhor: Natanael Rodrigues de Araujo - CPF: 002.366.223-90 RG.: 2.113.095 SSP – PI. **Data da Assinatura**. 25 de janeiro de 2023. **Valor do contrato** R$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais), **Origem**: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. **Objeto**: Fornecimento de cestas básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social. **VIGÊNCIA: 31/12/2023**. **Fonte de Recurso**: PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ÓRGÃO: 0217 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/UNIDADE: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/08 244 0015 2092 0000 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS/3.3.90 32 00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. Géssyka Raflégia Lima Sousa - **Secretária Municipal de Assistência Social. São João dos Patos - MA, 25 de janeiro de 2023.**

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 44359f753bd3ecca62e69bed9777446b

AVISO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003 - CONTRATO Nº 120505001/2021 - TOMADA DE PREÇOS 05/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003 - CONTRATO Nº 120505001/2021- PROC. ADMINISTRATIVO Nº 2602001/2021 - Tomada de Preços 05/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de São João dos Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Administração. REPRESENTANTE: Thuany Costa de Sá Gomes – Secretaria Municipal de Administração. CONTRATADA: FUTURA EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ: 35.098.235/0001-42. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza pública urbana no Município de São João dos Patos/MA. VALOR TOTAL: R$ 431.991,29 (Quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos), aproximadamente 24% do contrato inicialmente pactuado. PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/03/2023. AMPARO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b", § 1°, da Lei n.º 8.666/93; DATA DE ASSINATURA: 24/01/2023; FORO: Comarca de São João dos Patos/MA. Thuany Costa de Sá Gomes – Secretária Municipal de Administração.

Folha nº 656
Processo nº 011-2022

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 703966ffe6f09ca2b49a794192dda16

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº A009/2023

Errata do TERMO DE RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação nº A009/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 09 de janeiro de 2023, pág. 178. Pelo presente instrumento, o município de São João Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ no nº 06.089.668/0001-33, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Sra. Kairo Coelho de Sousa Correa, Secretário Municipal de Saúde, celebra-se o presente instrumento para que se faça constar: **Onde se lê**: Processo Administrativo: R$ 27.840,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais) **Leia-se**: R$ 31.248,00,00 (Trinta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais).

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: a435d6d72450a8f02d7497a788b04f08

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº A017/2023

Errata do TERMO DE RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação nº A017/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 09 de janeiro de 2023, pág. 181. Pelo presente instrumento, o município de São João Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, inscrito no CNPJ no nº 06.089.668/0001-33, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Sra. Thuany Costa de Sá Gomes, Secretária Municipal de Administração, celebra-se o presente instrumento para que se faça constar: **Onde se lê**: Processo Administrativo: R$ 20.244,00 (Vinte mil, duzentos e quarenta e quatro reais) **Leia-se**: R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: e9834c30f86cb9f280c4125e2434cc0a

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº A020/2023

Errata do TERMO DE RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação nº A020/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 09 de janeiro de 2023, pág. 179. Pelo presente instrumento, o município de São João Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ no nº 31.342.177/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Sra. Marianna Lyra da Rocha Santos Teixeira, Secretária Municipal de Educação, celebra-se o presente instrumento para que se faça constar: **Onde se lê**: Processo Administrativo: 27.204,00 (Vinte e sete mil, duzentos e quatro reais) **Leia-se**: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Folha nº 057
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 40.745,00 (quarenta mil e setecentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66
ENDEREÇO:	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 20	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	Ipameri	ESTADO:	Goiás
CONTATO:	(64) 3442-5221	E-MAIL:	100sportscalcados@gmail.com
REPRESENTANTE:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF:	035.389.051-00

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1 – Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

Folha nº 653
Processo nº 44-2022
Rubrica

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 – O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 – O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7° da Lei N° 10.520/02;

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4°, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;
8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	250,00	R$ 58,50	R$ 14.625,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 155,00 | Valor Total: R$ 9.067,50					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 60,00 | Valor Total: R$ 3.510,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 35,00 | Valor Total: R$ 2.047,50					
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	250,00	R$ 100,00	R$ 25.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 150,00 | Valor Total: R$ 15.000,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00					
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	oficial	UNIDADE	8,00	R$ 140,00	R$ 1.120,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 8,00 | Valor Total: R$ 1.120,00					
	Valor Total					**R$ 40.745,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166 Assinado de forma digital por BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166 Dados: 2023.01.19 11:04:06 -03'00'

BRUNA ALVES DE SOUZA
035.389.051-00

[illegible] dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, [illegible] Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Lourival Leandro dos Santos Junior**, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sra. **Leia barbosa da Silva**, brasileira, casada, residente e domiciliado neste [illegible], a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretária [illegible] Municipal de Educação, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal. [illegible] posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e [illegible] os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, [illegible] todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

Folha nº 061

São Domingos do Azeitão - MA, 01 de janeiro de 2021.

Processo nº 111-2022

LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR, Prefeito Municipal

LEIA BARBOSA DA SILVA
Empossada

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: e62e3db38d30705090426b1fd5301530

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 40.745,00 (quarenta mil e setecentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
MUNICÍPIO:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66
ENDEREÇO:	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 20	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	Ipameri	ESTADO:	Goiás
CONTATO:	(64) 3442-5221	E-MAIL:	100sportscalcados@gmail.com
REPRESENTANTE:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF:	035.389.051-00

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, COSTURA CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	250,00	R$ 58,50	R$ 14.625,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 155,00 | Valor Total: R$ 9.067,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 60,00 | Valor Total: R$ 3.510,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 35,00 | Valor Total: R$ 2.047,50					

6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3 2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	250.00	R$ 100,00	R$ 25.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 150,00 | Valor Total: R$ 15.000,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00					
7	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	oficial	UNIDADE	8,00	R$ 140,00	R$ 1.120,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 8,00 | Valor Total: R$ 1.120,00					
Valor Total					**R$ 40.745,00**	

Folha nº 662
Processo nº 111-2022
Ass

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	BRUNA ALVES DE SOUZA 035.389.051-00

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 5448beda577958a7da473af83cbdd018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 1.592,00 (um mil e quinhentos e noventa e dois reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	RBM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 9976-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

Folha nº 663
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 2.371,00 (dois mil e trezentos e setenta e um reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.	CPF/CNPJ:	14.793.347/0001-43
ENDEREÇO:	R Piauí, 449	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Imperatriz	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 3075-5040	E-MAIL:	lindomarbrasilnordeste@gmail.com
REPRESENTANTE:	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	CPF:	963.930.763-72

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

1 - Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 - O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7° da Lei N° 10.520/02:

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, aos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4°, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;
8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;
8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	GENERICA	UNIDADE	100,00	R$ 2,95	R$ 295,00
13	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 59,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 118,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 118,00					
14	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	PENALTY	UNIDADE	120,00	R$ 17,30	R$ 2.076,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 120,00 | Valor Total: R$ 2.076,00					
	Valor Total					**R$ 2.371,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
963.930.763-72

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372

Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.26 10:29:06 -03'00'

ISSN 2763-860X

Sr. Roulberth Sousa Santos
Representante legal
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

CPF Nº CPF Nº

Folha nº 667
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 95289a09ca99dfaf44179282533cea6d

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 2.371,00 (dois mil e trezentos e setenta e um reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.	CPF/CNPJ:	14.793.347/0001-43
ENDEREÇO:	R Piauí, 649	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Imperatriz	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 3075-5010	E-MAIL:	lindomarbrasilnordeste@gmail.com
REPRESENTANTE:	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	CPF:	963.930.763-72

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	GENERICA	UNIDADE	100,00	R$ 2,95	R$ 295,00
	QUANTIDADES POR ORGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 59,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 118,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 118,00					
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	PENALTY	UNIDADE	120,00	R$ 17,30	R$ 2.076,00
	QUANTIDADES POR ORGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 120,00 | Valor Total: R$ 2.076,00					
Valor Total						**R$ 2.371,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA

Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	LINDOMAR PIRES DE SOUSA 963.930.763-72

Folha nº 668
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d02857190ec5f22ae19876b16ca71f9d

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 32.454,25 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2901	E-MAIL:	atasecontratos@passarelafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Martiny	CPF:	031.348.950-56

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO. Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C DEA - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.		UNIDADE	300,00	R$ 49,89	R$ 14.967,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 9.978,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50					

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 1.592,00 (um mil e quinhentos e noventa e dois reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	RBM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 9976-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1 – Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 – O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 – O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02;

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;

8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;
8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	100,00	R$ 15,92	R$ 1.592,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 796,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00					
	Valor Total					**R$ 1.592,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906
Assinado de forma digital por RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906
Dados: 2023.01.27 11:39:50 -03'00'

RICARDO BIANCO MACHADO
053.005.969-06

6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3.2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	250,00	R$ 100,00	R$ 25.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 150,00 | Valor Total: R$ 15.000,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 5.000,00					
0	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	oficial	UNIDADE	8,00	R$ 140,00	R$ 1.120,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 8,00 | Valor Total: R$ 1.120,00					
Valor Total					**R$ 40.745,00**	

Folha nº 673
Processo nº 111.2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	BRUNA ALVES DE SOUZA 035.389.051-00

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 5448beda577958a7da473af83cbdd018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 1.592,00 (um mil e quinhentos e noventa e dois reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	RSM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 9975-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removivel e lobrificado circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	100,00	R$ 15,92	R$ 1.592,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 796,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00					
Valor Total					**R$ 1.592,00**	

Folha nº 674
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretario Municipal de Esportes 012/2021	RICARDO BIANCO MACHADO 053.005.969-06

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a7fe64e5ba7e077ec4b9ca8c2b1bdb8d

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 4.924,00 (quatro mil e novecentos e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	WPPT CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-56
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, 231	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Juiz de Fora	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(32) 9954-5867	E-MAIL:	wpptconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	ALONSO PEREIRA TAVARES	CPF:	167.856.146-00

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	TROFEU 1º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	50,00	R$ 54,99	R$ 2.749,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 30,00 | Valor Total: R$ 1.649,70 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90					

Folha nº 675
Processo nº 111-2022
Rubrica: RJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 32.454,25 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2901	E-MAIL:	atasecontratos@passarelafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Marchy	CPF:	031.348.950-56

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

1 - Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 - O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02;

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;

8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;

8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA É FABRICADA COM PU. CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVÍVEL.	IDEA	UNIDADE	300,00	R$ 49,89	R$ 14.967,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 9.978,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50					
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VÔLEI QUADRA MG 3600 FUSION. CONFECCIONADA # EM LAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVÉS DE BORRACHA BUTÍLICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3.2 CM. LUBRIFICADO E REMOVÍVEL. PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 65-67 CM	IDEA	UNIDADE	100,00	R$ 42,49	R$ 4.249,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 60,00 | Valor Total: R$ 2.549,40					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 849,80					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 849,80					
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	20,00	R$ 334,99	R$ 6.699,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 6.699,80					
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20	NEDEL	UNIDADE	20,00	R$ 229,99	R$ 4.599,80

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

	metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva, colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém 01 par.					
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 2.299,90					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 1.149,95					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 1.149,95					
	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	POKER	UNIDADE	10,00	R$ 11,39	R$ 113,90
7	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE**					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 4,00 | Valor Total: R$ 45,56					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 3,00 | Valor Total: R$ 34,17					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 3,00 | Valor Total: R$ 34,17					
	Balões Coloridos e resistentes	JOY	SACO	150,00	R$ 9,99	R$ 1.498,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 100,00 | Valor Total: R$ 999,00					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 249,75					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 249,75					
	Bola Ping Pong	IDEA	UNIDADE	120,00	R$ 1,14	R$ 136,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60					
	cordas para pular de nylon, infantil reichel	LIDER	UNIDADE	15,00	R$ 12,63	R$ 189,45
18	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE**					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 189,45					
	Valor Total					**R$ 32.454,25**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA:47484691000100

Leonardo Martiny
031.348.950-56

ISSN 2763-860X

Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	Folha nº 680 LINDOMAR PIRES DE SOUSA 963.930.763-72 Processo nº 111-2022 Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código Identificador: d02857190ec5f22ae19876b16ca71f9d

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 32.454,25 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2901	E-MAIL:	atasecontratos@passarelafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Martiny	CPF:	031.348.950-56

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS. A PEÇA É FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72 CIDEA - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.		UNIDADE	300,00	R$ 49,83	R$ 14.967,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 9.978,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 2.494,50					

Folha nº 681
Processo nº 111-2022
Rubrica

3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	IDEA	UNIDADE	100,00	R$ 42,49	R$ 4.249,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 60,00 | Valor Total: R$ 2.549,40 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 849,80 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 849,80					
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	20,00	R$ 334,99	R$ 6.699,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 20,00 | Valor Total: R$ 6.699,80					
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva, colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	20,00	R$ 229,99	R$ 4.599,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 2.299,90 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 1.149,95 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 1.149,95					
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	POKER	UNIDADE	10,00	R$ 11,39	R$ 113,90
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 4,00 | Valor Total: R$ 45,56 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 3,00 | Valor Total: R$ 34,17 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 3,00 | Valor Total: R$ 34,17					
12	Balões Coloridos e resistentes	JOY	SACO	150,00	R$ 9,99	R$ 1.498,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 100,00 | Valor Total: R$ 999,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 249,75 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 249,75					
15	Bola Ping Pong	IDEA	UNIDADE	120,00	R$ 1,14	R$ 136,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 40,00 | Valor Total: R$ 45,60					
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	LIDER	UNIDADE	15,00	R$ 12,63	R$ 189,45
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 189,45					
Valor Total					**R$ 32.454,25**	

São João do Paraíso - MA, 25 de janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012.2021	Leonardo Martiny 031.348.950-56 Folha nº 682 Processo nº 44 - 2022 Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f213c1490e7ff201025954bad9dcbf28

Publicado por: RAYANA MARIA DE SOUZA GOMES
Código identificador: eae77d241484b3c6ff3acaf3011664a3

ATA DE POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL

Ata de Posse do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB. Dispõe sobre a Reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB; em conformidade com o artigo 2012 da Constituição Federal - regulamentado em forma de lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020. Reunidos na Sala de Reunião na SEMED – Secretaria Municipal de Educação às 8h30min. Deu-se na data de (02.01.2023) Dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, A posse de Presidente, Vice-Presidente; e Secretárias do Conselho Municipal do CACS-FUNDEB. Para mandato subsequente nos anos (01/01/2023 a 31/12/2026).Resolve Art.1º - Designar os membros efetivos abaixo relacionados, sob a coordenação do(a) Senhor Presidente para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB. E de acordo com a ata datada de(29/12/2022), que foram eleitos a Professora Conselheira Maria Alves Cardoso como Presidente e seu Vice o Conselheiro Sr.Wesley Gomes de Oliveira e para secretariar o Conselho a Professora Giceliane Coelho Barbosa; e em sequencia segue todos representantes de acordo com seus seguimentos. Representantes do Segmento Diretores da Rede Municipal de Ensino. Titular: Wesley Gomes de Oliveira; Suplente: Maria José Moreira da Silva. Representante do Segmento de Pais de Alunos da Educação Básica Pública. Titular: Irene Rodrigues da Silva; Suplente: Madalena Batista Milhomem; Titular: Maria Alves Cardoso; Suplente: Zilda Figueira de Melo Neta. Representante do Segmento Sociedade Civil; Titular: Raimunda Rodrigues de Assunção Pereira; Suplente: Aurelino Pinheiro Stöfel; Titular: Joelma da Silva; Suplente: Luciana da Silva Barros. Representantes do Segmento Estudante da Educação Básica Pública. Titular: Reginaldo Ribeiro Rodrigues; Suplente: Ricardo Dias dos Santos; Titular: Francilene Carvalho Coelho; Suplente: Raquel de Sousa Alves Melo. Representantes do Segmento Poder Executivo Municipal. Titular: Adecirene Miranda de Sousa Marinho; Suplente: Flávia Lima Ferreira. Titular: Alcione Sousa e Sousa; Suplente: Anely de Oliveira Silva. Representante do Segmento Conselho Municipal de Educação. Orgina de Sousa Pereira Barros; Suplente: Osmarina Torres de Araújo. Representantes do Segmento Conselho Tutelar; Titular: Jociano Santos Barros; Suplente: Cleide Vânia dos Santos Silva. Representantes do Segmento Professores da Educação Básica Pública. Titular: Giceliane Coelho Barbosa; Suplente: Cleciane Cardoso Gomes; Titular: Silvia Farias de Oliveira Sousa; Suplente: Bruna Oliveira e Oliveira. Representantes do Segmento dos Servidores Técnicos Administrativos. Titular: Maria da Guia Sousa Felipe; Suplente: Ivone dos Reis Castro Lima. Após lida e aprovada por unanimidade, eu na condição de secretária lavrei a presente ata que será por mim e por todos os demais membros do Conselho assinada. Não havendo mais nada a tratar na ordem do dia parabenizei a todos do Conselho, desejei uma excelente Gestão e dei a reunião por encerrada. São João do Paraíso, aos (02) dois dias do mês de janeiro de 2023.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

ADJUDICAÇÃO
REFERÊNCIA.....: Tomada de Preços n.º 001/2023
OBJETO.....: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria em Controle Interno, para diversas Secretarias, no município de São João do Paraíso/MA.
AMPARO LEGAL.....: Lei n.º 8.666/93.
FONTE DE RECURSOS.....: DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA
VALOR R$ 188.000,04 (cento e cento e oitenta e oito mil reais e quatro centavos).
A Comissão Permanente de Licitação – CPL, resolve adjudicar o objeto licitado ao licitante ***– P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME Inscrita no CNPJ: 34.842.036/0001-34***
São João do Paraíso - MA. 26 de janeiro de 2023.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL
Decreto nº 019/2021

Adecirene Miranda de Sousa Marinho
Membro da CPL

Raimundo José Santana de Brito
Membro da CPL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 802b4a2891296e24039c7cdef4674e2d

DECRETO Nº 008/2023, DE 25 DE JANEIRO DE 2023.

DECRETO Nº 008/2023, DE 25 DE JANEIRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE, Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor:
CONSIDERANDO que a União em seu Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências, estabelece no seu art. 70, que:
"Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar Processados e no Art. 68, Dec. 93.872/86 estabelece o cancelamento de Restos a pagar Não processados até 31 de dezembro do exercício seguinte";

Folha nº 683
Processo nº 111-2022
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 1.615,00 (um mil e seiscentos e quinze reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	CPF/CNPJ:	31.315.649/0001-25
ENDEREÇO:	RUA SAO PEDRO, 117	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São Roque	ESTADO:	São Paulo
CONTATO:	(11) 4712-2778	E-MAIL:	rvlcomercioeservicos@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	CPF:	256.293.168-85

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31375 649000125

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31375 649000125

1 - Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 - O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

SVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:3131 09190001125

Assinado de forma digital por SVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315609190001125

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02;

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4°, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;

8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;

8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litigios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	MEDALHAS	vitoria	UNIDADE	300,00	R$ 3,45	R$ 1.035,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 690,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50					
	Colchonetes azul, Tamanho Médio. Para Exercícios	pro fitness 90x40x3	UNIDADE	20,00	R$ 29,00	R$ 580,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
17	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 290,00					
	Valor Total					**R$ 1.615,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

Assinado de forma digital por RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
256.293.168-85

Portaria nº 007
Processo nº 111-2022

ser obtido gratuitamente por meio digital, nos seguintes endereços eletrônicos: www.comprasnet.gov.br, no site da Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão/MA: https://saodomingosdoazeitao.ma.gov.br/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl.saodomingosdoazeitao@gmail.com.

São Domingos do Azeitão/MA, 31 de janeiro de 2023.

REINALDO MORAES GUIMARAES
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: 077d0a0228e786a0538449401e717a7a

PORTARIA Nº 002/2023 – SEC. DE SAÚDE

PORTARIA Nº 002/2023 - SEC. DE SAÚDE - CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, a Sra. Fernanda Arruda Franca Toniazzo, **CPF:** 009.954.723-60, **Coordenadora de Saúde** do Município, **Portaria nº 172/2021 -GAB**, 02 (duas) diárias para custeio de despesas a serem efetuadas em São Luís- MA, com valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R$ 400,00 (quatrocentos reais), **para participar do Seminário de Prevenção da Gravidez na adolescência- Rompendo barreiras e quebrando tabus através da Educação em Saúde,** que ocorrerá nos dias 01/02/2023 e 02/02/2023 em São Luís- MA.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em São Domingos do Azeitão – MA, 30 de janeiro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARLOS ALBERTO SILVA RIBEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: d678e1aff4b50fdc9f6fa1f78068de56

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 1.615,00 (um mil e seiscentos e quinze reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	CPF/CNPJ:	31.315.649/0001-25
ENDEREÇO:	RUA SAO PEDRO, 117	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São Roque	ESTADO:	São Paulo
CONTATO:	(11) 4712 2778	E-MAIL:	rvlcomercioeservicos@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	CPF:	256.293.168-85

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

	MEDALHAS	Vitoria	UNIDADE	300,00	R$ 3,45	R$ 1.035,00
11	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 690,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50					
	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	proftness 90x40x3	UNIDADE	20,00	R$ 29,00	R$ 580,00
17	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 290,00					
Valor Total					**R$ 1.615,00**	

Folha nº 688
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES 256.293.168-85

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 349ac55cdecf30719783fdd6e1d8e285

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4ca0d8acbe33373a0357c0f31b388691

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d0aa83b45f6b8e00fb3bf18e15f4224e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 87666db139654b90d6e44d361b14228d

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: **M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.604.476/0001-05, vencedora com proposta apresentada no valor total : **R$ 734.246,50 (**SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS**).** Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://licitanet.com.br/. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.
São João do Paraíso – MA. 31 de janeiro 2023.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS

Folha nº 689
Processo nº 111-2022
Rubrica

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 4.924,00 (quatro mil e novecentos e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	WPPT CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-56
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR JOSÉ RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, 231	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Juiz de Fora	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(32) 9954-5867	E-MAIL:	wpptconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	ALONSO PEREIRA TAVARES	CPF:	167.856.146-00

PREÂMBULO

Aos 25 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 002/2023, que tem como objeto Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

ALONSO PEREIRA TAVARES:167 85614600

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

1 - Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 e a proposta de preços do beneficiário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 - O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Unidade Gerenciadora, podendo ser delegada, através de servidor designado, competindo-lhe:

3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos executados e das especificações dos produtos ou serviços registrados;

3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;

3.3. Notificar o fornecedor registrado, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;

3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.

3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.

5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.

5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula deverão respeitar os limites definidos na legislação local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;

6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02:

6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, §4º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, anexo ao presente, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do procedimento de contratação citado no cabeçalho e as propostas das licitantes;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;
8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexa ao instrumento convocatório;
8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	TROFÉU 1º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	50,00	R$ 54,99	R$ 2.749,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
9	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 30,00 | Valor Total: R$ 1.649,70					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90					
	TROFÉU 2º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	50,00	R$ 43,49	R$ 2.174,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 30,00 | Valor Total: R$ 1.304,70					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 434,90					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 434,90					
	Valor Total					**R$ 4.924,00**

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA BENEFICIÁRIA

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600
Assinado de forma digital por ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600
Dados: 2023.01.27 22:58:30 -03'00'

ALONSO PEREIRA TAVARES
167.856.146-00

14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo sl o system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	100,00	R$ 15,92	R$ 1.592,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 796,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 25,00 | Valor Total: R$ 398,00					
Valor Total						**R$ 1.592,00**

Folha nº 623
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	RICARDO BIANCO MACHADO 053.005.969-06

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a7fe64e5ba7e077ec4b9ca8c2b1bdb8d

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	Registro de Preço para eventual Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 4.924,00 (quatro mil e novecentos e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	25 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	25 de Janeiro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	WPPT CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-56
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES, 233	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Juiz de Fora	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(32) 9954-5867	E-MAIL:	wpptconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	ALONSO PEREIRA TAVARES	CPF:	167.856.146-00

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
7	TROFEU 1º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	50,00	R$ 54,99	R$ 2.749,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 30,00 | Valor Total: R$ 1.649,70 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 549,90					

19	TROFEU 2º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	50,00	R$ 43,49	R$ 2.174,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 30,00 | Valor Total: R$ 1.304,70					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 434,90					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 434,90					
Valor Total					R$ 4.924,00	

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

Folha nº 694
Processo nº 144 - 2026
Rubrica

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretario Municipal de Esportes 012/2021	ALONSO PEREIRA TAVARES 167.856.146-00

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bc89c5eeb aa0327c418106e29426acb5

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2023 - PORTAL LICITANET.COM.BR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2023 - PORTAL LICITANET.COM.BR

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, com sede na rua Marcos Silva - CEP: 659/3-000 – Centro - São João do Paraíso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 20 de maio de 2021, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029/2020, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 031/2020, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 030/2020, e demais normas atinentes à espécie, realizará às **08:30hs(oito horas e trinta minutos) do dia 13 de fevereiro de** 2023 a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA. DO TIPO: Menor Preço, por item, objetivando a Registro de Preços para eventual Contratação de empresa comercial para prestação de serviços de Impressão/confecção de materiais gráficos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA. Este edital e seus anexo estão à disposição dos interessados no endereço acima, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do LICITANET.COM.BR.

São João do Paraíso - MA, em 26 de janeiro de 2023.
Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 382a153abc14373dd67946c0d4a16e70

AVISO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2023

AVISO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2023, CONTRATANTE. SAAE de São João do Paraíso/MA. CNPJ: 11.542.659/0001-20. CONTRATADA: HOUSE NET LTDA, (CNPJ/MF sob o nº 11.203.570/0001-53). OBJETO: contratação de empresa especializado para prestação de serviços de acesso à internet Banda larga, para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do município de São João do Paraíso/MA, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Ratificação em 30 de janeiro 2023. Valor Contratual: R$ 960,80 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). PRAZO CONTRATUAL: doze meses. **LUIS CARLOS ROSA CALDEIRA** - Diretor geral do SAAE.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 9652b1460f919664f323487ba4d0c742

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 033-2023 - DISPENSA DE VALOR 008/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 033-2023 - DISPENSA DE VALOR 008/2023 **- PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE *GOVERNO E PLANEJAMENTO* **E A EMPRESA LUCAS DE MATOS OLIVEIRA SOARES -** CNPJ. **41.949.328/0001-36** situado na Rua Humberto de Campos nº 111 – Centro - Fortuna - MA. **OBJETO:** Contratação de Pessoa (s) jurídica (s) especializada (a) para execução dos serviços de consultoria e assessoria em folha de pagamento e demais obrigações, para atender os interesses da secretaria municipal de administração de São João do Paraíso/MA. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade DISPENSA DE VALOR 008/2023 e rege-se pelas disposições expressas NO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 II, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR: R$ 16.200,00 (desesseis mil e duzentos reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de (09) nove meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. ORGÃO 02 - Gabinete do Prefeito. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.01 – Gabinete do Prefeito. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 04.122.0052.2001.0000 Manutenção do Gabinete do Prefeito. **DATA DA ASSINATURA**: 30 de janeiro de 2023.
São João do Paraíso/MA, 30 de janeiro de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
PAULO DE TARSO DE SOUSA BORGES
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CONTRATANTE

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 8d99837dd3073e12d9ea2627123ddcc5

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Folha nº 695
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 035/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	30 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.	CPF/CNPJ:	14.793.347/0001-43
ENDEREÇO:	R Piauí, 649	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Imperatriz	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 3079-5010	E-MAIL:	lindomarbrasilnordeste@gmail.com
REPRESENTANTE:	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	CPF:	963.930.763-72

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência

constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	GENERICA	UNIDADE	20,00	R$ 2,95	R$ 59,00
16	Bombas de ar para bolas, Material Plástico, bico de metal com tubo flexível, cor preta	PENALTY	UNIDADE	120,00	R$ 17,30	R$ 2.076,00
	Valor Total					**R$ 2.135,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 30/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 - 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 - O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 - A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO

6.1 - O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 - A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 - Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 - A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 - As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 - Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 - A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 - O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 - Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 - Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1°; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Dados: 2023.01.30 09:25:11 -03'00'

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
963.930.763-72

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

	SERVIÇO DE RECARGA DE TONER BROTHER MODELO TN-3442 COM TROCA DE FOTOCONDUTOR	SERVIÇO	SERVIÇO	60,00	R$ 354,70	R$ 21.282,00
47	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50					
	TONER BROTHER TN-2370 ORIGINAL	BROTHER	UNIDADE	60,00	R$ 359,90	R$ 21.594,00
48	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50					
Valor Total					**R$ 734.246,50**	

Folha nº 103
Processo nº 111-2022

São João do Paraíso - MA, 02 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Justo Coelho de Sá Filho Secretário Municipal de Governo e Planejamento 015/2023	Maykon Queiroz Vasconcelos 040.436.833-67

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 668d56749e37b3c9dd90923bea6b6add

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 ?TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que estabelece o Art. 26 de Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ainda considerando o presente processo administrativo.
RESOLVE
RATIFICAR a Declaração de Dispensa de Licitação para a contratação do senhor **AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA**, situado na Rua nova nº 233 Centro São João do Paraíso-ma, portador(a) da Cédula de Identidade nº 038131382009-6, inscrito no CPF. **050.932.253-04**, para a Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA, determinando que se proceda as devidas publicações legais.
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 26 de janeiro de 2023.
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: dd83d735e368f85e81045bada805dd8b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c727038236b335276ee22889bf9d3e08

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 637ac5545bf7bcde01dfeee9efb41994

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a58d9532317d69913f0a4e40355036ff

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos

Folha nº 704
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 036/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 118,00 (cento e dezoito reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	30 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.	CPF/CNPJ:	14.793.347/0001-43
ENDEREÇO:	R Piauí 649	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Imperatriz	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 3075-5010	E-MAIL:	lindomarbrasilnordeste@gmail.com
REPRESENTANTE:	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	CPF:	963.930.763-72

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência

constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 118,00 (cento e dezoito reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	GENERICA	UNIDADE	40,00	R$ 2,95	R$ 118,00
	Valor Total					**R$ 118,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 30/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 - As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação
002/2022

PELA CONTRATADA

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372 Dados: 2023.01.30 09:24:52 -03'00'

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
963.930.763-72

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

	SERVIÇO DE RECARGA DE TONER BROTHER MODELO TN-3442 COM TROCA DE FOTOCONDUTOR	SERVIÇO	SERVIÇO	60,00	R$ 354,70	R$ 21.282,00
47	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50					
	TONER BROTHER TN-2370 ORIGINAL	BROTHER	UNIDADE	60,00	R$ 359,90	R$ 21.594,00
48	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50					
Valor Total					**R$ 734.246,50**	

Folha nº 712
Processo nº 111-2022

São João do Paraíso - MA, 02 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Justo Coelho de Sá Filho Secretário Municipal de Governo e Planejamento 015/2023	Maykon Queiroz Vasconcelos 040.436.833-67

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 668d56749e37b3c9dd90923bea6b6add

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 ?TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que estabelece o Art. 26 de Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ainda considerando o presente processo administrativo.
RESOLVE
RATIFICAR a Declaração de Dispensa de Licitação para a contratação do senhor **AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA**, situado na Rua nova nº 233 Centro São João do Paraíso-ma, portador(a) da Cédula de Identidade nº 038131382009-6, inscrito no CPF. **050.932.253-04**, para a Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA, determinando que se proceda as devidas publicações legais.
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 26 de janeiro de 2023.
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: dd83d735e368f85e81045bada805dd8b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c727038236b335276ee22889bf9d3e08

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 637ac5545bf7bcde01dfeee9efb41994

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a58d9532317d69913f0a4e40355036ff

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos

Folha nº 115
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 037/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 118,00 (cento e dezoito reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA.	CPF/CNPJ:	14.798.347/0001-43
ENDEREÇO:	R Piauí 649	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Imperatriz	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 3075-5010	E-MAIL:	lindomarbrasilnordeste@gmail.com
REPRESENTANTE:	LINDOMAR PIRES DE SOUSA	CPF:	968.930.763-72

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de *Artigos Esportivos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Municipal de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 118,00 (cento e dezoito reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	Bambolês Plásticos, tamanho adulto, coloridos	GENERICA	UNIDADE	40,00	R$ 2,95	R$ 118,00
	Valor Total					**R$ 118,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.
7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 - Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.
13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.
14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato:

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da

CONTRATADA, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Assinado de forma digital por LINDOMAR PIRES DE SOUSA:96393076372
Dados: 2023.01.30 09:24:30 -03'00'

LINDOMAR PIRES DE SOUSA
963.930.763-72

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

	SERVIÇO DE RECARGA DE TONER BROTHER MODELO TN-3442 COM TROCA DE FOTOCONDUTOR	SERVIÇO	SERVIÇO	60,00	R$ 354,70	R$ 21.282,00
47	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50					
	TONER BROTHER TN-2370 ORIGINAL	BROTHER	UNIDADE	60,00	R$ 359,90	R$ 21.594,00
48	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50					
Valor Total					**R$ 734.246,50**	

Folha nº 124
Processo nº 111-2022

São João do Paraíso - MA, 02 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Justo Coelho de Sá Filho Secretário Municipal de Governo e Planejamento 015/2023	Maykon Queiroz Vasconcelos 040.436.833-67

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 668d56749e37b3c9dd90923bea6b6add

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 ?TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que estabelece o Art. 26 de Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ainda considerando o presente processo administrativo.
RESOLVE
RATIFICAR a Declaração de Dispensa de Licitação para a contratação do senhor **AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA**, situado na Rua nova nº 233 Centro São João do Paraíso-ma, portador(a) da Cédula de Identidade nº 038131382009-6, inscrito no CPF. **050.932.253-04**, para a Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA, determinando que se proceda as devidas publicações legais.
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 26 de Janeiro de 2023.
OBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: dd83d735e368f85e81045bada805dd8b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c72703823 6b335276ee22889bf9d3e08

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 637ac5545bf7bcde01dfeee9efb41994

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a58d9532317d69913f0a4e40355036ff

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos

Folha nº 722
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 038/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	30 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2901	E-MAIL:	atascontratos@passarelafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Martiny	CPF:	031.348.950-56

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência

constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	IDEA	UNIDADE	100,00	R$ 49,89	R$ 4.989,00
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	IDEA	UNIDADE	30,00	R$ 42,49	R$ 1.274,70
4	REDE DE CAMPO OFICIAL : Especificação: Rede oficial de futebol de campo para trave modelo tradicional (ou véu), fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 7,50 comprimento x 2,50 altura x 2,0 de profundidade. Modelo colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Peso de cada rede aprox. 2,390kg. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	10,00	R$ 334,99	R$ 3.349,90
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de	NEDEL	UNIDADE	5,00	R$ 229,99	R$ 1.149,95

	1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.					
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	POKER	UNIDADE	2,00	R$ 11,39	R$ 22,78
12	Balões Coloridos e resistentes	JOY	SACO	50,00	R$ 9,99	R$ 499,50
15	Bola Ping Pong	IDEA	UNIDADE	20,00	R$ 1,14	R$ 22,80
18	cordas para pular de nylon, infantil reichel	LIDER	UNIDADE	8,00	R$ 12,63	R$ 101,04
	Valor Total					**R$ 11.409,67**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 30/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Folha nº 125
Processo nº 111 - 2026
Rubrica

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo de Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

Folha nº 728
Processo nº 111-2021
Rubrica

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

Folha nº 130
Processo nº 111-2022
Rubrica

20.2 - É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA: 47484691000100

Leonardo Martiny
031.348.950-56

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

	MEDALHAS	Vitoria	UNIDADE	300,00	R$ 3,45	R$ 1.035,00
16	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 690,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50					
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	proftness 90x40x3	UNIDADE	20,00	R$ 29,00	R$ 580,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 290,00					
Valor Total					**R$ 1.615,00**	

Folha nº 734
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES 256.293.168-85

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 349ac55cdecf30719783fdd6e1d8e285

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4ca0d3acbe33373a0357c0f31b388691

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d0aa83b45f6b8e00fb3bf18e15f4224e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 87666db139654b90d6e44d361b14228d

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: **M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.604.476/0001-05, vencedora com proposta apresentada no valor total : **R$ 734.246,50** (SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://licitanet.com.br/. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.
São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro 2023.

Folha nº
Processo nº 733
Rubrica 11-2022

Folha nº
Processo nº
Rubrica

CONTRATO Nº 039/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	30 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO

RAZAO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2907	E-MAIL:	atasecontratos@passareiafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Martiny	CPF:	031.348.950-56

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso -

MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS. A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	IDEA	UNIDADE	25,00	R$ 49,89	R$ 1.247,25
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE. ALONGADO 3.2 CM. LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	IDEA	UNIDADE	10,00	R$ 42,49	R$ 424,90
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0.60 centimetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	3,00	R$ 229,99	R$ 689,97
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	POKER	UNIDADE	2,00	R$ 11,39	R$ 22,78
12	Balões Coloridos e resistentes	JOY	SACO	13,00	R$ 9,99	R$ 129,87
15	Bola Ping Pong	iDEA	UNIDADE	20,00	R$ 1,14	R$ 22,80
	Valor Total					**R$ 2.537,57**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 30/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 - A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 - Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 - Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1°; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação
002/2022

PELA CONTRATADA

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA:
47484691000100

Leonardo Martiny
031.348.950-56

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

13	MEDALHAS	Vitoria	UNIDADE	300,00	R$ 3,45	R$ 1.035,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 690,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50					
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	proftness 90x40x3	UNIDADE	20,00	R$ 29,00	R$ 580,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 290,00					
Valor Total					**R$ 1.615,00**	

Folha nº 744
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES 256.293.168-85

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 349ac55cdecf30719783fdd6e1d8e285

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4ca0d3acbe33373a0357c0f31b388691

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d0aa83b45f6b8e00fb3bf18e15f4224e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 87666db139654b90d6e44d361b14228d

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: **M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.604.476/0001-05, vencedora com proposta apresentada no valor total : **R$ 734.246,50 (**SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://licitanet.com.br/. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.
São João do Paraíso - MA, 31 de janeiro 2023.

Folha nº 7 12
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

CONTRATO Nº 040/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	30 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CPF/CNPJ:	47.484.691/0001-00
ENDEREÇO:	TRAVESSA UM, 83	BAIRRO:	ARROIO FELIZ
CIDADE:	Feliz	ESTADO:	Rio Grande do Sul
CONTATO:	(51) 3637-2901	E-MAIL:	atasecontratos@passarelafeliz.com.br
REPRESENTANTE:	Leonardo Martiny	CPF:	031.348.950-56

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA CAMPO OFICIAL EURO: Especificação: Modelo 3x3 PRO IX.COM 8 GOMOS, A PEÇA E FABRICADA COM PU. CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 72C - 74 CM. CAMARA : 100% BORRACHA BUTILICA. PESO APROXIMADO: 570G - 580 G. MIOLO: REMOVIVEL.	IDEA	UNIDADE	25,00	R$ 49,89	R$ 1.247,25
3	BOLA VÔLEI : Especificação: BOLA DE VOLEI QUADRA MG 3600 FUSION, CONFECCIONADA # EMLAMINADA EXTREMO DE PVC COM 18 GOMOS FUSIONADOS COM DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO, COM CAMARA DE AR FEITA ATRAVES DE BORRACHA BUTILICA, MIOLO DE SILICONE, ALONGADO 3,2 CM, LUBRIFICADO E REMOVIVEL, PESO ENTRE 260 - 280G. CIRCUNFERENCIA ENTRE 65 - 67CM	IDEA	UNIDADE	10,00	R$ 42,49	R$ 424,90
5	REDE DE FUTSAL: Especificação: Rede oficial de futebol de salão fio 4 milímetros de Polipropileno (PP - Seda) sem nós, produto de linha profissional com tratamento UV e alta resistência. A rede mede 3,20 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, tendo um recuo superior de 0,60 centímetros e inferior de 1 metro. Modelo Véu de Noiva. colmeia/hexagonal, com 7cm cada lado. Contém: 01 par.	NEDEL	UNIDADE	3,00	R$ 229,99	R$ 689,97
7	APITO OFICIAL: Especificação: Potência sonora: 115 decibéis. Composição: plástico.	POKER	UNIDADE	2,00	R$ 11,39	R$ 22,78
12	Balões Coloridos e resistentes	JOY	SACO	13,00	R$ 9,99	R$ 129,87
15	Bola Ping Pong	IDEA	UNIDADE	20,00	R$ 1,14	R$ 22,80

Valor Total	R$ 2.537,57

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 30/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 - As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 - A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SUBCONTRATAÇÃO

20.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 - É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
47484691000100

Assinado digitalmente por: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA:47484691000100
TIN: ICP-Brasil, O=ICP-Brasil, S=PS, L=Feira, OU=Presencial, OU=26705460000143, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CNPJ A1, CN=MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA:47484691000100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.01.30 13:53:10 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.0

Leonardo Martiny
031.348.950-56

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

	MEDALHAS	vitoria	UNIDADE	300,00	R$ 3,45	R$ 1.035,00
11	**QUANTIDADES POR ORGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 200,00 | Valor Total: R$ 690,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 50,00 | Valor Total: R$ 172,50					
	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercicios	profitness 90x40x3	UNIDADE	20,00	R$ 29,00	R$ 580,00
17	**QUANTIDADES POR ORGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Quantidade: 5,00 | Valor Total: R$ 145,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 10,00 | Valor Total: R$ 290,00					
Valor Total					**R$ 1.615,00**	

Folha nº 754
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 25 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Sebastião Rocha dos Santos Secretário Municipal de Esportes 012/2021	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES 256.293.168-85

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 349ac55cdecf30719783fdd6e1d8e285

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 11.409,67 (onze mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e sete centavos). Vigencia Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4ca0d3acbe33373a0357c0f31b388691

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CNPJ nº 01.597.629/0001-23. CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d0aa83b45f6b8e00fb3bf18e15f4224e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 47.484.691/0001-00. Valor Global: R$ 2.537,57 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 87666db139654b90d6e44d361b14228d

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2023

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso - MA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no termo de adjudicação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 003/2023 e de acordo com o que dispõe o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o objeto do presente processo licitatório as empresas: **M. QUEIROZ VASCONCELOS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.604.476/0001-05, vencedora com proposta apresentada no valor total : **R$ 734.246,50 (**SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS**)**. Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O pregoeiro informa ainda, que os autos do processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias uteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br ou no site do portal de compras públicas: https://licitanet.com.br/. Considerando que o critério de julgamento foi por menor preços por item.
São João do Paraíso - MA, 31 de janeiro 2023.

Folha nº 752
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 041/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	RBM ESPORTES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos. para atender as necessidades da Secretaria municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 413,92 (quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	RBM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 99746-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Folha nº 453
Processo nº 111-2022
Rubrica

2.1 - O valor estimado do presente Contrato é de R$ 413,92 (quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removivel e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	26,00	R$ 15,92	R$ 413,92
					Valor Total	**R$ 413,92**

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 - Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 - Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 - 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Folha nº 754
Processo nº 111 - 2022
Rubrica

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

Folha nº 156
Processo nº TR 2022
Rubrica

13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

Folha nº 759
Processo nº 411 - 2022

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906 Assinado de forma digital por RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906 Dados: 2023.01.31 13:44:57 -03'00'

RICARDO BIANCO MACHADO
053.005.969-06

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

11	[COTA RESERVADA ME/EPP] - HIGIENIZAÇÃO DO CORPO, INCLUINDO BANHO, BARBA, TROCA DE VESTIMENTA, SUTURA SE NECESSÁRIO, TAMPONAMENTO, COLOCAÇÃO DE CASTIÇAIS, TRANSPORTE DO CORPO PARA A RESIDÊNCIA E CEMITÉRIO.	PROPRIO	UNIDADE	55,00	R$ 397,50	R$ 21.862,50
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRANSLADO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS, SAINDO DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA PARA CIDADE DISTINTA, OU VINDO DE CIDADE DISTINTA PARA SÃO JOÃO DO PARAISO - MA.	PROPRIO	UNIDADE	10.000,00	R$ 3,36	R$ 33.600,00
Valor Total					R$ 799.620,00	

Folha nº 760
Processo nº 11-2023
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 01 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Nésia Gomes de Moura Brito Secretária Municipal de Assistência Social 004/2021	JARES RIBEIRO 846.342.003-36

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4622551143a7be652a3c5765bc25b44c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES. CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 413,82 (quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f62c6686bfed5a9cc509f2491ed67da7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26, Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 29ec735909ece3a55c8e9500485194aba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d3375f1859539bb9a0738192964bd11e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 07/2022

A Prefeitura Municipal de São João do Soter - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a ***homologação*** do **Tomada de Preços nº 007/2022.**

Objeto: Contreteção de empresa especializada para prestação de serviços de reforma e ampliação do CAPS do município de São João do Soter/MA.

Processo Administrativo nº 676/2022.

Orgão(s) interessado(s): Secretaria Municipal de Saúde

Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 43, inciso

Adjudicatários:

Folha nº 761
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 042/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	RBM ESPORTES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	RBM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 9976-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removível e lubrificado, circunferência: 57-59cm. peso: 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	13,00	R$ 15,92	R$ 206,96
			Valor Total			R$ 206,96

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 - As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 - Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 - A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 - O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93.

13.3 - Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 - Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º: do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão. por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

11	[COTA RESERVADA ME/EPP] - HIGIENIZAÇÃO DO CORPO, INCLUINDO BANHO, BARBA, TROCA DE VESTIMENTA, SUTURA SE NECESSÁRIO, TAMPONAMENTO, COLOCAÇÃO DE CASTIÇAIS, TRANSPORTE DO CORPO PARA A RESIDÊNCIA E CEMITÉRIO.	PROPRIO	UNIDADES	55,00	R$ 397,50	R$ 21.862,50
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRANSLADO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS, SAINDO DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA PARA CIDADE DISTINTA, OU VINDO DE CIDADE DISTINTA PARA SÃO JOÃO DO PARAISO - MA.	PROPRIO	UNIDADE	10.000,00	R$ 3,36	R$ 33.600,00
Valor Total					**R$ 799.620,00**	

Folha nº 769
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraiso - MA, 01 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIARIA
Nésia Gomes de Moura Brito Secretária Municipal de Assistência Social 004/2021	JARES RIBEIRO 046.342.003-36

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4622551143a7ba652a3c5765bc25b44c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Esportes de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 413,92 (quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraiso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f62c6686bfed5a9cc509f2491ed67da7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23. CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraiso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 29ec735909ece3e55c6a95004851 9aba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraiso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d3375f1859539bb9a0738592964bd11c

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 07/2022

A Prefeitura Municipal de São João do Soter - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a ***homologação*** do **Tomada de Preços nº 007/2022.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma e ampliação do CAPS do município de São João do Sóter/MA.

Processo Administrativo nº 676/2022.

Órgão(s) interessado(s): Secretaria Municipal de Saúde.

Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 43, Inciso VI.

Adjudicatários:

Folha nº 770
Processo nº 111-2022
Rubrica

Folha nº
Processo nº
Rubrica

CONTRATO Nº 043/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	RBM ESPORTES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	RBM ESPORTES LTDA	CPF/CNPJ:	45.819.743/0001-26
ENDEREÇO:	RUA PEDRO ZANETTI, 142	BAIRRO:	CANGUIRI
CIDADE:	Colombo	ESTADO:	Paraná
CONTATO:	(41) 9976-3669	E-MAIL:	esportes.rbm@gmail.com
REPRESENTANTE:	RICARDO BIANCO MACHADO	CPF:	053.005.969-06

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de São João do Paraíso - MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência

constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	Bola iniciação nº 12 matrizada de borracha miolo slip system removivel e lubrificado, circunferência: 57-59cm, peso: 250-270g câmara: airbility.	Pista e Campo	UNIDADE	13,00	R$ 15,92	R$ 206,96
	Valor Total					**R$ 206,96**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5.2 - O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
5.3 - A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 - O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
6.2 - A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
6.3 - Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.
7.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
7.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
8.2 - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 - A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 - As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 - Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 - A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 - O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 - Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.
13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º: do art. 65 da Lei 8.666/93.
14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da

CONTRATADA, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 - É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906
Assinado de forma digital por RICARDO BIANCO MACHADO:05300596906
Dados: 2023.01.31 13:44:01 -03'00'

RICARDO BIANCO MACHADO
053.005.969-06

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

11	[COTA RESERVADA ME/EPP] - HIGIENIZAÇÃO DO CORPO, INCLUINDO BANHO, BARBA, TROCA DE VESTIMENTA, SUTURA SE NECESSÁRIO, TAMPONAMENTO, COLOCAÇÃO DE CASTIÇAIS, TRANSPORTE DO CORPO PARA A RESIDÊNCIA E CEMITÉRIO.	PROPRIO	UNIDADE	55,00	R$ 397,50	R$ 21.862,50
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRANSLADO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS, SAINDO DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA PARA CIDADE DISTINTA, OU VINDO DE CIDADE DISTINTA PARA SÃO JOÃO DO PARAISO - MA.	PROPRIO	UNIDADE	10.000,00	R$ 3,36	R$ 33.600,00
Valor Total					**R$ 799.620,00**	

Folha nº 778
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso - MA, 01 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Nésia Gomes de Moura Brito Secretária Municipal de Assistência Social 004/2021	JARES RIBEIRO 846.342.003-36

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 462255143a7ba652a3c5765bc25b44c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 413,92 (quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f62c6686bfed5a9cc509f2491ed67da7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 29ec735909ece3a55c6a950048519aba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RBM ESPORTES LTDA, CNPJ nº 45.819.743/0001-26. Valor Global: R$ 206,96 (duzentos e seis reais e noventa e seis centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d3375f1859539bb9a0738592964bd11a

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 07/2022

A Prefeitura Municipal de São João do Soter - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a **homologação** do **Tomada de Preços nº 007/2022**.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma e ampliação do CAPS do município de São João do Sóter/MA.

Processo Administrativo nº 676/2022.

Orgão(s) interessado(s): Secretaria Municipal de Saúde.

Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 43, inciso VI.

Adjudicatários:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Folha nº 779
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 044/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	BRUNA ALVES DE SOUZA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 12.623,00 (doze mil e seiscentos e vinte e três reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66
ENDEREÇO:	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 20	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	Ipameri	ESTADO:	Goiás
CONTATO:	(64) 3442-5221	E-MAIL:	100sportscalcados@gmail.com
REPRESENTANTE:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF:	035.389.051-00

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 12.623,00 (doze mil e seiscentos e vinte e três reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	78,00	R$ 58,50	R$ 4.563,00
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	75,00	R$ 100,00	R$ 7.500,00
8	EQUIPE PARA ARBITRAGEM	oficial	UNIDADE	4,00	R$ 140,00	R$ 560,00
Valor Total						**R$ 12.623,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

Folha nº 82
Processo nº 111-2021

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

Folha nº 183
Processo nº 111-2022

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

Folha nº 784
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

Folha nº 785
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Folha nº 786
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Assinado de forma digital por BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Dados: 2023.02.03 09:12:30 -03'00'

BRUNA ALVES DE SOUZA
035.389.051-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

São João do Paraíso/MA, 18 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Roberto Regis de Albuquerque
Contratante

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 27101c56e4d0574b293606d1c2e3d4b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 12.623,00 (doze mil e seiscentos e vinte e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 9cf5537d3d97b88968f45df389638242

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 4.255,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ef8f5dbaee982a6e42a039ed66a030a7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 3.553,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 72f173e6477dc36dc7b36b4ef477190b

Folha nº 787
Processo nº 111-202

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 273.585,00 (duzentos e setenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f683d30a9ce5c2a2588975d640ef9bee

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Contrato para prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 126.622,50 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c14d1fe068964bb1ff9bf09607f57f67

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Prefeitura Municipal de São João do Sóter – MA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.628/0001-00, com sede à Av. Esperança, nº 2025 - Centro, em São João do Sóter, Maranhão neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Infraestrutura, o Sr. Francisco Henrique Junior, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, tudo em conformidade com o processo administrativo nº 014/2023, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARVALHO SERVICOS EIRELI**, doravante denominada CONTRATADA, situada na **rua Rio Xingú, nº 159, bairro Trezidela, Cidade de Barra do Corda - MA**, CNPJ n.º **15.217.765/000155**, neste ato representado por **DIEGO MAGNO FREIRE CARVALHO**, RG. nº 2364565 – SSP/PI, CPF n.º **029.951.163-44**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

Folha nº 788
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 045/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	BRUNA ALVES DE SOUZA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 4.255,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66
ENDEREÇO:	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 20	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	Ipameri	ESTADO:	Goiás
CONTATO:	(64) 3442-5221	E-MAIL:	100sportscalcados@gmail.com
REPRESENTANTE:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF:	035.389.051-00

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 4.255,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	30,00	R$ 58,50	R$ 1.755,00
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	25,00	R$ 100,00	R$ 2.500,00
Valor Total						**R$ 4.255,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

Folha nº 192
Processo nº 111-2022
Rubrica

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1°; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

Folha nº 793
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

Folha nº 794
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Folha nº 795
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação
002/2022

PELA CONTRATADA

BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166 Assinado de forma digital por BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166 Dados: 2023.02.03 09:12:53 -03'00'

BRUNA ALVES DE SOUZA
035.389.051-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

São João do Paraiso/MA, 18 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Roberto Regis de Albuquerque
Contratante

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 27101c56e4d0574b293606d1c2e3d4b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 12.623,00 (doze mil e seiscentos e vinte e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 9cf5537d3d97b88968f45df389638242

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 4.255,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ef8f5dbaee982a6e42a039ed66a030a7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 3.553,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 72f173e6477dc36dc7b36b4ef477190b

Folha nº 196
Visto 111-2022
Rubrica

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 273.585,00 (duzentos e setenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f683d30a9ce5c2a2588975d640ef9bee

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Contrato para prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraiso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 126.622,50 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c14d1fe068964bb1ff9bf09607f57f67

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Prefeitura Municipal de São João do Sóter – MA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.628/0001-00, com sede à Av. Esperança, nº 2025 - Centro, em São João do Sóter, Maranhão neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Infraestrutura, o Sr. Francisco Henrique Junior, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, tudo em conformidade com o processo administrativo nº 014/2023, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARVALHO SERVICOS EIRELI**, doravante denominada CONTRATADA, situada na **rua Rio Xingú, nº 159, bairro Trezidela, Cidade de Barra do Corda - MA**, CNPJ n.º **15.217.765/000155**, neste ato representado por **DIEGO MAGNO FREIRE CARVALHO**, RG. nº 2364565 – SSP/PI, CPF n.º **029.951.163-44**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

Folha nº 797
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 046/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	BRUNA ALVES DE SOUZA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 3.553,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e três reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF/CNPJ:	26.176.661/0001-66
ENDEREÇO:	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, 20	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	Ipameri	ESTADO:	Goiás
CONTATO:	(64) 3442-5221	E-MAIL:	100sportscalcados@gmail.com
REPRESENTANTE:	BRUNA ALVES DE SOUZA	CPF:	035.389.051-00

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no

Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 3.553,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e três reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
2	BOLA DE SALÃO OFICIAL: Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	18,00	R$ 58,50	R$ 1.053,00
6	BOLA SOCIETY : Especificação: OFICIAL, MAX 1000, MIOLO CAPSULA SIS 3,2CM, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, MATERIA PRIMA NEOGEL, SELO DE APROVED FIFA QUALITY	oficial	UNIDADE	25,00	R$ 100,00	R$ 2.500,00
Valor Total						**R$ 3.553,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Folha nº 799
Processo nº 111-2022
Rubrica

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita

Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Folha nº 801
Processo nº 111-2022
Rubrica

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Folha nº 803
Processo nº 111-2022
Rubrica

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Folha nº 804
Processo nº 111-2022

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Assinado de forma digital por BRUNA ALVES DE SOUZA:26176661000166
Dados: 2023.02.03 09:12:02 -03'00'

BRUNA ALVES DE SOUZA
035.389.051-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

São João do Paraíso/MA, 18 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Roberto Regis de Albuquerque
Contratante

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 27101c56e4d0574b293606d1c2e3d4b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 12.623,00 (doze mil e seiscentos e vinte e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 9cf5537d3d97b88968f45df389638242

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 4.255,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ef8f5dbaee982a6e42a039ed66a030a7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: BRUNA ALVES DE SOUZA, CNPJ nº 26.176.661/0001-66. Valor Global: R$ 3.553,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e três reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 72f173e6477dc36dc7b36b4ef477190b

Folha nº 805
Processo nº 111-2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 273.585,00 (duzentos e setenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f683d30a9ce5c2a2588975d640ef9bee

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2023, assinado em 03/02/2023. Objeto: Contrato para prestação de serviços funerários, traslados e fornecimento de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 050/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 16.368.156/0001-60, CONTRATADO: PAX CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 38.240.274/0001-20. Valor Global: R$ 126.622,50 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 3 de Fevereiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 3 de Fevereiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c14d1fe068964bb1ff9bf09607f57f67

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Prefeitura Municipal de São João do Sóter – MA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.628/0001-00, com sede à Av. Esperança, nº 2025 - Centro, em São João do Sóter, Maranhão neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Infraestrutura, o Sr. Francisco Henrique Junior, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, tudo em conformidade com o processo administrativo nº 014/2023, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARVALHO SERVICOS EIRELI**, doravante denominada CONTRATADA, situada na **rua Rio Xingú, nº 159, bairro Trezidela, Cidade de Barra do Corda - MA**, CNPJ n.º **15.217.765/000155**, neste ato representado por **DIEGO MAGNO FREIRE CARVALHO**, RG. nº 2364565 – SSP/PI, CPF n.º **029.951.163-44** atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

Folha nº 806
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 047/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	WPPI CONFECCOES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 1.477,20 (um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	WPPI CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-96
ENDEREÇO:	RUA DEPUTADO JOSÉ RAFAEL DE SOUSA AVENIDA, 271	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Juiz de Fora	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(32) 9954-5307	E-MAIL:	wppiconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	ALESSANDRA PINA TAVARES	CPF:	167.856.146-00

PREÂMBULO

Aos 30 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso -

Folha nº 807
Processo nº 111-2022
Rubrica

...A, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do ...dital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 1.477,20 (um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte ...centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	TROFEU 1º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	15,00	R$ 54,99	R$ 824,85
	TROFEU 2º COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	15,00	R$ 43,49	R$ 652,35
		Valor Total				**R$ 1.477,20**

...No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução ...ntual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ...entes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da ...ação.

...Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à ...NTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei ...9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes ...tos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

...) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

...) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

...) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/9...

São João do PARAÍSO

Folha nº 308
Processo nº 111-2022
Rubrica

2.1 - 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e utilização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 - O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", nos prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 - A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 - O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado em desconformidade das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 - A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 - Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo Senhor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo ser vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 - A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

Folha nº 809
Processo nº 111-2022

- O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

- A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, provando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da apresentação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o contratado.

A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fornecedores, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

- O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

- Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos serviços contratados.

- Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

Folha nº 810
Processo nº 111-2022
Rubrica

... Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou ...mento hábil;

... - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e ...dativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

... Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo ... o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo ... rência;

... Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

... Fornecer as especificações constantes no Termo de referência;

... Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras ...sárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

... - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

... - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

... – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de ... culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ... acompanhamento pelo órgão interessado;

... – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais ...idos pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

... – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas ... as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como ...ços ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

... - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas ... condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso ... artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

... Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos ...s do § 1º: do art. 65 da Lei 8.666/93.

... - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações ...ídas.

... - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o ... fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

... – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 ... (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

... – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto ...ecutado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

... A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências ...scritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

... Constitui motivo para rescisão do Contrato:

... O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

g) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1. Inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

São João do PARAÍSO

Folha nº 812
Processo nº 144-2022
Rubrica

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

São João do PARAÍSO

Folha nº 813
Processo nº 111-2022
Rubrica

É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a CONTRATADA manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais normas legais.

Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim justos, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2022

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

ALONSO PEREIRA TAVARES
167.856.146-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

	SERVIÇO DE RECARGA DE TONER BROTHER MODELO TN-3442 COM TROCA DE FOTOCONDUTOR	SERVIÇO	SERVIÇO	60,00	R$ 354,70	R$ 21.282,00
47	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.320,50					
	TONER BROTHER TN-2370 ORIGINAL	BROTHER	UNIDADE	60,00	R$ 359,90	R$ 21.594,00
48	**QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50 FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | Quantidade: 15,00 | Valor Total: R$ 5.398,50					
Valor Total					**R$ 734.246,50**	

Folha nº 814
Processo nº 111-2022
21

São João do Paraíso - MA, 02 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Justo Coelho de Sá Filho Secretário Municipal de Governo e Planejamento 015/2023	Maykon Queiroz Vasconcelos 040.436.833-67

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 668d56749e37b3c9dd90923bea6b6add

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 ?TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que estabelece o Art. 26 de Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ainda considerando o presente processo administrativo.
RESOLVE
RATIFICAR a Declaração de Dispensa de Licitação para a contratação do senhor **AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA**, situado na Rua nova nº 233 Centro São João do Paraíso-ma, portador(a) da Cédula de Identidade nº 038131382009-6, inscrito no CPF. **050.932.253-04**, para a Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA, determinando que se proceda as devidas publicações legais.
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 26 de janeiro de 2023.
ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: dd83d735e368f85e81045bada805dd8b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 2.135,00 (dois mil e cento e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c727038236b335276ee22889bf9d3e08

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 637ac5545bf7bcde01dfeee9efb41994

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$ 118,00 (cento e dezoito reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 30 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: a58d9532317d69913f0a4e40355036ff

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023, assinado em 30/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos

Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 1.477,20 (um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d72de7d5d5ed9750defc9fabd6ba4b2d

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: eb385a6c6f1a68d50df71d8ef8acb9b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 997dc6dd6df6c3ba0c075720c5484ae1

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 - DISPENSA DE VALOR 006/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 - DISPENSA DE VALOR 006/2023 – **PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE *INFRA-ESTRUTURA* **E O SRº. AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA. OBJETO:** Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade DISPENSA DE VALOR 006/2023 e rege-se pelas disposições expressas NO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 II, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR: R$ 17.225,00 (dezessete Mil e duzentos e vinte e cinco Reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. ORGÃO 02 – Órgão Executivo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 06.01 - Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 04.122.0008.2022.0000 Manutenções da Secretaria de Infraestrutura. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de janeiro de 2023.
São João do Paraíso/MA, 26 de janeiro de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA
Abimael Brito Ribeiro
CPF. 749.162.033-72
Secretário Municipal de Transporte e Infraestrutura
CONTRATANTE

Folha nº 815
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3481060a05ee7aacc92cdad3129a4638

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 695/2022

ORGÃO REALIZADOR: Município de São João do Sóter, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL.
BASE LEGAL: Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº. 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 e aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações correlatas.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para os serviços de confecção de rouparia destinado ao Município de São João do Sóter - MA.
TIPO: Menor Preço por Item.
ORGÃO SOLICITANTE: SEC. MUNIC. DE ADM., FAZENDA E INFRAESTRUTURA.
LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br.
DATA: 16/02/2023.
HORÁRIO: 09h:01min
EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Esperança, 2025 – Centro – São João do Sóter-MA, no horário de 08:00 às 12:00 hs, na sala da comissão permanente de licitação.

São João do Sóter/MA, 02 de fevereiro de 2023.
FRANCISCO HENRIQUE JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E INFRAESTRUTURA – SEMAFI

Publicado por: JOSÉ FELIP WALLYSON SOARES DE SOUSA
Código identificador: ad0b59a1c760d6b63fd74686515ec291

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 004/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 - SRP

Folha nº 816
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 049/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	WPOT CONFECCOES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	WPOT CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-56
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA 41 FUNDOS 381	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Luz de Pará	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(31) 99954-5267	E-MAIL:	wpotconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	AFONSO PEREIRA TAVARES	CPF:	107.856.146-00

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	TROFÉU 1° COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	5,00	R$ 54,99	R$ 274,95
10	TROFÉU 2° COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	5,00	R$ 43,49	R$ 217,45
	Valor Total					R$ 492,40

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.1 - O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5.2 - O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
5.3 - A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO

6.1 - O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
6.2 - A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
6.3 - Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.
7.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
7.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de qualisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
8.2 - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
8.3 - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.
8.4 - A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.
8.5 - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1°; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0.03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vileia
Secretária Municipal de Educação
002/2022

PELA CONTRATADA

ALONSO PEREIRA TAVARES
167.856.146-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 1.477,20 (um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d72de7d5d5ed9750defc9fabd6ba4b2d

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: eb385a6c6f1a68d50df71d8ef8acb9b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 997dc6dd6df6c3ba0c075720c5484ae1

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 – DISPENSA DE VALOR 006/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 - DISPENSA DE VALOR 006/2023 – **PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE *INFRA-ESTRUTURA* **E O SRº. AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA. OBJETO:** Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veículos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade DISPENSA DE VALOR 006/2023 e rege-se pelas disposições expressas NO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 II, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR: R$ 17.225,00 (dezessete Mil e duzentos e vinte e cinco Reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. ORGÃO 02 – Órgão Executivo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 06.01 - Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 04.122.0008.2022.0000 Manutenções da Secretaria de Infraestrutura. **DATA DA ASSINATURA**: 26 de janeiro de 2023.
São João do Paraíso/MA, 26 de janeiro de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA
Abimael Brito Ribeiro
CPF. 749.162.033-72
Secretário Municipal de Transporte e Infraestrutura
CONTRATANTE

Folha nº 824
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3481060a05ee7aacc92cdad3129a4638

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 695/2022

ORGÃO REALIZADOR: Município de São João do Sóter, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL.
BASE LEGAL: Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº. 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 e aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações correlatas.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para os serviços de confecção de rouparia destinado ao Município de São João do Sóter - MA.
TIPO: Menor Preço por Item.
ORGÃO SOLICITANTE: SEC. MUNIC. DE ADM., FAZENDA E INFRAESTRUTURA.
LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br.
DATA: 16/02/2023.
HORÁRIO: 09h:01min
EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Esperança, 2025 – Centro – São João do Sóter-MA, no horário de 08:00 às 12:00 hs, na sala da comissão permanente de licitação.

São João do Sóter/MA, 02 de fevereiro de 2023.
FRANCISCO HENRIQUE JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E INFRAESTRUTURA – SEMAFI

Publicado por: JOSÉ FELIP WALLYSON SOARES DE SOUSA
Código identificador: ad0b59a1c760d6b631d74686515ec291

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 004/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 - SRP

Folha nº 825
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 049/2023

DADOS DO CONTRATO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	WPPT CONFECCOES LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE

NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL:	WPPT CONFECCOES LTDA	CPF/CNPJ:	45.438.114/0001-56
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR JOSE RAFAEL DE SOUZA ANTUNES 231	BAIRRO:	LOURDES
CIDADE:	Juiz de Fora	ESTADO:	Minas Gerais
CONTATO:	(32) 9954-5867	E-MAIL:	wpptconfeccoes@gmail.com
REPRESENTANTE:	ALONSO PEREIRA TAVARES	CPF:	167.856.146-00

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, *mediante as cláusulas e condições* seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do

Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	TROFÉU 1° COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	5,00	R$ 54,99	R$ 274,95
10	TROFÉU 2° COLOCADO	BORSATTO	UNIDADE	5,00	R$ 43,49	R$ 217,45
	Valor Total					**R$ 492,40**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1°, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
4.4 - 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5.2 - O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
5.3 - A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO

6.1 - O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
6.2 - A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
6.3 - Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.
7.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
7.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
8.2 - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
8.3 - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.
13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.
14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 - As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 - A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da

CONTRATADA, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 - É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

ALONSO PEREIRA TAVARES
167.856.146-00

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ALONSO PEREIRA TAVARES:16785614600

Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 1.477,20 (um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d72de7d5d5ed9750defc9fabd6ba4b2d

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: eb385a6c6f1a68d50df71d8ef8acb9b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: WPPT CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 45.438.114/0001-56. Valor Global: R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 997dc6dd6df6c3ba0c075720c5484ae1

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 - DISPENSA DE VALOR 006/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 031-2023 - DISPENSA DE VALOR 006/2023 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE *INFRA-ESTRUTURA* **E O SRº. AGLEIDES CARVALHO CIRQUEIRA. OBJETO:** Prestação de serviços em borracharia, remendo e troca de pneus na manutenção de maquinas e veiculos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Municipalidade São João do Paraíso/MA. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade DISPENSA DE VALOR 006/2023 e rege-se pelas disposições expressas NO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 II, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR: R$ 17.225,00 (dezessete Mil e duzentos e vinte e cinco Reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. ORGÃO 02 – Órgão Executivo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 06.01 - Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 04.122.0008.2022.0000 Manutenções da Secretaria de Infraestrutura. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de janeiro de 2023.
São João do Paraíso/MA, 26 de janeiro de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA
Abimael Brito Ribeiro
CPF. 749.162.033-72
Secretário Municipal de Transporte e Infraestrutura
CONTRATANTE

Folha nº 833
Processo nº 111-2022
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3481060a05ee7aacc92cdad3129a4638

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 695/2022

ORGÃO REALIZADOR: Município de São João do Sóter, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL.
BASE LEGAL: Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº. 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 e aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações correlatas.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para os serviços de confecção de rouparia destinado ao Município de São João do Sóter - MA.
TIPO: Menor Preço por Item.
ORGÃO SOLICITANTE: SEC. MUNIC. DE ADM., FAZENDA E INFRAESTRUTURA.
LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br.
DATA: 16/02/2023.
HORÁRIO: 09h:01min
EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Esperança, 2025 - Centro – São João do Sóter-MA, no horário de 08:00 às 12:00 hs, na sala da comissão permanente de licitação.

São João do Sóter/MA, 02 de fevereiro de 2023.
FRANCISCO HENRIQUE JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E INFRAESTRUTURA – SEMAFI

Publicado por: JOSÉ FELIP WALLYSON SOARES DE SOUSA
Código identificador: ad0b59a1c760d6b63fd74686515ec291

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 004/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 - SRP

Folha nº 834
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 050/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONTRATADO:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Vitor Albuquerque de Sousa Trindade
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA MARANHÃO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Sebastião Rocha dos Santos	CPF:	684.361.223-72

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	CPF/CNPJ:	31.315.649/0001-25
ENDEREÇO:	RUA SAO PEDRO, 117	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São Roque	ESTADO:	São Paulo
CONTATO:	(11) 4712-2778	E-MAIL:	rvlcomercioeservicos@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	CPF:	256.293.168-85

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

Folha nº 835
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
11	MEDALHAS	vitoria	UNIDADE	200,00	R$ 3,45	R$ 690,00
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	proftness 90x40x3	UNIDADE	5,00	R$ 29,00	R$ 145,00
Valor Total						**R$ 835,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Folha nº 836
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

Folha nº 837
Processo nº 111-2022
Rubrica

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 27 811 0016 2019 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1°; do art. 65 da Lei 8.666/93.
14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:
a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Sebastião Rocha dos Santos
Secretário Municipal de Esportes
012/2021

PELA CONTRATADA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125
Assinado de forma digital por RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
256.293.168-85

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. **Será adiada sem previsão de nova data mais logo será republicada Uma nova licitação na mesma modalidade com o mesmo objeto.** E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 31 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 291ee53a5974c01398f72f85d9827cc9

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso – MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bf76c8a522e1f4738d4a9f5dfd42a35e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 317,50 (trezentos e dezesete reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 63f585115ebb6f8f7991719ddec1dd4f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001- 25. Valor Global: R$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: b85b0c752fdab1ad9d1ec46864d89a47

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 - TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 - TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraiso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Educação. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de R$ **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. ORGÃO 05 – Secretaria de Educação. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. 05.01 – Secretaria de Educação. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 12.361.0003.2011.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **DATA DA ASSINATURA**: 02 de fevereiro de 2023.

São João do Paraiso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Secretaria Municipal de Educação
Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3ac32158ae68ad407ae2ca5d295d42b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraiso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Saúde. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. ORGÃO 07 – Secretaria Municipal de Saúde. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.07.01 – Secretaria Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 10.122.0052.2027.0000 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIAPL DE SAÚDE. - **DATA DA ASSINATURA**: 02 de fevereiro de 2023.

São João do Paraiso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA
Secretaria Municipal de Saúde
Germana Torres de Araújo

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2e9f0865994793cdc0feee5c1238fa37

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2023 - TOMADA DE PREÇO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Folha nº 843
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 051/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 317,50 (trezentos e dezesete reais e cinquenta centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Antônio Martins Resplandes Filho
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	RUA 07 DE SETEMBRO, S/N	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela	CPF:	328.889.293-68

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	CPF/CNPJ:	31.315.649/0001-25
ENDEREÇO:	RUA SAO PEDRO, 117	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São Roque	ESTADO:	São Paulo
CONTATO:	(11) 4712-2778	E-MAIL:	rvlcomercioeservicos@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	CPF:	256.293.168-85

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

Folha nº 84
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 317,50 (trezentos e dezesete reais e cinquenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
11	MEDALHAS	vitoria	UNIDADE	50,00	R$ 3,45	R$ 172,50
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercícios	proftness 90x40x3	UNIDADE	5,00	R$ 29,00	R$ 145,00
Valor Total						**R$ 317,50**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Folha nº 845
Processo nº 111-2022
Rubrica

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Antônio Martins Resplandes Filho ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3°, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO: 12 361 0003 2011 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras

ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela
Secretária Municipal de Educação
002/2022

PELA CONTRATADA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

Assinado de forma digital por RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
256.293.168-85

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. **Será adiada sem previsão de nova data mais logo será republicada Uma nova licitação na mesma modalidade com o mesmo objeto.** E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 31 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 291ee53a5974c01398f72f85d9827cc9

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bf76c8a522e1f4738d4a9f5dfd42a35e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 317,50 (trezentos e dezesete reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 63f585115ebb6f8f7991719ddec1dd4f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001- 25. Valor Global: R$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: b85b0c752fdab1ad9d1ec46864d89a47

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 – TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 – TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Educação. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de R$ **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. ORGÃO 05 – Secretaria de Educação. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. 05.01 – Secretaria de Educação. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 12.361.0003.2011.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **DATA DA ASSINATURA**: 02 de fevereiro de 2023.

Folha nº 851
Processo nº 111-2022
Rubrica

São João do Paraíso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Secretaria Municipal de Educação
Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3ac32158ae68ad407ae2ca5d295d42b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Saúde. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. ORGÃO 07 – Secretaria Municipal de Saúde. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.07.01 – Secretaria Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 10.122.0052.2027.0000 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIAPL DE SAÚDE. - **DATA DA ASSINATURA**: 02 de fevereiro de 2023.

São João do Paraíso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Secretaria Municipal de Saúde
Germana Torres de Araújo

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2e9f0865994793cdc0feee5c1238fa37

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2023 – TOMADA DE PREÇO

Folha nº 852
Processo nº 111-2022
Rubrica

CONTRATO Nº 052/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	111/2022
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	002/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CONTRATANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA
OBJETO:	Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO:	Ana Paula de Almeida Marinho Melo
VIGÊNCIA INICIAL:	31 de Janeiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL	31 de Dezembro de 2023

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	01.597.629/0001-23
LOGRADOURO:	AVENIDA ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N	BAIRRO:	ALTO BONITO
CIDADE:	São João do Paraíso	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Nésia Gomes de Moura Brito	CPF:	402.954.353-72

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	CPF/CNPJ:	31.315.649/0001-25
ENDEREÇO:	RUA SAO PEDRO, 117	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	São Roque	ESTADO:	São Paulo
CONTATO:	(11) 4712-2778	E-MAIL:	rvlcomercioeservicos@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES	CPF:	256.293.168-85

PREÂMBULO

Aos 31 de Janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do

Paraíso - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
11	MEDALHAS	vitoria	UNIDADE	50,00	R$ 3,45	R$ 172,50
17	Colchonetes azul, Tamanho Médio, Para Exercicios	proftness 90x40x3	UNIDADE	10,00	R$ 29,00	R$ 290,00
Valor Total						**R$ 462,50**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 31/01/2023 e encerramento em 31/12/2023, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

e) Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na "Ordem de Fornecimento/Serviço", conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Ana Paula de Almeida Marinho Melo ou outros representantes, especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei n° 8.666/93.
7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO: 04 122 0124 2045 0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.
13.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.
14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:

i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da

CONTRATADA, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nésia Gomes de Moura Brito
Secretária Municipal de Assistência Social
004/2021

PELA CONTRATADA

RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125
Assinado de forma digital por RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI:31315649000125

ROSELI CABRAL DE OLIVEIRA ALVES
256.293.168-85

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. **Será adiada sem previsão de nova data mais logo será republicada Uma nova licitação na mesma modalidade com o mesmo objeto.** E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso - MA, 31 de janeiro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 291ee53a5974c01398f72f85d9827cc9

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Sebastião Rocha dos Santos. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: bf76c8a522e1f4738d4a9f5dfd42a35e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001-25. Valor Global: R$ 317,50 (trezentos e dezesete reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 63f585115ebb6f8f7991719ddec1dd4f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2023, assinado em 31/01/2023. Objeto: Contratação de empresa comercial para o fornecimento de Artigos Esportivos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Paraíso - MA.. Processo Administrativo nº 111/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.315.649/0001- 25. Valor Global: R$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência Inicial: 31 de Janeiro de 2023. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2023. Nésia Gomes de Moura Brito. São João do Paraíso - MA, 31 de Janeiro de 2023

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: b85b0c752fdab1ad9d1ec46864d89a47

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 - TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023 - TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Educação. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de R$ **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORGÃO 05 - Secretaria de Educação. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. 05.01 - Secretaria de Educação. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 12.361.0003.2011.0000 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **DATA DA ASSINATURA:** 02 de fevereiro de 2023.

Folha nº 860
Processo nº 111-2022

São João do Paraíso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Secretaria Municipal de Educação
Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 3ac32158ae68ad407ae2ca5d295d42b3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2023- TOMADA DE PREÇO 001/2023 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE São João do Paraíso/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA P R ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria em controle Interno para a Secretaria Municipal de Saúde. **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato. **VALOR:** de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORGÃO 07 - Secretaria Municipal de Saúde. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.07.01 - Secretaria Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL 10.122.0052.2027.0000 - MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIAPL DE SAÚDE. - **DATA DA ASSINATURA:** 02 de fevereiro de 2023.

São João do Paraíso/MA, 02 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Secretaria Municipal de Saúde
Germana Torres de Araújo

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2e9f0865994793cdc0feee5c1238fa37

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2023 - TOMADA DE PREÇO